

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA SOBRE OS CONTEXTOS
RURAIS NA AMÉRICA LATINA

Kátya de Brito e Silva Freire

Natal/RN

2022

Kátya de Brito e Silva Freire

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA SOBRE OS CONTEXTOS
RURAIS NA AMÉRICA LATINA

Tese elaborada orientação do Prof. Dr.
Jader Ferreira Leite e apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor em
Psicologia.

Natal-RN

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Freire, Kátya de Brito e Silva.

A produção científica da Psicologia sobre os contextos rurais na América Latina / Kátya de Brito e Silva Freire. - Natal, 2022. 254f.: il. color.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite.

1. Psicologia - Tese. 2. Rural - Tese. 3. América Latina - Tese. I. Leite, Jáder Ferreira. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 159.9(8)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

A tese “A produção científica da Psicologia sobre os contextos rurais na América Latina”, elaborada por, “Kátya de Brito e Silva Freire”, foi considerada aprovada por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial à obtenção do título de DOUTOR EM PSICOLOGIA.

Natal-RN, 23 de Fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite	_____
Prof. Dra. Clarice Regina Catelan Ferreira	_____
Prof. Dr. Fernando Landini	_____
Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo	_____
Prof. Dra. Raquel Diniz	_____

*Aos meus amados pais, José Helder e Lúcia.
Ao meu amado esposo, Diego.
Ao meu amado filho, Bento.*

Agradecimentos

Um coração feliz é um coração grato. É assim que me sinto ao iniciar estes agradecimentos, uma das minhas seções preferidas dos trabalhos acadêmicos por trazerem leveza, verdade e sentimentos que contam tantas histórias únicas. Hoje sou eu a agradecer com tanto carinho e respeito àqueles que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradeço primeiramente a Deus, que sabe intimamente tudo que vivi ao longo desses quase quatro anos e conhece o significado mais profundo da conclusão desta etapa na minha vida. A Ele, que é o único amor, a única paz e o único bem que sacia o meu coração agradeço pela fiel companhia, pelo descanso, pela providência e por me ajudar a encontrar o sentido de tudo.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Jader Ferreira Leite, por sua sabedoria, leveza, carinho e apoio. Agradeço pelo chocolate, pelo café no final da tarde, pelas mensagens e por todo cuidado neste tempo. Sem o seu acolhimento e escuta certamente teria sido bem mais difícil me adaptar a uma nova cidade e a um novo curso bem como conseguir escrever quando estive doente e atarefada com outros trabalhos. Não posso deixar de mencionar sua postura ética, sua generosidade e a riqueza dos encontros de orientação, momentos potentes em que aprendi e partilhei não apenas sobre Psicologia e contextos rurais, mas sobre a vida.

Agradeço ao querido professor Dr. João Paulo Sales Macedo, que foi meu orientador na graduação, na especialização e no mestrado, sendo muito importante na minha trajetória profissional e pessoal. É uma imensa alegria contar com a sua participação na minha banca de avaliação da tese. Agradeço ainda à professora Dra. Raquel Diniz, que também faz parte desta banca e com quem pude compartilhar o projeto inicial desta pesquisa; pelas suas aulas maravilhosas, orientações e todo apoio. Ao professor Dr. Fernando Landini, meu agradecimento por ter aceitado o convite para participar desta banca e por suas excelentes

contribuições na segunda qualificação e à professora Dra. Clarice Regina Catelan Ferreira que gentilmente aceitou participar da banca de avaliação da tese.

A todos os professores que compõem o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. Em especial gostaria de agradecer aos professores/professoras Ana Karina Azevedo, Eulália Maia, James Moura Júnior, Jorge Sarriera, Katie Almondes, Raquel Diniz e Thayro Carvalho pela generosidade de contribuírem na definição dos temas dos artigos na fase da análise de dados. Agradeço também a todos os funcionários do PPGPSI, em especial Bruno Simonetti e Lizianne Juline. Agradeço ainda à minha turma de mestrandos e doutorandos de 2018, em especial ao Ivan, Laís, Welison, Anna e Ginetta, pelos bons encontros, trocas compartilhadas e por tornarem este percurso de doutorado menos solitário.

Aos meus amados pais, José Helder e Lúcia, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim. Sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui porque mais do que condições objetivas necessárias vocês me dão o que há de mais valioso, o amor, que sempre me ajudou a continuar a caminhar e a lidar com a saudade, os medos, as inseguranças e tristezas vividas longe do nosso lar. Esta Tese eu devo a vocês, pois cada palavra aqui escrita tem as marcas do amor, do suor, da sabedoria, do cuidado e da história de vocês.

Agradeço ao irmão Herbert, minha inspiração, pelo amor e incentivo de sempre e aos meus sobrinhos João Pedro e José Augusto, pela leveza e alegria dos nossos encontros. Aos meus familiares, em especial a vovó Maria Teodora (*in memorian*), minha segunda mãe; ao vovô Antônio Cunha (*in memorian*), de quem tive o privilégio de herdar o gosto pela leitura, pela escrita e pela música; a tia Iracema, que carinhosamente me ensinou a ler e a escrever; e aos meus tios/as e primos/as que sempre torceram por mim. Aos meus sogros, Deusdeste e Iraci, pelo cuidado e por serem doces companhias que tornam meu cotidiano mais cheio de alegria.

Aos meus amigos, pelo carinho, pelo colo e pelas palavras cheias de esperança nos momentos difíceis, em especial à Roziane, Iranilson, Leidinha, Maira, Nádia, Savanna, Carlla e Marisa, e aos “Amigos da Vila” pela torcida e alegria de sempre. Agradeço à Brenda, Glenda e Maria, potiguares que tanto quero bem e que me receberam com carinho na nova terra, por tudo que vivemos juntas em um cotidiano cheio de generosidade, companheirismo e alegria; e a caicoense Carol, pela parceria nos anos iniciais. Aos meus irmãos da Comunidade Católica Shalom, pela fiel companhia, cuidado e intercessão.

Agradeço a todos os professores que já passaram pela minha vida, sempre irei admirá-los e ser grata por todos os ensinamentos. Meus agradecimentos ao professor Dr. Telmo Mota Ronzani, por sua generosidade, parceira e sábias orientações; suas contribuições foram fundamentais para a construção e defesa desta tese. Agradeço ao professor Dr. Dênis Carvalho, que foi meu professor no início da graduação e participou da qualificação no mestrado, por toda sabedoria e orientações compartilhadas. Agradeço à querida professora Dra. Dione Moraes, que tive a oportunidade de conhecer no mestrado na UFPI e teve um papel fundamental em me apresentar com clareza, competência e profundidade estudos sobre rural e as ruralidades no Brasil.

À Rafaela Toledo e ao Railan Silva, pela contribuição na fase de coleta de dados, em especial à Rafa, que se tornou alguém especial com quem eu podia compartilhar minhas dúvidas e dificuldades sobre a atualização dos artigos e sempre encontrava palavras de apoio e incentivo. Agradeço ainda ao Leandro Silva e a Ana Paula Fernandes, psicólogos que me acompanharam de maneira tão linda ao longo da construção desta tese.

Ao meu amado esposo, Diego, com quem comecei a namorar na mesma época que iniciei o doutorado, tempo em que aprendemos a lidar com a distância e a saudade. Agradeço por me acompanhar com tanto amor e cuidado em toda esta trajetória e pela sua parceria, incentivo e zelo em cada detalhe da nossa nova rotina de casados e de pais nestes meses finais

para que eu conseguisse concluir a escrita deste trabalho. Agradeço por sempre falar aquilo que eu precisava ouvir. Agora poderemos curtir com mais tempo e tranquilidade a espera do nosso menino.

Por fim, agradeço de maneira especial ao meu filho, Bento, que hoje carrego com tanto amor no meu ventre, por me fazer sorrir e me encher de leveza com sua doce presença, dando-me força, alegria e esperança na reta final da escrita desta tese.

Sumário

Lista de Siglas.....	xii
Lista de tabelas.....	xiii
Lista de figuras.....	xiv
Resumo.....	xv
Resumen.....	xvi
Abastract.....	xvii
Apresentação.....	18
1 Introdução.....	24
1.1 Psicologia em contextos rurais na América-Latina.....	26
1.2 Objetivos.....	35
1.3 Estratégia de investigação.....	35
2 América Latina e ruralidades: diálogos possíveis e necessários.....	49
2.1 Algumas expressões acerca da realidade latino-americana.....	49
2.2 América Latina: conceito, identidade e diversidade.....	58
2.3 O mundo rural na América Latina.....	71
2.3.1 Categoria rural: algumas reflexões.....	73
2.3.2 Perspectivas no uso da noção de rural.....	80
2.3.3 Novas ruralidades: características, diferenças, possibilidades e desafios.....	83
3 A Psicologia na América Latina.....	92
3.1 Olhares sobre a Psicologia latino-americana.....	92
3.2 Psicologia Social Comunitária: a construção de uma Psicologia contextualizada para os povos latino-americanos.....	104
3.2.1 Características e possibilidades teóricas e práticas da Psicologia Social	

Comunitária.....	111
3.2.2 Contribuições e desafios da Psicologia Social Comunitária para a aproximação da Psicologia com os contextos rurais e a construção de uma América Latina original e diversa.....	118
4 Aproximações entre Psicologia e contextos rurais na América Latina.....	131
4.1 Panorama geral da produção científica.....	131
4.2 Autoria e instituições.....	139
4.3 Considerações sobre os temas pesquisados	144
5 Rural na produção científica dos/as psicólogos/as latino-americanos/as.....	149
5.1 Como rural é definido pela Psicologia.....	149
5.1.1 Concepções de rural.....	149
5.1.2 Rural e suas especificidades.....	158
5.2 Perspectivas teóricas em análise: desafios e possibilidades	164
5.3 Contribuições dos pensamentos decolonial e pós-colonial para a discussão teórica da Psicologia latino-americana sobre os contextos rurais.....	221
Considerações finais.....	228
Referências.....	233

Lista de Siglas

ENFEN	Avaliação Neuropsicológica das Funções Executivas
CEPAL	Comissão Econômica Para América Latina
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
DeCS	Descritores em Saúde
VER-SUS	Estágio de Vivência no SUS
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
MeSH	Medical Subject Headings
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PRISMA	<i>Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses</i>
PEPSIC	Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PPL	Psicologia Política Latino-americana
PSC	Psicologia Social Comunitária
REDALYC	Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SIP	Sociedade Interamericana de Psicologia
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNISOL	Universidade Solidária

Lista de Tabelas

<i>Tabela 1.</i>	Número de artigos por País.....	134
<i>Tabela 2.</i>	Idioma.....	135
<i>Tabela 3.</i>	Abordagem metodológica.....	136
<i>Tabela 4.</i>	Revistas científicas.....	136
<i>Tabela 5.</i>	Autoria.....	139
<i>Tabela 6.</i>	Principais autores/as.....	140
<i>Tabela 7.</i>	Instituições.....	143
<i>Tabela 8.</i>	Temas de pesquisa.....	144
<i>Tabela 9.</i>	Temas de pesquisa por ano.....	147
<i>Tabela 10.</i>	Denominações de rural.....	150
<i>Tabela 11.</i>	Diferentes denominações para rural no mesmo artigo.....	150
<i>Tabela 12.</i>	Rural físico-geográfico.....	152
<i>Tabela 13.</i>	Qualificadores de rural.....	154
<i>Tabela 14.</i>	Áreas da Psicologia.....	165
<i>Tabela 15.</i>	Principais teorias e conceitos.....	190

Lista de Figuras

<i>Figura 1.</i>	Fluxograma PRISMA.....	42
<i>Figura 2.</i>	Países que compõem a América Latina e o Caribe.....	50
<i>Figura 3.</i>	Artigos por ano de publicação.....	132
<i>Figura 4.</i>	Blocos teóricos predominantes na produção em Psicologia Social e Comunitária.....	191

Resumo

Os contextos rurais constituem um novo campo de investigação da Psicologia latino-americana. Assim, alguns desafios tem perpassado essa aproximação, destacando-se as lacunas teóricas a respeito da categoria rural. Diante disso, objetivou-se investigar como a produção científica da Psicologia tem se aproximado dos contextos rurais na América Latina, por meio de uma revisão integrativa da literatura. Foram analisados artigos científicos na forma de estudos empíricos sobre o tema escritos por psicólogos/as latino-americanos/as. As buscas foram realizadas por meio do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), sendo utilizado o termo “Psicologia” e o descritor booleano *and* para os termos, “zona rural” e “população rural”, nos idiomas português, inglês e espanhol, e nas seguintes bases de dados: PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, PEPSI e LILACS. No final, chegou-se a um total de 89 artigos. Os principais resultados demonstram que a produção científica da Psicologia na América Latina sobre os contextos rurais é recente e ainda encontra-se concentrada dentro de poucos países. Além disso, constatou-se a predominância de termos e expressões que definem rural pelo sentido físico-geográfico. Destaca-se que são poucas as reflexões sobre a categoria rural sendo a Psicologia Social a área que mais produz sobre o tema e reflete sobre essa categoria. Apesar de algumas lacunas, observou-se um esforço da Psicologia em apresentar as especificidades dos contextos rurais, o que pode abrir um importante espaço de análise, discussão e proposição de práticas contextualizadas. Conclui-se que, para que a Psicologia possa contribuir efetivamente no campo dos contextos rurais, é urgente a problematização dos aspectos teóricos sobre rural, entendendo que se trata de uma categoria de reflexão teórica e não apenas um local de realização das pesquisas. É necessário que a Psicologia posicione-se com clareza e mostre em que e como pode contribuir para o entendimento e a transformação dos contextos rurais latino-americanos.

Palavras-chave: psicologia; rural; américa latina.

Abstract

Rural contexts constitute a new field of research in Latin American psychology. Thus, some challenges have permeated this approach, highlighting the theoretical gaps regarding the rural category. Therefore, the objective was to investigate how the scientific production of Psychology has been approaching rural contexts in Latin America, through an integrative literature review. Scientific articles were analyzed in the form of empirical studies on the subject written by Latin American psychologists. The searches were carried using the *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyzes* (PRISMA), using the term “Psychology” and the Boolean descriptor and for the terms, “rural area” and “rural population”, in Portuguese, English and Spanish, and in the following databases: PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, PEPSI and LILACS, which resulted in 89 articles. The main results demonstrate that the scientific production of Psychology in Latin America on rural contexts is recent and is still concentrated within some countries. In addition, there was a predominance of terms and expressions that define rural by the physical-geographical sense. It is noteworthy that there are few reflections on the rural category, with Social being the area that produce the most on the theme and reflect on this category. Despite some gaps, there was still an effort by Psychology to present the specificities of rural contexts, which can open an important space for analysis, discussion and proposition of contextualized practices. It is concluded that, so that Psychology can contribute effectively in the field of rural contexts, it is urgent to problematize the theoretical aspects about rural, understanding that it is a category of theoretical reflection and not just a place where research is carried out. It is necessary for Psychology to position itself clearly and show where and how it can contribute to the understanding and transformation of rural Latin American contexts.

Keywords: psychology; rural; latin america.

Resumen

Los contextos rurales constituyen un nuevo campo de investigación en psicología latinoamericana. Así, algunos desafíos impregnan este enfoque, destacando brechas teóricas sobre la categoría rural. Por tanto, el objetivo fue investigar cómo la producción científica de la Psicología se ha acercado a los contextos rurales en América Latina, a través de una revisión integradora de la literatura. Los artículos científicos fueron analizados en forma de estudios empíricos sobre el tema escritos por psicólogos/as latinoamericanos. Las encuestas se realizaron utilizando los ítems de *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), utilizando el término "Psicología" y el descriptor booleano *and* para los términos "zona rural" y "población rural", en Portugués, Inglés y español, y en las siguientes bases de datos: PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, PEPSI y LILACS, que resultaron en 89 artículos. Los principales resultados muestran que la producción científica de la Psicología en América Latina en contextos rurales es reciente y aún se concentra en algunos países. Además, hubo un predominio de términos y expresiones que definen lo rural por el sentido físico-geográfico. Es de destacar que existen pocas reflexiones sobre la categoría rural, siendo la Psicología Social la área que más produce sobre el tema y reflexiona sobre esta categoría. A pesar de algunas lagunas, aún existía un esfuerzo por parte de la Psicología por presentar las particularidades de los contextos rurales, lo que puede abrir un importante espacio de análisis, discusión y propuesta de prácticas contextualizadas. Se concluye que, para que la Psicología pueda contribuir de manera efectiva en el campo de los contextos rurales, es urgente problematizar los aspectos teóricos del medio rural, entendiendo que es una categoría de reflexión teórica y no solo un lugar para realizar investigaciones. La psicología debe posicionarse claramente y mostrar dónde y cómo puede contribuir a la comprensión y transformación de los contextos rurales de América Latina.

Palabras clave: psicología; rural; américa latina.

Apresentação

O objeto de estudo desta tese tem como foco o encontro da Psicologia com o campo das ruralidades. No entanto, nosso interesse está centrado em um aspecto específico dessa realidade que é nova e desafiante para nossa ciência e profissão. Trata-se de analisar e problematizar a sua produção científica a respeito das ruralidades latino-americanas.

A escolha por essa temática surgiu da relação entre experiências, leituras e questões que se deram ao longo do meu percurso acadêmico e profissional. Nesse sentido, durante a graduação em Psicologia atuei no campo das políticas sociais, da saúde mental e da saúde coletiva. Destaco aqui a experiência no Estágio de Vivência no SUS (VER-SUS), desenvolvida nas zonas urbana e rural da cidade de Teresina-PI e no projeto “Programa de ação universitária multidisciplinar no Assentamento Cajueiro na cidade de Parnaíba-PI”, desenvolvido pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) por meio do 12º Concurso Banco Real - Universidade Solidária (UNISOL), com atividades de educação e promoção em saúde e o desenvolvimento de uma horta comunitária, tendo como ênfase a melhoria da qualidade de vida, a cidadania e o desenvolvimento sustentável da população que reside no Assentamento Cajueiro, no Piauí.

Essas experiências me aproximaram fisicamente de pessoas que viviam em contextos rurais. Por outro lado, essa aproximação não aconteceu no campo teórico. Nessa época, a discussão sobre a categoria rural não fazia parte do currículo da minha graduação. Hoje percebo que as lacunas advindas dessa carência foram levadas para a minha primeira experiência profissional, realizada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Foi um período em que constantemente era atravessada pela relação rural/urbano para a qual o meu olhar não repousava, pois para mim, rural era um local físico afastado da cidade, a zona rural.

Mesmo com essa visão restrita de rural, comecei a questionar os desafios que vivenciava em minha atuação profissional nesse campo, tendo que, muitas vezes, responder às complexas demandas diárias de saúde mental, pobreza, violência, dificuldade de acesso às políticas, entre outras, tendo pouco auxílio, recursos e qualificação. Diante disso e considerando toda experiência anterior da graduação, assim como minha própria trajetória de vida, natural de uma pequena cidade do interior do Piauí, surgiu o interesse de investigar as práticas de psicólogos/as em contextos rurais.

Essa ideia foi aprimorada no percurso do mestrado e, em 2017, defendi a dissertação intitulada: “Psicologia nas Políticas Sociais e ruralidades: aproximações e desafios para a profissão”. Nessa pesquisa, nosso objetivo foi discutir sobre a realidade do trabalho e os percursos profissionais trilhados por psicólogos/as que atuavam nas políticas de saúde e assistência social em interface com os contextos rurais. Para isso, contamos com a participação de seis psicólogos/as que atuavam no CRAS, na Equipe Volante do CRAS e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) nas zonas rural e urbana de três municípios de pequeno porte do Piauí.

Diante disso, destaco a experiência no mestrado como fundamental para a minha aproximação com o campo das ruralidades. Foi por meio dela que me dediquei a leituras que chamavam a atenção para aspectos como: as insuficiências teórico-práticas da Psicologia para atuar em contextos rurais; a direção da formação e atuação profissional, que estão voltadas para habitantes e contextos urbanos; a questão agrária; o compromisso social da Psicologia e o seu projeto ético-político (Albuquerque, 2001; Engelmann & Gil, 2012; Girardi & Fernandes, 2013; Ianni, 1992; Leite, Macedo, Dimenstein & Dantas, 2013; Rechtman, 2015; Silva, 1980; Yamamoto, 2007, 2012).

Contudo, certamente uma das contribuições mais significativas desse período foi a oportunidade de ter entrado em contato com a literatura especializada de disciplinas que já

possuem uma trajetória consolidada nos estudos sobre o mundo rural como a Sociologia, a Antropologia e a Agronomia. Esse contato foi fundamental para qualificar a minha inserção em campo e a escrita do trabalho, mas antes de tudo, para me possibilitar conhecer, questionar e ampliar os sentidos sobre rural, inclusive aqueles que eu trazia comigo. Foi quando passei a compreender que rural também pode ser visto como um campo representacional e não apenas como uma realidade física distante da cidade e associada a atividades agrícolas (Carneiro, 1998; Silva, 2001). Essa descoberta mudou os rumos da minha escrita e da minha pesquisa de campo, e certamente contribuiu para a construção do meu posicionamento de que a qualificação da pesquisa e da atuação em contextos rurais está associada a um entendimento claro do/a pesquisador/a e do trabalhador/a sobre o que é rural.

Além dessas contribuições, destacam-se os resultados da dissertação, onde pudemos ratificar a fragilidade da Psicologia, sobretudo na ausência de articulação dos saberes psicológicos com os estudos rurais. Acentua-se, o fato de que o próprio campo das ruralidades possui seus desafios, com ambiguidades e disputas entre diferentes posturas teóricas, paradigmas e seus quadros de linguagens, categorias e temas, atravessado, ainda, por novas questões de conteúdo metodológico (Almeida, 2007; Carneiro, 2005). Sobre essas questões, Carneiro (2008) indaga:

Até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais? Qual o sentido que devemos atribuir ao rural (e, por que não, ao urbano) na contemporaneidade? Ou, em outros termos, até que ponto categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas? [...] É o rural como categoria analítica que está em jogo e com ela estaria sendo também questionada a dualidade que a sustenta? Ou será que a emergência de novas ruralidades estaria apontando para novas dinâmicas nos espaços compreendidos nessa dualidade, sem, no entanto, ameaçar o seu conteúdo heurístico? (p. 16).

Assim, diante dos resultados da dissertação, chegamos ao entendimento de que na contemporaneidade a Psicologia é convocada para atuar em contextos rurais e tem como

desafio produzir uma articulação teórica alinhada a tais contextos. Nesse sentido, surgiu o interesse de conhecer como esse desafio se expressava na produção de conhecimento na área. Qual seria o lugar ou as concepções que rural ocupa na produção científica em Psicologia? Assim, a experiência no mestrado foi decisiva para a escolha do tema de pesquisa no doutorado. Vi na produção científica a possibilidade de um caminho para ajudar a compreender o encontro da Psicologia com os contextos rurais na América Latina, que é o foco desta tese.

Ressalta-se que a escolha de pesquisar a aproximação da Psicologia com os contextos rurais no contexto latino-americano surgiu do interesse em ampliar e aprofundar os conhecimentos já adquiridos sobre o tema no contexto brasileiro, considerando minha trajetória de estudo, que pode ser visualizada por meio da minha dissertação de Mestrado e da publicação de artigos científicos (Silva & Macedo, 2017a, 2017b, 2017c, 2019a, 2019b). Esse posicionamento ganhou ainda mais sentido quando cursei a disciplina “Seminários em Tópicos Especiais IV”, no doutorado, que abordou o tema dos contextos rurais no contexto latino-americano e me apresentou o pensamento pós-colonial e decolonial que trazem ferramentas teóricas e analíticas fundamentais para compreender a América Latina.

É oportuno destacar que a maior parte desta tese foi escrita no contexto da pandemia de COVID-19, doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e identificada pela primeira vez na China, em dezembro de 2019. Foi um cenário desafiador com implicações no processo de escrita deste trabalho; muitos afetos, notícias, mudanças e movimentos que certamente deixaram aqui as suas marcas. Ressalta-se que em junho de 2020, a América Latina tornou-se um dos epicentros da pandemia sendo considerada a região mais afetada do mundo emergente, considerando seus problemas estruturais como a “vulnerabilidade econômica, histórica desigualdade de renda; precária infraestrutura habitacional, ineficazes serviços públicos de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto, bem como escassos

mecanismos de proteção social aos grupos mais vulneráveis” (Araújo & Sarmiento, 2021, p. 245).

Nesse sentido, apresento como objetivo geral desta tese investigar como a produção científica da Psicologia tem se aproximado dos contextos rurais na América Latina. Entende-se que a produção científica em Psicologia constitui-se como fonte legítima de dados que informam sobre tal aproximação, contudo questiona-se o quanto essa produção tem se voltado para aspectos teóricos sobre rural e considerado a especificidade, diversidade e desigualdade do contexto latino-americano.

Essas reflexões iniciais são desenvolvidas e trabalhadas ao longo deste texto, que está escrito em primeira pessoa e, por vezes, em terceira pessoa, considerando que as contribuições foram múltiplas. Assim, nestas linhas irão falar: eu, meu orientador, psicólogos/as, sociólogos/as, antropólogos/as, agrônomos/as, historiadoras/historiadores, pessoas que vivem em contextos rurais e demais vozes que ajudaram a compreender a aproximação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina. Assim, este escrito está organizado nos seguintes capítulos:

O primeiro capítulo diz respeito à introdução desta tese. Trata, respectivamente, de um debate teórico em torno da construção das questões e do objeto de pesquisa, da apresentação dos seus objetivos e, por fim, da exposição das estratégias de investigação.

No segundo capítulo, discute-se acerca de rural na América Latina. Inicialmente é realizado um debate sobre a região, de forma a situar suas definições, contextos e características, trazendo alguns diálogos com o pensamento pós-colonial e decolonial. Em seguida, aborda-se a caracterização e problematização do/s rural/rurais na América Latina, dando destaque para a perspectiva das novas ruralidades. Por fim, são apresentadas algumas questões e convocações colocadas à Psicologia a partir do seu encontro com os contextos rurais na América Latina.

O terceiro capítulo versa sobre a presença da Psicologia na América Latina. Para isso, apresenta-se inicialmente uma perspectiva acerca do seu processo histórico, desenvolvimento, principais áreas e características. Em seguida, são desenvolvidos diálogos com a Psicologia Social Comunitária (PSC) e o pensamento pós-colonial e decolonial, no sentido de destacar os desafios e possibilidades na construção de uma Psicologia contextualizada para os povos latino-americanos e os contextos rurais.

Em relação ao quarto capítulo, inicia-se a discussão do conteúdo presente na produção científica consultada. É apresentado um panorama geral dos artigos científicos, seguido de análises a respeito da autoria, das instituições, dos temas e das áreas envolvidas. A proposta é apresentar e discutir as características e caminhos que marcam a referida produção em sua aproximação com os contextos rurais.

No que se refere ao quinto capítulo, concentra-se de forma mais específica a discussão sobre a categoria rural na produção científica consultada. Nesse intuito, apresentam-se as análises a respeito de como rural vem sendo definido e coloca-se a importância de conhecer a variedade de concepções sobre rural e de utilizar critérios que permitam abranger a sua complexidade. Por fim, realiza-se a problematização das perspectivas teóricas identificadas.

Ao final, são apresentadas as considerações finais, que trazem um resumo dos principais resultados e contribuições esperadas com este trabalho, além trazer as limitações, discutir a sua validade e propor alguns caminhos para pesquisas futuras.

1 Introdução

Os contextos rurais constituem-se hoje como um novo campo de investigação e atuação da Psicologia na América Latina, especialmente por meio do movimento de interiorização, das políticas sociais e da extensão rural (Landini, 2015a; Leite et al., 2013). Contudo, vem-se realizando primordialmente uma Psicologia urbana (Albuquerque, 2001, 2002) de tal forma que o debate, a formação e a atuação profissional têm privilegiado habitantes e contextos urbanos (Leite et al., 2013).

No caso da interiorização, temos o exemplo da Psicologia no Brasil, que se expandiu para os mais “diversos locais, regiões e campos de atuação”, um crescimento que se deve a fatores como, o aumento do número de psicólogos/as no campo das políticas de bem-estar social e o considerável número de cursos de Psicologia presentes em várias instituições de ensino superior em diferentes lugares e regiões (Macedo & Dimenstein, 2011, p. 297). Assim, a introdução de psicólogos/as no campo do bem-estar social, sobretudo por meio da saúde pública, contribuiu para expandir o trabalho de psicólogos/as para camadas mais extensas da população (Yamamoto, 2007). Além disso, Landini, Murtagh e Lacanna (2009) identificaram contribuições potenciais da Psicologia para o trabalho de extensão rural, e destacaram que a Psicologia “puede ayudar a profundizar en la comprensión del pensamiento del pequeño productor, en sus creencias y en sus representaciones sociales” (p. 3).

Apesar dessa aparente separação, entendemos que rural e urbano não são realidades dicotômicas, mas formadas por relações tênues (Carneiro, 2005). A partir desse entendimento nos interrogamos como tem se dado a aproximação da Psicologia com os contextos rurais na região latino-americana. Ela tem considerado as relações rural/urbano? Que temas discute? Quais são as dificuldades e possibilidades? Que caminhos e tendências teóricas vêm sendo construídas?

Apoiada nesses questionamentos está a nossa principal questão de pesquisa: como a produção científica da Psicologia tem se aproximado dos contextos rurais na América Latina? Esse problema, por sua vez, está atravessado por outras inquietações: de que maneira a Psicologia concebe rural? Que saberes psicológicos têm se colocado na tentativa de ocupar esse campo? A produção científica da Psicologia a respeito de rural tem considerado as especificidades e diversidades do contexto latino-americano?

Ressaltamos que o intuito dessas indagações não se restringe apenas à busca por produzir reflexões acerca das características e dos desafios, interpelações e possibilidades que esse novo campo coloca para nossa ciência e profissão. Juntamente a essa finalidade, de algum modo, esperamos contribuir para o próprio campo de discussões epistemológicas da Psicologia, por meio da identificação de aspectos presentes no universo dos contextos rurais que possam ajudar a enriquecer sua visão de sujeito e seus métodos e teorias.

Essas questões e primeiras elucidações ajudam a situar e desenhar a orientação desta tese. E no intuito de melhor qualificar o seu entendimento e contribuir para a compreensão dos capítulos seguintes, percebemos como oportuno situar as concepções dos três principais elementos que compõem o cerne deste trabalho: Psicologia, rural e América Latina, que são discutidos a seguir.

Nesse sentido, você irá perceber que nesta pesquisa utilizaremos o termo “psicologia e contextos rurais” na tentativa de contemplar a heterogeneidade e a complexidade das discussões sobre esse tema além de não buscar promover uma ideia de especialização e, dessa forma, não limitar apenas a uma área da Psicologia a qualificação para lidar com as demandas referentes às ruralidades. Essa mesma ideia é proposta por Landini (2015a) quando trata de uma “Psicologia Rural”.

Já em relação ao termo rural não é usado aqui apenas no sentido de zona rural, local físico ou realidade que pode ser observada de forma empírica (Carneiro, 1998), mas como

você verá mais detalhadamente no capítulo dois, como categoria (Moraes, 2014) e representação (Carneiro, 1998) sendo constituído por “novas e múltiplas faces” (Wanderley, 2000, p. 134). Desta forma, preferimos utilizar as expressões: “rural”, “ruralidades” e “contextos rurais” ao invés de “o rural”, para não correr o risco de limitar seu sentido de diversidade.

Por fim, a respeito do termo “América Latina”, refere-se não apenas a uma questão semântica ou nominativa, mas envolve realidades históricas concretas e específicas que pertencem ao século XX (Bruit, 2000). Nesta pesquisa, esse termo é utilizado no sentido de uma região que contempla a coexistência de distintas formas sociais, povos e diversidade de culturas e línguas em cada um de seus países e regiões (Beyhaut, 1994; Souza, 2011), marcada pela exclusão dos seus povos originários e dos povos africanos que vieram para cá que são invisibilizados como produtores do processo de formação da identidade da região. Como será visto posteriormente, a América Latina foi sendo estabelecida no mundo ocidental moderno de maneira marginal e oprimida (Farret & Pinto, 2011).

Diante dessas considerações, destaco que o objetivo desta introdução é situar o contexto e os principais elementos envolvidos na construção desta pesquisa e de suas questões. Para tanto, está organizada em três seções: a primeira refere-se a um debate teórico em torno da construção das questões e do objeto de pesquisa; em seguida, serão apresentados os seus objetivos e, por fim, na última seção, figuram as estratégias de investigação.

1.1 Psicologia em contextos rurais na América Latina

Esta primeira parte visa a realizar um debate teórico em torno da construção das questões e do objeto de pesquisa. Assim, inicialmente é válido lembrar que nos seus tempos iniciais, com Wilhelm Wundt (1832-1920), a Psicologia científica pesquisava os aspectos

desconhecidos presentes nos processos internos e nos elementos integrantes da consciência buscando o conhecimento por ela mesma. Dava-se importância secundária à utilidade práticas das descobertas (García, 2014). Contudo, não podemos desconsiderar as contribuições de Wundt, que nos últimos 20 anos de sua vida dedicou-se à psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*) por meio de pesquisas linguísticas, históricas e etnológicas e, além disso, pode promover um espaço importante para “a reflexão sistemática e contínua acerca do conhecimento psicológico produzido” (Araújo, 2009, p. 219).

Dito isso, como bem assinala Ferreira e Gutman (2006), a Psicologia do século XIX enfatizava a pesquisa pura e estudava a experiência comum consciente por meio de um método exigente, que era feito por uma forma de introspecção controlada onde os sujeitos deveriam ser mentalmente sãos e treinados para que pudessem descrever o mais precisamente possível suas sensações. Esses sujeitos eram psicólogos/as treinados/as no ramo da fisiologia, não sendo estudados, portanto, os sujeitos comuns, crianças, animais e loucos.

Como se vê, o olhar e as intencionalidades da Psicologia eram muito restritos, limitando-se apenas ao estudo de alguns aspectos de determinados sujeitos por meio de um método fixo e em realidades específicas e controladas. Logo, fica claro compreender a ausência de análise em relação aos contextos e povos rurais. Esses estavam longe de constituírem-se como objetos da Psicologia nessa época. Na América Latina, Alarcón (2004) lembra que essa realidade não foi diferente, tendo desenvolvido nos seus tempos iniciais a mesma corrente científica da Psicologia europeia que era de orientação objetiva, experimental e psicométrica.

Com o seu desenvolvimento, a Psicologia foi construindo novas formas de produção do conhecimento, objetos, teorias, modelos, paradigmas, tendo ganhado diferentes formas de expressão. Mas apesar disso, Albuquerque (2001, 2002) salienta uma característica que continuou sempre presente na psicologia: sua preferência por analisar os contextos urbanos.

De acordo com o autor, isso se relaciona, entre outros fatores, à tendência que se tem em se estudar mais os problemas que são conhecidos e que cercam a própria realidade, como foi o caso dos/as psicólogos/as que se constituíram no cenário de desenvolvimento e da migração do campo para as cidades e acabaram se deparando e focando nos principais problemas das cidades. Com isso, elas demandaram uma aplicação imediata da Psicologia, de maneira que sua metodologia e instrumentos se constituíram por um processo fundamentado e voltado para as populações urbanas. Além disso, a Psicologia surge como ciência no contexto da modernidade que, por sua vez, enaltece a cidade e suas questões de desenvolvimento como espaço privilegiado.

A questão que se coloca é que os contextos rurais se constituem, hoje, como uma realidade para a Psicologia, conforme destacado no início desta introdução. É um campo onde já não é mais possível à nossa ciência e profissão desconsiderá-lo como urgente ou relevante. Não se trata mais de uma escolha, de optar investigar ou atuar em um “local” urbano ou rural, pois as fronteiras são móveis (Carneiro, 2005). Efetivamente, a Psicologia e os/as psicólogos/as são interpelados/as pelas ruralidades e vivenciam as relações rural/urbano cotidianamente.

Acentuamos que na América Latina essas relações rural/urbano são vivenciadas de maneira particular, sendo os contextos rurais marcados por uma ampla diversidade de situações advindas do desenvolvimento econômico regional desigual e contam com algumas características distintivas, entre elas: a) interdependência e intercâmbio entre rural e urbano; b) migração internacional, de origem rural, com a criação de vínculos globais tendo repercussões nas condições de vida rural; c) recomposição da população rural, com o fenômeno da feminização da agricultura camponesa e posse de terra com a população envelhecida; d) diversificação da economia rural não sendo mais predominantemente agrícola ou primária; e) a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos agrícolas constituem a

maior parte das empresas rurais agrícolas e o foco de preocupação para políticas e programas de desenvolvimento rural (Echeverri & Sotomayor, 2010); f) região marcada por uma grande multiplicidade de culturas no interior de seus países ou regiões (Farret & Pinto, 2011) com a presença fundamental de povos tradicionais, indígenas, quilombolas e povos de etnias variadas os quais constituem seus modos de vida e sua existência nos contextos rurais.

Diante disso, enfatiza-se o grande desafio colocado à Psicologia latino-americana no encontro com esse campo diverso, em transformação e novo para a área. Nos termos de Carneiro (2008), os meios rurais são compostos por contextos históricos de formação, cultura e identidade de cada povo e se expressam por uma variedade de modos de vida, conjugado pela heterogeneidade criada por diferentes atores, que se apropriam de maneiras diferentes dos bens materiais e simbólicos produzidos, acomodando complexas redes de sociabilidades.

Todo esse contexto contribui para indicar a abertura de uma enorme frente de trabalho e de pesquisas para a Psicologia. Porém, cabe chamar a atenção para o fato de que os estudos psicológicos sobre as ruralidades, apesar de terem sido relegados à margem, não são novos (Hur & Calegare, 2016). Além disso, nota-se certo crescimento da temática dos contextos rurais no âmbito da Psicologia, inclusive com a existência de trabalhos que versam sobre temas variados e pertinentes à rural e à vida no campo, apesar de não ser algo sistematizado.

Landini (2015a), ao recuperar os estudos historiográficos internacionais sobre a Psicologia, faz referência a James Williams, que em 1925 publicou, nos EUA, a obra *“Our rural heritage. The social psychology of rural development”* (Nossa herança rural: a psicologia social do desenvolvimento rural), como um marco nos estudos nesse campo. Tempos depois, em 1973, foi publicado *“Socioanálisis del campesino mexicano”*, por Erich Fromm e Michael Maccoby.

No Brasil, os primeiros trabalhos nessa área datam de 1940, realizados por Helena Antipoff, com a educação de crianças no campo, no estado de Minas Gerais, sistematizados

na obra “Educação rural”, publicada em 1992 (Martins, Augusto & Antunes-Rocha, 2011). Nas décadas de 60 e 70, também há registros de trabalhos no âmbito da Psicologia Social Comunitária, na região Sudeste do país; e na década seguinte, no Nordeste, envolvendo reflexões, pesquisas e intervenções por meio da extensão universitária junto a populações específicas, como comunidades rurais, assentamentos sem-terra, mutirões rurais e tribos indígenas (Leite et al., 2013).

Esse movimento de aproximação com o tema continuou dando seguimento a certo volume de trabalhos divulgados em congressos e em periódicos científicos, ainda que de forma não concentrada, especialmente com vinculação à Psicologia Social. De forma mais organizada, no México, Concepción Sánchez Quintanar publicou, em 2009, a obra *“Psicología en ambiente rural”*, compilando um conjunto de trabalhos relacionados à Psicologia e ruralidade, apresentados no IV Congresso Latino-americano de Alternativas em Psicologia. Em 2013, foi publicado no Brasil o livro “Psicologia e contextos rurais”, organizado por Jáder Leite e Magda Dimenstein da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), abordando o tema rural em suas várias expressões e realidades. Três anos depois, foram publicados “Condições de vida e saúde mental em contextos rurais” (Dimenstein, Leite, Macedo & Dantas, 2016) também pela UFRN e “Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais” (Calegare & Higuchi, 2016) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Como se pode ver, a temática das ruralidades tem apresentado um crescente no campo de estudos da Psicologia. Isso pode ser visualizado ainda por meio do desenvolvimento dos três Congressos Latino-Americanos de Psicologia Rural realizados em 2013, 2016 e 2019. Esses são os maiores encontros realizados em nível latino-americano de maior legitimidade na discussão e atuação da Psicologia nesse campo e constituem-se como espaço de discussão ético-política, inclusive do primeiro evento resultou a publicação do livro *“Hacia una*

Psicología Rural Latinoamericana” (Landini, 2015a), importante referência na área. Ademais, promovem diálogos transdisciplinares com outras áreas das Ciências Sociais e contam com a participação de outros atores, como movimentos sociais, organizações sociais e políticas, gestores públicos, entidades de desenvolvimento e estudantes.

Em relação ao primeiro Congresso ocorreu concomitantemente com o I Congresso de Psicologia Rural do MERCOSUR e as Primeiras Jornadas Nacionais de Psicologia Rural, em Posadas, Misiones (Argentina). Teve como tema geral: “Construindo uma Psicologia para o desenvolvimento social e produtivo no âmbito rural”, e trouxe reflexões acerca da participação da Psicologia na questão da terra e do campo, com temáticas voltadas para trabalho, educação, saúde, gênero, povos originários, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Conti, Landini & Martins, 2013).

Já o segundo Congresso, realizado no Rio de Janeiro (Brasil), teve como tema geral: “Desafios na construção de uma abordagem psicossocial das ruralidades”, e apresentou como intuito debater sobre a enorme diversidade presente no continente latino-americano. Teve como eixos de trabalhos: agricultura familiar, extensão rural e trabalho rural; saúde e contextos rurais; educação do campo; movimentos sociais, grupos étnicos e povos tradicionais; gênero e geração, e ambiente e sustentabilidade.

Por fim, o terceiro congresso, realizado em Bogotá (Colômbia), ocorreu paralelamente com o IV Encontro Latino-Americano de Desenvolvimento e Extensão Rural, tendo como tema geral: “Tecendo redes, aprofundamos nossos saberes e fortalecemos nossas práticas”. O seu compromisso foi ajudar a ampliar a práxis da Psicologia relativa à rural e às diversas geografias da América Latina (<http://www.eventoslatinoamericanos.org/presentacion>). Um fato marcante desse Congresso foi a criação da Rede latino-americana de Psicologia Rural, que tem por objetivo promover o desenvolvimento da Psicologia Rural na região latino-

americana como um campo de conhecimento e ação (Rede latino-americana de Psicologia Rural, 2019).

É conveniente esclarecer que devido à importância e ao conjunto expressivo de relatos de pesquisa, experiências e reflexões trazidas nesses congressos, os trabalhos completos apresentados nos mesmos foram inicialmente pensados como fonte de dados para esta pesquisa. No entanto, como será detalhado na última parte desta introdução, preferiu-se utilizar como fonte de dados os artigos científicos.

Um dos motivos dessa preferência relaciona-se ao fato de que nos últimos anos, os mais importantes sistemas de indexação têm apontado o desenvolvimento da Psicologia latino-americana no que diz respeito à qualidade e quantidade de suas publicações. Tem contribuído para isso a crescente importância atribuída por psicólogos/as do contexto universitário ao relato dos resultados de suas investigações e a crescente consideração às revistas científicas como ferramentas de divulgação. Além disso, destaca-se a maior atenção aos processos editoriais de periódicos na região, a criação de sistemas de indexação específicos (como por exemplo, Redalyc e SciELO e Pepsic), a receptividade à língua inglesa e a composição e fortalecimento de ambientes de debate sobre questões ligadas à publicação científica (López-López, Silva, García-Cepero, Bustamante & López, 2011).

Mais recentemente, em julho de 2021, o tema da Psicologia e dos contextos rurais foi incluído como a área temática “Psicologia rural e ambiental” no XXXVIII Congresso Interamericano de Psicologia, que marcou a comemoração dos 70 anos de fundação da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) e teve como tema “Contribuições da psicologia no século 21”. Esse fato representa um avanço significativo na inclusão e expansão de discussões e trabalhos sobre a temática na Psicologia latino-americana.

Então, diante do desenvolvimento das publicações antes referidas, qual seria o lugar dos contextos rurais? Trata-se, portanto, de um tema com potencial de crescimento nesse

cenário de pesquisa, considerando que as tendências da pesquisa psicológica latino-americana são as pesquisas psicométrica, transcultural, psicossocial e pesquisa de comportamento experimental que, apesar de não terem perdido sua validade, não mantêm a mesma prioridade.

Portanto, a pesquisa em Psicologia na América Latina vem ganhando novas direções e os estudos sobre contextos rurais incluem-se aí como uma importante possibilidade de crescimento. Nesse cenário, destacamos que a Psicologia Social Comunitária constitui-se como importante via de acesso para a leitura das singularidades dos contextos rurais latino-americanos. Isso pode ser verificado por meio de importantes reflexões que já têm sido realizadas, entre elas: “*Reflexiones éticas en investigaciones con grupos indígenas*” (Vitale & Grubits, 2007); “*Una mirada a las interacciones y a la construccion de las redes sociales de los jóvenes del sector rural*” (Romero, 2007); “Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas” (Calegare, 2010); “Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária” (Ximenes & Moura, 2013); “*Contributions of Community Psychology to Rural Advisory Services: An Analysis of Latin American Rural Extensionists’ Point of View*” (Landini, 2015b); “*Una Aproximación al Concepto Comunidad Rural en Psicología Comunitaria*” (Astudillo & Muñoz, 2016); “Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a Psicologia Comunitária” (Moura, Barbosa, Martins & Bomfim, 2019).

Como será visto no capítulo três, essa contribuição da Psicologia Social Comunitária ao estudo dos contextos rurais se deve, entre outras características, ao seu caráter histórico-crítico e generalista, sua aproximação com os movimentos sociais “e com outros saberes” que “pode inspirar práticas atentas à complexidade do cotidiano” (Scarparo & Guareschi, 2007, p. 104) e ao seu compromisso político-social com a realidade concreta de exclusão, opressão e vulnerabilidade socioeconômica das populações (Quintal, 2016). De tal modo, a Psicologia

Social e Comunitária se tornou um importante eixo articulador ao longo da construção desta tese para pensar a aproximação da Psicologia com os contextos rurais, e isso se deu pelo fato de ter sido bastante citada no referencial teórico utilizado e por ter se sobressaído na etapa de coleta e análise de dados.

Diante de todos os elementos expostos até aqui em relação à aproximação da Psicologia com os contextos rurais e à complexidade e diversidade desse campo, ressaltamos que sozinha, a Psicologia não dá conta de entendê-lo. Nesse sentido, ela necessita da participação e da coprodução junto com as pessoas e povos que vivem nesses contextos. Além disso, precisa fazer interlocuções com disciplinas que já possuem uma trajetória nesse campo, como a Sociologia, Antropologia, Agronomia, Geografia e Economia (Alentejano, 2003; Carneiro, 2005; Mattei, 2015).

De maneira ainda mais específica sugere-se a necessidade de que a Psicologia se aproxime dos estudos pós-coloniais e decoloniais no encontro com esse campo. Trata-se de perspectivas relacionadas à subalternização da diferença que está presente nas relações de modernidade-colonialidade (Alves & Delmondez, 2015; Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015). São, portanto, “vozes dissonantes” que problematizam o eurocentrismo, a visão de história e a visão de ser humano, “que esconde escolhas e determinações de cunho político-econômico” (Alvez & Delmondez, 2015, p. 649) e, nesse sentido, podem contribuir, como você verá a seguir, para questionar a visão importada de identidade presente no contexto latino-americano e a desconsideração das persistentes relações de desigualdade, das diferenças dos sujeitos e povos bem como das singularidades que marcam os contextos rurais. Assim, cabe indagar: qual a atualidade da postura crítica que marcou a Psicologia Comunitária latino-americana? Como o pensamento pós-colonial e decolonial podem contribuir com a discussão da Psicologia sobre contextos rurais?

Portanto, acredita-se na possibilidade de contribuir e promover avanços em alguns aspectos na discussão da Psicologia concernentes ao campo dos contextos rurais. Por isso, a intenção deste estudo não é produzir afirmações fechadas e generalistas, mas ajudar a promover questões e discussões relevantes para o campo da pesquisa, do estudo, da formação e da atuação em Psicologia no âmbito dos contextos rurais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar como a produção científica da Psicologia tem se aproximado dos contextos rurais na América Latina.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar os temas que têm sido pesquisados pela Psicologia na interface com os contextos rurais na América Latina;
- b) Identificar os/as pesquisadores/pesquisadoras e países na produção consultada;
- c) Discutir as concepções de rural abordadas na produção consultada;
- d) Identificar e analisar as perspectivas teóricas adotadas na produção consultada.

Para alcançar esses objetivos, realizou-se a análise da produção científica sobre rural na América Latina por meio de artigos científicos produzidos por psicólogos/as, os quais constituíram juntamente com o levantamento bibliográfico, a estratégia de investigação adotada, conforme apresentada a seguir.

1.3 Estratégia de investigação

De acordo com Salomón e Rodríguez (2007), a produção científica “expresa el conocimiento resultante del trabajo intelectual mediante investigación científica en una determinada área del saber, perteneciente o no al ámbito académico, publicado o inédito; que contribuye al desarrollo de la ciencia como actividad social” (p. 34), sendo analisada a partir de diferentes ângulos e contextos, de acordo com as diferentes posições adotadas pelos/as autores/as. Destaca-se que o crescimento da produção científica tornou-se mais notório, sendo necessário produzir métodos de pesquisa que possibilitem compreender e não apenas descrever e quantificar o problema investigado.

A partir dessas considerações e entendendo que a produção do conhecimento efetua-se por meio de um processo aproximativo, e não definitivo e absoluto (Silva, Damasceno, Martins, Sobral & Farias, 2009), buscamos realizar nesta pesquisa não apenas uma generalização ou descrição, mas uma problematização da produção consultada. Nesse sentido, intentamos construir um panorama, certamente não integral, e refletir sobre o mesmo, na tentativa de que se constitua como ferramenta de busca para o desenvolvimento de novas questões, pesquisas e possibilidades de análise a respeito da aproximação da Psicologia com os contextos rurais nessa região.

A seguir, serão apresentadas a concepção e operacionalização da pesquisa, definição dos dados, procedimentos para a coleta do material, procedimento de análise dos dados e princípios éticos da pesquisa.

1.3.1 Concepção e operacionalização da pesquisa

Esta investigação inclui-se na categoria de pesquisa social, entendida por Gil (2008) como um processo “que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (p. 26). Optou-se como método para

aproximação da realidade a pesquisa documental, que visa a compreender a realidade de forma indireta por meio da análise de documentos, entendidos aqui como produtos de uma sociedade (Silva et al., 2009).

Destaca-se a aproximação que esse tipo de pesquisa tem com a pesquisa bibliográfica, nem sempre existindo uma distinção clara entre elas, entendendo que as fontes bibliográficas podem ser consideradas documentos. Salientamos que a pesquisa bibliográfica é construída a partir de material já elaborado e tem como principal vantagem cobrir uma maior variedade de fenômenos, especialmente se os dados estiverem muito dispersos pelo espaço (Gil, 2008), como é o caso desta pesquisa que versa sobre a extensa região latino-americana. É interessante registrar que a pesquisa bibliográfica diferencia-se da revisão de literatura ou revisão bibliográfica, que são um pré-requisito ou uma etapa para o desenvolvimento de toda pesquisa, enquanto a pesquisa bibliográfica é um trabalho específico que envolve a organização de procedimentos tendo em vista buscar soluções e atenta ao objeto de estudo (Andrade, 2010; Lima & Miotto, 2007).

Nessa perspectiva, esta pesquisa versa sobre o trabalho com documentos de domínio público que é “toda e qualquer matéria escrita produzida para a leitura e o uso pelo público em geral ou para um público específico” e que possuem conteúdo livre para ser descrito, comentado e referenciado, além de permitirem o acesso a sentidos que estão em circulação (Spink, Ribeiro, Conejo & Souza, 2014, p. 207). Além disso, os autores entendem que os documentos não são “produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço” (Silva et al., 2009, p. 4556). No caso deste estudo, são documentos que expressam sentidos, características e intencionalidades que têm sido construídas a partir da aproximação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina.

Assim, foi realizada uma revisão integrativa da literatura que consiste em uma síntese rigorosa das pesquisas que se relacionam a uma questão de pesquisa específica e, para isso, segue um método de busca e seleção rigoroso (Whittemore & Knafl, 2005). Esse processo de revisão envolve cinco etapas: formulação do problema, coleta de dados/busca na literatura, avaliação dos dados, análise dos dados, e interpretação e apresentados dos resultados encontrados (Russell, 2005).

Paralelamente realizou-se um levantamento bibliográfico (ou revisão de literatura, ou revisão bibliográfica). O objetivo foi, inicialmente, debater sobre rural na América Latina, partindo de diferentes áreas do conhecimento que estudam essa temática assim como das produções já existentes no âmbito da Psicologia e, em seguida, sobre o lugar da Psicologia na América Latina. O intuito foi construir uma compressão ampliada acerca do que já vem sendo discutido sobre esse tema e sobre as questões que têm sido colocadas e, além disso, organizar uma base teórica e crítica para auxiliar em todo processo de investigação, desde a fase de produção e delimitação mais qualificada do problema de pesquisa à fase de análise e interpretação dos resultados.

1.3.2 Definição dos dados

As buscar problematizar a produção científica da Psicologia sobre contextos rurais na América Latina e planejar a maneira como esse objetivo seria operacionalizado tivemos como desafio definir o que seria essa produção científica, considerando os diversos modos de produção do conhecimento realizado pela Psicologia na América Latina, como artigos, dissertações, teses, trabalhos completos e comunicações divulgadas em eventos científicos, dentre outros.

Por esse motivo, foi preciso realizar dois recortes. O primeiro deles se refere ao tipo de publicação, sendo escolhido o artigo científico. Para Marconi e Lakatos (2003), o artigo científico constitui-se como um pequeno estudo que versa sobre questões científicas. Além disso, ele permite contemplar os dados de maneira sistematizada e profunda considerando o amplo cenário de estudo que é a região latino-americana. O segundo recorte foi quanto ao conteúdo temático. Assim, foram utilizados como critérios: a) artigo realizado em países da América Latina; b) estudo realizado por psicólogos/as; c) estudo empírico; d) estudo que tenha realizado pesquisa ou apresentado relato de experiência na área de Psicologia em contextos rurais.

Nesse sentido, a análise dos artigos constituiu-se em via legítima de investigação, uma vez que seus conteúdos estão abertos para serem descritos, referenciados e analisados (Spink et al., 2014). De tal modo, os artigos permitiram traçar um panorama geral de como a produção científica da Psicologia vem se aproximando dos contextos rurais na América Latina, na expectativa de que possa contribuir para o debate acerca das mudanças, tendências e desafios da área em relação a esse campo.

Posto isso, agradecemos a parceria do professor Dr. Telmo Mota Ronzani, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que gentilmente nos cedeu o banco de dados construído para a pesquisa intitulada: “A Psicologia Chega ao Campo: uma Revisão Sistemática da Literatura sobre a Psicologia em Contextos Rurais na América Latina” (Ronzani et al., 2021), realizada em 2018 e orientada pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Liberati et al., 2009), que constituiu os dados iniciais desta tese, como será detalhado a seguir.

1.3.3 Procedimentos para coleta do material

Os estudos iniciais desta investigação foram obtidos a partir da colaboração com o professor Dr. Telmo Ronzani e integrantes do seu grupo de pesquisa, o Centro de Referência em Pesquisa, Intervenção e Avaliação em Álcool e Outras Drogas (CREPEIA), que nos cederam o banco de dados que compunham os artigos da revisão sistemática referida acima. Essa colaboração teve início quando este estudo já estava em andamento e se constituiu um importante ponto de partida para o recorte e definição dos dados.

Vale ressaltar que os dois trabalhos possuem objetivos distintos. Enquanto o primeiro realizou uma revisão sistemática da literatura sobre a inserção da Psicologia em contextos rurais na América Latina, esta tese investiga a aproximação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina, por meio da análise e problematização de artigos científicos, buscando analisar os temas pesquisados, identificar os/as pesquisadores/pesquisadoras e países, discutir as concepções de rural e problematizar as teorias utilizadas.

Nesse sentido, a revisão sistemática realizada pelo referido grupo de pesquisa foi conduzida de acordo com o protocolo PRISMA. As buscas se deram em maio de 2018 e abarcaram artigos entre os anos 1996 e 2017, sendo realizadas nas seguintes bases de dados: PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, Pepsic e LILACS, nos idiomas português, inglês e espanhol e com os seguintes descritores: “Psicologia” e o descritor booleano AND para os termos “zona rural” e “população rural”. Os termos foram definidos a partir do dicionário de Descritores em Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH), principal vocabulário de termos utilizados pelas revistas científicas no mundo. Excluíram-se as revisões narrativas, sistemáticas e metanálises e incluíram-se estudos empíricos que tenham realizado algum tipo de pesquisa ou relato de experiência na área de psicologia em contextos rurais, realizados em países da América Latina. Por meio da busca nos bancos de dados chegou-se a um total de 1.085 artigos. Desses, manteve-se 165 após a leitura dos títulos e resumos e exclusão dos artigos duplicados. Após todos esses textos terem sido lidos integralmente, foram excluídos

72 por não obedecerem aos critérios de inclusão. Com isso, chegou-se a 93 artigos elegíveis para a revisão (Ronzani et al., 2021).

Considerando que este estudo é uma investigação de nível de doutorado que iniciou em 2018, identificou-se a necessidade de atualização do referido banco de dados, uma vez que o mesmo contemplava artigos publicados até o ano de 2017. Dessa forma, a atualização incorporou os anos de 2018 e 2019, tendo sido realizada em 2020, inclusive com a colaboração de uma pesquisadora que fez parte do grupo de pesquisa responsável pelo primeiro estudo.

Nesse sentido, o início da coleta do material se deu em maio de 2020 e foi orientado pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Liberati et al., 2009), seguindo os mesmos passos do estudo anterior, exceto a autoria, pois incluiu apenas estudos realizados por psicólogos/as. A respeito da recomendação PRISMA trata-se de um checklist composto por 27 itens e um fluxograma de quatro etapas tendo por objetivo colaborar para um melhor relato de revisões sistemáticas e meta-análises. Mesmo que tenha como foco os ensaios clínicos randomizados, também pode ser utilizado como uma base para relatos de revisões sistemáticas de outros tipos de pesquisa, em especial as avaliações de intervenções (Galvão et al., 2015).

De tal forma, a busca dos artigos deu-se com a inserção do termo “Psicologia” e do descritor booleano “and” para os termos, “zona rural” e “população rural”, definidos tendo por base os dicionários de Descritores em Saúde (DeCS) e do *Medical Subject Headings* (MeSH); nos idiomas português, inglês e espanhol; nas seguintes bases de dados: PubMed, PsycINFO, Redalyc, Scielo, PEPSIC e LILACS. Definiram-se como critérios de exclusão as revisões narrativas, sistemáticas e metanálises, e como critérios de inclusão, os estudos empíricos que tenham feito pesquisa ou relato de experiência no campo da Psicologia em contextos rurais, escritos por psicólogos/as vinculados/as a instituições de países da América

Latina. Ressalta-se que a busca desses/as psicólogos/as ocorreu em sites que tinham informações sobre os seus currículos, como: plataforma *lattes*, *linkedin*, *researchgate.net* e *orcid.org*.

Assim, chegou-se ao total de 5.284 artigos publicados entre os anos de 2018 e 2019. Após serem feitas as exclusões dos duplicados, mantiveram-se 4.965 artigos que foram avaliados por três pesquisadores/pesquisadoras independentes¹. Dessa forma, foi realizada a leitura dos títulos e resumos, sendo excluídos 4.916 por não obedecerem aos critérios de inclusão, restando 49 artigos para serem revisados na íntegra. Ao final, 35 artigos foram excluídos por não corresponderem aos objetivos deste estudo. De tal forma, chegou-se a um total de 14 artigos (ver Figura 1).

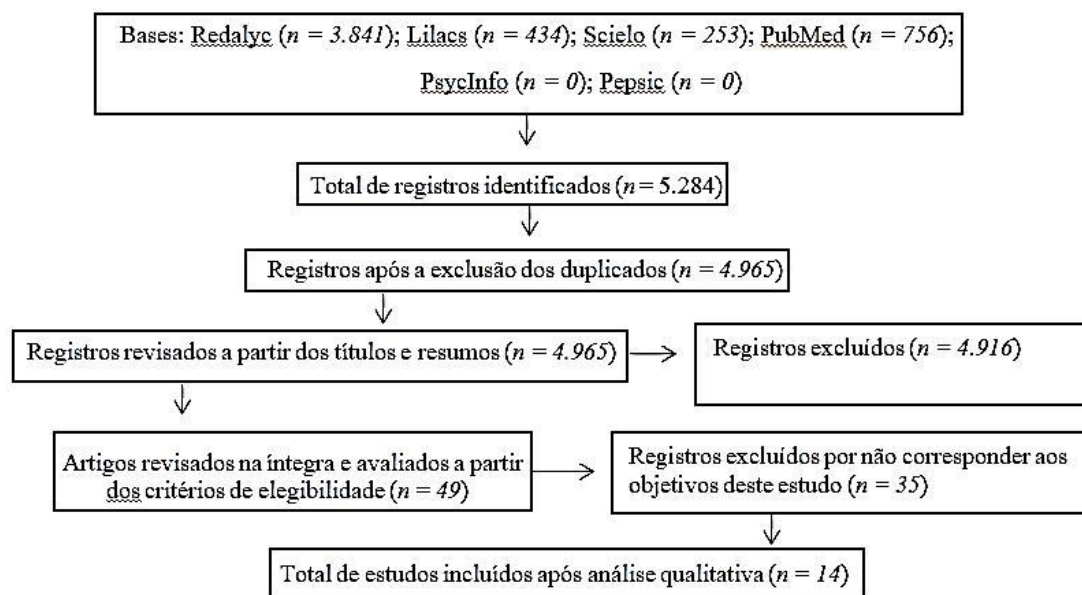


Figura 1: Fluxograma dos procedimentos de identificação e seleção dos estudos

¹ Ressalta-se que uma das pesquisadoras que contribuiu nesta etapa fez parte do referido grupo de pesquisa do professor Telmo Ronzani.

Com isso, a análise final desta pesquisa incidiu sobre 89 artigos, acrescentando-se como fonte adicional a esses 14 artigos aqueles selecionados após a atualização do banco de dados cedido.

1.3.4 Procedimentos para coleta dos dados

De posse desses artigos construimos estratégias para a produção de dados. Inicialmente foi realizada a organização dos dados para a análise. O objetivo foi se debruçar sobre os artigos de forma analítica, com o intuito de torná-los compreensíveis e arranjados de acordo com os objetivos deste estudo. Para isso, foi realizada uma leitura específica de acordo com critérios da análise de conteúdo, por meio de fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos, temas e expressões recorrentes e criação de códigos para ajudar no controle e no manejo dos dados (Pimentel, 2001).

Assim, os artigos foram nomeados com o seguinte padrão: número, sobrenome do primeiro autor e ano da publicação, organizados em uma pasta específica. A seguir, foram realizadas leituras e fichamentos organizados no Word, tendo como auxílio fichas de leitura com os seguintes direcionamentos: título, autora/autor (gênero, individual/coletiva, origem institucional, lugar, idioma), objetivo, metodologia, sujeitos, palavras-chave, temas de pesquisa, áreas da psicologia, definição de rural, teorias e teorias sobre rural.

A seguir, foram criadas cinco pastas para coletar os dados de acordo com cada objetivo do estudo:

Pasta 01 - Dados gerais: abordagem, ano, base de dados, idioma, tipo de estudo e palavras-chave.

Pasta 02 - Temas da pesquisa: os artigos foram separados por temas, organizados e fichados em pastas específicas.

Pasta 03 - Gênero e instituições: foram criados três documentos no Word, um relativo ao gênero, um relativo às instituições e outro com a síntese dessas informações.

Pasta 04 - Sentidos de rural: foi criada uma tabela para coletar de cada artigo as seguintes informações: denominação de rural, sentidos de rural e teorias sobre rural.

Pasta 05 - Grande área da Psicologia: os artigos foram separados por áreas e organizados em pastas específicas. Dentro de cada pasta foi criado um arquivo em Word para apreender as informações relativas à teoria.

Ressaltamos que na organização dos artigos por tema e grande área da Psicologia, contamos com a colaboração de pesquisadores/pesquisadoras especialistas que nos ajudaram em casos de dúvida.

Assim, a partir das leituras e do direcionamento do material foi estabelecido outro critério para ajudar na organização dos dados. Desse modo, foi criado um documento para registrar a presença ou não de discussões relativas ao pensamento pós-colonial e decolonial, que se constitui como importante eixo teórico deste estudo.

Por fim, foi criado um documento em Word que contém os fichamentos e anotações de todos os artigos. Ao final, todos esses artigos fichados e organizados em pastas e documentos específicos se constituíram num banco de dados de informações que ajudaram a relacionar os dados sem desconsiderar a contextualização de toda a investigação (Pimentel, 2001).

1.3.5 Procedimentos de análise dos dados

A partir de Creswell (2007) é válido destacar que a fase de coleta de dados não está separada da fase de análise de dados, “um processo permanente envolvendo reflexão contínua sobre os dados, formulando questões analíticas e escrevendo anotações durante todo o estudo”

(p. 217), bem como da interpretação e redação do texto. Aqui, essas subdivisões foram usadas apenas com a finalidade de explicar, justificar e tornar claro o planejamento da tese.

Assim, a análise de dados se deu a partir dos arquivos, tabelas, documentos e fichas de leitura da fase anterior que foram reunidas às observações e comentários associados às questões da pesquisa (Pimentel, 2001). Busquei realizar uma análise de dados que incluísse tanto um tratamento qualitativo como quantitativo, de forma a contribuir com uma visão mais ampla e compreensível da complexidade do problema investigado (Goldenberg, 2004), que versa sobre um campo em que só recentemente a Psicologia vem se aproximando.

Dessa forma, os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, que “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira mais objetivada” (Bauer, 2002, p 191). Destaca-se que apesar da maior parte das análises clássicas de conteúdo estar voltada para a quantificação, com descrições numéricas de certas características presentes no *corpus* do texto, vem sendo dada considerável atenção aos “tipos”, “qualidades” e “distinções” no respectivo texto (Bauer, 2002, p. 190). Essa característica é de suma importância para a realização desta pesquisa que visa não apenas quantificar, mas a problematizar, construir diálogos e encontrar aspectos gerais e singulares com base no conteúdo expresso nos referidos artigos científicos.

De maneira mais específica, os dados foram considerados por meio da análise de conteúdo na categoria “Análise Temática”, que consiste na descoberta de núcleos de sentido que compõem uma comunicação, sendo operacionalizada em três etapas: a) Pré-análise, com a realização de uma leitura flutuante das comunicações, para entrar em contato com seus conteúdos de forma direta e intensa, valorizando-se os procedimentos exploratórios e a possibilidade de reformular hipóteses e objetivos. Nessa fase foram determinadas as formas de categorizar o material e os conceitos teóricos que orientaram a análise; b) Exploração do material, com a categorização, que consiste em reduzir o texto em palavras e expressões

significativas, realizando a classificação e junção dos dados, a partir de categorias teóricas ou empíricas que especificaram os temas; e, finalmente, o c) tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. Nessa fase, realizam-se inferências e interpretações dos resultados obtidos, junto às dimensões teóricas (Minayo, 2006). Neste caso, a interpretação foi realizada tendo por base os seguintes eixos teóricos: a) a Psicologia na América Latina; b) Pensamento pós-colonial e decolonial e, c) Rural na América Latina.

Os resultados também foram analisados por meio da estatística simples, com frequências e percentuais, especialmente considerando o levantamento e cruzamento de informações quantitativas relacionadas ao tema.

1.3.6 Princípios éticos

Para Drawin (1985) a “ética não é uma regulamentação extrínseca, que se acrescenta à ação profissional do Psicólogo, determinando direitos e deveres, mas é uma dimensão intrínseca à Psicologia e nela se inscreve teoricamente” (p. 16). No caso do tema da ética em pesquisa considera-se que deve constituir-se como objeto de constante reflexão e crítica, tendo em vista o movimento e a provisoriedade da ciência assim como os valores e a moral de uma sociedade (Padilha, Ramos, Borenstein & Martins, 2005).

Como bem assinala Nosella (2008) “a pesquisa assenta-se inevitavelmente em opções livres, ambíguas; é fundamentalmente humana, política e eticamente compromissada desde a primeira formulação da hipótese que se pretende verificar” (p. 271). Pensar nesses termos é reconhecer que as questões éticas estão presentes em todas as etapas de uma pesquisa, na definição de prioridades de financiamento, no modo como o/a pesquisadora/pesquisador entra no campo, como lida com ele e como seleciona e se relaciona com os/as participantes; na maneira como levanta a questão de pesquisa e como informa a respeito da pesquisa, de seus

resultados e finalidades, assim como sobre suas próprias expectativas (Flick, 2009; Guerriero & Minayo, 2013).

Nesse sentido, concorda-se com Guerriero e Minayo (2013) quando referem que a discussão sobre ética em pesquisa e sua regulamentação é sempre política e aberta à revisão. Tal concepção se coaduna à visão de Cordeiro, Freitas, Conejo e Luiz (2014) quando defendem a importância de a ética não ser entendida como uma prescrição, mas como algo que “é coconstruído, negociado, (re)significado por diferentes vozes”, o que não significa desconsiderar a ética prescritiva dos códigos ou o rigor científico (p. 43). O desafio que se coloca é, portanto, como definir diretrizes éticas aplicáveis às várias comunidades científicas, tanto em termos de princípios quanto de procedimentos (Guerriero & Minayo, 2013).

Levando em consideração esse desafio, apresentam-se algumas condições para um “pesquisar” responsável, como “pensar as normas que pautam nossa conduta como produtos de um contexto histórico dinâmico e conflitivo; pensar os atores do processo de pesquisa como diferenciados e interessados e, finalmente, reatualizar nossas posições frente a cada um desses atores e situações” (Padilha et al., 2005, p. 104).

Flick (2009), por sua vez, descreve três questões que devem ser consideradas na produção de pesquisas científicas: 1) Rigor científico: deve ser avaliado por um conjunto de regras que têm por finalidade garantir a qualidade científica, entre elas: rigor teórico, descrição detalhada de todos os procedimentos realizados, coletar os dados que sejam imprescindíveis para responder à questão de pesquisa, fundamentar rigorosamente as generalizações e redação clara e concisa; 2) Princípio da não maleficência: significa evitar causar dano ou prejuízo às pessoas envolvidas na pesquisa, garantindo-lhes a confidencialidade, o respeito aos seus valores e decisões, a veracidade das informações e o não desperdício de investimentos; 3) Princípio da beneficência: a finalidade da pesquisa deve ser produzir algum tipo de benefício coletivo ao invés de buscar interesses particulares.

Este escrito considerou essas reflexões e princípios éticos para o desenvolvimento da tese. Destaca-se que por não se tratar de uma investigação com seres humanos, não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa e à regulamentação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

2 América Latina e ruralidades: diálogos possíveis e necessários

Neste segundo capítulo, são apresentados dois debates fundamentais para entender as bases e objetivos deste trabalho. O primeiro refere-se à caracterização da América Latina. Para isso, iremos apresentar algumas de suas características, em seguida discutir acerca do seu conceito, identidade e diversidade e ao final iremos realizar alguns diálogos com o pensamento pós-colonial e decolonial, que consideramos possuir importantes contribuições para pensar o contexto latino-americano e os contextos rurais. O segundo debate volta-se para a caracterização e problematização do/s rural/rurais na América Latina. Nesse sentido, aborda inicialmente a concepção de rural desenvolvida neste trabalho, em seguida desenvolve algumas reflexões acerca da categoria rural e das diferentes perspectivas que têm sido utilizadas para sua compreensão. Ao final, daremos destaque para a perspectiva da nova ruralidade e apresentaremos as questões colocadas à Psicologia a partir do encontro com esses novos contextos na América Latina.

2.1 Algumas expressões acerca da realidade latino-americana

A América Latina e o caribe são formados por 33 países, que podem ser visualizados na figura abaixo²: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (América do Sul); Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá (América Central); Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago (Caribe) e México

² O mapa representando na figura 2 foi retirado na página eletrônica: <http://centros.bvsalud.org/>

(América do Norte)³. De acordo com dados oficiais a estimativa da população total para 2019 é de 644.787.325,64, sendo 523.703.878 referentes à população urbana e 121.083.447,64 à população rural⁴.



Figura 2. Países que compõem a América Latina e o Caribe

Para situar e entender as características e o modo como essa região se apresenta na atualidade, tornou-se oportuno iniciar com uma contextualização histórica. Nesse sentido, a história da América Latina, como bem descrita por Bethell (2004) é marcada por três séculos

³ Informação disponível na página eletrônica: <https://www.cepal.org/pt-br/estados-miembros>

⁴ Informação disponível na página eletrônica: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/portada.html>

de domínio colonial espanhol e português sendo que os primeiros contatos dos índios americanos nativos com os europeus aconteceram no final do século XV e início do século seguinte. Denominada de Novo Mundo, quando essa região foi invadida pela primeira vez pelos espanhóis, era densamente povoada. Contudo, a conquista e colonização espanhola geraram um “desastre demográfico” (p. 27) sendo o maior fenômeno desse tipo na história moderna da população mundial. De fato, “os conquistadores exploraram seguidamente os americanos nativos sem pensar nas consequências de seus atos. A população índia era tão abundante que parecia que a força de trabalho nunca se esgotaria” (p. 30).

Para Will (2014) esses povos, “resguardam um trágico passado, calcado, sobretudo, em um infamante derramamento de sangue” (p. 8), “na forma de um verdadeiro holocausto” (p. 8), massacrados, principalmente, por meio de guerras, escravidão, roubos, maus-tratos, torturas, assassinatos em massa, difusão de doenças como varíola e rubéola, dentre outros, sendo desrespeitados em suas diferenças e culturas (Carvalho, 2004; Silva, 2018).

Trata-se de um genocídio que ainda persiste em vários Estados Contemporâneos, sendo oprimidos de forma política, econômica e cultural (Will, 2014). Assim:

Afirmamos que estamos frente a genocidio cuando las poblaciones indígenas son condenadas a vivir en total indigencia al ver abruptamente transformada su existencia frente al avance de proyectos en cuya diagramación no participan y que les son ajenos, no sólo porque no tienen en cuenta sus presencias, sino porque desconocen los valores que a pesar de todo aun las sustentan. Valores que se expresan en concepciones de vida, muerte, poder y naturaleza que son alternas a la concepción individualista que guía la expansión del capital y el desarrollo tecnológico a su servicio. Las muertes por desnutrición y por enfermedades que no tienen condiciones para tratar, los casos de suicidio étnico, el arrinconamiento, el desalojo y la represión cuando se rebelan y se juntan para deliberar sobre su existencia, son y continúan siendo una constante en el cotidiano de los pueblos indígenas (Tamagno, 2011, pp. 5-6).

Apesar disso, como destaca a autora, é preciso analisar as presenças atuais dos povos indígenas como “presenças ativas”, tendo o cuidado para não rotulá-los na condição de vítimas. Isso não significa desconsiderar as injustas, desigualdades, violações dos direitos

humanos, violência colonial, violência estatal e demais formas violência que estão enfrentando. Contudo, tudo isso não exclui a avaliação de sua presença ativa (Tamagno, 2011, p. 6).

Nesse sentido, Rojas (2004) recorda que, “a civilização latino-americana é hoje, e foi nos últimos cinco séculos, a civilização mais *dependente* e *subordinada* de todo o planeta” (p. 29). Desde a sua origem como projeto civilizatório, foi constituindo-se em razão dos diferentes centros hegemônicos da economia capitalista do mundo assim como do sistema histórico capitalista global, ocupando o lugar de periferia e área dominada. Nasce, então, como civilização “periférica” e “submetida” construindo suas sociedades e economias não de acordo com sua realidade, necessidades e demandas, mas das exigências da Espanha, Portugal, França, Inglaterra, Holanda e Estados Unidos. Além da condição periférica e colonial de longa duração, ressalta-se que é a civilização mais desigual do mundo, com altos graus de concentração de riqueza e também a mais jovem. Ademais, desde sua origem foi “profunda, integral e permanentemente *mestiça*” (p. 30), conformando-se por meio de uma múltipla mestiçagem que é “cultural, social, econômica, política e civilizatória em geral” (p. 31) e que contempla organicamente as contribuições dos distintos grupos indígenas maias, astecas e incas, entre outros, como também das diversas populações negras vindas da África, agrupando posteriormente fluxos de diferentes partes da Europa, como Espanha, Portugal, França, Alemanha, Holanda e Inglaterra. Por fim, é “profunda e arraigadamente” (p. 31) cosmopolita, sendo aberta às mais diversas “influências” e “tradições” (p. 31) culturais.

Partindo dessa contextualização, para entender um pouco melhor a realidade latino-americana e caribenha nos dias atuais, será abordado a partir de agora algumas características, a começar pelo perfil nutricional da população, que é reflexo das elevadas desigualdades na distribuição de renda e da insuficiente importância dada à alimentação e nutrição na agenda política dos referidos países. Isso se reflete na maior prevalência de desnutrição infantil entre

as crianças que vivem em contextos rurais, junto com os mais pobres, as minorias étnicas e os filhos de mães com menos escolaridade (Dirven, 2007).

Em relação à inclusão social e laboral na região, observa-se que entre os anos de 2002 e 2016 ocorreram avanços importantes. Contudo, persistem dificuldades estruturais que afetam em maior medida mulheres, jovens, indígenas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Nesse sentido, apesar de haver uma melhora significativa nos indicadores de inclusão social relacionados à educação, saúde e infraestrutura básica, continuam os déficits de acesso e qualidade dos serviços; e mesmo com a evolução dos indicadores de inclusão laboral, persistem os desafios estruturais, como a existência de insuficiente geração de emprego produtivo e de qualidade, baixos rendimentos e elevados níveis de informalidade e desproteção no trabalho (CEPAL, 2018).

Partindo desses dados, parece-nos fundamental entender que as sociedades latino-americanas e caribenhas têm como característica histórica e estrutural a desigualdade. Com efeito, mesmo com uma melhora significativa na redução da desigualdade de renda das pessoas e dos domicílios no início de 2000 assim como da distribuição funcional da renda, a partir de 2014 esses processos perderam ritmo. A partir dessa realidade, destaca-se que os altos níveis de desigualdade se tornam empecilhos para o desenvolvimento e obstáculos para erradicar a pobreza, ampliar a cidadania ao exercício dos direitos e no que diz respeito à governabilidade democrática (CEPAL, 2018).

Pode-se dizer, então, que a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza e da pobreza extrema, em todas as suas variáveis, constituem desafios importantes para os países latino-americanos. Mesmo com a diminuição considerável das taxas de pobreza e pobreza extrema da região, em 2015 e 2016, após 12 anos, ambas as taxas aumentaram sucessivamente (CEPAL, 2018).

Projeções mais recentes da CEPAL para a América Latina e o Caribe em 2022 revelam que os problemas estruturais que limitavam o crescimento da região antes da pandemia terão se agravado e repercutirão de forma negativa na recuperação da atividade econômica e nos mercados de trabalho. Desse modo, a crise originada da pandemia desencadeou o aumento da desigualdade e da pobreza, principalmente na realidade de mulheres, estudantes e idosos/as (CEPAL, 2021).

De acordo com Cidade, Moura e Ximenes (2012) a partir de uma compreensão multidimensional da pobreza:

percebe-se que a América Latina se situa como uma realidade em que a pobreza é evidenciada em suas ramificações sociais, políticas, estruturais e ideológicas. Significa dizer que a pobreza está expressa em diversos âmbitos, seja na insuficiência de renda de uma significativa parcela da população latinoamericana; nos governos geralmente centralizadores de riqueza; nas crenças que visualizam a pobreza como indigna, ruim e perigosa; ou na organização societária que anula as possibilidades de mudança das trajetórias dos indivíduos pobres (p. 89).

Desse modo, a pobreza é considerada pelas autoras e pelo autor como um estado de privação da liberdade construído a partir de estruturas marginalizantes e opressoras, que ocorre nos níveis macro e microsocial de uma sociedade, como também nas maneiras de privação de liberdades nas interações sociais. As pessoas podem encontrar-se privadas de realizar suas necessidades de alimentação, moradia, segurança, educação, lazer e de saúde, e envoltas em correntes ideológicas “de marginalização e de culpabilização pela sua situação” (Cidade, Moura & Ximenes, 2012, p. 89). Diante disso, a pobreza “é vista como um estado no qual o ser humano está inserido em condições adversas de sobrevivência material e simbólica” (Cidade, Moura & Ximenes, 2012, p. 89).

Nesse cenário, destaca-se de forma mais específica que a pobreza afeta principalmente crianças, adolescentes, jovens, mulheres, populações em zonas rurais, indígenas e afrodescendentes na América Latina (CEPAL, 2018; Dirven, 2007). De acordo com CEPAL

(2018), Dirven (2007) e Echeverría (2000) a incidência da pobreza e da extrema pobreza é maior nas zonas rurais do que nas urbanas. Além disso, a incidência de indigência também é maior nas populações rurais em todos os países da região, sendo que as necessidades básicas não atendidas têm tendência ao aumento na medida em que a densidade populacional diminui e que a população economicamente ativa aumente na agricultura (Dirven, 2007).

Tomando como posição a natureza multidimensional e qualitativa da pobreza é válido pontuar que não existe um método único de medi-la, apesar de existir maior disponibilidade de dados que fazem uma medida monetária onde é possível uma maior comparabilidade (Dirven, 2007). Nos termos de Cidade, Moura e Ximenes (2012) é impossível que o fenômeno da pobreza seja investigado apenas por meio de questões monetárias, sendo necessário compreender a realidade psíquica que envolve as dimensões simbólica, política e o concreto vivido pelas pessoas nessa realidade. No caso das pessoas que vivem em contextos rurais, caberia, ainda, questionar como tem se constituído essa realidade psíquica em meio aos seus modos de vida e às suas singularidades e relações com o urbano.

Relacionada com a pobreza, não se pode esquecer que os contextos rurais na América Latina também são marcados pela violência, que tem sido endêmica e persistente ao longo da história da região, como pudemos verificar anteriormente. As raízes dessa violência advêm de um sistema agrário baseado na desigualdade e na exclusão. Tem-se como exemplo, talvez o mais dramático e violento de sua história, a conquista e a colonização realizada pelos países ibéricos, quando foram estabelecidas grandes propriedades ao mesmo tempo em que as comunidades camponesas perdiam suas terras e muitas ficavam sujeitas a situações de servidão (Kay, 2002).

Assim, desde a época da colônia, os países latino-americanos sofrem com a concentração de terra. Na contemporaneidade essa situação ficou ainda mais crítica para camponeses e moradores de baixa renda por conta das mudanças na economia global

(Zimerman, 2016). Ao terem a terra como modo de vida, esses povos têm que disputá-la com as empresas que veem a natureza como meio para exploração e lucro. No contexto brasileiro, destaca-se que o principal movimento camponês na luta pela terra é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), que busca o assentamento de famílias sem terra, tendo como ênfase a criação de políticas para o desenvolvimento e a autonomia dos territórios (Fernandes, Welch & Gonçalves, 2013).

Além desse, Scherer-Warren (2007) destaca outros movimentos sociais rurais brasileiros, os quais têm atuado sob a perspectiva de redes interorganizacionais e pluritemáticas:

Nível organizacional: Entidades e movimentos sociais específicos (associações e sindicatos rurais, acampamentos e assentamentos, CEBs, pastorais, ONGs, núcleos locais de movimentos, etc.); *Nível político articulatório:* fóruns, redes interorganizacionais (FNRA, Via Campesina do Brasil, Assembleia Nacional Popular etc.); *Nível mobilizatório na esfera pública:* Marchas (da Reforma Agrária, das Margaridas e outras), campanhas, “semanas”, “grito dos excluídos”, “mutirões sociais” etc.; *Rede de movimento social:* conjunto das práticas e políticas formadas pelos três níveis anteriores (Movimento Sem-Terra, movimentos indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, mulheres agricultoras etc.) (p. 6, grifos nossos).

Dessa forma, no Brasil, o MST possui relevância política e espalha sua experiência para outros países como a Bolívia e o Paraguai; no caso do México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) “intensifica as lutas camponesas e indígenas contra as políticas de liberalização da agricultura” (Petry, 2008, p.9). Nesse sentido, apesar do reconhecimento de que houve uma modernização forçada do campo e com ela foram gerados problemas sociais (Martins, 2001), de que o domínio do agronegócio rompeu com visões e vivências tradicionais de tempo e espaço rural, e consequentes modos de vida (Brandão, 2007) e de que houve a expropriação de trabalhadores/trabalhadoras das grandes propriedades; por outro lado, não se pode deixar de considerar a resistência ativa desses grupos e comunidades expropriados (Brandão, 2007). Nas palavras de Campos (2006, p. 151), “os discursos e a

prática social de organizações do campo estão gestando um novo campesinato que se caracteriza fundamentalmente pela busca da autonomia.” Assim, deve-se recusar a ideia de passividade e impotência (Wanderley, 2011) enfatizando os sentidos de resistência e luta dos povos rurais.

Isso leva ao entendimento de que é necessário incluir na análise desse campo no contexto latino-americano o debate sobre a questão agrária “como componente da questão social, que envolve luta de classes, poderes, disputas e conflitualidades no contexto de desenvolvimento do capitalismo” (Silva & Macedo, 2017c, p. 34). Por essa razão, a atuação de psicólogos/as com as expressões da questão social em contextos rurais deve considerar esses jogos de forças tomando por base uma visão de território que envolva modos de vida e aspectos simbólicos e não apenas o aspecto agrícola. Trata-se de ampliar a visão sobre rural e povos rurais “para além da dimensão econômica, física, agrícola e precária, pois são insuficientes para pensar as dinâmicas, diversidades e potencialidades envolvidas nesses contextos” (Silva & Macedo, 2017c, p. 35).

Demonstra-se, assim, que entre as marcas do contexto latino-americano, encontra-se a violência, exclusão, dominação, desigualdade e pobreza, vividas principalmente por quem vive em contextos rurais. Contudo, como discutimos é preciso considerar a resistência e a presença ativa desses povos bem como questionar a associação direta que existe entre rural e pobreza. Como coloca Favareto (2006) o aspecto residual do rural e sua associação direta com a pobreza e o atraso reduzem as probabilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, e contribuem para disseminar e reforçar de maneira simbólica e material, a posição marginal do rural. Associa-se a isso, um dos principais dilemas da ação do Estado nas suas tentativas de promover o desenvolvimento rural devido à ênfase na ideia de rural e de ruralidade como secundária, devido à ênfase no urbano/moderno.

Nesse sentido, como veremos mais detalhadamente na segunda parte deste capítulo, para que possa haver uma compreensão mais coerente da América Latina, é necessário ampliar e qualificar o olhar acerca de rural, considerando as várias formas de concepção sobre o espaço e modos de pertencer e atuar em um lugar, na hipótese de que a categoria rural abarca diferentes modos de sociabilidades e de identidades (Paulino, 2005).

Tendo apresentado, até aqui, algumas características históricas, demográficas, econômicas, políticas e sociais referentes à América Latina, nossa intenção, no tópico seguinte, é integrar às mesmas alguns diálogos relativos à terminologia, identidade e diversidade da região.

2.2 América Latina: conceito, identidade e diversidade.

Tendo por base as informações anteriores, o objetivo dessa sessão é situar o contexto latino-americano de forma mais ampla com destaque para a abertura de possíveis aproximações que ajudem na compreensão dos contextos rurais. Para iniciar é importante lembrar que foi no período da Segunda Guerra, que o nome América Latina ganhou popularidade, especialmente por meio dos estudos de historiadores e economistas norte-americanos (Bruit, 2000). No entanto, nos termos desse autor, o nome se estabeleceu de forma definitiva após a Grande Guerra e se consagrou no século XX, em 1948, quando foi fundada a Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL), como organismo das Nações Unidas e veio “para rebatizar um continente que tinha perdido seu nome originário” (Bruit, 2000, p. 2).

Em relação a isso, o autor argumenta que o nome próprio, América, que designaria o Novo Mundo, colocado na parte sul do continente no reconhecido mapa de Martin Waldseemuller (1507), também passaria a denominar a porção do norte. Porém, no século XIX, esse nome seria arrebatado pelos Estados Unidos de norte-américa, único país que não

tinha nome. Com a doutrina Monroe, esse nome de sucesso passou a nomear o país do norte, enquanto que “a primeira América, a de Colombo, Cabral, Vespuccio e Moctezuma, passou a ser chamada de América Latina marginalizando as populações indígenas e negras” (p. 1). Assim,

Primeiro os ibéricos, depois os franceses, mais tarde os “norte-americanos”. A construção do nome deixou na penumbra e no esquecimento qualquer tentativa de valorizar os povos autóctones, indígenas ou negros. Sempre da perspectiva europeia, a América Latina foi se estabelecendo no mundo ocidental moderno como periferia, inferiorizada e explorada (Farret & Pinto, 2011, p. 31).

Nesse sentido, como bem assinalam o autor e a autora, a compreensão do processo de construção do nome América Latina compõe uma tentativa de entender a situação colonial e de questionar a identidade, na busca de superar o que denominam de complexo de Caliban, que é uma referência à obra de Shakespeare “A Tempestade”, em que Caliban é relacionado ao nativo bárbaro e subjugado por um europeu, o Duque de Milão, Próspero.

Poder-se-ia dizer, ainda, que a criação do nome América Latina, está perpassada por grandes níveis de dificuldade. Trata-se da própria imprecisão do conceito, pois é difícil determinar os países que a compõem e os critérios utilizados para classificá-los nessa denominação (Farret & Pinto, 2011). Nesse caso, cabe esclarecer, que o Brasil não foi incluído pelos políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão “América Latina”, e nem pelos franceses e espanhóis, pois era apenas outro nome para designar a América Espanhola (Bethell, 2009). Essa situação começou a se modificar com a defesa do argentino Manuel Baldomero Ugarte em seus escritos em 1910/18 no artigo “El porvenir de América Latina: La rasa, la integridad territorial y moral, la organización interior” (Souza, 2011). Mas foi somente quando a “América Latina” se tornou “*Latin America*” em 1920 e 1930, mas principalmente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, que o Brasil começou a fazer parte da mesma, passando a ser reconhecido pelos Estados Unidos, Europa e o restante do mundo, e ao mesmo tempo, pelos governos e intelectuais

hispano-americanos, além de algumas/alguns e poucos/as brasileiros/as que começaram a se identificar com a região (Bethell, 2009).

Outra dificuldade colocada por Farret e Pinto (2011) diz respeito ao aspecto negativo de se abordar de maneira una e homogênea sobre essa ampla região que é bastante diversificada em termos étnicos, culturais, linguísticos, políticos e econômicos. Além disso, quando se fala em América Latina não se considera os povos originários da região e os povos africanos, ou se considera, mas não como produtores do processo de formação da identidade da região. Entendendo que esses diversos grupos sociais não tiveram vez ao longo da história da região, o autor e a autora enfatizam a importância da análise da criação dessa ideia de América Latina descobrindo as motivações que levaram a essa exclusão, pois assim, acreditam que ela começará a ser alterada, ou quem sabe, ampliada. Esse ponto é bastante importante para verificarmos o papel secundário que sempre prevaleceu em relação aos diversos grupos sociais na região, incluindo-se aqui de maneira especial os povos originários, de etnias variadas e de maneira geral, as pessoas que vivem em contextos rurais.

Nesse sentido, para Farret e Pinto (2011), a América Latina é imprecisa e complexa. É, então, fundamental compreender que se trata de uma região marcada por uma grande diversidade de culturas no interior de seus países ou regiões. Essa “diversidade de culturas é relacionada com as etnias originais e com os sistemas de exploração e organização do poder” (Beyhaut, 1994, p. 185), tendo como exemplos: 1) Formações indígenas que exercem a agricultura em grandes planaltos: a região do Alto Peru, que compreende as zonas que vão desde Peru, Bolívia e norte do Chile até certas regiões do Equador; 2) Remotas sociedades indígenas de terras baixas onde a selva se sobressai, tendo destaque a região amazônica, que inclui territórios do Brasil (principal parcela), certas zonas do sul da Venezuela, sul da Colômbia, leste do Peru e parte do território da Bolívia; 3) Antigas culturas guarani presentes em algumas regiões da Argentina, Paraguai, Brasil, oriente da Bolívia e terras do Uruguai; 4)

Sociedades de *plantation* junto à “contestação rebelde de suas populações oprimidas” (p. 184), como os quilombos no Brasil e os *maronages* nos países do Caribe; 5) Uma modalidade sociocultural de origem indígena presente em amplas zonas do norte mexicano, que mostraram resistência frente à condição de exploração e discriminação sofridas sob a forma de aculturação imposta. Compõem esses sistemas contestatários, os apaches, os comanches e os chicanos, e 6) Indígenas no sul da Argentina e Chile também como foco de resistência, frente à opressão dos novos estados surgidos a partir da independência.

Ainda como exemplo dessa diversidade, podemos citar o caso brasileiro. Diegues (2000) subdividem o que denominam de populações tradicionais em dois tipos, indígena e não-indígena. A população indígena conta com 896.917 pessoas, tem 305 etnias e fala 274 línguas. Destes, 324.834 vive em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país⁵. A população não-indígena, por sua vez, é formada por caiçaras, jangadeiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos, sertanejos/vaqueiros, caipiras, açorianos, varjeiros (ribeirinhos não amazônicos), pantaneiros, quilombolas, pastoreio (campeiro), pescadores, babaqueiros, sitiantes e praiheiros.

Ademais, Godoi, Menezes e Marin (2009) utilizam o conceito de camponês, que abarca formas diversas de existência, como:

[...] proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos, assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (p. 11).

⁵ Informação disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>

Novamente aqui, observa-se a diversidade presente nessa região e, por meio desse entendimento, salienta-se a busca empreendida por intelectuais latino-americanos/as há quase dois séculos, de definir uma identidade latino-americana, ou identidades latino-americanas, uma procura constante que se compõe e reconstrói a partir das preocupações e olhares dos variados grupos em contextos históricos específicos (Farret & Pinto, 2011). Como bem assinala Souza (2011) “a identidade latina ainda é um tema em construção” (p. 29), e acrescenta: “o reconhecimento da unidade de nações latinas na história mundial se relacionam entre outros fatores ao despertar do homem latino para as especificidades de seu povo, cultura e língua” (p. 29). A latinidade e a ideia de América Latina possuem, assim, relação com a consciência cultural do continente (Bruit, 2000).

Desse modo, nos termos de Souza (2011), a composição da identidade latino-americana pressupõe o reconhecimento de sua cultura, modo de vida, língua, costumes entre outras especificidades e significados. Se nos escritos do final do século XIX e início do século XX a região era enfatizada de forma predominante, sob a perspectiva do “outro” ou da “visão eurocentrista colonialista a partir de concepções negativas relacionadas às suas características expressivas de pobreza e corrupção” (Souza, 2011, pp. 34-35), em meados do século XX essa imagem distorcida, deturpada e reducionista preponderante na literatura hegemônica passou por críticas com o estabelecimento de uma literatura reativa, que formulou outra visão, processo favorecido por meio dos efeitos da ruptura colonial que permitiu a realização de novas leituras sobre a ideia da identidade latina (Souza, 2011). Assim,

aceitar as diferenças e problemas comuns da região reconhecendo suas potencialidades e sua identidade na história mundial auxilia o despertar do homem latino para sua riqueza enquanto, povo, cultura e língua. E reforça seu sentido de unidade e seu reconhecimento enquanto nação (Souza, 2011, p. 38).

Desse modo, apesar de ser difícil coordenar esforços no sentido de buscar uma integração política da América Latina devido à diversidade de situações presentes e passadas,

às diferenças entre os modelos de desenvolvimento e à diversidade de línguas existentes, admite-se que “a verdadeira integração realiza-se em nível das culturas” (Beyhaut, 1994, p. 191). De tal forma, fica evidente que “admitir as diversidades não significa a negação da importância de caracterizações comuns à cultura latino-americana” (Beyhaut, 1994, p. 197), negando-se a imposição de uma forma cultural e favorecendo a “saúdável relação entre as especificidades interiores das raízes de cada povo” (Beyhaut, 1994, p. 197).

Reconhecendo essa variedade de sujeitos, etnias, grupos sociais e culturas latino-americanas, incluindo-se aqui aquelas/aqueles que vivem em contextos rurais, caberia questionar a exclusão e a falta de aproximação que ainda existe em relação a eles. De fato, Góis, Oliveira, Góis e Silva (2016) observaram que uma realidade ainda habitual é a de negação da riqueza cultural e a falta de reconhecimento das culturas originárias, milenárias e presentes na América Latina. Ou seja:

Estamos diante de uma relação hierárquica externa e interna (social e psicológica) entre o originário, o europeu e o africano. Por cima, o europeu marcando a vida social, o conhecimento, a verdade, a fé e a nossa existência cotidiana; logo abaixo o escravo libertado lutando como quilombola e afrodescendente: bem depois vem o originário, negado inclusive pela América mestiça (Góis et al., 2016, p. 236).

Tomando por base essa realidade de exclusão, ressaltamos o destaque que tem adquirido algumas perspectivas como, por exemplo, a dos estudos pós-coloniais e decoloniais, que tecem críticas a favor da incorporação de outros aspectos e fenômenos da sociedade antes não visibilizados, permitindo novos olhares e formas de leitura, estudo e observação. Sua importância está em considerar as realidades, identidades, visões de mundo e aspirações de outros tipos de contextos e sociedades, como as indígenas, que possuem demandas de natureza social, cultural, simbólica e relativas a reivindicações étnicas e não apenas de necessidades básicas e na linha do desenvolvimentismo (Rozas, 2015).

Dessa maneira, acreditamos que as perspectivas pós-coloniais e decoloniais podem gerar importantes diálogos para pensar o contexto latino-americano e, assim, contribuir para compreender e problematizar o mundo rural, que como podemos perceber é bastante forte na região. Além disso, como afirmamos anteriormente na introdução, essas perspectivas são fundamentais para questionar uma visão importada de identidade e as relações de poder presentes na região, contribuindo para compreender as diferenças, diversidades e singularidades que marcam os contextos rurais. Por isso, iremos nos debruçar a partir de agora sobre elas.

Iniciamos esta discussão com a apresentação de alguns temas importantes para o debate das perspectivas pós-coloniais e decoloniais na atualidade: a) Europa, modernidade e eurocentrismo (Dussel, 2005; Lander, 2005); b) Colonialidade (Mignolo, 2005, 2017; Quijano, 2005); c) Pós-colonialismo (Coronil, 2005; Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015); d) América Latina, giro decolonial e decolonialidade (Ballestrin, 2013, 2017; Maldonado-Torres, 2016; Mignolo, 2017) e, e) Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade (Bermúdez, 2011; Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015; Mignolo, 2017).

A partir disso, para situar um pouco melhor, verifica-se que as perspectivas pós-coloniais são de origem asiática, africana, entre outras, e que as perspectivas decoloniais são de origem latino-americana. Ambas, contudo, referem-se à subalternização da diferença que é uma realidade presente nas relações de modernidade-colonialidade (Alves & Delmondez, 2015; Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015) e visam à de(s)colonização (Ballestrin, 2017).

Por isso, a justificativa de Mignolo (2017) acerca da interdependência das palavras modernidade/colonialidade/descolonialidade, que formam, segundo ele, um só conceito verdadeiro que “nomeia um conjunto complexo de relações de poder” (p. 13). Dessa forma:

“Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade. E

descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade (Mignolo, 2017, p. 13).

Desenvolvendo esses conceitos, podemos dizer que a modernidade é como uma “máquina geradora de alteridades que, em nome da razão e do humanismo, exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas” (Castro-Gomez, 2005), estando inseparável da colonialidade, que é a persistência do processo de colonização apesar de ser um fato histórico já encerrado (Santos, 2017). Nos termos de Bermúdez (2011) “la modernidad es, a la misma vez, modernidad y colonialidad” (p. 9). Por meio desse entendimento, o autor sustenta que o projeto científico da modernidade é também um projeto científico colonial. De tal forma, a moderna ciência desenvolvida no ocidente e o paradigma epistêmico que se sobressai até os dias atuais no meio acadêmico são construídos e alimentados com base na colonialidade (Bermúdez, 2011) e isso não é diferente para a Psicologia.

A respeito da perspectiva pós-colonial, Ballestrin (2013) afirma que o pós-colonialismo é “um movimento epistêmico, intelectual e político” (p. 92) aludido ao tempo que se seguiu aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo” como também ao conjunto de aportes teóricos advindos em especial dos estudos literários e culturais, que ganharam evidência a partir dos anos 1980 em determinadas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra.

O argumento pós-colonial não conta com uma linearidade, disciplina e articulação, mas apesar disso sua importância assenta-se no fato de ter percebido a diferença colonial e ter intercedido pelo colonizado (Ballestrin, 2013). Desse modo, a leitura pós-colonial coloca-se como “urgente, quase que um imperativo categórico na busca de se desfazer males históricos

que se relacionam ao trato com a alteridade ou diferença colonial” (Miglievich-Ribeiro & Prazeres, 2015, p. 27), como explicitado no início deste capítulo.

Por sua vez, o Pensamento Decolonial surgiu com o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) na década de 90, embora nos anos 60 e 70 já houvesse considerável produção de sua base filosófica, especialmente com Enrique Dussel e Franz Fanon. Dentre os autores, podem ser destacados: Maldonado-Torres, filósofo porto-riquenho; Walter Mignolo, semiótico argentino; Anibal Quijano, sociólogo, e Santiago Castro-Gomez, filósofo colombiano (Santos, 2017). Apesar de assumirem a influência do pós-colonialismo, recusam o pertencimento e a filiação, e estão voltados, “para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (Ballestrin, 2013, p. 89).

Os estudos decoloniais constituem-se, nesse sentido, como uma posição contra-hegemônica sobre o discurso eurocêntrico (Alves & Delmondez, 2015). Nesse caso, é válido lembrar que a Europa, como centro do capitalismo mundial, tinha controle do mercado mundial e, além disso, de diversas regiões e pontos do planeta. Logo, passou a manter sob sua hegemonia o domínio de todas as maneiras de controle de diferentes aspectos, como a subjetividade, a cultura, e de maneira fundamental o conhecimento, a produção do conhecimento. E no caso da América Latina, essa perspectiva eurocêntrica de conhecimento, “opera como um espelho que distorce o que reflete” (Quijano, 2005, p. 118), e continua,

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida (Quijano, 2005, p. 118).

Dessa maneira, os estudos decoloniais adquirem destaque “por falar sobre e a partir da margem, a partir do lugar do Outro – essa alteridade que é definida politicamente em oposição a um sujeito hegemônico detentor do poder de autorrepresentar-se e representar a diferença”

(Alves & Delmondez, 2015, p. 649). Nessa margem, incluem-se os povos originários e de etnias variadas e todos/as aquelas/aqueles que vivem em contextos rurais e regiões marcadas pela desigualdade, pobreza e exclusão que estão presentes na América Latina, como pudemos ver até aqui.

Assim, além de abrir espaço para pensar outras identidades, destaca-se, ainda, a radicalização do argumento pós-colonial desenvolvida pelo coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C). Trata-se da noção de “giro decolonial”, termo que foi utilizado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005. Refere-se a um movimento epistemológico fundamental (Ballestrin, 2013) e significa basicamente, “una energía viva (que no morirá)” (Bermúdez, 2011, p. 73) de resistência teórica, prática, política e epistemológica, contra a modernidade/colonialidade (Ballestrin, 2013).

Salienta-se ainda que a colonialidade reproduz-se em uma tripla dimensão opressora: a) Poder: operado nas esferas econômica e sociocultural; b) Saber: nas formas de produzir conhecimento, e c) Ser: opressão de outros modos de Ser que fujam da racionalidade ocidental (Ballestrin, 2013, 2017; Santos, 2017), expressa na naturalização da morte, conflitos, desumanização e guerra (Maldonado-Torres, 2016). Diante disso, de(s)colonizar significa afastar-se da modernidade e de sua racionalidade (Ballestrin, 2017) expressa por meio dessas três vias.

Como acompanhamos até aqui, em outras palavras, poderíamos dizer que desde o período de conquista e colonização na América, as relações de poder desenvolvidas na região deram forma a um processo de “constrangimento, silenciamento e subordinação” (Silva, Baltar & Lourenço, 2018, p. 68) que persistiu e se reinventou apesar da colonização formal ter sido concluída. No campo do conhecimento, isso é expresso por meio da “violência epistêmica” (Silva et al., 2018, p. 71) responsável por não reconhecer e não considerar a validade de outros métodos e formas de produção de conhecimentos diferentes dos

desenvolvidos no ocidente. Assim, “muitas vezes as epistemologias não-hegemônicas são consideradas insuficientemente elaboradas e ingênuas, além de provincianas ou específicas, sem valores universalizáveis, sendo relevantes no máximo para a compreensão de fenômenos locais” (Silva et al., 2018, p. 71). Essa leitura permite situar a exclusão e a falta de reconhecimento dos diversos povos na América Latina e os diferentes conhecimentos que produzem, incluindo-se aqui as pessoas e os povos que vivem em contextos rurais.

Daí, Silva et al. (2018) ressaltarem a importância das produções dos/as teóricos/as latino-americanos/as por meio das perspectivas pós-colonial e decolonial, bem como de outras perspectivas críticas, como a marxista, dependentista, pós-estruturalista etc. na tarefa de observar os processos que resultam em uma “dominação no campo da produção de conhecimento” (p. 72), que se manifesta por meio da colonialidade do saber que por sua vez, resulta na “dependência acadêmica”. Esta, diz respeito à dominação de “padrões de investigação, ensinamento e estudo” (p. 72), e mesmo não impedindo a produção de conhecimento que se realiza fora da perspectiva hegemônica, “nega espaço para o seu reconhecimento e desenvolvimento” (p. 72). Desconstruir essa relação e questionar a ordem instituída no meio acadêmico torna-se necessário para que se possa desenvolver a pesquisa científica em países periféricos, considerando as “contribuições originárias das periferias sem que estas sejam deslegitimadas ou subalternizadas” (p. 72).

Assim, apesar dessa realidade de dominação, Novion, Costilla e Ayala (2014) assinalam a importância que os estudos latino-americanos têm ganhado dentro e fora da América Latina e do Caribe. Identificaram, por exemplo, que no Cone-Sul, durante as duas últimas décadas, os estudos e pesquisas a respeito da macrorregião têm se constituído em um campo de trabalho com grande potencial analítico, empírico, teórico e metodológico. Além disso, citam a proliferação de “Centros de Pesquisa, Programas de Pós-graduação e de

Programas acadêmicos de docência e pesquisa que atualmente contam com publicações especializadas.” (p. 7).

Nesse sentido, os autores acentuam a crescente produção e institucionalização desse campo que demonstram a transcendência e contribuição que sua perspectiva pode apresentar. A partir disso, abordam preocupações referentes a uma proposta metodológica, que são organizadas nos seguintes eixos: 1) Necessidade de novas observações sócio-históricas das realidades da região, construindo conhecimento a partir de seus dilemas e preocupações próprias, e não com base em outras realidades; 2) Importância de produzir esse conhecimento sócio-histórico e seus objetos de estudo na perspectiva interdisciplinar, por meio do diálogo com diferentes áreas; 3) Construir conhecimento de forma comparada, buscando uma aproximação entre as diferentes realidades e localidades, que possuem preocupações e problemáticas similares sem, contudo, desconsiderar o nacional ou o local; 4) Importância específica para essa produção, considerando que os estudos latino-americanos tencionam uma produção de conhecimento a favor da transformação de sua realidade social e para a resolução de seus problemas específicos. “Neste sentido, foca-se a produção na busca de soluções para as mazelas e dilemas, de ontem e hoje, que afetam nossas sociedades e que impedem a construção de realidades mais equânimes e possível para todxs” (Novion et al., 2014, p. 7).

Para esses mesmos autores, os estudos latino-americanos tiveram um maior amadurecimento nos últimos sessenta anos e a produção teórica latino-americana comporta uma complexidade. Assim, por meio da institucionalização das Ciências Sociais na região, na metade do século XX, uma produção de relevante qualidade a nível teórico e metodológico passou a enriquecer a sua Teoria Social e Política tomando por base a sua própria realidade e seus diversos problemas comuns. Os seguintes temas ajudam a demonstrar a diversidade de objetos e preocupações a que se dedica a produção teórica “sobre/da região”: “Modernidade, Identidade, Raças, Estado, Instituições, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento,

Dependência, Crescimento, Soberania, Poder, Fome, Miséria, Desemprego, Violência, Revolução, Contrarrevolução, Democracia, Segurança, Cidadania, entre outros” (Novion et al., 2014, p. 8).

Até aqui, foram apresentadas algumas considerações sobre a América Latina, com discussões a respeito de suas características, terminologia, identidade, problemáticas e potencialidades bem como exibidas algumas formas de leituras que têm sido usadas para compreender suas realidades. Dessa forma, pode-se observar que essa região comporta ao mesmo tempo diversidades e particularidades que precisam ser conhecidas e problematizadas no intuito de contribuir para uma maior aproximação com o cotidiano concreto de seus povos e seus modos de vida, incluindo-se aqui as pessoas e os povos que vivem em contextos rurais e são atravessados pela relação rural/urbano.

Para finalizar a primeira parte deste capítulo, trazemos as seguintes palavras de Elizalde (2007):

Latinoamérica es una amalgama de identidades, es un crisol de culturas que se han arraigado en este territorio enriqueciendo a o enriqueciéndose de las culturas originarias. Somos un continente mestizo, abigarrado, pero a la vez plural y diverso. Hemos sufrido el desarraigo y el exilio, hemos sufrido la conquista y la colonización, hemos soportado y sobrevivido a la Inquisición colonial y a las inquisiciones dictatoriales del período de la Guerra Fría. Hemos conquistado nuestra dignidad como pueblos gracias a cruentas y heroicas luchas (p. 1).

E continua:

El pueblo americano es un crisol de identidades raciales, étnicas y lingüísticas; de diversas formas de expresión musical, literarias, pictóricas, artesanales, de instituciones jurídicas, cosmovisiones y concepciones religiosas, y así tantas otros recursos y potencialidades que abundan entre nosotros, que nos diferencian y nos enriquecen (p. 2).

Diante de tantas identidades, etnias, diversidades e culturas que nos ajudam a visualizar a importância dos contextos e povos rurais na América Latina; compreendendo a existência dos processos de colonização do poder, do saber e do ser; e considerando aquilo que discutimos no início deste capítulo, a respeito da desigualdade e da pobreza na região,

vivida principalmente por quem vive em contextos rurais, cabe agora nos debruçarmos mais detalhadamente sobre o segundo debate proposto para este capítulo: rural no contexto latino-americano. Então, de que rural (rurais) estamos falando?

2.3 O mundo rural na América Latina

Como foi apresentado, a América Latina apresenta um cenário de grandes contrastes. Segundo dados oficiais, enquanto vários países contam com uma população rural de apenas 10%, outros apresentam uma população predominantemente rural, com mais de 50% de pessoas vivendo nesses contextos. Soma-se a isso, o fato de que em torno de 40% de sua população vive de forma dispersa ou em pequenas localidades, estando física, geográfica e culturalmente isoladas e necessitadas de quase todos os serviços básicos. Embora a exclusão social seja vivida na região tanto pela população urbana como pela rural, é no mundo rural onde as desigualdades prevalecem (Pérez Correa, 2005a).

Iniciamos a segunda parte deste capítulo trazendo essas estatísticas e características para retomar a realidade de contrastes e de diversidade e a importância dos contextos rurais na América Latina, mas principalmente, para ajudar a inserir a discussão de um aspecto central para a compreensão do que será desenvolvido a seguir: a concepção de rural que norteia este trabalho.

Assim, é importante lembrar que a dicotomia campo *versus* cidade foi criada pela sociedade capitalista que acentuou a divisão do trabalho constituindo-se em um pensamento enraizado que interfere na maneira de representar e classificar o mundo (Williams, 2011). Posto isto, considera-se que, atualmente, rural e urbano são categorias do pensamento teórico, do senso comum e de classificação da vida social, e devem ser pensados como construções simbólicas (Moraes, 2014).

Além disso, a compreensão de rural e urbano passa pela noção de tipologias e, nesse sentido, devem ser questionadas. Como bem assinala Wanderley e Favareto (2013), a respeito das tipologias: a) não são neutras: ao adotar um ou outro critério ou variável modifica-se de maneira significativa as proporções do que se entende por rural e urbano; b) são imperfeitas e devem estar em constante processo de aperfeiçoamento. Por serem construções conceituais traduzidas em definições estatísticas, são reducionistas e deixam de considerar algumas características; c) não se deve opor rural ao urbano: é preciso considerar os seus processos sociais e econômicos e as diversas interpenetrações e múltiplos condicionamentos recíprocos entre eles; d) é preciso realizar dois cortes fundamentais: primeiro, separar, conceitualmente, rural e urbano e, depois, pensar suas relações. Segundo, pensar em como classificar as diferenças de forma a expressar a heterogeneidade das áreas rurais.

Após essas explicações, podemos voltar ao parágrafo inicial anterior e lê-lo agora sob uma nova perspectiva. De tal forma, iremos reconhecer que apesar dos números auxiliarem a visualizar a importância do mundo rural na América Latina, por outro lado, eles são insuficientes para explicar, sozinhos, o conceito de rural e as suas múltiplas formas de existência na região. Conforme afirma Camargo e Oliveira (2012) são vários os sentidos e representações de rural ao longo de toda a história, com movimentos, trocas e fluxos, não sendo possível fazer generalizações ou comparações, existindo diferentes espaços rurais e diferentes ruralidades.

Por tudo isso, destacamos que a concepção de rural que orienta este estudo, assim como apresentado em minha dissertação de Mestrado, ultrapassa os sentidos relativos a dados oficiais, local físico e espaço agrícola, sendo uma categoria de reflexão teórica que comporta diversidades, multiplicidades de modos de vida, identidades, conexões com o urbano (Carneiro, 2008; Silva, 1982; Wanderley, 2000) e complexidades (Alentejano, 2003; Carneiro, 2005; Haas & Hilling, 2009; Mattei, 2015; Moreira, 2005). Além disso, trata-se de

uma representação social e não de uma realidade empiricamente observável (Carneiro, 1998) sendo um ponto de partida e não de chegada, nas análises desenvolvidas (Carneiro, 2005), às quais devem considerar que as “complexas relações sociais contemporâneas apresentam, ao mesmo tempo, fluxos culturais e materiais da ruralidade e da urbanidade” (Moreira, 2005, p. 21).

Tendo apresentado nosso posicionamento a cerca da noção de rural, nos referiremos a seguir à categoria rural, com reflexões em torno das diferentes visões que foram construídas a seu respeito bem como sobre os critérios utilizados para sua definição na América Latina.

2.3.1 Categoria Rural: algumas reflexões

Nesta seção serão abordadas as concepções que têm sido utilizadas para definir rural na América Latina. O intuito é demonstrar a variedade dessas visões bem como problematizar a necessidade de utilizar critérios que permitam abranger a sua complexidade. Esse apanhado torna-se fundamental para a Psicologia que precisa ter uma clareza acerca das bases teóricas que norteiam o seu fazer técnico e ético no contexto das ruralidades. Desse modo, é importante inicialmente destacar que o tamanho diminuído dos centros povoados, a baixa densidade da população e o predomínio da agricultura na estrutura produtiva foram usados convencionalmente para representar e demarcar o que é rural (Arcila & Silva, 2013).

De acordo com Restrepo e Acuña (2008) o vocábulo rural se origina “en ‘ruralis’ voz latina derivada de ‘rus’, ‘ruris’ que significa campo. Desde esta perspectiva etimológica, rural comparte el mismo objeto que el vocablo agrario, el cual procede igualmente de una voz latina, ‘agrarius’, derivada de ‘ager’, ‘agri’” (p. 4480) que se refere a campo. Nesse sentido, o significado do agrário foi construído de forma especial em torno da terra como solo voltado para o cuidado de plantas e criação de animais, girando em torno da atividade econômica

produtiva e tendo assumido outros significados, como a silvicultura, pesca, turismo, serviços ambientais, artesanato e prestação de serviços. Por sua vez, o vocábulo rural tem sido mais associado ao ser humano e a seu meio tendo um sentido mais socioantropológico do que produtivista, contemplando aspectos como saúde, educação, previdência social, prestação de serviços básicos, patrimônio cultural e exercício da cidadania. Contudo, apesar dessa evidente diferenciação entre os termos rural e agrário, eles ainda são tratados como sinônimos nos imaginários, discursos e práticas de quem lida com esse tema.

Na Europa, durante o século XIX e muitos anos depois, predominava a ideia de uma paulatina superação de uma sociedade tradicional fundamentalmente rural, ou em outras palavras, uma crescente desruralização. Essa direção se deu por meio de grupos sociais ou intelectuais a favor do progresso e, portanto, da industrialização, modernização e urbanização de toda a sociedade, sendo necessária para isso a superação do mundo tradicional pré-industrial e culturalmente atrasado, que era associado à ruralidade. Clássicos do pensamento sociológico como Conte, Spencer e Marx, por exemplo, dedicaram pouca atenção à agricultura e à vida rural, sendo considerada de maneira depreciativa, contendo formas de vida e de produção incultas e atrasadas. Assim, até meados do século XX a cultura dominante na Europa Ocidental tendia a avaliar negativamente a ruralidade (Durán, 1998).

Na América Latina não foi muito diferente. A visão sobre rural foi composta pela imposição de duas definições: uma de ordem econômica setorial, que faz uma associação entre economia rural e economia agrícola, sendo o mundo rural formado pela agricultura e suas ligações e composto pelos agentes econômicos que fazem parte desses mercados; e outra de ordem mais formal, estabelecida por considerações demográficas, considerando como espaço rural aquele que conta com uma baixa densidade e uma população dispersa ou que reside em centros menores (Perico, 2011).

Para esse mesmo autor, outras visões sobre rural foram formadas a partir da dimensão cultural e da dimensão política. Nesse caso, a ruralidade é aceita como um modo de vida, uma visão de mundo e uma cultura, mas no sentido de marginal ou excluída das correntes de desenvolvimento mais dinâmicas, que optam por privilegiar a economia urbana, terciária e industrial. Além dessas, conta-se ainda com uma visão extrema de rural encontrada no significado do desenvolvimento rural como uma estratégia de desenvolvimento voltado para as populações rurais, concebidas como marginalizadas, pobres, inviáveis, vulneráveis, dispersas e de alto risco (Perico, 2011).

Ademais, de uma maneira geral, é possível notar que as diversas definições de rural e ruralidade presentes nos vários dicionários referem-se ao caráter eminentemente agrário do meio rural. Esse sentido também se encontra presente na própria opinião popular, que associa rural à paisagem fora da cidade grande, pequena cidade rodeada por montanhas ou área com baixa densidade populacional, onde a agricultura se destaca como principal atividade econômica. Trata-se de significados e imagens que foram construídas sobre rural que refletem a confusão que ainda existe sobre o seu caráter (Prado, 1993).

Até aqui pudemos acompanhar os restritos significados atribuídos a rural, à desconsideração de sua diversidade bem como sua desvalorização. Como você verá posteriormente nesta seção, a concepção de rural como quase sinônimo de agrário e rústico é hoje insuficiente frente à complexidade cultural, à diferenciação socioeconômica dos grupos domésticos (Prado, 1993) e às novas características, dinâmicas e relações presentes nos contextos rurais da América Latina. Mas antes de passarmos para esse assunto, iremos nos debruçar sobre outro aspecto importante para o entendimento da categoria rural na América Latina: as definições oficiais de rural utilizadas nessa região.

A respeito desse debate, Arcila e Silva (2013) trazem que são cinco os critérios usados para qualificar o que chamam de áreas rurais na América Latina: a) demográfico: o mais

utilizado assim como em todo o mundo; b) administrativo: são os centros administrativos da divisão política de um Estado que estão fora das capitais distritais, provinciais ou municipais; c) funcional: são as unidades administrativas que não cumprem funções como *layout* de ruas, equipamentos básicos, infraestrutura, serviços públicos; d) econômica: são os centros povoados que possuem carência no grau de desenvolvimento das atividades produtivas secundárias e terciárias, e) legal: não define rural pelo número de habitantes, densidade ou outra variável, mas pelas disposições da lei vigente.

Para Dirven (2004) quase nenhum país na região usa exatamente a mesma definição que outro e, além disso, muitos a modificaram. Mas no geral, ele cita cinco definições amplas, baseadas respectivamente: a) na população máxima da localidade (em torno de 2.000 pessoas por localidade na maior parte dos países); b) no número de habitações contíguas (Peru); c) em definições legais (Brasil, Equador, Guatemala, Uruguai); d) no fato de não estar na “*cabecera municipal*” (Colômbia, República Dominicana, El Salvador, Paraguai) (p. 51), e) em “*características no rurales*” (Costa Rica e Haiti) (p. 51).

Na revisão de literatura realizada por Restrepo e Acuña (2008), foram identificadas sete formas de conceber rural, às quais coexistem e criam a necessidade de definir critérios mínimos que permitam estabelecer um diálogo com todos os atores envolvidos com esse tema. São elas: territorial, dualista, monista, nova ruralidade, simbólica, *continnum* e demográfica. Em relação à territorial é constituída pelas dimensões espacial, produtiva e sociodemográfica e possui como indicadores a renda rural agrícola e não agrícola, a competitividade, a sustentabilidade, a diversidade de atividades, a integração de áreas rurais e urbanas e a participação em atividades produtivas. Na visão dualista, diferencia-se claramente área rural e área urbana, sendo constituída pelas dimensões científico-tecnológica e econômica e tem como indicadores, a incorporação de tecnologias e recursos destinados à pesquisa e ao PIB agrícola. Já na concepção monista, rural é explicado por meio dos mesmos

elementos do urbano sendo valorizadas as dimensões: produtiva, o crescimento, a mudança e o progresso social e cultural, tendo como indicadores a produtividade, renda, características sociodemográficas e infraestrutura social. No que diz respeito à nova ruralidade (que será destacada posteriormente), conta-se com a revalorização da vida e da cultura rural, tendo como indicadores, “fuentes de ingreso, multiactividad, pluri, y temporalidad de empleos, multifuncionalidad del espacio y el suelo rurales, diversidad de actores, multiculturalidad y etnicidad, flujos migratorios y estilos de vida emergentes (neorurales)” (p. 4484). Por sua vez na visão simbólica, as dimensões consideradas são a social, material e simbólica e os indicadores são representados por visões de mundo, práticas cotidianas, mudança cultural, estilos de vida, percepções e significados. Já a perspectiva do *continnum* urbano-rural, inclui as dimensões produtiva, ambiental, demográfica, social e cultural e tem indicadores como a natureza da atividade econômica, transformação do ambiente natural, número de pessoas por unidade de área, tamanho dos centros povoados, diferenciação ocupacional e divisão do trabalho, renda, mudança sociocultural e cosmopolitismo. Por fim, a perspectiva demográfica, define rural por meio da densidade demográfica e da distância geográfica que separa uma área específica das principais cidades de um país.

Como se percebe grande parte dos critérios utilizados para definir rural baseiam-se de forma fundamental numa perspectiva dicotômica, sendo entendido como um resíduo do urbano (critério administrativo), destacando-se a ausência de equipamentos e infraestrutura que são típicas do urbano (critério funcional) ou pela predominância de atividades produtivas primárias (critério econômico) (Arcila & Silva, 2013). Nessa perspectiva dualista, rural é entendido como atrasado, tradicional, incivilizado, resistente a mudanças (Moreira, 2005), periférico (Carmo, 2009), “meio natural”, lugar da agricultura e da vida social camponesa (Wanderley, 2000) e associado à pobreza (Matos & Medeiros, 2011). Do outro lado, o urbano é considerado o polo de modernização e o centro da sociedade (Carmo, 2009) e símbolo do

desenvolvimento e dinamismo (Côrtes, 2008). Tal realidade dualista demonstra a existência de uma precária interação entre o mundo político e acadêmico, mas também a desconsideração em abordar a complexidade dos territórios (Arcila & Silva, 2013).

Partindo dessas diferentes definições, no cenário atual, coloca-se, portanto, a seguinte questão: apesar de ser unânime a consideração de que existe uma realidade que pode ser denominada de rural, por outro lado conta-se com divergências no conteúdo dessa categoria, às quais constituem um problema teórico que afeta a prática do/a pesquisadora/ pesquisador (Arcila & Silva, 2013). Na opinião de Prado (1993, p. 5) mesmo que haja uma demanda na literatura em explicar o que é “*lo rural*” e “*la ruralidade*” não existe uma conceituação de rural e uma ideia compreensível sobre como, o tomando como referência, se possa distingui-lo de outros conceitos como o urbano e suburbano.

Como é possível visualizar, rural tem sido caracterizado de várias formas, de acordo com os critérios usados na sua definição. Dessa forma, destaca-se que os sistemas de classificação atualmente vigentes incluem, sob a categoria de “rural”, conjuntos heterogêneos, o que tem gerado dificuldades e imprecisões para sua quantificação ou caracterização. Tal realidade tem gerado uma preocupação tanto no campo acadêmico dos países da região como em alguns organismos internacionais em (re) pensar as suas definições e a necessidade de promover um debate que indique classificações capazes de superar as limitações que são geradas (Sabalain, 2011).

Entre essas limitações, o autor cita: o alcance das definições; dificuldades nas comparações entre países e entre regiões do mesmo país; variação nos critérios usados na definição de acordo com o país; classificação dicotômica urbano/rural; categorias desatualizadas; apenas a localização da população como dimensão espacial é levada em consideração; todas as definições em uso desconsideram a densidade populacional, distâncias, acessibilidade ou uso da terra como variáveis de corte; todas as estatísticas derivadas e

indicadores são formulados tendo por base a “População rural” quantificada a partir de censos populacionais; subestimação do “rural” identificando a América Latina como altamente urbanizada, o que afeta várias decisões de políticas públicas e assistência internacional, dentre outras (Sabalain, 2011).

Por esse motivo, apesar de ser necessário recorrer a indicadores convencionais da ruralidade, como os citados anteriormente (densidade populacional, tamanho da localidade, dispersão ou peso das atividades primárias) é preciso reconhecer que essas noções não são suficientes para dar conta da complexidade da ruralidade atual (Rivera & Campos, 2008), sendo preciso construir reconceituações e metodologias mais influentes e inclusivas nesses contextos (Arcila & Silva, 2013).

Nesse sentido, acredita-se que o conceito de rural tem passado por uma reelaboração (Siqueira & Osório, 2005), não sendo exclusivamente agrícola, atrasado, nem apenas a expressão da produção primária, passando a incluir variadas atividades e a atuação em diferentes setores como agricultura, artesanato, pequenas e médias indústrias, comércio, serviços, pecuária, pesca, mineração, extração de recursos naturais, turismo, espaços para descanso, oferta e cuidado dos recursos naturais, contribuições para a manutenção e desenvolvimento da cultura, entre outros (Pérez Correa, 2005b), envolvendo atividades do setor primário, secundário e terciário (Romero, 2012).

Tendo em vista essa diversidade de usos e reelaborações, que coexistem com definições tradicionais, é preciso reconhecer a importância de problematizar a utilização do conceito de rural (Siqueira & Osório, 2005). Para nos ajudar a compreender e problematizar ainda mais esses sentidos, passaremos a partir de agora a nos deter sobre as diferentes perspectivas que convergem na construção da noção de rural, tomando como referência norteadora o trabalho de Arcila e Silva (2013).

2.3.2 Perspectivas no uso da noção de rural

De acordo com Arcila e Silva (2013) a revisão do uso da noção de rural nas ciências sociais revela diferentes perspectivas que possuem claras inter-relações entre si. Na América Latina essa realidade não é diferente, mas algumas/alguns autores/as acrescentam o fato de que essas perspectivas pertencem a diferentes momentos históricos ou consideram que algumas delas já foram superadas. No geral, enfatizam-se aspectos socioculturais ou de ordem espacial e demográfica, mas nenhum considera as noções dos próprios habitantes dos contextos rurais.

A primeira perspectiva é a da dicotomia rural-urbano, distinção originada no século XVIII e, sobretudo, na associação urbano-industrial moderna, oposta à associação rural-agrícola-retrógrada. Dessa forma, os fundadores e clássicos das ciências sociais conceberam as relações entre rural e urbano em termos de oposição. Porém destaca-se que essa situação persiste nos dias atuais, presente nas próprias medições nacionais, muitas das quais, perpetuam a visão de rural, não por meio de suas próprias características, mas a partir de suas deficiências em relação ao urbano-industrial (Arcila & Silva, 2013).

No intuito de superar as dificuldades advindas dessa definição dicotômica, surgiu o modelo do *continuum* rural-urbano, inicialmente proposto pelos sociólogos Sorokin e Zimmermann no final dos anos 20 do século XX. De acordo com esses autores não há ruptura, mas diferenças graduais que permitem caracterizar as comunidades tendo por base sua maior proximidade a um ou outro extremo (Arcila & Silva, 2013). Durante o tempo em que permaneceu em vigor, essa definição constituiu-se como o marco teórico mais importante para a investigação da sociologia rural naquele período, uma realidade que mudou após a Segunda Guerra Mundial quando começou a ser desacreditada (Durán, 1998). Além disso, apesar de questionar a perspectiva dicotômica, esse enfoque tende a perpetuar seus

fundamentos, pois conserva a concepção de rural como algo diferente do urbano, por seu isolamento ou mesmo por sua maior relação com a agricultura (Arcila & Silva, 2013).

De acordo com Durán (1998), posteriormente, Redfield fez uma modificação na abordagem do *continuum* rural-urbano utilizando a expressão *The Folk Society* no lugar do termo rural. Contudo, seu trabalho também manifestou estereótipos sobre a ruralidade, apesar de sua avaliação não coincidir com a de seus antecessores Sorokin e Zimmerman. Se esses tinham uma visão idealizada, Redfield descreve a ruralidade de forma depreciativa, como inculta, e contendo outras características, como isolada, de pequena escala, agrária, homogênea e com acentuado senso de solidariedade grupal. Nesse sentido, também na remodelação do enfoque *continuum* rural-urbano realizada por Redfield persistem as dicotomias que reafirmam o contraste entre a ruralidade e a urbanidade.

Ainda segundo o autor, a partir dos anos 50, com o declínio da abordagem do *continuum* rural-urbano, começaram a se consolidar de forma gradual as teorias da modernização. Sua finalidade foi servir como instrumentos para estudar e implementar as mudanças que a agricultura tradicional deveria passar. Dessa forma, concebem rural e urbano de forma a-histórica e descontextualizada (Durán, 1998), estando rural implicitamente identificado com o agrário, impedindo a formulação de uma visão dinâmica de mudança social no campo (Prado, 1993).

Da mesma forma que a abordagem do *continuum* rural-urbano, essas teorias manifestavam as dualidades rural-urbano. A ruralidade era concebida como paradigma de atraso e subdesenvolvimento que necessitava ser superado por meio da modernização, com a difusão das pautas socioeconômicas, das formas de vida e da cultura urbano-industrial no meio rural. Legitimava-se, dessa forma, uma concepção sobre o desenvolvimento da ruralidade que provocava, de forma inevitável, sua desruralização e assimilação à sociedade urbana (Durán, 1998).

Contudo, surgiram críticas a essas teorias, são as chamadas teorias críticas da modernização, que tinham a finalidade central de estudar as causas da persistência do subdesenvolvimento ou das grandes dificuldades para sair dele, destacando o modo desigual das estruturas e relações socioeconômicas existentes entre sociedades subdesenvolvidas e desenvolvidas. Apesar disso, a ruralidade continuava sendo explicada a partir de suas carências e atrasos em relação ao entorno urbano-industrial (Durán, 1998).

Desse modo, para Durán (1998), tanto a abordagem do *continnum* rural-urbano, como as teorias de modernização e as perspectivas críticas da modernização apresentavam uma visão “etnocêntrica, unilineal y ascendente del proceso histórico” (p. 84), em que haveria um progresso contínuo voltado para a sociedade urbano-industrial, sendo o paradigma europeu-ocidental considerado a culminação do processo civilizador.

Continuando, outra perspectiva é a do desenvolvimento do campo ou desruralização. Nesse enfoque, mostra-se uma sociedade rural em perigo de extinção, devido à redução da população rural, o desaparecimento gradual de conhecimentos e práticas culturais de seu povo e a sua participação crescente em atividades diferentes da agricultura. Em contraste com essas abordagens que anunciam o fim do rural, diferentes autores/as defendem a persistência das sociedades rurais, sem negar as transformações que vem ocorrendo por conta dos processos de globalização (Arcila & Silva, 2013).

A perspectiva da fusão rural-urbano, por sua vez, busca ultrapassar a separação rural-urbano assim como a visão dos/as moradores/es rurais como aquelas/aqueles que consomem passivamente os estilos urbanos e, por isso, aceita a coexistência de diferentes modos de vida. Tem-se ainda o enfoque do reencontro com a vida rural, na qual a ruralidade é concebida como uma alternativa de vida melhor, por meio do interesse residencial, mas também de outras finalidades como a diversificação dos usos sociais e econômicos dos seus espaços em atividades de lazer e tempo livre e cuidados com a saúde (Arcila & Silva, 2013).

A seguir, apresentaremos a última perspectiva apontada por Arcila e Silva (2013) a respeito do uso da noção de rural. Devido a sua importância para a compreensão dos contextos rurais na América Latina nos dias atuais, preferimos apresentá-la de forma separada nesta sessão específica que compõe a última parte deste capítulo, que tem como objetivo debater sobre as características, particularidades, possibilidades e desafios do(s) rural (rurais) na América Latina.

2.3.3 Novas ruralidades: características, diferenças, possibilidades e desafios.

Por fim, nos voltaremos para a última perspectiva descrita por Arcila e Silva (2013) a respeito do uso da noção de rural, a perspectiva da nova ruralidade. De acordo com a autora e o autor, o conceito de ruralidade ganhou destaque na América Latina nas últimas duas décadas, tendo como alvo destacar a insuficiência da definição tradicional de rural. Dessa forma, o conceito de nova ruralidade pode ser considerado uma abordagem latino-americana dos estudos rurais.

Para Grammont (2004) esse conceito ganhou destaque no final de 1980. De acordo com Pérez Correa (2005a) na América Latina ele teve maior relevo desde o começo de 1990. Foi a partir de meados dessa década, como relata Kay (2009), que ele tem ganhado popularidade por meio da realização de muitos seminários e conferências, além de centenas de artigos e dezenas de livros. Assim, mesmo que a pobreza, a concentração da posse da terra e da renda, a importância da agricultura e a dependência da exportação de bens primários persistam, conta-se com transformações nos contextos rurais e, dessa forma, com o desenvolvimento de uma nova ruralidade na América Latina (Pérez Correa, 2005a).

Destaca-se que a discussão sobre a nova ruralidade na América Latina é bastante complexa, pois envolve fenômenos variados e, além disso, é uma expressão que possui um

significado polissêmico (Grammont, 2004). De acordo com Kay (2009), esse conceito nunca foi desenvolvido de uma maneira sistemática e completa, o que leva a uma falta de rigor e de consistência. Nesse sentido, a maior parte dos/as autores/as não faz distinção entre os seus diferentes usos e não discutem como a sua interpretação se relaciona com as demais, ou em que medida se trata de uma nova interpretação. Por isso, Romero (2012) destaca que é preciso ter uma cuidadosa aplicação epistemológica dessa abordagem, levando em consideração que ela não possui o mesmo grau de validade para todas as regiões latino-americanas entendendo a complexidade da sua sociedade rural.

Diante dessa realidade, serão apresentadas a seguir algumas das tendências, enfoques e interpretações que têm sido utilizadas na definição desse conceito. Inicia-se com Grammont (2004), que apresenta dois grandes enfoques para abordar o estudo da nova ruralidade, que segundo ele, deveriam ser complementares, mas muitas vezes apresentam grandes oposições em suas metodologias e raras conexões no que diz respeito às aplicações concretas: 1) O primeiro enfoque é social e estuda as transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade, com ênfase para a relação local-global com suas cadeias produtivas e os efeitos das migrações; 2) O segundo enfoque destaca a economia política e as políticas públicas e prioriza a análise do território e o desenvolvimento sustentável. Seu estudo está voltado para a escolha das políticas públicas necessárias para dar conta das novas situações existentes no campo e para que se exerçam todas as funções que lhe são aplicadas nos dias atuais. No caso da América Latina a finalidade é promover o desenvolvimento equitativo.

Por sua vez, Kay (2009) enfatiza duas interpretações: 1) Na primeira, são analisadas as transformações da globalização neoliberal, com destaque para certos problemas desconsiderados ou ignorados por outras abordagens. Há uma ênfase para os diferentes aspectos das transformações rurais e não há uma limitação apenas para o agrícola na economia rural. Além disso, considera as múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas

desenvolvidas pelos/as camponeses/as, bem como sua inserção em diversos mercados e suas relações com os contextos urbanos. Ademais, estuda as mudanças relacionadas ao surgimento de novos atores e movimentos sociais; 2) Na segunda interpretação, a nova ruralidade é concebida como uma maneira de reconsiderar o desenvolvimento rural a partir de diversas metas normativas, como lograr “reducir la pobreza; la sustentabilidad ambiental; la equidad de género; la revaluación del campo, su cultura y su gente; facilitar la descentralización y la participación social; superar la división rural-urbana, y garantizar la viabilidad de la agricultura campesina” (Kay, 2009, p. 613).

Devido a essa ampla variedade de ideias apresentadas sobre a nova ruralidade, o autor faz ainda uma distinção entre três pontos de vista: “reformista”, “comunitário” e “territorial”, uma classificação considerada por ele como uma simplificação devido à riqueza e à ampla variedade da bibliografia sobre o tema, mas que pode servir como um ponto de partida eficaz para o desenvolvimento posterior de análises mais profundas.

Assim: a) Na perspectiva reformista, não se pretende desafiar, mas reformar o sistema. São feitas recomendações que não visam necessariamente a um andamento radicalmente diferente de desenvolvimento rural, mas busca-se melhorar os meios de subsistência no campo por meio da reorientação das políticas públicas e da expansão de seu campo de ação. Tem como principal limitação não fazer uma análise de classe e das forças políticas presentes nas políticas públicas; b) O ponto de vista comunitário visa à autonomia e autossuficiência das comunidades rurais, com o intuito de protegê-las contra as repercussões da globalização neoliberal. Há uma interpretação mais radical da descentralização, pois aponta para um grau mais elevado de autogoverno e de autonomia do Estado; c) Por fim, o enfoque territorial, reconhece as principais transformações do setor rural, os novos ruralistas reformistas como também se orienta para as políticas públicas. Acrescenta uma dimensão importante, que é o reconhecimento das interações das áreas rurais e urbanas em determinada configuração

espacial. Além disso, contribui para a análise das relações entre os movimentos sociais rurais e o desenvolvimento rural territorial (Kay, 2009).

Pode-se ainda destacar outras características presentes na visão da nova ruralidade. Ela reconhece a importância: da atividade produtiva, mas também da gestão, uso e conservação dos recursos naturais; dos serviços ambientais como maneira de dinamizar a economia e construir um projeto de desenvolvimento mais sustentável; do uso da paisagem natural como espaço de lazer e para a promoção de uma melhor qualidade de vida; dos processos de democratização local e maior valorização dos recursos próprios, seja humanos ou naturais; de superar conflitos sociopolíticos que dificultam o avanço e o bem-estar geral das sociedades rurais; de levar em consideração a opinião dos diferentes atores na busca do bem comum (Pérez Correa, 2005a).

Ainda a respeito das características da nova ruralidade, Grammont (2004) considera que,

Viejos procesos desaparecen o se desgastan (la reforma agraria, la revolucion verde, el reparto agrario, el papel de la banca estatal de desarrollo), otros cobran mayor amplitud (la plurifuncionalidad de la economia campesina, la etnicidad, el genero, la ecologia, la pobreza, el transnacionalismo), otros mas aparecen con mucha fuerza en el escenario nacional (el ahorro popular y el microfinanciamiento, la multifuncionalidad del campo, el multiculturalismo nacional, la autonomia de los pueblos indios, los derechos humanos, la descentralizacion y el fortalecimiento de los municipios, la participacion y la democracia) (p. 289).

A partir desse panorama que indica como a nova ruralidade é entendida no contexto latino-americano, neste momento, parece-nos interessante destacar algumas contribuições que ela tem trazido para qualificar a noção de rural. Para iniciar, enfatizam-se as novas inter-relações entre rural e urbano, que superam a relação dicotômica e acentuam a complexidade e a interdependência de suas relações (Arcila & Silva, 2013; Calegare, 2015; Grammont, 2004; López, 2008; Pérez Correa, 2005a; Romero, 2012). Trata-se da interdependência entre esses contextos, no sentido das atividades produtivas, emprego, lugar de residência, como também

da mistura e complexidade de suas relações sociais, políticas e econômicas (Pérez Correa, 2005a) tendo se intensificado o movimento de pessoas entre a cidade e o campo nas duas direções (Kay, 2007). Ademais, entendendo-se que há entre os territórios rural e urbano fronteiras móveis, que podem ser deslocadas dos limites de uma espacialidade física, de forma que os indivíduos podem, apesar de estar fora de sua referência espacial, expressar o seu vínculo com determinada identidade territorial (Carneiro, 2005).

A revalorização do rural é outra contribuição trazida pela nova ruralidade. Há a busca por romper o mito de que rural é atrasado e indesejável defendendo-se a sua existência como de grande relevância para a sociedade e a economia. A revalorização cultural é considerada a de mais importância, sendo visto como uma opção de vida nova, aceitável e melhor (Pérez Correa, 2005a). Esse movimento se trata de uma estratégia da sociedade para solucionar problemas oriundos do modo de vida da modernidade pós-fordista, como o estresse, a agitação, a falta de solidariedade, problemas de ordem ambiental, etc., com a abertura de novas oportunidades de emprego no campo (Romero, 2012). Contudo, apesar dessa visão ser aceita por alguns países da região, por outro lado não se pode deixar de referir que existem problemas estruturais e contextuais que provocam uma distorção nessa interpretação, enfocando a revalorização do rural de forma mais romântica e bucólica (Pérez Correa, 2005b).

A nova ruralidade contribui ainda para o reconhecimento da existência de novos atores sociais do campo (Floriani, Ríos & Floriani, 2013; Grammont, 2004; Pérez Correa, 2005a). De acordo com Pérez Correa (2005a), a população rural estendeu-se para além da campesina, abarcando todos os habitantes, mesmo os que se dediquem a outras atividades diferentes da produção agrícola, como garimpeiros/as, pescadoras/es, artesãos/os e os/as que se dedicam ao setor de serviços. Além disso, os grupos étnicos são reconhecidos de forma explícita e a variável de equidade de gênero é considerada como aspecto fundamental para entender e atuar no mundo rural.

Podemos citar ainda outra contribuição da nova ruralidade para a noção de rural, que é a sua visão interdisciplinar do mundo rural. Ela leva em conta diversas contribuições, como as da sociologia rural, economia agrícola, antropologia, história, geografia, biologia e ciências ambientais (Pérez Correa, 2005a). Por meio da investigação inter e transdisciplinar, são agenciados conceitos e métodos variados acerca da diversidade de práticas e saberes que os grupos constroem em seu território (Floriani et al., 2013). Prado (1993) acentua a necessidade de abordagens que possam capturar a interação entre política e economia, estado e sociedade, atores sociais e estruturas, e comunidade, cultura e identidades.

Além disso, a nova ruralidade faz uso do conceito de multifuncionalidade do território (Pérez Correa, 2005a). Para Serrano (2007):

se debe tener en cuenta que la multifuncionalidad no sólo consiste en potenciar el turismo rural, la artesanía local o la belleza de los paisajes de la región, sino que además se necesitan generosos presupuestos para luchar contra la pobreza rural y dotar al campo de infraestructuras, equipos y servicios públicos en el campo (sobre todo educativos y sanitarios), fomentar el empleo rural, intentar acortar la brecha tecnológica que separa a las grandes y pequeñas empresas agropecuarias, evitar la pérdida de recursos en el medio rural, descontaminar el agua, la tierra y el aire, optar por el fomento de una agricultura sostenible y respetuosa con el entorno y diversificar en la medida de lo posible unas exportaciones excesivamente concentradas en las materias primas y productos básicos e indiferenciados, que se sustentan en la explotación indiscriminada de los recursos naturales, como sucede en la mayoría de los países de América Latina (p. 98).

Contudo, o autor destaca alguns obstáculos que continuam existindo na agricultura da região e que impedem a realização dessa multifuncionalidade nos contextos rurais bem como de uma agricultura sustentável, como por exemplo, a pobreza, desequilíbrio produtivo, ausência de terras adequadas e de capital, deficiências tecnológicas, baixa produtividade, concentração de terras em poucas mãos, desestruturação social e injustiça. Seria necessária uma profunda transformação das estruturas agrárias na América Latina para que fosse possível desenvolver uma política de multifuncionalidade agrária e rural.

Outro ponto importante trazido pela nova ruralidade, é que a agricultura deixa de ser a associação exclusiva de “rural” tendo crescido as atividades não agrícolas nesses contextos (Schneider, 2000) que contam cada vez mais com atividades produtivas secundárias e terciárias que transformam suas qualidades e manifestações tradicionais (Rivera & Campos, 2008). Contudo, o crescimento dessas outras atividades não significa a perda da importância das atividades agrícolas, mas sim diz respeito a um processo de diversificação produtiva (Schneider, 2000).

Assim, Pérez Correa (2005a) destaca o grande peso da agricultura, que continua sendo a atividade econômica mais geradora de emprego nos países pobres, e nos países da América Latina e do Caribe isso não é diferente. Dessa forma, uma parte importante da economia da região depende do setor rural e, em especial, do setor agrícola. Contudo, apesar dessa importância, mais uma vez acentua-se a questão do acesso aos bens de produção e da terra, que continua sem solução na maioria dos países da região, apesar das tentativas de reformas agrárias, que apesar de extensas têm sido incompletas.

Por fim, a nova ruralidade contribui para o uso da noção de território. A partir da consideração de que os espaços rurais formam um mundo muito mais complexo do que o meramente agrícola e, além disso, que existe um fluxo contínuo de pessoas, bens e serviços entre as zonas rurais e zonas urbanas, passou-se a dar mais ênfase ao conceito de “território” (Dirven, 2011). Seu sentido não responde mais à concepção de espaço ecológico determinado, demarcado e controlado por certa soberania ou forma institucional de apropriação. Trata-se de uma parcela individualizada do espaço geográfico, formado por um tecido sociocultural e suas formas particulares de produção, troca e consumo, onde se entrelaçam a proximidade geográfica e a proximidade social (López, 2008). Para Romero (2012), os espaços territoriais formam um conjunto estruturado e complexo, constituindo-se por relações reticulares ou de rede e por modos particulares de comunicação e sociabilidade.

Reafirmam-se, diante das características e contribuições citadas a respeito da nova ruralidade, a grande diversidade de meios geográficos, ambientes paisagísticos, situações socioeconômicas e socioculturais e, portanto, a existência de múltiplas ruralidades na América Latina (Durán, 1998). Nessa visão, a ruralidade é entendida como uma construção social e, por esse motivo, a diversidade e um alto grau de mudança faz parte de sua constituição (Arcila & Silva, 2013; Durán, 1998) como vimos anteriormente.

Assim, destacamos que apesar de na América Latina a infraestrutura e os serviços rurais não atenderem às necessidades humanas e produtivas básicas (Dirven, 2004), além de contar com complexos processos políticos, econômicos e sociais que dificultam o desenvolvimento rural (Pérez Correa, 2005a), por outro lado, como bem assinalado por Perico (2011) a respeito de rural nessa região: “no es importante por sus graves problemas sino por sus visibles potencialidades. Si no se entiende de esta forma, los modelos de economía marginal seguirán guiando las estrategias de desarrollo rural, con alto costo para la sociedad nacional” (p. 15).

A partir dessa reflexão acerca da América Latina e do mundo rural nessa região pudemos compreender que se trata de um debate necessário e promissor para a compreensão das pessoas, dos povos, dos contextos latino-americanos, e porque não, do indivíduo americano na contemporaneidade. A compreensão do contexto histórico, das características, das possibilidades e dos desafios envolvidos na noção de América Latina e de rural nos leva à conclusão de que só podemos estudar e intervir nesses temas tendo um olhar e uma postura que considere a história, a diversidade, a diferença e a interdisciplinaridade.

No caso da Psicologia latino-americana, entendemos que a aproximação com os contextos rurais é bem desafiadora, tendo em vista que desde o seu surgimento não teve como marca pensar o social, o comunitário, os problemas psicossociais, a realidade latino-americana e rural. Como então a Psicologia vem se aproximando dos contextos rurais? O que

ela entende por rural? Os múltiplos sentidos, perspectivas e reelaborações envolvidos na noção de rural têm sido considerados? Que perspectivas teóricas e práticas podem ajudar a Psicologia a realizar essa aproximação? As características e especificidades da realidade latino-americana têm sido consideradas em sua leitura sobre os contextos rurais?

Por tudo isso, entendemos que problematizar o conceito de rural e como tem sido a discussão da Psicologia sobre esse campo, significa aproximar a Psicologia de um debate enriquecedor para ampliar sua compreensão e intervenção acerca dos sujeitos e povos latino-americanos. Para aprimorar essa discussão, torna-se fundamental situar a Psicologia na América Latina. Como veremos a seguir, por conta do seu distanciamento com os contextos rurais, a Psicologia latino-americana tem muito a aprender, a repensar, a redefinir e a criar nesse campo.

3 A Psicologia na América Latina

Este capítulo objetiva discutir a presença da Psicologia na América Latina. Foi realizada a construção de um panorama a respeito de suas principais características e desenvolvidas algumas análises a respeito de seus afastamentos e aproximações com os contextos latino-americanos, em especial, os contextos rurais. O mesmo está organizado em duas partes. A primeira seção apresenta uma perspectiva acerca do seu processo histórico, desenvolvimento e principais áreas e características. Na segunda parte, são apresentados de maneira mais específica a Psicologia Social Comunitária (PSC) e alguns diálogos com o pensamento pós-colonial e decolonial, já discutidos anteriormente, visando a destacar os desafios e possibilidades na construção de uma Psicologia contextualizada para os povos latino-americanos e os contextos rurais.

3.1 Olhares sobre a Psicologia latino-americana

A Psicologia é um campo concebido de múltiplas formas e que também agrega variadas maneiras de inserção e intervenção, não existindo apenas uma história das psicologias (Figueiredo, 2006). Assim, esta seção inicia-se com uma breve demarcação conceitual a respeito da Psicologia, para que isso ajude a situar o posicionamento aqui assumido a respeito da especificidade da Psicologia latino-americana.

É importante ressaltar no tocante à sua forma inicial, que a Psicologia não era considerada ciência básica ou aplicada, nem mesmo um campo de pesquisa ou um setor de aplicação técnica, mas um campo de reflexão baseado na filosofia (García, 2014). Como profissão ela é bastante recente surgida no século XX, especificamente na segunda metade, como resultado da relação de vários fatores científicos, sociais, políticos, econômicos e

culturais. Pensar nesses termos é, em verdade, reconhecer, que apesar de bastante jovem, a Psicologia é considerada uma profissão de grande importância e reconhecimento social mundialmente, incluindo aqui a grande maioria dos países da América Latina (Quezada, Gallegos, Lopes Miranda & Laborda, 2018).

Na realidade latino-americana, o desenvolvimento histórico da Psicologia não trata de um processo regular e homogêneo, o que torna complexa a tarefa de traçar sua história na região. Partindo desse entendimento, será apresentado a partir de agora, um panorama, dentre tantos possíveis, a respeito das características e do desenvolvimento da Psicologia na América Latina (Sosa & Valderrama-Iturbe, 2001).

Como bem assinala Gallegos (2016), foi a partir da década de 1980 que o campo histórico da Psicologia teve maior protagonismo e profissionalizou-se em diferentes países da região. No entanto, Klappenbach e Pavesi (1994) referem dificuldades ao se tratar da história da Psicologia na América Latina que estão relacionadas aos termos: a) “história da psicologia” e b) “na América Latina”. Em relação ao primeiro caso, observa-se que apenas em 1986 houve um interesse renovado no assunto, com a publicação do livro “Psicologia na América Latina: Passado, presente e futuro”, do psicólogo colombiano Rubén Ardila e, em 1988, com a realização do “Primeiro Seminário de História da Psicologia na América Latina”, no Brasil, e o início da publicação do “Arquivo Latino-americano de História da Psicologia e Ciências”. Já em relação ao termo “na América Latina”, a dificuldade está em conseguir elaborar um discurso que associe ao mesmo tempo a unidade comum e a heterogeneidade, passada e presente, que existe na região.

Diante dessa recenticidade e diversidade, parte-se da perspectiva de Ardila (1969) a cerca do surgimento da Psicologia na América Latina, que de acordo com ele se deu por meio de duas fontes: como disciplina prática, ao tentar colaborar com outras disciplinas, principalmente medicina e educação; e como ramo da filosofia. Com isso, da mesma maneira

que em sua forma inicial, a Psicologia na América Latina também nasceu muito conectada com a filosofia (García, 2014) e, além disso, intimamente relacionada com a cultura e as condições sociais da região (Ardila, 1969).

O início da Psicologia científica na América Latina ocorreu em 1898 quando Horácio Piñero (1869-1919), um fisiólogo, professor da Faculdade de Medicina, fundou, no Colégio Nacional de Buenos Aires, o primeiro laboratório de Psicologia experimental, que veio a se estabelecer posteriormente em 1920 e 1930 em outros países (Ardila, 1969).

O interesse pela Psicologia emergiu inicialmente no Brasil, na Argentina e no México e, posteriormente, no Chile e no Peru (Jacó-Vilela, 2007). Os/as pioneiros/as eram europeias/europeus advindos/as da Alemanha, Espanha, Polônia, Hungria e Rússia, que chegaram aqui nas décadas de 1920, 1930 e 1940, situando-se na Argentina, Brasil, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela. Para Jacó-Vilela (2007), a difícil situação entre guerras na Europa contribuiu para a migração de muitos/as desses/dessas cientistas para diferentes países da América Latina por necessitarem de novas oportunidades de trabalho.

Por sua vez, os/as pioneiros/as nativos/as eram médicos/as autodidatas que faziam pesquisas relacionadas ao tratamento de doentes mentais ou da mente criminosa, não distinguindo teoria e aplicação. Além delas/deles, esse primeiro período foi marcado pela presença de educadoras/educadores. Dessa forma, essas/esses profissionais, por meio de seus interesses particulares e suas viagens à Europa, entraram em contato, aprenderam e se interessaram por essa nova ciência (Jacó-Vilela, 2007).

De acordo com Alarcón (2004), essas e outras pessoas, interessaram-se pela Psicologia, dando-lhe uma direção teórica. Tinham como objetivo construir uma Psicologia de característica objetiva, experimental e psicométrica, baseada na corrente científica da Psicologia desenvolvida na Europa. Com isso, criaram laboratórios, difundiram a Psicologia experimental por meio do ensino, disseminaram métodos psicofísicos e deram início aos

testes psicológicos e investigações experimentais e psicométricas. No entanto, com a influência das psicologias de orientação espiritualista que ainda tinham muito prestígio na Europa, especialmente entre psicólogos/as-filósofos/as, algumas/alguns dos/as pioneiros/as nativos/as que lhe seguiam, passaram a questionar a Psicologia experimental, a medição e a quantificação, pois temiam o renascimento do positivismo comteano que estava em declínio acentuado na América Latina depois de vários anos no auge. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, tiveram início essas fortes reações de questionamento do positivismo que também chegaram a mais recente Psicologia experimental (Alarcón, 2004). Para García (2014), a Psicologia experimental manteve sua força quase intacta até o início da década de 1920 em muitos países da região, quando começou a declinar.

Diante disso, no início do século XX a especificidade da imagem do/a psicólogo/a foi definida por meio de duas esferas primordiais de aplicação: a) estudos psicológicos voltados para a melhoria da educação e a avaliação da inteligência de crianças e adolescentes, com a utilização de pesquisas com o método experimental e o uso de testes, e a b) psicologia clínica, atenção psiquiátrica e psicoterapia. Em relação à psicoterapia, ressalta-se a relevância da psicanálise nesses primórdios da Psicologia (García, 2014).

Assim, pouco a pouco a Psicologia foi se tornando uma disciplina acadêmica e uma profissão na América Latina (Ardila, 1969) desenvolvendo-se de forma acentuada em meados do século XX (Ardila, 2003), período em que ainda permanecia sob a influência daquelas/daqueles pioneiros/as europeias/europeus (Alarcon, 2004). Mas, de acordo com Jacó-Vilela (2007), “Parece que entre las décadas de los 50 y 60, la psicología se vuelve autónoma, asumiendo su carácter propio y distinto de la medicina y de la educación” (p. 154).

E para entender um pouco melhor como se construiu esse processo de autonomização da Psicologia na América Latina, é válido lembrar que foi nesse período que ocorreu o estabelecimento dos seus primeiros cursos de formação. Ardila (2003) considerou que os

primeiros programas de formação profissional tiveram início em 1947 e 1948. Por sua vez, Jacó-Vilela (2007) observou que os primeiros cursos universitários foram criados em quase todos os países no período entre 1940 e 1960. Já Alarcón (2004) identificou que o estabelecimento do curso de Psicologia se deu entre 1950 e 1960. De maneira mais específica, González Rey (2009) apontou que a institucionalização do ensino ocorreu entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960.

De acordo com Alarcón (2004), a orientação da formação profissional acontecia por meio da influência de psiquiatras que atuavam nos Departamentos de Psicologia, direcionando-a para a Psicologia clínica, que se tornou a principal especialidade, dando lugar posteriormente à Psicologia escolar. A abordagem dominante ensinada era a psicanalítica. Essa tendência dinâmica começou a sofrer alterações de forma progressiva, com a introdução de disciplinas de caráter objetivo, quando os currículos começaram a se enriquecer e diversificar. Tal processo culminou com a presença e revolução causada pelo behaviorismo operante nas salas de aula universitárias em 1970.

Para Jacó-Vilela (2007), a maior parte dos cursos criados era generalista e oferecia uma formação “centrada en el modelo de hombre universal y sin historia, en la psicometría, en la división tradicional de teorías psicológicas, campos temáticos (personalidad, desarrollo, social) y áreas de aplicación (clínica, escuela e industria)” (p. 155).

Relacionado a esse debate, Alarcón (2004) lembra que em meados da década de 1950, já existia uma situação favorável para o estabelecimento da carreira em Psicologia. Nesse momento, o trabalho dos/as pioneiros/as caracterizou-se por ser, principalmente, acadêmico e de pesquisa. O ensino da Psicologia servia como assunto introdutório para auxiliar outras carreiras, como medicina, educação, direito e outras especialidades das ciências humanas. Essa realidade começou a mudar quando houve a intenção de se estabelecer estudos profissionais de Psicologia, ganhando forma ao longo de 1950, período em que a carreira se

estabeleceu em Cuba, Brasil, Peru, Argentina e Venezuela. Na década seguinte, no Brasil, Uruguai, Porto Rico, República Dominicana, Equador, Panamá, tendo continuidade em 1970, na Bolívia, Costa Rica, Haiti, Nicarágua e Paraguai. Antes de 1950, os programas de Psicologia profissional se estabeleceram no México, Guatemala, Colômbia e Chile.

Ainda em meados do século XX, um fato de grande relevância e influência decisiva no desenvolvimento da Psicologia na América Latina foi a criação da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) em dezembro de 1951, que ocorreu no México durante um Congresso Mundial de Saúde Mental. Ela é a principal associação de psicólogos/as da América Latina, reunindo profissionais do Canadá, dos Estados Unidos e da América Latina e sua importância foi permitir a interação de psicólogos/as entre todos os países do continente americano, dando-lhes um sentido de unidade a nível internacional. Pode-se ainda mencionar o primeiro Congresso Interamericano de Psicologia, ocorrido entre 10 a 20 de dezembro de 1953 em Santo Domingo, na República Dominicana como fato importante no desenvolvimento da Psicologia na região (Alarcón, 2004; Ardila, 1969).

As realidades apresentadas até aqui ajudam a desenhar uma compreensão da Psicologia na América Latina até o final do século XX, tendo conseguido importantes progressos como ciência e profissão. Apesar das limitações e, aqui, inclui-se seu notável distanciamento com a especificidade do mundo rural, no início do século XXI, já contava com um desenvolvimento significativo. Se nos tempos iniciais a pesquisa comportamental antecedeu as aplicações práticas – por conta do caráter acadêmico que as universidades lhe concederam e da América Latina ainda não ser um campo de trabalho – quando foi estabelecida como carreira profissional, a Psicologia desenvolveu-se mais como profissão do que como ciência (Alarcón, 2004).

No tocante ao desenvolvimento profissional, as principais áreas de trabalho em Psicologia que se desenvolveram na América Latina, que foram apresentadas de forma

organizada em uma sequência temporal apesar de coincidirem em muitos momentos, são: “psicometria, psicoanálisis, psicología social y transcultural, psicología evolutiva del ciclo vital, análisis experimental del comportamiento, psicología cognitiva, y psicología política” (Ardila, 2003, p. 7).

Partindo dessas expressões da Psicologia na América Latina, poder-se-ia dizer que no início do século XXI ela já contava com áreas de aplicação amplas e diversificadas, demonstrando estar atenta à complexidade e aos processos da sociedade. Porém, destaca-se que por meio dessa abertura, começou a entrar em contato com demandas sociais que, não poucas vezes, ultrapassavam a formação profissional que haviam recebido, incluindo-se aqui o contato com os contextos rurais. Assim, os/as psicólogos/as começaram a se deparar com novos problemas que convocaram a urgência pela revisão contínua da formação profissional graduada e pós-graduada (Alarcón, 2004).

O desenvolvimento da Psicologia latino-americana no século XXI tem então como marca um problema a ser solucionado: a definição de sua identidade. Isso convoca a necessidade de gerar um conjunto de ideias que possam incentivar e indicar a sua própria direção, orientar a pesquisa e a sua prática, de maneira que se possa distingui-la por meio de suas realizações (Alarcón, 2004). Para isso, concordamos com Ardila (1969) que já em meados do século XX indicava que o seu desenvolvimento como ciência e profissão, apesar de não depender somente dos/as psicólogos/as, já que existe uma série de circunstâncias sociais que não são diretamente controláveis por elas/eles, necessita do seu auxílio no sentido de mudar o ambiente e criar circunstâncias favoráveis, adquirindo uma consciência de grupo e a ideia clara da importância da Psicologia na contemporaneidade. Acreditamos que esse mesmo posicionamento é válido para pensar a relação na Psicologia com as ruralidades na contemporaneidade: os/as psicólogos/as latino-americanos/as têm se questionado sobre suas

práticas em contextos rurais? O que têm feito para avançar de forma teórica, prática e ética nesse campo?

Tomando por base essas considerações a respeito do desenvolvimento da Psicologia na América Latina serão destacadas, a partir de agora, algumas de suas características. O intuito é de que isso contribua para o conhecimento das principais marcas que vêm sendo construídas ao longo de sua trajetória na região, promovendo um conhecimento necessário para que possamos situar as discussões da segunda parte deste capítulo, que versam sobre o olhar específico da PSC e como ele ajuda a problematizar a relação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina.

Assim, conforme apontado por Ardila (1969), a Psicologia latino-americana se diferencia por duas características: 1) Grande importância dada à utilidade, com a valorização dos ramos da Psicologia aplicada que se desenvolveram rapidamente. De tal forma, até os últimos anos, têm se sobressaído em relação às áreas básicas da Psicologia científica e da teoria psicológica; 2) Íntima relação com outras disciplinas, principalmente medicina e educação, sendo consideradas como principais áreas de trabalho a Psicologia médica, o diagnóstico clínico, a Psicologia educacional e a psicometria.

Alarcón (1999), por sua vez, identificou características que mais se sobressaíram na Psicologia latino-americana no final do século XX: a) orientação científica; b) caráter dependente; c) baixa originalidade; d) interesse pelo homem como principal objeto de trabalho; e) preferência pela pesquisa aplicada, f) relevância social e permeabilidade política. Logo abaixo, serão, respectivamente, comentadas.

Em relação à primeira característica, sua orientação científica, o autor nos lembra do interesse predominante dos/as pioneiros/as europeias/europeus de tornar a Psicologia uma ciência empírica. Dentre outros feitos, fundaram laboratórios de Psicologia experimental, divulgaram o método científico, trabalharam com testes psicológicos e pedagógicos e deram

impulso ao movimento psicométrico e aos estudos de desenvolvimento. Com isso, influenciaram o estabelecimento de uma Psicologia objetiva, empírica e experimental, como referido alhures. Porém, em alguns países, houve uma forte oposição a isso, tendo a Psicologia científica sido aceita apenas em meados da década de 1950, quando teve seu reconhecimento estabelecido. Para o autor, “En la actualidad, nadie discute el carácter científico de la psicología” (Alarcón, 1999, p. 134).

Sobre o seu caráter dependente, a literatura aponta que foi característico de sua etapa formativa na América Latina (Alarcón, 1999, 2004; Ardila, 2003; García, 2014; Jacó-Vilela, 2007; Klappenbach & Pavesi, 1994). Trata-se do reflexo das Psicologias europeias e norte-americanas nos interesses daquelas/daqueles que primeiro fizeram pesquisas, com a adesão e forte defesa de suas correntes teóricas, o uso de seus métodos e instrumentos e a reprodução de seus problemas (Alarcón, 2004; García, 2014). Para Ardila (2003) isso era inevitável já que as principais ideias psicológicas haviam se dado nesses lugares.

De maneira específica, Alarcón (1999) cita a característica de importação de conhecimentos. Segundo ele, as universidades coloniais utilizaram o enfoque escolástico. Depois, “En los primeros años republicanos fueron el eclecticismo de Cousin, la ideología de Destutt de Tracy, la filosofía del sentido común de Thomas Reid, el idealismo de Krause” (p. 136). A seguir, em meados do século XIX, foi o positivismo de Comte. Essas tendências foram aderidas e disseminadas sem um senso crítico, desenvolvendo-se uma Psicologia de clara matriz dependente das Psicologias estrangeiras, situação que foi questionada no decorrer dos anos 70 quando passou a ser considerada uma disciplina de relevância social (Alarcón, 1999).

No entanto, como afirma García (2014) isso não significa desconsiderar as contribuições da pesquisa originada nesses ambientes de primeiro mundo ou negar a validade de outros modelos psicológicos. A questão que se coloca é a necessidade de priorizar a

importância do contexto particular de conhecimento na América Latina que tem características próprias, dentro da estrutura ampla que corresponde à produção científica.

Associada ao caráter anterior ou mesmo consequência dele, está a sua outra característica, que é a pouca originalidade (Alarcón, 1999), tendo mais realizado reproduções com base nos modelos hegemônicos dominantes dos países mais desenvolvidos do que produzido posições originais (González Rey, 2009). Outra característica da Psicologia latino-americana é considerar o ser humano como problema central, o que não significa a inexistência da pesquisa comparativa (Alarcón, 1999). Assim, para o autor:

América Latina está poblada por una variedad étnica, donde habitan todas las razas del planeta. Es un laboratorio natural de razas y mestizajes aún por conocer; conocemos al hombre a través de la investigación de Europa y Norteamérica, pero dentro de la universalidad del hombre hay diferencias netas que impone el medio natural y la sociocultura. Conozcamos a los hombres de América Latina porque, con seguridad, todavía no los conocemos (p. 144).

Além dessas, outra característica é a sua preferência pela Psicologia aplicada, que continuou tendo destaque no início de sua etapa profissional e se mantém na atualidade. A respeito da preferência pela pesquisa aplicada pode-se dizer que está provavelmente associada ao discurso constante de se fazer uma “psicología conectada con los problemas reales de nuestras sociedades”. Desse modo, frente à opção axiológica entre valores puramente científicos e valores científico-sociais, a Psicologia latino-americana inclinou-se para a última alternativa (Alarcón, 1999, p. 142).

Por fim, outra característica citada por Alarcón (1999) é o que ele denominou “entre la relevancia social y la permeabilidad política” (p. 139). Assim, na América Latina, os/as psicólogos/as têm demonstrado interesse nas realidades específicas vividas pelas comunidades da região tendo sensibilidade frente aos problemas urgentes que elas vivenciam. Isso se reflete no campo da pesquisa e da intervenção que visam a contribuir para o conhecimento ou a solução dessas realidades, como “problemas de salud, desnutrición, analfabetismo, violencia

política, terrorismo, trabajo infantil, delincuencia, drogadicción, frustración política y muchos otros problemas que acusan nuestros países” (p. 140).

Assim, de acordo com o autor, a intenção dos/as psicólogos/as sociais foi fazer da Psicologia uma ciência com relevância social e compromisso frente aos problemas específicos vividos pelas pessoas da região. Associado a isso, estava o seu interesse em alcançar estratégias que contribuíssem com o desenvolvimento das próprias comunidades. Então, por meio desse interesse ganhou força o campo da PSC, voltada para as comunidades marginais e setores sociais menos favorecidos. Diante disso, a ideia original de relevância social passou a ganhar outro significado no sentido de contribuir com a mudança político-social a partir de um compromisso político no combate à estrutura social, considerada injusta e opressiva (Alarcón, 1999).

Para Romero (2014), “Si la psicología latinoamericana tiene hoy un rasgo distintivo, junto con muchos otros de carácter estrictamente científico, es su vocación (extra disciplinar) caracterizada por su énfasis en lo social” (p. 1). Com isso, uma nova Psicologia progressivamente vem emergindo, interessada em renovar a articulação entre teoria e prática. Muitos/as psicólogos/as têm contribuído para isso, como será detalhado a seguir. Fato é que as novas abordagens, como Psicologia da libertação, Psicologia sócio histórica, Psicologia Comunitária, têm como característica, valorizar o conhecimento local e, paralelamente, a história dos grupos e das pessoas (Jacó-Vilela, 2007).

Assim, apesar de contar com um dos piores efeitos da dependência, que é a institucionalização no seu ensino, que se perpetua por meio de posições dominantes e escassez de discussões atuais, servindo muito mais como espaço para a reprodução que para a produção, ressalta-se, por outro lado, a posição e a originalidade desses outros grupos e sujeitos que empreenderam novos caminhos (González Rey, 2009) à Psicologia latino-americana, destacando nessa perspectiva, a PSC.

Gostaríamos, pois, de concluir as reflexões dessa primeira parte do capítulo, fazendo uma sistematização em torno dos seguintes pontos principais a respeito da Psicologia latino-americana:

a) O desenvolvimento histórico da Psicologia na América Latina é um processo heterogêneo (Sosa & Valderrama-Iturbe, 2001) tendo se acentuado em meados do século XX (Ardila, 2003);

b) Desde o início do século XX a Psicologia distingue-se na região pela ênfase na resolução de problemas sociais. “A necessidade de aplicação rápida do conhecimento claramente prevaleceu sobre a busca desinteressada do avanço científico” (Campos, 2014, p. 106);

c) A filosofia teve um importante papel na origem da Psicologia na América Latina. Sobre isso, como assinala Lane (2014), a filosofia constitui o alicerce da cultura no ocidente. No entanto, por meio de suas diferentes linguagens promovia um distanciamento da realidade. Logo, “a necessidade de se construir uma Psicologia Crítica capaz de recuperar o homem enquanto agente de sua história foi o grande desafio vivido na América Latina” (Lane, 2014, p. 60), tornando-se a característica de uma Psicologia Social Latino-Americana, voltada para as transformações sociais urgentes, como veremos a seguir. Com isso, a Filosofia passou a afastar-se das questões metafísicas tomando o cotidiano como objeto de estudo e, assim, “um novo universo se abre para a investigação filosófica e psicológica” (Lane, 2014, p. 60);

e) Na atualidade, a Psicologia latino-americana faz contribuições eminentemente científicas para a Psicologia universal e uma das principais é a sua ênfase no social, no contexto (Romero, 2013);

f) Acreditamos na possibilidade de um olhar mais atento da Psicologia aos contextos rurais na América Latina por meio da problematização e qualificação de sua ênfase no social e no contexto.

3.2 Psicologia Social Comunitária: a construção de uma Psicologia contextualizada para os povos latino-americanos

Nesta segunda parte do capítulo, pretendemos deixar estabelecidas duas ideias que são fundamentais para entender as bases, construções e intencionalidades deste trabalho: a primeira argumenta que a PSC desenvolvida na América Latina, apesar de contar com lacunas e desafios, proporciona interessantes contribuições e possibilidades de invenções teóricas e práticas voltadas para as realidades e especificidades dos seus sujeitos e povos. Por isso, constitui-se como um possível caminho gerador de um importante debate para enriquecer a relação da Psicologia com os contextos rurais. A segunda afirma que o pensamento pós-colonial e, principalmente, decolonial, constitui-se como uma via importante para ajudar a problematizar essa aproximação.

Iniciemos esta argumentação, situando que a Psicologia Social é uma disciplina envolvida por diferentes tipos de olhares. Isso se expressa na diversidade de suas abordagens teóricas, existindo uma dificuldade de delimitar o(s) seu(s) objeto(s) de estudo. Apesar disso, o estudo das relações que ocorrem entre os indivíduos e desses com a sociedade ou cultura, o binômio indivíduo-sociedade, constituiu o núcleo de suas preocupações (Ferreira, 2010).

A partir de Cordeiro e Spink (2014), ao referirem-se à Psicologia Social brasileira, pode-se destacar, na atualidade, a possibilidade de uma Psicologia Social múltipla, com a existência e a coexistência de várias versões, com seus diferentes objetivos e métodos, sem que isso seja caracterizado como uma contradição. Trata-se, por exemplo, da Psicologia Social “pré-crise”, conhecida como “experimentalista” ou “positivista”; da Psicologia Social “pós-crise” denominada de “crítica”; da “Psicologia Comunitária” ou “Psicologia Social Comunitária”, e das Psicologias Institucional, Escolar ou do Trabalho, todas incluídas no rótulo: Psicologia Social (p. 295).

Incluída nessa multiplicidade, está a Psicologia Social latino-americana. Mas para entendermos um pouco melhor sobre suas origens, iremos situar anteriormente sua presença nos contextos que antecederam e influenciaram o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, durante a era moderna, “a psicologia social floresceu no contexto de duas disciplinas bastante distintas (a saber, a sociologia e a psicologia), assumindo diferentes formas nos dois contextos” (Farr, 1998, p. 151). Ainda de acordo com o autor, a separação entre essas disciplinas de origem “foi o prelúdio do desenvolvimento de formas de psicologia social dentro de cada uma delas” (p. 154), com a produção de duas formas de psicologia social “que tem pouco ou nada em comum, uma vez que só podem ser entendidas em relação à contextos diferentes. Neste aspecto, são como diferentes espécies da mesma planta (p. 154)”.

Assim, tem-se a Psicologia Social Psicológica, desenvolvida na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos da América, que foi e continua sendo tendência, de base cognitivista e experimental e centrada nos processos individuais e intrapsíquicos, tendo vivenciado uma crise ao ser questionada em relação à sua relevância social. Motivada por essa crise, desenvolveu-se a partir de 1970, na Europa, a Psicologia Social Sociológica. Apesar de ter seu início marcado pela aproximação com a Psicologia Social Psicológica, sua preocupação dirigiu-se para a estrutura social, os processos grupais e socioculturais, fazendo uso de metodologias experimentais e não experimentais voltadas principalmente para o estudo da identidade social e das representações sociais (Ferreira, 2010). Diante das bases e dos interesses da disciplina nessas realidades, novamente aqui, fica evidente o distanciamento da Psicologia com os contextos rurais.

Foi, em parte, diante da tensão entre essas Psicologias, que se desenvolveu, na América Latina, a Psicologia Social Crítica, voltada para os problemas sociais que acometem a região, por meio da busca de um saber autônomo e coerente para a compreensão de tais

fenômenos (Ferreira, 2010). De tal modo, o desenvolvimento da Psicologia Social na América Latina é relativamente recente, assim como ocorre com outras vertentes da Psicologia, sendo do final da década de 50 ou início da década de 60, a criação de muitas cadeiras de Psicologia Social. Ressalta-se que nessa época, como referido anteriormente, o que se ensinava aqui correspondia a uma adição curricular advinda dos contextos norte-americano e europeu, pois eram lá que as pessoas que criaram essas cadeiras eram necessariamente formadas (Montero, 1989).

Desse modo, havia uma escassa visibilidade das características e singularidades que marcavam o contexto latino-americano, incluindo-se aí aquelas relativas aos contextos rurais. Isso ajuda a entender o que Montero (1989) denominou de primeira etapa de desenvolvimento da Psicologia Social na América Latina, caracterizada pela sistematização acadêmica, pelo uso predominante do método experimental e de técnicas e instrumentos advindos daqueles países de onde foram originados, bem como pelo desenvolvimento de trabalhos cujo foco era, fundamentalmente, explorar, descrever e diagnosticar.

Contudo, ao final da década de 1970 muitos/as psicólogos/as sociais latino-americanos/as passaram a buscar uma Psicologia Social mais contextualizada. Ao considerarem a desigualdade e a exclusão social bem como toda situação de violência e arbitrariedade provocadas pelos regimes militares na região entre meados das décadas de 1960 e 1980, essas/esses psicólogos/as sociais passaram a defender uma ruptura radical com a Psicologia Social Tradicional (Spink & Spink, 2006).

Trata-se da crise da Psicologia Social, por meio de um movimento questionador acerca de sua repercussão e impacto na realidade das populações sendo “responsável pela reformulação da Psicologia no e para o contexto latino-americano”, perpassada ainda por um movimento maior de questionamento, relacionado à crítica ao pensamento social clássico que

de forma restrita, rígida, objetivista e causalística, fazia a análise dos fenômenos sociais (Nepomuceno, Ximenes, Cidade, Mendonça & Soares, 2008, p. 462).

Essa direção, por sua vez, conforma a segunda etapa da disciplina, marcada ainda pela formulação de problemas que surgem cada vez menos de teorias ou de outras realidades, mas do próprio campo de atuação, e interessada em responder às necessidades urgentes de suas populações, com o intuito de modificar a realidade. E, assim, aos poucos foi emergindo uma ciência própria e a Psicologia Social recebeu uma contribuição original latino-americana “tendiendo a responder cada vez más a las necesidades de la sociedad, asumiendo incluso un carácter francamente motivado por la independencia y el deseo de generar respuestas originales” (Montero, 1989, p. 51).

De acordo com Cárdenas (2018), o enfoque latino-americano da Psicologia Social tem como particularidade seu componente “crítico, constructivo y liberador” (p. 43), com finalidades temáticas e metodológicas voltadas para as especificidades de sua população marcada pela desigualdade social. Nesse enfoque, a libertação é vista como necessidade, constituindo-se um pensamento libertador que deve incluir uma proposta clara de prática voltada para a mudança da realidade de sofrimento, exploração e injustiça vivida pela população.

A autora cita como fundamentos epistemológicos do pensamento libertador: a) teologia da libertação: voltada para a necessidade da participação cristã nos processos sociais, com o intuito de libertar as classes mais oprimidas de forma econômica e política; b) Teoria da dependência: suas bases tiveram origem no início dos anos 50, mas seu desenvolvimento se deu a partir da década seguinte. Explicam a pobreza e o subdesenvolvimento na América Latina considerando os fatores externos que resultam do sistema econômico internacional; c) ética da libertação: considera que o bem moral se trata da prática da justiça que diz respeito ao reconhecimento do direito dos oprimidos. Surgida nos anos 60, tem como objetivo fazer uma

análise dos processos de dominação que prevalecem na região para situá-los em uma perspectiva mundial; d) filosofia da libertação: de acordo com Enrique Dussel, seu principal nome, diz respeito a um pensamento que “nace desde la periferia para hombres de la periferia” (p. 49). Considera que, “nuestra liberación se encamina hacia el reconocimiento de nuestras particularidades, necesidades, aspiraciones y justicia” (p. 50); e) sociologia militante ou crítica: trata-se de uma teoria que faz uma crítica à sociedade dominante que tenta impor a cultura global. Assim, “examina una realidad social injusta que demanda ser negada como una realidad no racional para ser superada por la praxis revolucionária” (p. 52).

Nesse cenário, primeiro com a Psicologia Social e, depois, com a Psicologia Política, se constrói na América Latina nos anos 60, 70 e 80, a Psicologia Comunitária, mais recentemente conhecida como Psicologia Social Comunitária, distinta da que foi desenvolvida na Europa e nos EUA nos anos 50 e 60. Nesses contextos, resguardadas suas particularidades regionais, ela surge, prioritariamente, por meio da insatisfação que vinha se dando entre movimentos comunitários e profissionais de Saúde Mental Comunitária com o modelo biomédico desenvolvido no campo da saúde mental. Distintamente, sua origem na América Latina é marcada pelo crescente interesse pela transformação das precárias condições de vida das populações, assumindo assim um compromisso de implicação política, como será mais detalhada adiante (Freitas, 2001; Gonçalves & Portugal, 2016; Nepomuceno et al., 2008).

Mas antes de iniciarmos esse debate, é válido salientar nossa posição a respeito do que concebemos como “social” e “comunitária”, presentes na terminologia “Psicologia Social Comunitária”. Assim, o qualificativo “social” indica a necessidade de utilização de referências teóricas específicas no desenvolvimento das práticas comunitárias, diferenciando-a de outras possibilidades de atuações da Psicologia nesse campo (Freitas, 1996). Em relação ao termo “comunitária” entende-se que a comunidade demarca um campo de sentidos bastante flexível e abrangente, não sendo apenas um espaço físico, mas um espaço

psicossocial construído no cotidiano por pessoas inseridas numa mesma cultura, partilhando da mesma situação política, dificuldades e potencialidades, indo desde um pequeno grupo social, um bairro, um hospital, uma organização não governamental, até abranger indivíduos de uma cidade (Goes, Ximenes & Moura, 2015; Gomes, 1999), de uma zona rural e de um assentamento rural inteiro, dentre outros. Quintal (2016) nos lembra de que a categoria “comunidade” é colocada como central no continente latino-americano na realização dos trabalhos, um fato que o torna distinto, porém ainda é pouco presente na produção de conhecimento.

Agora sim, debruçando-nos sobre o surgimento da PSC. O mesmo foi marcado pela tentativa de aproximar a Psicologia de alguns setores da população, porém sem contar com um esclarecimento acerca de objetivos e métodos (Gonçalves & Portugal, 2012), constituindo-se a partir de várias perspectivas teóricas como a “Teoría Crítica; la Psicología, Ética y Teología de la Liberación; la Episteme Popular y de la Relación; la Antropología Crítica; la Pedagogía del Oprimido, la Educación Popular, y la Interculturalidad, entre otras” (Barraza, 2014, p. 7).

Países como Brasil, Colômbia, El Salvador, México, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela, passaram então a trabalhar com pessoas que viviam em situação de pobreza, entendendo que as desigualdades sociais eram responsáveis pelos problemas fundamentais que afetavam suas realidades. Nessa perspectiva, as práticas tinham como intuito vincular-se e serem coerentes com as características de suas populações, respondendo de forma conjunta aos seus problemas específicos e condições de vida inadequadas. A Psicologia Social adaptou-se à realidade e não o contrário (Montero, 1994, 2011; Wiesenfeld, 2014).

Nota-se, pois, que o contexto histórico que marca o seu surgimento na América Latina, é composto por elementos históricos, culturais, sociais e econômicos singulares que a

diferenciam em relação à Psicologia Comunitária desenvolvida nos EUA e na Europa (Goes et al., 2015). Muitos países latinos viviam, de maneira geral, as ditaduras militares, governos de exceção e colonização e dominação econômica e política presentes na desigualdade de classes e na discriminação étnica, racial, de gênero e de orientação sexual. Para considerável número de psicólogos/as, a Psicologia Comunitária poderia então ser um espaço relativamente seguro de militância política contribuindo para a realização de trabalhos psicossociais em diferentes níveis, ambientes e junto com agentes corresponsáveis e, por isso, comprometidos com a organização, mobilização, emancipação de setores oprimidos, tendo um caráter menos individualista e mais politizado quando comparada à Psicologia Comunitária Norte-Americana (Quintal, 2016; Prado, 2002; Svartman & Galeão-Silva, 2016; Wiesenfeld, 2014).

Diante dessa diferenciação em relação às outras formas de Psicologia Comunitária, é válido mencionar a ideia de Kelly e Chang (2008) sobre a importância de uma abordagem pluralista do estudo da história da Psicologia Comunitária, que seja desenvolvido de forma interdisciplinar a partir de uma variedade de métodos, disciplinas e perspectivas teóricas para que possa permitir uma compreensão multifacetada dos fatores e relações envolvidos no seu desenvolvimento e evolução, tendo o potencial de apreender as nuances e complexidades desse campo. Dentro dessa perspectiva, não haveria, portanto, apenas uma, mas várias histórias para o campo da Psicologia Comunitária de acordo com atores, época e localidades. Caberia então pensarmos sobre que histórias podem ser contadas para o campo da PSC a partir de sua relação com os contextos rurais.

Assim, resumidamente, podemos dizer que:

la Psicología Comunitaria es una psicología de la persona en sociedad, de la persona en cuanto partícipe de formas supraindividuales de asociación, de la persona en cuanto ser social. Para la Psicología Comunitaria, la destinataria de la intervención es la comunidad [...] es una de las disciplinas que contribuye al desarrollo de una comunidad. No lá única, pero quizás sí una de las que más desarrollada tiene sua metodología para poder definir una estrategia de cambio social y de desarrollo comunitario (Lesta, 2001, pp. 129-130).

Além disso, podemos destacar, de uma maneira geral, o seguinte cenário: a PSC é uma especialidade recente na Psicologia e um de seus poucos campos desenvolvidos a partir do próprio contexto e das singularidades históricas e sociais do continente latino-americano. A insatisfação dos/as psicólogos/as com a Psicologia Social até então com sua direção psicologizante, cognitivista, experimental e a-histórica, junto a setores dominantes e com escasso envolvimento e compromisso político-social com a realidade concreta de exclusão, opressão e vulnerabilidade sócio-econômica das populações, atrelou-se a um movimento a favor da reformulação dessas práticas, e assim, em um movimento maior, se propôs mudanças para a própria Psicologia Social latino-americana (Freitas, 2001; Gonçalves & Portugal, 2012; Quintal, 2016; Wiesenfeld, 2014).

Por tudo isso, a expressão desse fazer Psicologia no contexto latino-americano veio ressaltar as “relações sociais vividas num contexto sociohistórico peculiar”. Dessa forma, “a Psicologia deveria se tornar uma ciência comprometida, política e eticamente, jamais neutra ou universal...” (Lane, 2014, p.58). Dentro desse desafio, inclui-se, na contemporaneidade, a sua aproximação com as realidades peculiares presentes nos contextos rurais.

3.2.1 Características e possibilidades teóricas e práticas da Psicologia Social Comunitária

Partindo dessas incursões relativas ao surgimento e à conceituação dessa nova Psicologia na América Latina, contextualizada com suas realidades, a partir de agora nos debruçaremos em torno de algumas de suas características e contribuições teóricas e práticas. O intuito é de que isso ajude a problematizar a possibilidade de aproximações com o campo dos contextos rurais que também vem requisitando o novo na Psicologia na região, e como não poderia deixar de ser, também requisita o novo na PSC.

Trazer à tona essa discussão requer partir da produção de conhecimento realizada por importantes teóricos/as latino-americanos/as que ajudam a pensar esse campo: Sílvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero (Freitas, 1996).

Nesse sentido, Silvia Lane propôs o trabalho com as categorias consciência (socialmente construída), identidade (substituta do conceito de personalidade) e atividade (correlata do conceito de trabalho do marxismo) (Freitas, 1996), dando notoriedade para as representações, linguagens, relações entre grupos, emoções, afetos, formas de organização social, bem como para o sentido e sentimento de comunidade, pertença, lutas e resistências (Lane, 2015), constituindo-se como uma Psicologia Social Crítica (Ferreira, 2010) comprometida com a formação da consciência crítica das populações (Freitas, 1996). Dessa maneira a pesquisa, a teoria, a prática e a reflexão tornam-se inseparáveis, constituindo-se ao mesmo tempo uma Psicologia Política, interessada nos processos de emancipação (Lima, Ciampa & Almeida, 2009).

Martín-Baró, por sua vez, chamou a atenção para a escassa contribuição da Psicologia como um todo para a história dos povos latino-americanos. Nos termos desse teórico as causas disso seriam: 1) mimetismo cientificista: aceitação acrítica dos modelos teóricos e práticos advindos dos EUA e, 2) ausência de uma epistemologia adequada: aceitação, com raras discussões, de pressupostos como positivismo, individualismo, hedonismo, visão homeostática e a-historicismo (Martín-Baró, 2011).

Nesse sentido, a tese de Martín-Baró é que, “o fazer (*quehacer*) da Psicologia latino-americana, salvo algumas exceções, não somente tem mantido uma dependência servil ao definir problemas e buscar soluções, mas permaneceu à margem dos grandes movimentos e inquietudes dos povos latino-americanos” (Martín-Baró, 2011, p. 181). De tal modo, propôs uma análise sobre o papel social da Psicologia na região (Freitas, 1996). Por isso, para Dobles (2015), Baró parte de “una psicología situada, contextualizada, con perspectivas ético-

políticas y compromisos claros” (p. 130), capaz de “anclarse en los contextos específicos y los dilemas históricos de su tiempo, con posicionamientos sociopolíticos y responsabilidades históricas definidas” (p. 128). Pensar nesses termos é, em verdade, reconhecer que já havia aí um importante convite à Psicologia, mesmo que de forma não explícita, para ir ao encontro daquelas e daqueles que estão dia a dia vivendo as relações rural/urbano em seus cotidianos e modos de vida.

Por sua vez, a contribuição de Maritza Montero é, sem desconsiderar os aspectos políticos, enfatizar os aspectos psicossociais (Freitas, 1996), definindo uma Psicologia Social Crítica, uma Psicologia Social Comunitária e uma Psicologia da Libertação, geralmente referindo-se de forma mais geral à Psicologia Comunitária como uma subdisciplina que contém a Psicologia Social Comunitária (Jiménez-Domínguez, 2004).

Em sua proposta, a autora se preocupou em incluir aspectos como: a necessidade de analisar as condições concretas de vida das pessoas e como elas influenciam em sua conduta e cognitivamente; a possibilidade de identificar situações de participação, solidariedade e planificação e identificar processos relacionados à aprendizagem, busca cognitiva e motivação para a ação; direcionamento para análise da consciência e da identidade social e individual, no sentido de compreender as possibilidades de desideologização e desalienação das pessoas em seus contextos de vida concretos, contribuindo para a promoção de práticas sociais transformadoras (Freitas, 1996).

Por meio das contribuições desses/dessas teóricos/as podemos notar a riqueza de categorias e possibilidades analíticas construídas por essa nova forma de fazer Psicologia na América Latina. Isso se expressa ainda na diversidade de referenciais teórico-epistemológicos presentes na PSC, à qual, não conta com uma delimitação conceitual bem definida e consensual (Gonçalves & Portugal, 2016), estando presentes os seguintes referenciais:

Psicologia Clínica, psicoterapia, Psicoterapia Breve e Orientação Psicodramática; PSC, PC; Psicologia Social Crítica, Psicologia Política; Psicologia Histórico-Cultural; Movimento Institucionalista; Promoção da Saúde; Psicologia Sócio-Histórica; Psicossociologia; Sociologia Clínica; Perspectiva Sistêmica; Psicologia da Libertação; Educação Libertadora; Biodança; Socionomia; Teoria Histórico-Cultural; Intervenção Psicossocial; Grupo Operativo (Pichón-Riviére); Psicanálise e Paradigma Ecológico (p. 565).

Porém, não se pode deixar de mencionar que o encontro com os contextos rurais certamente vem requisitando da PSC novas leituras, referenciais e construções teóricas. A respeito do discurso relativo à teoria na PSC, já vem sendo colocada a necessidade de construção paradigmática de teorias, modelos e conceituações como orientadoras para as ações, de maneira a não incluir apenas o conhecimento científico, mas também do senso comum (Wiesenfeld, 2014), como também a necessidade de conhecer e organizar o que já tem sido produzido, considerado um “fruto de um esforço identitário” da disciplina (Gonçalves & Portugal, 2012, p. 143).

Apesar dessa ênfase nos referenciais teóricos, é fundamental compreender que nem a teoria nem a Psicologia são suficientes, sozinhas, para ajudar os/as profissionais a inserir-se nesses contextos. De tal modo, Wiesenfeld (2014) assinala a importância da interligação entre teoria e práxis, e interdisciplinaridade. Sobre os dois primeiros aspectos, identifica-se que é ainda muito recente o tema da relação entre teoria, prática e práxis, mas apesar disso algumas contribuições já têm sido realizadas no sentido de acentuar a importância do processo dialético contínuo entre teoria e prática e do questionamento do sentido da práxis, que pode ser emancipatório, mas também repressivo e regressivo (Gomes, 1999; Lima, Ciampa & Almeida, 2009; Montero, 2011). Nepomuceno et al. (2008) denominaram assim de práxis de libertação o esforço de valorizar o potencial comunitário, o poder local e o saber popular na construção de novas possibilidades de vida e de mundo.

Essa relação entre teoria e práxis combina-se, por sua vez com o terceiro aspecto antes referido, a interdisciplinaridade, pois os problemas com que se depara são complexos

(Wiesenfeld, 2014), de forma que as dimensões psicológicas estão relacionadas com a história e a cultura assim como se relacionam as dimensões comunitárias com os contextos sociais mais amplos (Nepomuceno et al., 2008). De acordo com isso, torna-se insuficiente compreender e atuar nos contextos comunitários como uma/um especialista sem considerar a variedade de outros conhecimentos (Quintal, 2016; Wiesenfeld, 2014), relacionados a dimensões mais amplas, estruturais e conjunturais como, por exemplo, sobre “sociedade, formação do Estado, configuração política das forças institucionalizadas e não institucionalizadas, e estratégias de divulgação dessas forças”, bem como “a respeito de todas as outras redes e suportes psicossociais e sociais que estão existindo naquela dinâmica comunitária, sob a influência dos fatores econômicos, políticos, geográficos, urbanísticos, da educação e saúde” (Quintal, 2016, p. 150), ambientais, territoriais, culturais, dentre outros.

A partir da interligação desses aspectos, teremos mais elementos para compreender os contextos de intervenção comunitária, assunto que trataremos a partir de agora. Assim, de acordo com Montenegro, Rodríguez e Pujol (2014), esses contextos são marcados por processos de enfraquecimento dos laços sociais e fragmentação da comunidade advindos da hegemonia do modelo de sociedade neoliberal; segregação urbana com a estratificação de áreas residenciais de acordo com as diferenças no poder de compra; formas de discriminação de grupos sociais entendidos como “indesejáveis” em diferentes contextos; culpabilização das pessoas por suas condições de vida; identidades setoriais fixadas para a busca de um “comum” como um elemento de coesão social.

Compõem esses contextos de intervenção três grandes áreas de atuação: saúde, assistência social e educação (Gonçalves & Portugal, 2016), não esquecendo que as políticas sociais constituem áreas importantes da atuação em Psicologia em contextos rurais (Leite et al., 2013). De forma mais detalhada, para Svartman e Galeão-Silva (2016), as políticas

públicas na área da saúde, cultura e assistência social são campos que se abrem para a atuação dos/as psicólogos/as comunitários/as.

Mesmo assim, no caso do Brasil, a PSC não se constitui como uma especialidade, reconhecida pelos meios formais, uma realidade diferente do que corre em outros países latino-americanos, como por exemplo, Porto Rico, Colômbia, Costa Rica, Venezuela (em determinado momento) e Chile, onde ela é mais reconhecida pela sociedade civil como uma especialidade e gradativamente passou a ser requisitada para ajudar a elaborar e implementar políticas sociais e públicas (Quintal, 2016). Mesmo assim, a autora também nos lembra de que apesar dessa realidade sugerir que estariam ocorrendo ampliação e grandes impactos na área, “talvez um olhar mais crítico e minucioso possa detectar que este não é o resultado principal da formação e atuação da Psicologia dirigida às problemáticas sociais em nossos países” (Quintal, 2016, p. 139-140).

Diante desses desafios, ainda em relação aos contextos de intervenção comunitária, Freitas (1998) assinala, de maneira mais focalizada, que a inserção tem ocorrido de diferentes formas: na primeira, o/a psicóloga/a adentra a realidade de trabalho, que é desconhecida, já com objetivos definidos *a priori*. Na segunda forma, essa entrada orienta-se a partir das necessidades das populações, de maneira que os objetivos são definidos *a posteriori*, podendo ainda ocorrer de duas maneiras: com o envolvimento ou não envolvimento da população no processo de trabalho por meio de sua discussão e participação.

Como destaca a autora, especialmente na década de 70, essa inserção na comunidade tinha como foco a militância e participação políticas sendo as questões que envolviam os instrumentos para desenvolver o trabalho, de cunho secundário. Pode-se dizer que houve e continua havendo uma inserção marcada pela preocupação com a filantropia, o fornecimento de assistência psicológica e de ordem da curiosidade científica, e que tem havido uma

inserção que considera a avaliação da população, tendo um comprometimento com a possibilidade de mudança social e construção de conhecimento (Freitas, 1998).

Partindo dessas várias formas de inserção na comunidade, a autora defende a seguinte forma, que é constituída de algumas características: 1) as práticas devem ser orientadas a partir das necessidades da população; 2) o trabalho requer a construção conjunta com a população, no desenvolvimento de uma consciência crítica e incentivo às relações mais solidárias e éticas; 3) os processos psicossociais constituem o domínio específico para a atuação de psicólogos/as na comunidade, guiados/as por ferramentas provindas do campo da investigação participante e de outras disciplinas (Freitas, 1998). Em relação às metodologias participantes, Wiesenfeld (2014) considera que as mesmas, em especial a Pesquisa de Ação Participativa, possuem um destaque no discurso da PSC devido ao seu potencial de colaborar na construção de conhecimento frente aos problemas enfrentados bem como na modificação das condições que os originaram, sendo fundamental a participação da comunidade junto às/aos psicólogos/as e demais envolvidos/as nas atividades de pesquisa, reflexão e ação.

Por fim, vale destacar algumas orientações éticas desenvolvidas por Winkler, Alvear, Olivares e Pasmanik (2014) para a intervenção em Psicologia Comunitária: 1) Explicitar e deixar claras as condições da intervenção em relação a quem se destina, aos objetivos, aos limites da confidencialidade, considerando a participação da comunidade e de outras pessoas envolvidas; 2) Priorizar o conhecimento da comunidade antes de intervir; 3) Incentivar a participação e particularidades da comunidade em todo processo de intervenção; 4) Não ocultar ou omitir informações que envolvam as pessoas e que possam ser de utilidade para as mesmas; 5) Agenciar políticas de autocuidado nas equipes de trabalho entendendo que existe desgaste e alta demanda nesses contextos, e 6) Valorizar as contribuições de todos os membros da equipe de trabalho, evitando impor o próprio conhecimento.

Assim, de forma resumida, podemos considerar os seguintes aspectos que deveriam estar presentes nas práticas desenvolvidas pela PSC: referência teórica embasada nas psicologias social, crítica e histórica; habilidades e domínios advindos de outras áreas do conhecimento por meio de um trabalho inter, multi e transdisciplinar, considerando a diversidade do contexto e de suas problemáticas de trabalho; necessidade de um trabalho coletivo a partir de uma perspectiva microestrutural que se soma à macroestrutural, considerando as categorias consciência, identidade, atividade, trabalho, afetividade, emoção, grupo e poder; garantia de um trabalho rigoroso e científico que colabore com avanços dos processos psicossociais e contribua com a diminuição da separação feita em pesquisa entre trabalhos qualitativos e quantitativos, teóricos e práticos; necessidade de considerar a proposta da pesquisa ação investigativa ou pesquisa participante, no sentido de intervenções que se orientam para mudanças e não simplesmente para observação e descrição da realidade, e compromisso mais explícito (Freitas, 1996). Assim, compete às/aos psicólogos/as comunitários/as “trabalharem na construção de uma consciência crítica, de uma identidade coletiva e individual mais autônoma e de uma nova realidade social mais justa” (Neves & Bernardes, 1998, p. 242).

Tais aspectos, sem dúvida, precisam ser considerados, mas também problematizados, no sentido de incluir a diversidade e singularidade presente nos contextos rurais, buscando formas de aproximação coerentes e qualificadas.

3.2.2 Contribuições e desafios da Psicologia Social Comunitária para a aproximação da Psicologia com os contextos rurais e a construção de uma América Latina original e diversa.

Diante das considerações anteriores, sustentamos a relevância social e a validade do discurso da PSC para o encontro da Psicologia com os contextos rurais na América Latina. No

Brasil, um documento intitulado: “Referências Técnicas para Atuação dos/as Psicólogos/as em Questões Relativas a Terra”, elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), em 2013, ressaltou a Psicologia Social, bem como os seus desdobramentos (Comunitária, Psicologia Sócio-Histórica, dos Movimentos Sociais, Política e Análise Institucional etc.), como o grande campo de referências na produção de pesquisas e intervenções em contextos rurais, entendendo que possibilitam abarcar a complexidade dessa realidade, a favor da emancipação política e da transformação social.

Assim, em relação às contribuições da PSC, a literatura vem de forma recorrente apontando a sua ênfase no desenvolvimento da formação de uma consciência crítica e o fortalecimento do saber e do poder dos atores ativos, políticos, individuais, coletivos, sociais e comunitários a partir de projetos de organização, mobilização comunitária e participação com vistas a promover a melhoria de suas vidas em suas relações cotidianas (Freitas, 2001; Nepomuceno et al., 2008; Wiesenfeld, 2014).

A respeito desse direcionamento, cabe esclarecer a posição de Quintal (2016) quando refere que a perspectiva dos trabalhos em comunidade voltados para a organização e mobilização comunitárias não é mais considerada como essencial. Para a autora, tratar-se-ia de uma “virada” ou giro paradigmático “nas razões responsáveis pela realização das práticas psicossociais em comunidade. Ou seja, que haveria uma busca pela (re)construção e fortalecimento dos valores de convivência e dos valores de solidariedade na vida cotidiana” (p. 149) que parecem estar sendo perdidos.

Em linhas gerais, compreende-se assim, uma Psicologia compromissada de maneira ética com as transformações sociais para as maiorias populares (Nepomuceno et al., 2008), responsável pela promoção de mudanças na realidade dessas pessoas, buscando para além da melhoria de suas condições de vida, a construção de um cotidiano perpassado por mais dignidade e justiça e, o compromisso com as possibilidades de um futuro melhor (Gonçalves

& Portugal, 2012; Quintal, 2016). Por isso, a afirmação de Montero (2011) a respeito do caráter político na Psicologia Comunitária, ao trabalhar com processos de consciência e participação, equilíbrios e poderes, e compromisso para transformar.

Nesse sentido, de acordo com Montero (2007):

... para lograr transformaciones sociales útiles y duraderas es necesario transformar al mismo tiempo a las personas actoras de dichas transformaciones y estar dispuestos a transformarnos a nosotros mismos y a nuestros proyectos. Y además, que toda transformación pasa por la conciencia y por la emoción. Y esa conciencia tiene un contenido político, entendiendo este adjetivo en su sentido profundo y a la vez amplio, no como mera militancia en partidos o grupos sino como ocupación del espacio público em tanto que sujetos conscientes de sus derechos y de sus deberes y de su carácter histórico (p. 305).

Concordando com esses/as autores/as e estabelecendo um diálogo com Goes et al. (2015) podemos então dizer que uma contribuição fundamental da PSC foi a de provocar movimentos na Psicologia, enquanto ciência e profissão, que a fazem se aproximar das realidades dos povos latino-americanos, reconhecendo as marcas de dominação e opressão; sua identidade negada; suas dores e desejos, às quais eram imperceptíveis apenas à luz das lógicas estadunidense e europeia.

Demonstra-se, assim, a significativa contribuição da PSC. Por outro lado, não podemos deixar de refletir sobre os desafios que enfrenta no desenvolvimento de sua atuação na contemporaneidade (Quintal, 2016). Com efeito, conta-se com uma ausência de referencial teórico apropriado em Psicologia Social, com a necessidade de conexão entre teoria e prática e com a inadequação da metodologia utilizada (Gomes, 1999) bem como com uma ampla variedade de interesses e posições, assim como de questões, atores, contextos, processos e formas de abordá-los e por isso, um “campo en efervescencia, complejo y controversial” (Berroeta, Wiensfeld & López, 2014, p. 1). Como apontado por Spink e Spink (2006) a Psicologia Social é um campo com “intensas disputas, pouca tolerância sobre pontos de vista diferentes e nenhuma concordância sobre quais seriam os pressupostos teóricos básicos.

Problema que, como temos visto, acomete toda psicologia” (p. 565). Mas, como destacou Gomes (1999) os problemas enfrentados pela Psicologia Comunitária podem ser explicados exatamente porque é um saber psicológico novo.

Além disso, a complexidade desse campo se relaciona com a falta de regulamentação da prática profissional, havendo um desconhecimento acerca da função que é esperada para os diferentes atores, como usuários/as, legisladores/as e operadores/as de políticas públicas, graduandos/as e os/as próprios/as psicólogos/as. Ademais, há a falta de consenso sobre o ensino da Psicologia Comunitária sem contar com um treinamento específico voltado para essa área, pois não constitui uma especialidade profissional na formação graduada (Winkler, Alvear, Olivares & Pasmanik, 2012).

A respeito dessa especificidade, cabe chamar a atenção para a posição de Gonçalves e Portugal (2016) que ao discutirem sobre a constituição da PSC como um campo específico, afirmam que isso limita “aqueles que podem falar e intervir em seu nome” (p. 569), e continuam:

Como se, para lidar com questões sociais, se aproximar de determinados espaços da cidade e das maiorias populares, o psicólogo necessariamente precisasse estar vinculado a este campo. Assim, acabamos caindo no perigoso raciocínio de que só psicólogos comunitários devem se implicar com questões políticas e sociais, só eles devem estar atentos às maiorias populares, só eles devem se deslocar até os espaços de exclusão, só eles devem pensar novas formas de fazer Psicologia (Gonçalves & Portugal, 2016, p. 569).

Ao invés de defender uma unidade para o campo seria mais interessante pensar a respeito das práticas que estão sendo produzidas e se elas estão de forma concreta promovendo inovações no fazer Psicologia. Quais são seus efeitos? Qual é o seu compromisso ético-político? (Gonçalves & Portugal, 2016). Como a PSC pode se integrar às outras Psicologias para enriquecer o debate da Psicologia enquanto ciência e profissão a respeito dos sujeitos e povos latino-americanos?

Com isso, caberia enfatizar a necessidade de novas formas de fazer Psicologia que não respondam somente ao desafio de atender a demandas e necessidades, concretas e específicas dos contextos comunitários, e no caso aqui considerado, dos contextos rurais. É fundamental demarcar um projeto palpável sobre o tipo de sociedade pretendida, para que não se perca de vista a garantia de práticas que visem ao conjunto dos processos e fenômenos sociais (Freitas, 2001). Esse se constitui como um grande desafio, na medida em que como assinalado por Prado (2002) assim como a Psicologia Comunitária Norte-Americana, a Psicologia Comunitária Latino-Americana, propõe o fim do político; se a primeira faz isso de maneira mais individualista, reduzindo o político a um consenso, racional e instrumental, a segunda o faz de maneira mais coletivista, reduzindo-o a um consenso coletivista e redentor.

Por isso, deve-se estar atento/a, conforme aponta Dobles (2015), para o fato de que o campo da Psicologia Comunitária, “se puede tornar reiterativo y homogeneizante” (p. 128). Isso envolve um tipo de paradoxo: o campo, apesar de interessado em expandir-se para diferentes lugares e espaços, com significativas “intenciones antihegemónicas y descolonizantes” por outro lado, “al lograr cierta implantación corre el riesgo de suavizar su filo crítico y autocrítico, y volverse autocomplaciente” (p. 128). Ainda é paradoxal, o fato de que nas três décadas de existência e expansão da Psicologia Comunitária na América Latina, ela tenha pouco dito, em termos gerais, acerca das mudanças sofridas na região, como a regressão econômica, devastação ecológica, desigualdade estrutural e revoluções (Dobles, 2015).

Mas anteriormente a isso, o desafio está em dizer mais sobre o próprio conceito de comunidade. Como verificado por Gonçalves e Portugal (2012) em pesquisa realizada sobre a trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil, há uma relativa carência de reflexão a respeito desse conceito. Essa é uma preocupação que precisa ganhar força no debate da Psicologia na América Latina, entendendo que a falta de ampliação da ideia de comunidade

acarretou exatamente em deixar de fora, por exemplo, “comunidades pertenecientes a la misma elite dominante, o comunidades rurales como son las del altiplano, o de tierras bajas (amazónicas), o comunidades costeras transhumantes”, bem como outras comunidades que não se direcionam a partir de aspectos produtivos e econômicos, mas religiosos, de prestígio ou reciprocidade. Tal lacuna relaciona-se à influência da visão marxista presente na disciplina clássica, por meio do conceito de classe social que se tornou o paradigma para o conceito de comunidade e, por isso, reduzida e associada à produção, ao trabalho e à exploração da população (Rozas, 2015, p. 282).

Assim, nos termos de Scarparo e Guareschi (2007) “o conceito de comunidade, assim como qualquer outro, precisa ser examinado em contexto, tendo em vista os sentidos que produz e, conseqüentemente, as práticas que abriga” (p. 103). Diante de tal realidade caberia questionar as repercussões dessa carência de reflexão sobre o conceito de comunidade nos contatos estabelecidos com novas comunidades a partir dos novos contextos de atuação da Psicologia.

Como então pensar o conceito de comunidade na perspectiva das ruralidades? O que rural convoca à ideia de comunidade? Como é o modo de vida indígena, quilombola, dos povos rurais e de todos/as aquelas/aqueles que vivem no campo? Qual sua concepção de sociedade, comunidade, vida, morte, trabalho, saúde, doença, educação, política, economia, lazer etc., e como são construídas em suas relações comunitárias? Assim, hoje, talvez uma linha fundamental para a análise e compreensão das práticas em contextos rurais seria considerar as permanências, mudanças, novidades e sutilezas envolvidas na noção de comunidade.

Por tudo isso, queremos destacar que o fato de haver na atualidade o “boom” relativo ao trabalho com temáticas voltadas para os direitos humanos, cidadania, comunidade, entre outros, com relevante quantidade de trabalhos de investigação e tendo como novidade a

aproximação com a “população, ou pobre ou movimentos sociais e populares, ou o chamado desfavorecido ou explorado” (Quintal, 2016, p. 152) assim como a grande propagação de práticas e trabalhos em contextos comunitários voltados para diversos tipos de problemas, na defesa do ineditismo e na contraposição ao *status quo* vigente, junto com “‘sujeitos novos, diferentes e incomuns’, ou com recursos e ferramentas nunca utilizados, ou em situações ‘desafiadoras e diferentes’”, não garante a existência do ineditismo nem da transformação social. Assim, a compreensão do que seja um trabalho transformador, coloca-se como fator importante para que se possa garantir a coerência entre aquilo que se faz e os compromissos que se assumem conjuntamente (Freitas, 2005, p. 51).

Essa preocupação nos leva a reconhecer a necessidade de questionar a bagagem psicológica disponível, se com ela é possível compreender, falar e, principalmente, fazer algo a respeito dos problemas fundamentais dos povos latino-americanos (Martin-Baró, 2011) e de maneira específica, das pessoas e povos que vivem em contextos rurais. Como afirmou o autor:

Há claramente uma conclusão: se quisermos que a psicologia realize alguma contribuição significativa à história de nossos povos, se, como a psicólogos, queremos contribuir para o desenvolvimento social dos países latino-americanos, necessitamos redefinir nossa bagagem teórica e prática, mas redefini-la valendo-nos da vida de nossos próprios povos, de seus sofrimentos, de suas aspirações e de suas lutas. (Martin-Baró, 2011, pp.189-190).

Pensar nesses termos é, sem dúvida, reconhecer a tarefa fundamental de revisar algumas categorias conceituais e estratégias metodológicas da Psicologia Social Comunitária, num exercício de reflexão crítica acerca dos efeitos das práticas exercidas (Montenegro, Rodríguez & Pujol, 2014). E além de revisitar, está a importância mesma de produzir outros conhecimentos em Psicologia, no intuito de buscar essa aproximação com a realidade concreta dos povos latino-americanos (Freitas, 1998). A interdisciplinaridade, como já afirmado anteriormente, entra aí como meta e desafio da PSC, considerando que os seus

empenhos isolados não são suficientes diante dos problemas com que se depara (Wiesenfeld, 2014), sendo fundamental compartilhar as exigências teóricas e metodológicas dos campos em que encontra subsídio conceitual (Freitas, 2001).

Tal realidade se acentua no caso das práticas em contextos rurais, pois como afirmado, é um campo de discussão teórica e crítica recente na Psicologia de tal maneira que nossa defesa é a de que os contextos rurais têm mais a dizer à Psicologia e não o contrário. Acentuamos que esse encontro com rural não é apenas no sentido da aproximação com uma realidade empiricamente observável (Carneiro, 1998). Como vimos anteriormente, trata-se de uma categoria do pensamento teórico, do senso comum e de classificação da vida social (Moraes, 2014), que comporta identidades “fluidas, híbridas e multirreferenciadas” (Froehlich, 2012, p. 222) requisitando uma atuação ampla, contextualizada e qualificada que consiga abranger as realidades, necessidades, problemas e potencialidades dos povos latino-americanos.

Por isso, acreditamos que os estudos pós-coloniais e decoloniais, discutidos no capítulo anterior, também se colocam, hoje, assim como a PSC, como importantes ferramentas à Psicologia latino-americana para sua aproximação com os contextos rurais. Tal afirmação ancora-se na nossa aposta de que esses campos permitem à Psicologia ampliar a sua visão a respeito da América Latina e de seus diferentes contextos e identidades, contribuindo para problematizar seu saber e seu fazer e qualificar a sua aproximação com os contextos rurais na região.

Ressalta-se que as discussões sobre esses estudos são bastante recentes na Psicologia, podendo ser citados os trabalhos de Alves e Delmondez (2015) “Contribuições do Pensamento Decolonial à Psicologia Política”; Bermúdez (2011) “*El giro decolonial en la Psicología. Hacia la construcción de una Psicología decolonial*”; Loria, Quintanilla, Morrill e Puga (2016) “*Psicología y decolonialidad: giro de-colonial para estudiar la identidad en*

escuelas y comunidades mayas”; Lucena e Silva (2018) “O processo de colonização e os possíveis impactos na psicologia da atualidade”; Menezes, Lins e Sampaio (2019) “Provocações pós-coloniais à formação em psicologia”; Orellano e González (2015) “*Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología*” e Santos (2017) “Psicologia fenomenológico-existencial e pensamento decolonial: um diálogo necessário”.

Assim, entendemos que o pensamento pós-colonial e decolonial colocam-se como fundamentais à nossa ciência e profissão para que possa questionar a visão importada de identidade, as relações de poder e os diferentes contextos presentes na América Latina. Sobre isso, não podemos esquecer que o mundo racional europeu, denominado de afirmativo, excludente e constituído de objetos e hierarquias, compôs em considerável parte o pensamento e o ser americano (Góis et al., 2016). Com isso, a origem da Psicologia foi marcada pela imposição de um modelo de ser humano, que é o homem branco europeu cristão, desconsiderando os contextos e particularidades dos não brancos, não civilizados, não europeus e de americanos/as, africanos/as e asiáticos/as (Alves & Delmondez, 2015).

Para Lucena e Silva (2018) o fato de a Psicologia ter seus fundamentos na Europa influenciou diretamente na maneira como ela propõe reflexões sobre a subjetividade e, por isso, existe a possibilidade de que exista uma psicologia colonial. Assim, se “o povo europeu promoveu genocídio de subjetividades, e se psicólogos participaram dessa construção de pensamento é porque houve e, possivelmente, há uma psicologia colonial, comprometida com os ideais da civilização branca europeia” (p. 112). Portanto, torna-se imprescindível contribuir com o desenvolvimento e concretização “de uma Psicologia dos periféricos e subalternos” (p. 115), que questiona a permanência da colonização em suas teorias e práticas profissionais e as origens ontológicas de suas posições epistemológicas (Lucena & Silva, 2018).

Outra contribuição é ajudar a Psicologia a olhar para as diferenças, diversidades e singularidades que marcam os contextos rurais na América Latina. Como bem apontado por

Góis et al. (2016), no contexto acadêmico da América, existe pouca consideração acerca da ideia do que autores chamam de culturas subalternas e profundas, e na Psicologia isso não é diferente. E continuam:

Não se pode voltar na história, quando aqui somente viviam os povos originários, ou esquecer que também os povos americanos são formados por mestiços e afrodescendentes. Tampouco esquecer o descendente direto do europeu e do africano. O que se pode fazer é não reproduzir a história que não se quer, tampouco seu fruto maior – a colonialidade. Fazer sim nova história tendo consciência do passado para criar um futuro na tessitura entre mestiços, povos originários, afrodescendentes, quilombolas e descendentes de europeus, outra “mestiçagem” sem a violência colonizadora e de classes que marcou o passado e marca o presente (Góis et al., 2016, p. 246).

Dessa forma, torna-se necessário questionar as bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas da Psicologia caracterizadas pela subordinação (Loria et al., 2016) e sua atuação, “na representação da identidade e da diferença: operando ideologicamente a serviço da manutenção dos discursos oficiais” (Alves & Delmondez, 2015). Em outros termos, ressaltamos a necessidade de que a Psicologia se desligue de sua herança epistêmica moderna/colonial (Bermúdez, 2011) ou nas palavras de Alves e Delmondez (2015) realize a “desconstrução da matriz colonial” (p. 658).

De fato, entendendo que a racionalidade europeia continua impondo um projeto colonial por meio dos aspectos econômicos, políticos, sociais, cognitivos e subjetivos, isso recai no agenciamento de modos de ser psicólogo/a por meio do processo de produção de conhecimento realizado dentro das Universidades nos cursos de Psicologia, que envolve, de modo geral, a eleição de teóricos tidos como clássicos e autoridades em certas temáticas (Menezes et al., 2019), deixando de acentuar autoras e autores que se debruçam sobre diferentes questões, perspectivas e saberes presentes na realidade latino-americana e nos contextos rurais. A partir disso, questionam:

quem elege os clássicos e a partir de quais perspectivas e realidades? Como os clássicos são utilizados, considerando as (im)possibilidades de diálogo, limites e confrontações entre o contexto de produção da teoria e a realidade que circunscreve as

condições de vida de psicólogos em formação? Ao privilegiar os clássicos em uma perspectiva colonial, quais saberes são silenciados, desprezados por serem categorizados como não científicos, atrasados, mitológicos e anedóticos? (p. 3).

Tais provocações chamam a atenção para a importância de a Psicologia revisar suas escolhas teóricas e problematizar suas estruturas e formas de produção de conhecimento, revisando suas bases epistemológicas a partir da consideração de que existe uma continuidade da colonização por outros meios. Para isso, é necessário que produza o “giro decolonial”. A Psicologia decolonial buscaria, nesse sentido, destruir as colonialidades: do poder, do saber e do ser (Bermúdez, 2011), considerando o amplo universo de possibilidades identitárias e relações de poder em diferentes campos e níveis.

Tal movimento demanda da Psicologia o reconhecimento de um *locus* de enunciação, como contraposição ao que discutimos até aqui, ou seja, aos paradigmas eurocêtricos hegemônicos que se colocaram como universais. Ressalta-se que esse *locus* “não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo” (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016, p. 19).

O racismo/sexismo epistêmico, um dos racismos mais invisibilizados (Grosfoguel, 2007), entra aí como um dos pontos a ser considerado pela Psicologia. Trata-se de uma “estrategia discursiva decisiva en el proceso de negación, silenciamiento y exterminio de las existencias y saberes no inscriptos o adecuados a la tipología del ser y del pensar diseñada por la razón moderno imperial” (Díaz, 2011), que se faz presente nas estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016).

Esse tema amplia o olhar acerca do compromisso social e da dimensão ético-política da Psicologia. Ficam os questionamentos: “Conhecimento para que e para quem? É possível produzir conhecimentos neutros em uma sociedade dividida em termos raciais, sexuais, espirituais e de classe?” (Grosfoguel, 2007, p. 34). Ao entender que a epistemologia tem cor,

sexualidade, gênero, espiritualidade cosmológica, classe etc, o autor acredita que não é possível assumir a neutralidade e a objetividade epistemológica como colocam as ciências ocidentais, estando incluída aí a Psicologia.

Nesse sentido, acreditamos na possibilidade do diálogo desse pensamento com a PSC, uma vez que ambos estão voltados para a singularidade e problematização dos contextos latino-americanos, a favor da justiça, da diversidade e do reconhecimento das histórias locais. Ao mesmo tempo, reconhecemos os inúmeros desafios que existem nesse esforço de diálogo e de ampliação e revisão de suas bases epistemológicas.

Nesse sentido, acreditamos na possibilidade do diálogo desse pensamento com a PSC, uma vez que ambos estão voltados para a singularidade dos contextos latino-americanos. Além disso, a Psicologia da libertação formulada por Martín-Baró faz parte da proposta de Bermúdez (2011) a respeito de uma Psicologia descolonial como Psicologia da libertação. Ao mesmo tempo, reconhecemos os inúmeros desafios que existem nesse esforço de diálogo e de ampliação e revisão de suas bases epistemológicas.

Diante dessa compreensão, nos indagamos: como então, poderíamos pensar as pesquisas e intervenções em Psicologia sobre contextos rurais diante da colonialidade do poder, do saber e do ser? De que modos a colonialidade está presente nos discursos de psicólogos/as que pesquisam os contextos rurais na América Latina? Com que bases epistêmicas a Psicologia tem dialogado em sua aproximação com esses contextos? Ela tem considerado as disputas e os conflitos presentes nas teorias que utiliza? Qual a contribuição da decolonialidade para a reflexão sobre os lugares de fala dos/as psicólogos/as e das pessoas e povos que vivem em contextos rurais? Afinal, como a resistência à colonialidade pode ser expressa no cotidiano do trabalho científico da Psicologia?

Essas são questões complexas que não poderemos neste escrito explorá-las em profundidade. Na verdade, as mesmas podem ser entendidas como uma espécie de convite,

para que os/as psicólogos/as latino-americanos/as possam construir caminhos de pesquisa voltados para uma compreensão crítica contextualizada do mundo rural na América Latina reconhecendo toda originalidade e diversidade dessa região.

Neste capítulo, vimos como tem se dado a presença da Psicologia na América Latina. Discutimos suas principais características e desenvolvemos algumas análises a respeito de seu encontro com os contextos latino-americanos, em especial, os contextos rurais. Não obstante, apresentamos de maneira mais específica a Psicologia Social Comunitária e as contribuições do pensamento pós-colonial e decolonial, no intuito de problematizar os desafios e possibilidades de uma Psicologia contextualizada para os povos latino-americanos e os contextos rurais.

Uma vez apresentadas as lentes teóricas que orientam este trabalho de tese, por meio da caracterização da América Latina e da problematização do/s rural/rurais e da presença da Psicologia na região, será realizada a análise detalhada do material coletado, processo que se segue nos capítulos seguintes.

4 Aproximações entre Psicologia e contextos rurais na América Latina

Este capítulo objetiva apresentar dados de caracterização geral da produção científica identificada assim como dados a respeito dos temas que têm sido investigados. Com isso, pretende-se definir e discutir as principais características que marcam a aproximação e a trajetória da Psicologia com os contextos rurais na América Latina. Para tanto, o mesmo está organizado em três partes.

A primeira parte expõe um panorama geral da produção científica, por meio da apresentação das seguintes informações: ano de publicação, país, idioma, abordagem metodológica, tipo de artigo, revista científica e palavras-chaves. Na segunda seção, são discutidas a autoria e as instituições responsáveis pelas publicações. A última parte apresenta os temas pesquisados visando a identificar as preocupações, repertórios, movimentos e especificidades que marcam a presença da Psicologia nesse novo campo na região latino-americana.

4.1 Panorama geral da produção científica

Um primeiro dado que chama a atenção diz respeito ao caráter recente da produção analisada, sendo os dois primeiros artigos publicados em 1999, conforme a Figura 3:

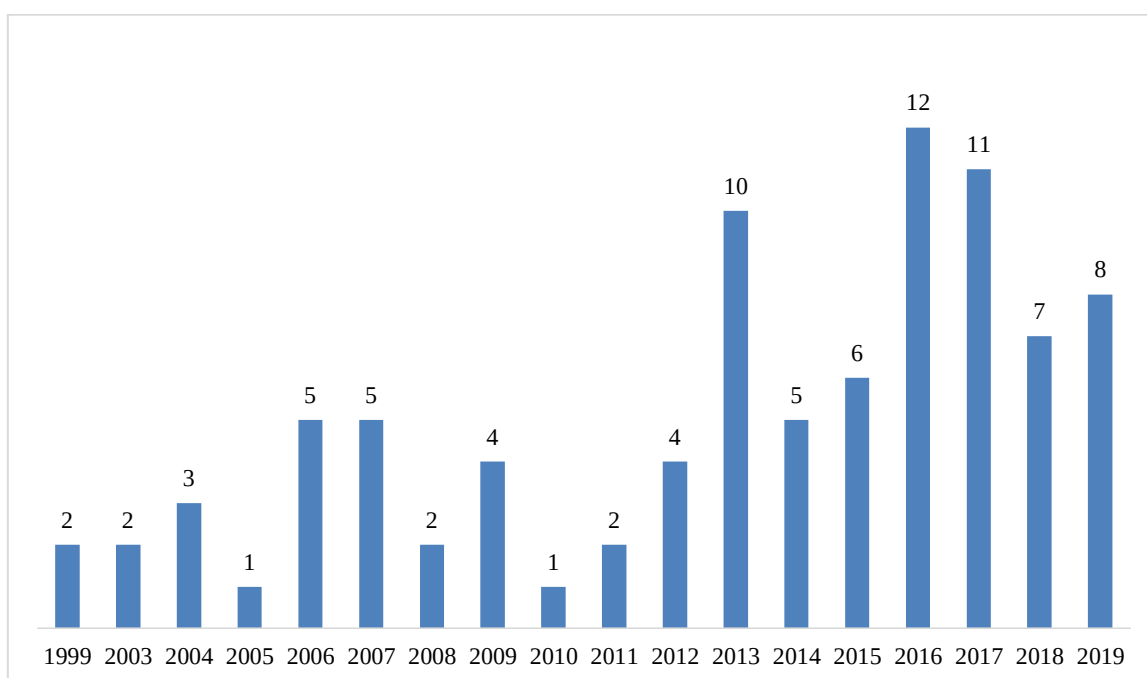


Figura 3. Artigos por ano de publicação.

Isso pode ser explicado pelo fato de que a convocação, inserção e interiorização da profissão nas realidades rurais são fenômenos considerados recentes (Macedo & Dimenstein, 2011) o que implica diretamente na característica recente de suas publicações. Diferentemente de outras disciplinas do campo das ciências sociais como a Sociologia e a Antropologia, a Psicologia ainda não efetivou sua entrada no debate sobre rural com a proposição de objeto e método específicos (Leite et al., 2013; Murtagh & Landini, 2011). Além disso, ainda é possível perceber que após quatro anos sem publicações, nos dez anos seguintes, entre 2003 a 2012, há uma retomada nas produções, porém variando de um a cinco artigos, com períodos de elevação e retrocesso.

Foi apenas a partir de 2013, que se começa a notar uma mudança nesse cenário, com um salto na produção científica de psicólogos/as latino-americanos/as sobre contextos rurais, sendo identificados dez artigos a partir dos critérios de busca. Isso pode estar relacionado à realização do I Congresso Latino-americano de Psicologia Rural ocorrido em 2013, que se

deu juntamente com o I Congresso de Psicologia Rural do MERCOSUR e a I Jornadas Nacionais de Psicologia Rural.

Esse mesmo movimento é percebido em 2016, ano do II Congresso Latino-americano de Psicologia Rural, tendo sido publicados doze artigos após uma queda nos dois anos anteriores. Recentemente, apesar de haver uma pequena diminuição no número de artigos, é possível acompanhar a manutenção do crescente espaço que as publicações sobre rural vêm ganhando na Psicologia, não esquecendo que esses dados não correspondem à totalidade e variabilidade de trabalhos publicados, que certamente é maior se forem consideradas outras estratégias de buscas e critérios de seleção. Ressalta-se que apesar do Protocolo Prisma auxiliar consideravelmente no processo de levantamento dos dados, ele apresenta limitações na medida em que só reconhece descritores presentes nos vocabulários controlados, os quais não contemplam toda a multiplicidade envolvida no tema das ruralidades.

Tais análises levam à consideração de uma relação entre a realização dos Congressos de Psicologia Rural e a produção científica da Psicologia sobre o tema. Com isso, não se está procurando traçar uma linearidade absoluta entre esses contextos. Inclusive, podem-se reconhecer esses congressos como elemento ao mesmo tempo organizador e disparador de pesquisas. O que não se pode desconsiderar é a importância dos mesmos para a construção de espaços de reflexão acerca da investigação e da intervenção neste campo, tendo reunido uma diversidade de atores e discussões. Por isso, ressalta-se a importância desses e de outros espaços coletivos de encontro e diálogo para que se realizem a circulação de saberes, teorias e experiências e, assim, novos questionamentos sejam provocados para o incentivo e construção de novas pesquisas.

Outro aspecto importante nessa caracterização inicial dos artigos é quanto ao país onde foram publicados. Na Tabela 1, pode-se visualizar como se deu a distribuição desse dado:

Tabela 1

Número de artigos por País

País	Número de artigos
Brasil	39
México	15
Colômbia	11
Chile	11
Argentina	10
Perú	05
Venezuela	01
Total	92*

* A soma ultrapassa a quantidade de artigos porque alguns foram escritos em mais de um País.

Quanto a essa caracterização, há de se ressaltar, de início, que menos da metade dos países latino-americanos possuem psicólogos/as que publicam sobre esse campo. Um segundo aspecto referente à distribuição geográfica dos artigos é a concentração de pesquisas em cinco países: Brasil, México, Colômbia, Chile e Argentina. Quanto a isso, destaca-se que o I e o II Congresso latino-americano de Psicologia rural foram realizados na Argentina e no Brasil, respectivamente, o que pode ter favorecido o incentivo de pesquisas nesses países. Porém, não se pode desconsiderar a existência de políticas de publicação nos diferentes países da região, o que pode influenciar na conformação desses resultados.

Outro dado importante é o destaque do Brasil como o país com mais investigações. Esse resultado parece coerente com o crescimento da produção de conhecimento sobre o tema em diferentes fontes no país, principalmente na última década. Em uma busca geral foi possível encontrar produções relevantes: a) livros: “Psicologia e contextos rurais” (Leite & Dimenstein, 2013), “Condições de vida e saúde mental em contextos rurais” (Dimenstein et al., 2016) e “Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais” (Calegare & Higuchi, 2016); “Psychology and Rural Contexts Psychosocial Dialogues from Latin America” (Leite, Dimenstein, Dantas & Macedo, 2021); b) linhas de pesquisa: “Psicologia e Contextos Rurais”

e “Processos de Subjetivação e Saúde em Contextos Rurais” (UFRN); “Processos de Subjetivação e Saúde em Contextos Rurais” (UFPI); “Cartografias afetivas e socioambientais em ambientes de transição rural/urbano/rural” (UFRJ) e “Psicologia Social Comunitária em Contextos Rurais” (UFJF); c) projetos de pesquisa: “Avaliação das concepções de extensão rural de extensionistas de diferentes países” (UFAM); “Condições de vida e saúde mental em assentamentos rurais no nordeste brasileiro: diagnóstico, estratégias de cuidado e suporte na rede de atenção primária e psicossocial” (UFRN) e “Tramas históricas e territórios dos povos indígenas, quilombolas e das culturas tradicionais no Piauí” (UFPI).

Em relação ao idioma, como é possível visualizar na Tabela 2, a maioria dos artigos é escrito em espanhol.

Tabela 2

Idioma

Idioma	Quantidade de artigos
Espanhol	48
Português	34
Inglês	07

No que diz respeito à abordagem metodológica, como é possível verificar na Tabela 3, a maioria dos/as psicólogos/as tem optado pelos estudos qualitativos, sendo 86 relatos de pesquisa e três relatos de experiência. Esse dado nos ajuda a refletir que o modo de aproximação da produção científica da psicologia com os contextos rurais não tem se dado de maneira puramente objetivista, pois demonstra um movimento participativo e dialógico. É importante lembrar que aqui não estão incluídos os artigos teóricos, revisões sistemáticas, estudos bibliográficos e demais tipos de estudo que, sem dúvida, constituem-se como fonte legítima de informações a respeito do tema aqui pesquisado.

Tabela 3

Abordagem metodológica

Abordagem metodológica	Quantidade de artigos
Qualitativa	49
Quantitativa	29
Quanti e Quali	11
Total	89

Além do mais, esses artigos se distribuem em 54 revistas e a maioria se concentra em 13 delas. Como é possível verificar na Tabela 04, onde foram inseridas as revistas com mais de um artigo, destacam-se: “Psicologia: Reflexão e Crítica”, “Psicologia: Ciência e Profissão”, “Psicologia & Sociedade”, “Psico-USF” e “Univ. Psychol”. Como se pode verificar, essas revistas são específicas da área de Psicologia, sendo as quatro primeiras brasileiras e a última colombiana.

Tabela 4

Revistas científicas

Revistas	Quantidade de artigos
Psicologia: Reflexão e Crítica	05
Psicologia: Ciência e Profissão	05
Psicologia & Sociedade	05
Psico-USF	05
Univ. Psychol	05
Estudos de Psicologia	04
Revista de Psicología	04
Universitas Psychologica	04
Interdisciplinaria	03
Avances en Psicología Latinoamericana	03
Temas em Psicologia	02
Psicoperspectivas	02
PSIENCIA	02
Total	89

Ressalta-se que a maioria das outras revistas também é específica na área. Dentre aquelas que constituem outras áreas, incluem-se: “*Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*”, “*Perfiles Educativos*”, “*Salud Colectiva*”, “*Prospectiva - Revista de Trabajo Social e intervención social*”, “*Salud pública Méx*” e “*Revista Mineira de Enfermagem*”.

Para finalizar a caracterização geral, serão analisadas as três primeiras palavras-chaves dos 89 artigos, o que corresponde a 267 palavras. Durante o tratamento dos dados esse elemento mostrou-se como uma fonte de dados importante para ajudar na compreensão do objeto de estudo, entendendo que as palavras-chave constituem, juntamente com o título e o resumo, o primeiro contato do/a leitora/leitor com o artigo, sendo fonte de informações e, além disso, podem ser usadas como estratégias de buscas das informações (Borba, Laan & Chini, 2012; Serra, Antonio, Ferreira & Aníbal, 2014).

Nesse sentido, as palavras-chaves foram distribuídas em uma tabela de acordo com sua posição: primeira, segunda ou terceira. A seguir, buscou-se identificar aquelas que se referiam a rural (com o radical - RUR) e as que não se referiam a rural. Posteriormente, essas últimas foram analisadas, chegando-se às seguintes categorias: áreas da Psicologia, conceitos/ferramentas psicológicas, local, sujeitos, políticas públicas, pesquisa, saúde e outros. Por fim, essas informações foram contabilizadas.

Os resultados mostram que das 267 palavras-chave, 42 se referem a rural, sendo 14, respectivamente na primeira, segunda e terceira posição. Destaca-se que a maioria das outras palavras-chave referem-se a conceitos/ ferramentas psicológicas (n= 91) e áreas da psicologia (n= 14), sendo os mais citados, nesse sentido: Psicologia Social (n= 6), desenvolvimento (n= 5), representações sociais (n= 4), bem-estar psicológico (n= 3), crenças (n= 2) e expectativa (n= 2). As demais palavras-chave estão relacionadas a sujeitos (n= 27), saúde (n= 18), local de pesquisa (n= 15), políticas públicas (n= 8), pesquisa (n= 4) e outros (n= 4).

Como se pode observar, mesmo que exista um menor número de palavras-chaves que se referem a rural quando comparadas às outras categorias, trata-se de um dado relevante, tendo em vista que o foco de alguns estudos não é propriamente a categoria rural, mas outros temas e objetos. Assim, pode-se refletir que um número significativo de palavras-chave com referência a rural vem sendo utilizadas pelos/as psicólogos/as pesquisadores/pesquisadoras.

Esse resultado é relevante e nos convoca a pensar sobre a necessidade de fazer um aprimoramento em pelo menos dois pontos principais. O primeiro, incluir nos vocabulários que usam descritores para a indexação de artigos científicos, palavras-chave específicas sobre rural que considerem seus diferentes sentidos, para facilitar os processos de busca e comunicação. O segundo, qualificar a escolha e a ordem da palavra-chave. Como abordado por Serra et al. (2014), essa escolha deve considerar os diversos tipos de leitores que irão acessar o conteúdo, sendo que os especialistas no assunto se beneficiam de palavras-chave intermediárias e, especialmente, específicas; enquanto as pessoas de outras áreas e da comunidade em geral, de palavras-chaves intermediárias e gerais. Dessa forma, o trabalho com a palavra-chave pode ser considerado uma etapa primordial no processo de escrita, publicação e divulgação de artigos de Psicologia sobre os contextos rurais.

As análises empreendidas até aqui possibilitam reconhecer esforços da Psicologia nesse campo a partir do considerável crescimento no número de publicações ao longo dos últimos anos. No entanto ainda diz respeito a uma produção concentrada em poucos países e revistas científicas. Logo, torna-se necessário ampliar os estudos naqueles países que já vêm ganhando espaço na pesquisa nesse campo, bem como avançar no incentivo, desenvolvimento e publicação de pesquisas em novos países e fontes de informação eletrônicas.

De tal forma, torna-se necessário construir um maior conhecimento e compressão das dinâmicas psicológicas e das problemáticas próprias dos contextos rurais no sentido de desenvolver uma aproximação mais efetiva com quem vive nesses contextos, colaborando

ainda na construção de novos espaços de inserção e desenvolvimento profissional (Murtagh & Landini, 2011), atentos às especificidades existentes nos contextos rurais dos diferentes países e regiões da América Latina. Para isso, é indispensável que a Psicologia adote uma postura crítica e reflexiva acerca do seu contexto teórico, ético e político que perpassa suas produções científicas sobre rural.

4.2 Autoria e instituições

Em relação às características de autoria, como se vê na Tabela 5, a maior parte dos artigos é escrito por mulheres, que são ainda as autoras principais e as que mais publicam entre si.

Tabela 5

Autoria

Número de autores/as		Primeira autoria		Autoria de um gênero	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
145	114	47	42	22	14

Esse dado associa-se à realidade de que a Psicologia é uma profissão feminina (CFP, 2013; Figuerêdo & Cruz, 2017; Rosas, Rosas & Xavier, 1988) e reforça a importância das mulheres como produtoras do conhecimento desde os primórdios da civilização (Fonseca, 2013). Nas palavras de Galvão e Gonçalves, (2019) “a contribuição das mulheres pode modificar de forma positiva esse universo, trazendo um olhar mais atento, curioso, receptivo, sensível e comunicativo para a ciência” (p. 88). No caso dos estudos sobre contextos rurais

essas características mencionadas ganham um lugar fundamental tendo em vista que se trata de um campo novo que requisita novas e diversas incursões, olhares e descobertas.

Contudo, em uma análise mais abrangente, destaca-se que a mulher ainda sofre preconceito e, de forma especial, em carreiras científicas (, Modanez, Sales & Gomes, 2019), e isso não é diferente para a Psicologia. Alguns fatores contribuíram para que elas fossem posicionadas em lugares de subalternidade, como a lógica de inferiorização e opressão presentes em diferentes discursos, valores e práticas hegemônicas (Lima, 2014). De tal modo, as dificuldades que elas encontraram para ingressar no campo da ciência foram historicamente construídas e, apesar dos avanços, ainda hoje os homens são os escolhidos para cargos de grande reputação da ciência (Galvão & Gonçalves, 2019).

Essa discussão ajuda a situar o resultado seguinte de que apesar das mulheres publicarem de forma relevante sobre rural, são os psicólogos que lideram o pequeno grupo de autores que mais publicam como autor principal, com mais de um artigo, como é possível visualizar na Tabela 6:

Tabela 6

Principais autores/as

Autoria	Nº de artigos	País
Fernando Landini	08	Argentina
José Ángel Vera Noriega	05	México
Francisco J. B. de Albuquerque	04	Brasil
Adolfo Pizzinato	03	Brasil
Daniela Vera Bachmann	02	Chile
Kátya de Brito e Silva	02	Brasil
Mariana Bonomo	02	Brasil

Nesse sentido, é preciso refletir sobre o lugar e a participação das psicólogas na produção de conhecimento sobre rural, entendendo que “uma comunidade científica

diversificada tende a ser mais criativa e a produzir melhores resultados e maiores avanços” (Brech, 2018, p. 4), ao combinar diferentes conhecimentos, habilidades e perspectivas. Por isso, “a presença de mais mulheres é importante para a diversidade e, portanto, para a própria ciência.” (Brech, 2018, p. 4).

Ainda a partir da Tabela 6, em uma análise mais detalhada, é possível evidenciar informações importantes a respeito do currículo dos/as autores/as que ajudam a caracterizar esse campo de estudos:

a) Fernando Landini: Doutor em Psicologia possui uma vasta experiência com o tema dos contextos rurais, com investigações; publicação de livros, capítulos de livro, artigos e informes técnicos, especialmente no que se refere à extensão rural; consultorias; organização de atividades científicas e tecnológicas relacionadas às ruralidades;

b) José Angel Vera Noriega: Doutor em Psicologia Social possui vasta experiência na área de educação e desenvolvimento, com estudos sobre a infância, zona rural e indígena, qualidade de vida e etnopsicologia, tendo entre as suas linhas de pesquisa: “Estilos parentais e desenvolvimento infantil em áreas rurais”;

c) Francisco J. B. de Albuquerque: Doutor em Psicologia possui uma trajetória consolidada nos estudos sobre residentes de contextos rurais, idosos e mulheres, com temas que envolvem as suas atitudes, crenças e valores. Conta com experiência em consultorias de pesquisas em Psicologia Social, que envolvem temas como desenvolvimento rural, cooperativismo e políticas públicas.

d) Adolfo Pizzinato: Doutor em Psicologia da educação, atualmente estuda temáticas relacionadas à Psicologia Cultural, com ênfase em Relações Comunitárias e Processos Identificatórios. Já orientou trabalhos e escreveu artigos sobre: “Gênero e ruralidade” e “Etnicidade e ruralidade” e coordenou um projeto de pesquisa intitulado: “Etnicidade e ruralidade na construção de trajetórias educacionais e projetos vitais de jovens mulheres”.

e) Daniela Vera Bachmann: Pós-doutora em Psicologia, é membro da Rede Latino-americana de Psicologia Rural, tem experiência em intervenção psicossocial e metodologia aplicada à pesquisa social e processos psicossociais. Atua, principalmente, nos fenômenos de identidade social em diferentes contextos socioculturais. Possui artigos e capítulos de livros sobre contextos rurais, bem como já integrou, coordenou e atualmente coordena um projeto de pesquisa sobre o tema, intitulado: “Infâncias rurais: processos identitários e de socialização entre crianças rurais no estado do espírito santo”.

f) Kátia de Brito e Silva Freire: sou mestre em Políticas Públicas e doutoranda em Psicologia, com pesquisas relativas aos contextos rurais. Faço parte da Rede Latino-americana de Psicologia Rural. Possuo artigos e capítulo de livro sobre esse campo, dedicando-me especialmente a discutir aspectos teóricos relacionados à categoria rural e às práticas de psicólogos/as nesse campo por meio das políticas sociais.

g) Mariana Bonomo: Pós-doutora em Psicologia, tem experiência em intervenção psicossocial e metodologia aplicada à pesquisa social e processos psicossociais, possui artigos sobre contextos rurais e atua, principalmente, em temas relacionados à identidade social em diferentes contextos socioculturais.

Como se pode observar, esse conjunto de pesquisadores/pesquisadoras mantêm rural como objeto de estudo e a maioria como objeto de estudo prioritário o que pode representar um interesse não momentâneo por este campo de estudos. Ressaltam-se os temas pesquisados: extensão rural; educação; desenvolvimento; atitudes, crenças e valores; relações comunitárias; processos identificatórios; práticas de psicólogos/as em contextos rurais; discussão da categoria rural, os quais podem revelar importantes características e caminhos a respeito das discussões realizadas sobre os contextos rurais na região latino-americana.

A respeito das instituições em que os/as autores/as estão vinculados/as, como é possível observar na Tabela 7, apesar de o Brasil possuir o maior número de instituições é o

México e a Colômbia que se destacam como os países que possuem um número superior de instituições em relação ao número de artigos.

Tabela 7

Instituições

País	Nº Artigos	Nº Instituições	Artigos sem interação	Artigos com interação		
				No País	Na AL	Fora da AL
Brasil	39	29	26	11	01	02
México	15	20	06	08	01	00
Colômbia	11	14	05	03	02	01
Chile	11	10	06	05	00	00
Argentina	10	06	03	07	00	00
Perú	05	03	03	00	02	00
Venezuela	01	01	01	00	00	00
Total	92	83	50	34	03	03

Além disso, como é possível verificar, a maior parte dos artigos é produzida por um só país e uma só instituição, destacando-se o Brasil, México, Colômbia e Chile. Além disso, também foi possível verificar que o Brasil, México e Argentina destacam-se por possuir publicações juntamente com outra instituição. Em relação a essas interações institucionais, elas acontecem principalmente dentro do próprio país. No caso das interações entre países, acontecem igualmente dentro e fora da América Latina: a) Dentro da América Latina: México e Colômbia, Perú e Colômbia, Perú e Brasil; b) Fora da América Latina: Brasil e EUA, Brasil e Espanha, e Colômbia e Espanha.

Esses resultados conduzem à constatação de que a produção científica da Psicologia na América Latina sobre os contextos rurais ainda encontra-se concentrada dentro dos próprios países. Ou seja, são poucas as publicações entre psicólogos/as latino-americanos/as de diferentes países assim como com outros países fora da América Latina. Deste modo, coloca-se a importância de avançar no desenvolvimento de parcerias institucionais, pois como bem colocado por Garcia, Martrucelli, Rossillo e Denardin (2010):

Cooperar, compartilhar, estabelecer parcerias tornam-se palavras-chaves na ciência, que precisa da união de forças de pesquisadores, instituições e até países para "atacar" os grandes problemas atuais [...] trabalhar em parceria reduz custos, economiza tempo, otimiza recursos humanos e financeiros, favorece uma visão multicêntrica e multidisciplinar e possibilita uma importante troca de experiências para que se chegue a novas soluções (p. 566).

Assim, esses contatos e parcerias institucionais da Psicologia latino-americana com outros países dentro e fora da região podem contribuir para gerar importantes avanços teóricos, práticos e metodológicos em suas aproximações com os contextos rurais. Esse entendimento é derivado da concepção de que a América Latina é marcada pela diversidade e multiplicidade e, por isso, pode ser mais bem compreendida por meio dessa troca de experiências e construções coletivas.

4.3 Considerações sobre os temas pesquisados

Para aprofundar essa compreensão das características que marcam a aproximação da Psicologia com os contextos rurais tornou-se indispensável conhecer os temas que têm sido pesquisados. Nesse sentido, por meio das leituras e fichamentos foi realizada a categorização desses temas, que se encontram dispostos na Tabela 8:

Tabela 8

Temas de pesquisa

Tema	Nº de artigos
Desenvolvimento humano em contextos rurais	10
Atuação profissional nas políticas públicas	10
Saúde mental	06
Cognição/ inteligência	06
Aprendizagem/ educação	05
Coesão social	03
Projetos de vida	03
Relações de gênero	03

Atenção/ cuidado em saúde	02
Avaliação psicológica/ psicodiagnóstico	02
Bem-estar subjetivo/ pessoal	02
Condições climáticas	02
Crenças	02
Identidade	02
Jogos infantis	02
Práticas alimentares	02
Processos organizacionais	02
Relações de trabalho	02
Relações grupais	02
Violência	02
Aposentadoria rural	01
Atuação/ participação política	01
Comportamento pró-social	01
Concepções de rural	01
Concepções de saúde	01
Desenvolvimento rural	01
Dinâmica campo-cidade	01
Felicidade	01
Geração	01
Identificação coletiva	01
Narrativas	01
Pequeno produtor	01
Pobreza	01
Prática docente nos contextos rurais	01
Práticas de consumo	01
Processos de socialização	01
Simbolismo social	01
Habitação	01
Expectativas sobre a menstruação	01

Como se pode observar, a maioria dos temas pesquisados tem como foco as preocupações clássicas da Psicologia, como a cognição, inteligência, aprendizagem, coesão social, avaliação psicológica, crenças, identidade, relações grupais e processos de socialização. Isso indica que a aproximação com os contextos rurais tem ocorrido por meio do estudo de temas clássicos da área. Posteriormente, no espaço dedicado à análise teórica dessa produção científica, será indicado se existe apenas uma reprodução das teorias ou se no desenvolvimento desses temas existe uma abertura para reflexões e novas produções a partir do contato com as ruralidades.

Verificou-se ainda a emergência de novos temas, como o tema do Desenvolvimento Humano em Contextos Rurais (DHCR). Nesse sentido, observou-se uma ampliação na noção de desenvolvimento infantil como um processo heterogêneo e situado em contextos (Romero-Varela & Martínez-González, 2019; Ruela & Moura, 2007) sendo mencionadas as especificidades da infância indígena (Peña-Ramos, Vera-Noriega & Santiz-López, 2018; Vera-Noriega, Ávila, Carvajal & Aguilera, 2010). O entendimento dos contextos histórico, social e cultural também foi mencionado na compreensão da adolescência e da juventude (Alves & Siqueira, 2013; Martins, Trindade & Almeida, 2003; Patricia, Enrique & Mario, 2007). Em relação aos idosos, incentivou-se a realização de ações que levem em consideração suas necessidades, condição de gênero e contexto específico, rural ou urbano (Treviño-Siller, Pelcastre-Villafuerte & Márquez-Serrano, 2006).

Soma-se a esse, outros temas importantes como: condições climáticas, aposentadoria rural, concepções de rural, desenvolvimento rural, dinâmica campo-cidade, pobreza e prática docente nos contextos rurais. Esse dado demonstra que a aproximação da Psicologia com o mundo rural, apesar de tardia, não tem ocorrido apenas a partir da lógica urbana. Isso indica que a pesquisa tem se ocupado de novos objetos de estudo coerentes com as ruralidades e, portanto, não tem se mantido inflexível frente às novas demandas que vem surgindo nesse campo.

Destaca-se o fato de que essas preocupações da Psicologia latino-americana relacionadas aos contextos rurais se caracterizam por discutir conteúdos voltados para as questões sociais, culturais e comunitárias, como visualizado acima, no que diz respeito à pobreza, aposentadoria rural, violência, processos de socialização, condições climáticas, práticas alimentares etc. De outro lado, o que se verifica em distintos contextos, como os de países desenvolvidos, é um interesse mais voltado para outros temas, como a prática clínica,

que pode ser verificado em trabalhos como os de Jameson e Blank (2007), Malone (2012) e Scopelliti et al. (2004).

Na Tabela 9, os temas identificados são apresentados por ano de publicação. Esse levantamento histórico permitiu verificar algumas características importantes que marcam a trajetória da produção científica da Psicologia latino-americana sobre os contextos rurais.

Tabela 9

Temas de pesquisa por ano de publicação

Ano	Nº artigos	Temas
1999	02	Práticas alimentares e aposentadoria rural
2003	02	Expectativas sobre a menstruação e DHCR
2004	03	Desenvolvimento rural, relações grupais e identidade
2005	01	Relações grupais
2006	05	DHCR, DHCR, práticas docentes em CR, jogos infantis e aprendizagem
2007	05	DHCR, DHCR, saúde mental, processos organizacionais, inteligência
2008	02	Concepções de saúde e crenças
2009	04	Identidade, aprendizagem, relações de trabalho e relações de gênero
2010	01	DHCR
2011	02	Atenção/cuidado em saúde e saúde mental
2012	04	Atuação profissional da psicologia nas políticas públicas (PPP), processos organizacionais, coesão social e crenças
2013	10	PPP, PPP, DHCR, dinâmica campo-cidade, pequeno produtor, avaliação psicológica, processos de socialização, inteligência, saúde mental e relações de gênero
2014	05	Condições climáticas, inteligência, inteligência, coesão social e violência
2015	06	DHCR, PPP, atuação política, atenção em saúde, relações de trabalho e violência
2016	12	PPP, PPP, PPP, condições climáticas, pobreza, aprendizagem, aprendizagem, projetos de vida, projetos de vida, identidade coletiva, inteligência e bem-estar
2017	11	PPP, PPP, concepções de rural, saúde mental, saúde mental, habitação, geração, jogos infantis, felicidade, projetos de vida e avaliação psicológica
2018	06	DHCR, narrativas, práticas alimentares, comportamento pró-social, inteligência e aprendizagem
2019	08	PPP, DHCR, saúde mental, simbolismo social, bem-estar, relações de

Um primeiro ponto a se destacar é a presença de temas específicos sobre a realidade rural desde o primeiro estudo em 1999, como é o caso da aposentadoria rural e do desenvolvimento humano que engloba pesquisas sobre a infância, adolescência, juventude e velhice em contextos rurais. Por outro lado, foi apenas a partir de 2013 que começa a se observar uma maior quantidade e variabilidade de temas, com a presença de estudos sobre a dinâmica campo-cidade, pequeno produtor, condições climáticas, pobreza e concepções de rural.

Outro ponto que chama atenção é que a partir de 2012, verifica-se o início das produções sobre a atuação profissional da Psicologia nas políticas públicas, que engloba as pesquisas sobre rural por meio da sua atuação no campo da saúde, educação, assistência social, assistência técnica e extensão rural. Esse dado corresponde às discussões já realizadas na literatura, a respeito do importante papel das políticas sociais e da extensão rural na aproximação da Psicologia com os contextos rurais, entendendo que por meio dessas políticas as populações rurais têm acesso mais efetivo aos serviços de Psicologia e que a extensão rural trabalha diretamente com processos psicossociais (Landini, 2015a; Leite et al., 2013).

Por fim, de um lado, observou-se que alguns temas estão presentes em todos os períodos como é o caso dos artigos que abordam os grupos (relações grupais, coesão social, identidade), aprendizagem, inteligência e saúde mental. Por outro lado, observou-se a escassez de temas específicos e inovadores a respeito da realidade social, cultural, política, espiritual, ambiental, econômica, psicossocial etc. dos povos rurais, indígenas, quilombolas e demais culturas presentes na América Latinas, com suas distintas lógicas e modos de vida. Trata-se, sem dúvidas, de uma lacuna em que a Psicología terá muito a avançar.

5 Rural na produção científica dos/as psicólogos/as latino-americanos/as

Neste capítulo, são apresentadas as concepções de rural e as perspectivas teóricas utilizadas pela Psicologia latino-americana em seus estudos sobre contextos rurais, estando subdividido da seguinte forma: a) Como rural é definido pela Psicologia? b) Perspectivas teóricas em análise: desafios e possibilidades. Pretende-se demonstrar que existe uma variedade de concepções sobre rural e problematizar a necessidade de utilizar critérios que permitam contemplar a sua complexidade, pois é fundamental que a Psicologia tenha clareza acerca das definições, conceitos e bases teóricas que norteiam o seu fazer técnico e ético no contexto das ruralidades. Esperamos, dessa forma, contribuir para a problematização de interpretações descontextualizadas e, quem sabe, gerar conhecimentos que possam ampliar a concepção de rural e subsidiar ações profissionais condizentes com as necessidades e características das populações rurais e latino-americanas.

5.1 Como rural é definido pela Psicologia?

Nesta primeira parte são apresentadas as concepções de rural utilizadas pelos/as pesquisadores/pesquisadoras e discutidas as implicações desses usos no campo da Psicologia latino-americana assim como dos próprios estudos rurais.

5.1.1 Concepções de rural

Por meio da Tabela 10 é possível verificar a quantidade de 54 palavras e expressões utilizadas para se referir a rural, em ordem alfabética:

Tabela 10

Denominações de rural

Ambientes rurais	Localidade rural
Âmbito rural	Meio natural rural
Áreas rurais	Meio rural
Campo rural	Meios com característica de ruralidade
Categoria rural	Mundo rural
Cenário rural	Município rural
Centros povoados rurais	Paisagens rurais
Comunidades rurais	Pequenos municípios
Configurações rurais	População rural
Contexto rural	Povoados rurais
Contexto rural-urbano	Questão rural
Contexto sociocultural rural	Realidade rural
Cultura rural	Região rural
Distrito rural	Rural
Domínio rural	Ruralidade
Entorno rural	Setor rural
Espaço rural	Territórios rurais-urbanos
Estrato rural	Território geosimbólico
Localidade não urbana	Territórios rurais
	Zona rural

Ressalta-se a utilização de várias expressões diferentes para denominar rural em um mesmo artigo. Na Tabela 11, visualiza-se esse resultado por meio de alguns exemplos:

Tabela 11

Diferentes denominações para rural no mesmo artigo

Artigo	Denominações
03	Âmbito rural, comunidades rurais, contextos rurais, área rural, localidades rurais
11	Zonas rurais, comunidades rurais, contextos rurais, espaços rurais
17	Comunidades rurais, zonas rurais, localidade rural, população rural, contextos rurais, espaços rurais
19	Zona rural, questão rural, meio rural, realidade rural, ambiente rural, mundo rural, região rural
25	Zona rural, meio rural, contextos rurais, localidade não urbana, área não urbana
37	Contexto rural, setores rurais, ruralidade, zonas rurais, área rural, localidades rurais, entornos rurais, cultura rural, população rural
41	Comunidade rural, zona rural, contexto rural, áreas rurais, realidade rural, populações rurais, região rural, localidade rural, cenário rural, contextos rurais
46	Âmbito rural, zonas rurais, ruralidade, contexto rural, espaço rural, territórios rurais,

	contextos rurais, meio rural
49	Meio rural, realidades rurais, áreas rurais, âmbito rural, contexto rural, zonas rurais, espaço rural, contexto rural
65	Ruralidade, categoria rural, região, áreas rurais, comunidade rural, meio rural, o rural, território rural, contexto rural, categoria rural, universo rural
77	Mundo rural, âmbito rural, setor rural, entorno rural, zonas rurais
86	Zonas rurais, área rural, comunidades rurais, lugares, nível rural, setor rural
87	Rural, contextos rurais, áreas rurais, categoria rural, meio rural, mundo rural, ruralidade, território(s) rural(s), meios rurais, zona rural, termo rural, campo rural

Essa variabilidade de termos no mesmo artigo é reflexo da recente aproximação com o campo e demonstra a carência do aprofundamento teórico a respeito da categoria rural, de seus diferentes usos e sentidos. Como visto anteriormente, o próprio campo dos estudos rurais já lida com a coexistência de diferentes concepções de rural que tem tornado necessário definir critérios mínimos para estabelecer um diálogo com todos os atores envolvidos com esse tema (Restrepo & Acuña, 2008).

Por isso, é fundamental que a Psicologia questione a intencionalidade das palavras e expressões utilizadas no mesmo texto para se referir a rural, para não correr o risco de incoerências. Para isso, é necessário um aprofundamento nas literaturas das disciplinas que já fazem essas especificações, como a Sociologia, Antropologia e Agronomia. Tudo isso poderá qualificar: a escrita da Psicologia sobre rural, que tem uma dimensão política; a sua inserção no campo dos estudos rurais, pois terá mais fundamentos para formular reflexões e fazer contribuições; a sua inserção em campo, pois a riqueza das categorias e dos olhares que consegue construir no campo dos contextos rurais tem relação com a concepção de rural do/a pesquisador/a.

De maneira mais específica, foi possível verificar que a maioria das palavras e expressões utilizadas para se referir a rural possui um sentido físico-geográfico, conforme mostra a Tabela 12.

Tabela 12

Rural físico-geográfico

Denominação	Nº de artigos
Zona rural	34
Comunidades rurais	22
Zonas rurais	21
Área rural	19
Áreas rurais	19
Meio rural	16
Ruralidade	14
Ambiente rural	10
Setor rural	09
Cenário rural	06
Espaço rural	06
Âmbito rural	04
Localidades rurais	04
Entorno rural	04
Realidade rural	04
Região rural	04
Ambientes rurais	03
Cenários rurais	03
Espaços rurais	03
Setores rurais	03
População rural	02
Povoados rurais	02
Territórios rurais	02
Centros povoados rurais	01
Configurações rurais	01
Distrito rural	01
Domínio rural	01
Estrato rural	01
Famílias rurais	01
Grupo rural	01
Inserção rural	01
Localidade rural	01
Localidade não urbana	01
Lugares	01
Meio natural rural	01
Municípios rurais	01
Município rural	01
Paisagens rurais	01
Pequenos municípios	01

Também foram encontrados artigos que, apesar de focalizarem a dimensão físico-geográfica, trouxeram outros elementos para compor a visão de rural. Trata-se do artigo de

Fuica et al. (2014) que se referem à cultura rural dando destaque para abordagens contextualizadas. Pizzinato, Uribe Calderón, Costa Souza e Ferreira Burton (2016) compreendem-no como um território geosimbólico, enfatizando as trocas, integração e diminuição de limites com o território urbano, que gera novas formas de se relacionar, perceber a vida e projetar o futuro. Paucar, Budnik e Reyes (2018) compreendem rural como um contexto sociocultural e Romero-Varela e Martínez-González (2019) utilizam a expressão “territórios rurais-urbanos” (p. 4) definindo-os como uma interface onde de um lado se luta pela aspiração à modernidade das cidades e de outro pela preservação das características tradicionais locais.

Os resultados ainda mostram a existência de expressões que são usadas tanto para se referir a rural no sentido físico-geográfico como em outros sentidos. Assim, Rodríguez, Hernandez e Santos (2013) utilizam a expressão “contexto rural” para se remeter a uma população menor e já Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso e Cezar (2016) se referem a um espaço de representação e de ação, permeado por elementos subjetivos. A expressão “contextos rurais” foi usada para denominar a zona rural que carece de atenção e cuidado por parte de gestores (Silva, Dimenstein & Leite, 2013) e ao mesmo tempo para definir sentidos que ultrapassam o entendimento de atividades agrícolas e espaço físico (Silva & Macedo, 2017a). Por fim, a expressão “mundo rural”, referiu-se tanto ao setor produtivo (Albuquerque, Lôbo, Raymundo, 1999) como à ideia de urbano e rural reintegrado (Hernández & Uribe, 2007).

Além disso, identificaram-se quatro expressões que associaram a palavra rural não apenas à ideia de um local físico: 1) Categoria rural: Kobarg e Vieira (2008) trata-se de uma categoria de reflexão teórica e de representação, com destaque para sua conexão com o urbano, heterogeneidade, múltiplos campos de sentido, diversidades e potencialidades. Bonomo e Souza (2013) acentuam a histórica comparação e luta entre as categorias urbana e

rural e especifica a existência de categoria de pertencimento denominada, “o ser rural” (p. 403). Silva e Macedo (2019a) declaram que rural não diz respeito apenas a um local físico e citam Moraes (2014) que conceitua rural como uma categoria do pensamento teórico, do senso comum e de classificação da vida social; 2) Rural: Silva e Macedo (2017a, 2019a) trouxeram a denominação rural, sem o artigo “o”, para se referir a uma categoria teórica e destacar sua diversidade; 3) Questão rural: Albuquerque et al. (1999) discutem a importância de fazer análises sobre a questão rural no Brasil do ponto de vista da Psicologia Social; 4) Termo rural: essa expressão foi utilizada para demonstrar como os/as psicólogos/as se referiram a rural, “Os resultados apontam que o termo rural é concebido por esses profissionais prioritariamente como local físico, carente e separado da realidade urbana” (Silva & Macedo, 2019a, p. 345).

Por fim, por meio de uma leitura ampla e integrada, foi possível categorizar os artigos nos seguintes qualificadores, apresentados na Tabela 13, destacando que alguns deles foram incluídos em mais de um qualificador, demonstrando mais uma vez, a centralidade da dimensão físico-geográfica:

Tabela 13

Qualificadores de rural

Qualificador	Quantidade de artigos
Dimensão físico-geográfica	71
Área de estudo	07
Não definido	07
Mais de uma definição	07
Categoria de reflexão teórica	05
Setor produtivo	02
Representação	02
Modo de vida	01
Categoria social e dialógica	01

Partindo desses dados e da discussão da literatura realizada anteriormente, chama atenção que o debate sobre rural tem margeado a produção científica na Psicologia já que em muitos dos seus trabalhos ainda persiste o foco no urbano sobre os estudos em contextos rurais (Albuquerque, 2001). São poucos os estudos que versam sobre o *ethos* “rural”, níveis de organização social, política e comunitária, trabalho, formas de adoecimento, processos educativos, relações familiares, cultura, regras sociais, atitudes, valores, sociabilidades etc. (Landini, 2015a).

E nesse contexto, de maneira mais específica, acentua-se o distanciamento teórico da Psicologia relacionado à categoria rural e à variedade de etnias, grupos sociais, e culturas presentes na América Latina, apesar dessa região contemplar a coexistência de distintas formas sociais, povos e diversidade de culturas e línguas (Beyhaut, 1994), o que expõe muitos desafios na sua aproximação com esse campo, entre eles, a pouca presença de análises e discussões voltadas para as concepções da Psicologia em sua produção científica a respeito do conceito de rural, uma lacuna que esta tese procurou problematizar e trazer algumas contribuições.

Somam-se a esse desafio, as próprias divergências que já existem no conteúdo da categoria rural, que como referido neste trabalho, constitui um problema teórico que afeta a prática do/a pesquisadora/pesquisador, seja na formulação dos estudos ou na análise dos resultados (Arcila & Silva, 2013). Por isso é importante que a Psicologia se situe na discussão sobre o conceito de rural, que tem passado por uma reelaboração (Siqueira & Osório, 2005), não sendo mais exclusivamente agrícola, pois inclui a atuação em variadas atividades e diferentes setores: primário, secundário e terciário (Pérez Correa, 2005b; Romero, 2012).

Como dito anteriormente por Camargo e Oliveira (2012), são diversos os sentidos e representações de rural ao longo de toda a história, o que torna impossível fazer generalizações ou comparações. De fato, é possível encontrar a coexistência de antigas e

novas representações de rural: “atrasado, tradicional, selvagem, incivilizado, resistente a mudanças, etc.” (Moreira, 2005, p. 19); multiplicidade de modos de vida, representação social (Carneiro, 2008), *lócus* não apenas de atividade agrícola estando “em movimento de transformação e de acomodação de uma variedade de atores e interesses” (Camargo & Oliveira, 2012, p. 1714).

Diante dos resultados apresentados, em relação às denominações de rural, verificou-se a existência de diversas palavras e expressões utilizadas pelos/as psicólogos/as ao longo dos seus textos. Este fato pode ser explicado pelo histórico distanciamento da Psicologia com esse campo e, assim, pelo desconhecimento dos movimentos, categorias e singularidades que surgem pelo contato com essas realidades assim como pela carência de uma base e aprofundamento teórico. De tal forma, utiliza-se uma infinidade de termos, sem conhecer, muitas vezes, a origem e o sentido de cada um, abrindo espaço para relatos de pesquisa ambíguos e com lacunas teóricas. Como, por exemplo, foi possível observar a utilização das expressões “contexto rural”, “contextos rurais” e “mundo rural” em sentidos diferentes.

Porém, ressalta-se que essa dificuldade não está restrita apenas à Psicologia. Rural tem sido caracterizado de diferentes formas, de maneira que os sistemas de classificação atualmente vigentes incluem na sua definição conjuntos heterogêneos, o que tem gerado dificuldades e imprecisões para sua quantificação ou caracterização. Isso tem gerado uma preocupação tanto no campo acadêmico como em alguns organismos internacionais em (re) pensar as suas definições e a necessidade de promover um debate que indique classificações capazes de superar as limitações que são geradas (Sabalain, 2011).

Os resultados da presente investigação vão ainda ao encontro de outros estudos que apontam que o conceito de rural, “como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual

precisamos conhecer” (Siqueira & Osório, 2005, p. 82). Por isso, como dito anteriormente, é preciso reconhecer a insuficiência das noções convencionais de ruralidade (Rivera & Campos, 2008) e a necessidade de construir reconceituações e metodologias mais influentes e inclusivas (Arcila & Silva, 2013).

Relacionado a esse resultado, foi possível identificar ainda a existência de artigos em que a dimensão rural é tratada somente como local de realização da pesquisa, sem realizar uma problematização ou contextualização dessa categoria. Tem-se como exemplo, os estudos de Ramírez et al. (2014) e de Pinto, Pontes e Silva (2013) em que expressões relacionadas a rural aparecem prioritariamente no título, resumo, *resumen*, *abstract* e método, para explicar onde se deu a pesquisa. Inversamente, foi possível destacar uma preocupação em discutir os contextos rurais em suas especificidades socioculturais e como tais especificidades apresentam rebatimentos nos modos de vida e nas subjetividades, na parte dos resultados e discussões das pesquisas.

Dessa forma, parece existir um dilema na Psicologia latino-americana ao se referir ao rural, em certa medida, como um local, deixando escapar processos e elementos importantes para a composição de suas lentes analíticas e ferramentas de pesquisa e trabalho. Como a literatura de outras áreas já aponta, com seus diferentes enfoques, abordagens e temáticas, rural não diz respeito apenas ao modo particular de utilização do espaço e da vida social (o espaço ecossistêmico), mas também às especificidades (o lugar onde se vive) e às representações (o lugar de onde se vê e onde se vive). Esse entendimento abre espaço para a noção de ruralidade como a “articulação entre as noções de rural e identidade social”, referindo-se, em geral, às “relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e às relações próprias de interconhecimento dessas relações” (Mejia & Moreira, 2005, p. 93).

Nesse sentido, das análises empreendidas até aqui se constata que a Psicologia precisa avançar no conhecimento da diversidade de usos, reelaborações e intencionalidades do

conceito de rural. Enfatiza-se a importância de problematizar aspectos teóricos sobre rural, entendendo que se trata de uma categoria de reflexão teórica e não apenas um local onde realiza as suas pesquisas. Desse modo, se existe uma história de distanciamento com a categoria rural, também há um caminho de aproximação. Cabe à Psicologia, problematizar os repertórios linguísticos e sentidos sobre rural que tem escolhido e posto para circular, posicionando-se com clareza e mostrando em que e como pode contribuir para o entendimento e a transformação desses contextos.

5.1.2 Rural e suas especificidades

Apesar das referências a outros sentidos de rural para além da dimensão físico-geográfico ainda não serem consolidadas, foi possível identificar de maneira relevante que a aproximação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina tem sido feita com a apresentação de especificidades dos contextos rurais. Assim, dos 89 artigos, 79 (89%) apresentaram resultados e discussões relativas às especificidades dos contextos rurais, destacando-se as seguintes categorias: lugar, modo de vida, sujeitos, adaptação de intervenções e testes, distâncias, educação, pobreza, distância da Psicologia e modo de fazer pesquisa; que serão apresentadas a seguir.

Lugar

Nesta categoria, se encaixaram os artigos que trouxeram características que distinguem a especificidade dos contextos rurais enquanto lugar. Assim, foram abordados desafios históricos a serem superados, como a precariedade das condições de vida e trabalho, isolamento e exclusão social, grandes distâncias e número reduzido de cidadãos, falta e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e à atenção especializada, restrita atenção e

cuidado por parte dos gestores municipais, estaduais e federais, e ausência de estrutura e de informação (Nascimento, Cardoso, Santos, Pinto & Magalhães, 2017; Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso & Cezar, 2016; Reis & Cabreira, 2013; Treviño-Siller et al., 2006; Vera-Noriega, 1999).

Modo de vida

Foi colocada a importância de compreender melhor as necessidades, demandas e formas de viver nos contextos rurais para que as intervenções e análises não se deem a partir dos pressupostos do urbano (Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso & Cezar, 2016). Há diferenças no estilo de vida que podem ser econômicas, culturais e sociais (Rodríguez, Hernandez & Santos, 2013) bem como na maneira de conceber o que é trabalho, comunidade, família e até o meio ambiente (Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza & Ferreira Burton, 2016). Com isso, existem particularidades e um estilo de comportamento próprio em relação à criança, à família e à comunidade (Vera-Noriega & Ortega, 2006; Reis & Cabreira, 2013) e uma característica de forte apego a hierarquias e valores religiosos (Pérez & Ruiz-C, 2013). Além disso, as relações são mais intensas seja em termos positivos (intimidade e estilo parental) ou negativos (conflito) (Durón-Ramos, Tapia-Fonllem, Corral-Verdugo & Fraijo-Sing, 2019).

Sujeitos

Os indivíduos que vivem em contextos rurais possuem especificidades. Como bem expressou o artigo de Reis e Cabreira (2013):

O olhar para a zona rural também tem esse objetivo, o de buscar esses indivíduos que muitas vezes são esquecidos no meio do nada e trazê-los para junto da sociedade, sem retirá-los do seu espaço físico, entendendo suas necessidades e particularidades, garantindo assim seu direito a ter uma vida melhor e mais saudável (p. 64).

Entre essas particularidades, destacam-se as das crianças, como a desnutrição na primeira infância, o maior espaço físico e segurança para brincar livremente e o fato de que muitas de suas funções psíquicas superiores necessitam de uma estimulação adequada para sua formação, o que não significa dizer que possuam intrinsecamente menos inteligência (Borges & Salomão, 2015; Casari & Cabrini, 2013; Salazar-Jiménez & Torres-Tovar, 2018). Em relação à adolescência, não contam com toda a estrutura social esperada para atendê-los, tendo muitas vezes suas possibilidades educacionais diminuídas, sendo necessária uma visão mais crítica em relação às dinamicidades do seu cotidiano e das suas formas de viver (Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza & Ferreira Burton, 2016; Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso & Cezar, 2016; Veloso, Cuadra, Storey, González & Moraga, 2016). No caso dos/as idosos/as, diferentemente do que ocorre com os/as aposentados/as urbanos/as, não significa a perda do papel profissional e do sistema de produção, pois trás uma posição social e uma autoestima mais elevada (Albuquerque et al., 1999).

Adaptação de intervenções e testes

Questiona-se que as ações desenvolvidas nos contextos rurais consistem nas mesmas desenvolvidas nas cidades, configurando-se como práticas urbanas que não visualizam ou identificam questões referentes a especificidades dos moradores do campo (Reis & Cabreira, 2013). Por isso, tornam-se necessárias estratégias de cuidado que tenham uma abordagem diferente a fim de superar as diferenças culturais (Gualdron, 2015), a utilização de técnicas e métodos criativos (Gazzinelli, Silva, Rodrigues, Araújo & Bethony, 2008), adaptações psicométricas (Casari & Cabrini, 2013) e intervenções que sejam adaptadas e condizentes com as necessidades das populações rurais (Camurça, Alencar, Cidade & Ximenes, 2016; Garza, Ruiz, Martínez & Cabrera, 2011).

Distâncias

Outra especificidade apresentada são as distâncias e as condições de tráfego e locomoção (Oliveira, Felipe, Santana, Rocha, Magnabosco & Figueiredo, 2015), a distância de serviços de saúde e instituições de ensino (Pizzinato, Petracco, Hamann, Pedro Cé & Rosa, 2017) e entre moradia, trabalho e escola (Castillo & Greco, 2014; Hashizume & Lopes, 2006; Pizzinato et al., 2017), a ausência das políticas de saúde em seu cotidiano, especialmente a atenção primária e saúde mental (Silva et al., 2013), não tendo, muitas vezes, a possibilidade de acessar tratamentos médicos e psicológicos (Gualdron, 2015). Isso tudo, demonstra um alto grau de isolamento e exclusão social (Nascimento et al., 2017).

Educação

Identificou-se que a privação relacionada à escolaridade é maior no que denominam de zona rural (Ximenes, Moura, Cruz, Silva & Sarriera, 2016) e que todos os críticos da universidade apontam o seu caráter urbanocentrado (Whitaker & Onofre, 2006). De forma mais prática, identificou-se uma estrutura dialógica diferenciada da sala de aula dependendo se ela trata de uma escola em contexto sociocultural urbano ou rural, de maneira que na sala de aula rural há maior possibilidade de adequar o ensino ao processo dos alunos (Paucar et al., 2018).

Além disso, os/as docentes que atuam em contextos rurais possuem formação essencialmente urbana; sofrem graves problemas relacionados ao transporte, moradia, baixo índice salarial e acúmulo de funções, e lidam com o clientelismo político nas convocações (Hashizume & Lopes, 2006). Em relação aos estudantes de contextos rurais, acentua-se a vivência concomitante do estudo com as tarefas domésticas e o trabalho para auxiliar na produtividade da família (Castillo & Greco, 2014; Pizzinato et al., 2017).

Pobreza

A desigualdade, a pobreza e a indigência são mais pronunciadas e persistentes nos contextos rurais (Núñez, Solís & Soto, 2014; Salazar-Jiménez & Torres-Tovar, 2018; Silva et al., 2013). Devido à escassez das chuvas, as pessoas que vivem nesses contextos “sofrem penosamente com os fenômenos sociais da fome, da sede, da desnutrição, da miséria, da pobreza, do desemprego, da falta de oportunidades, da desigualdade social e/ou da migração para os centros urbanos em busca de sobrevivência” (Camurça et al., 2016, p. 121). Dessa forma, as condições de vulnerabilidade psicossocial relativas à pobreza são agravadas (Dimenstein, Macedo, Leite, Dantas & Silva, 2017) e uma das principais desigualdades que afetam os pobres rurais é o acesso desigual a uma educação de qualidade (Casari & Cabrini, 2013).

Distância da Psicologia

As necessidades relacionadas ao campo da Psicologia como o bem-estar psicológico, ainda são pouco conhecidas nos contextos rurais (Favero & Sarriera, 2014). Os contextos não ocidentais e, principalmente, rurais, são raramente privilegiados pela Psicologia (Ruela & Moura, 2007), sendo visível a carência de estudos e de intervenções nesses contextos (Reis & Cabreira, 2013; Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso & Cezar, 2016), que se expressa nos poucos estudos sobre processos psicoafetivos na América Latina (Castillo & Greco, 2014).

Modo de fazer pesquisa

Ainda é acentuada a necessidade de realizar mais pesquisas sobre as populações rurais e suas demandas, de modo a compreender as suas particularidades, sendo preciso problematizar as questões relacionadas aos significados atribuídos pelos moradores desses

contextos (Reis & Cabreira, 2013). Assim, o modo de fazer pesquisa precisa dar conta de ferramentas etnográficas como a observação e entrevistas individuais abertas, dando abertura para a construção e interpretação dos dados de forma contextualizada (Santos & Ramos, 2017).

Por meio dessa análise mais atenta, foi possível observar um esforço da Psicologia em apresentar as especificidades dos contextos rurais. Esse aspecto deve ser ressaltado tendo em vista que possivelmente pode abrir um importante espaço de análise, discussão e proposição de práticas contextualizadas. Nesse sentido, destaca-se a apresentação de aspectos singulares que marcam a realidade, as dinâmicas, a subjetividade e as experiências dos sujeitos que vivem em contextos rurais, assim como aspectos que interpelam da Psicologia a adaptação e a construção de pesquisas e práticas condizentes com suas realidades, necessidades e particularidades.

Sobre isso, a análise de Dantas, Dimenstein, Leite, Macedo e Belarmino (2020) ao estudaram a saúde mental em uma perspectiva multidimensional em contextos rurais, destaca especificidades importantes, como as desigualdades, que são de causalidade complexa e unem vários níveis de determinação que são inseparáveis:

uma dimensão macroestrutural relativa ao capitalismo e à produção do espaço rural, bem como da pobreza e das desigualdades sociais; ao modo como vem se dando a formação social do campo e, conseqüentemente, como as políticas públicas e de reforma agrária no país vêm sendo implementadas, o que determina as condições de vida no meio rural em termos de educação, saúde, trabalho, renda e infraestrutura. Outra dimensão não menos importante é a que articula aspectos simbólicos, culturais, valores, crenças, e se refere aos modos de vida e produção subjetiva, isto é, às formas de sociabilidade e convivência, de organização comunitária e política, às bases de apoio social, bem como às concepções e práticas de cuidado em saúde, às condicionalidades de gênero, raça e geração (p. 06).

Esse posicionamento contribui para ampliar o conhecimento da diversidade de fatores específicos que precisam ser observados no contato com os contextos rurais. Como foi possível

observar por meio dos resultados aqui apresentados, existe um modo de ser, de viver e de se relacionar que é marcado por características próprias nos contextos rurais. Logo, não se pode pensar na aproximação da Psicologia com os contextos e povos rurais sem antes de tudo, problematizar as marcas do seu distanciamento com esses contextos. Por essa razão, torna-se imprescindível avançar nessa compreensão das singularidades que marcam os seus sujeitos, lugares e modos de vida e na criação e adaptação de intervenções, modos de fazer pesquisa e teorias.

Nesse sentido, faz-se fundamental uma mobilização para que não se efetue uma mera transposição de um *modus operandi* já consagrado pelo saber psicológico para contextos variados, como as distintas ruralidades, contextos esses que podem nos interrogar sobre a viabilidade e validade desses modelos teóricos na leitura de determinadas realidades. Por isso, enfatiza-se a importância de que a Psicologia problematize aspectos teóricos sobre rural, entendendo que se trata de uma categoria de reflexão teórica e não apenas um local onde realiza as suas pesquisas.

Nesse aspecto, não se pode desconsiderar o fato de que alguns estudos realizados em contextos rurais não têm como objetivo discutir a categoria rural por estarem envolvidos com outros temas específicos. Apesar disso, insiste-se na necessidade de problematizar os repertórios linguísticos e sentidos sobre rural que a Psicologia tem posto para circular. Como bem afirmado por Lopes, Ferreira e Friedrich (2018) “os profissionais da Psicologia devem tomar à sério a tarefa de conhecer seu objeto de estudo” (p. 269). Dessa forma, a Psicologia poderá se posicionar com clareza e mostrar em que e como pode contribuir para a transformação desses contextos, a partir de um olhar específico para processos psicossociais, identitários e de subjetivação nos contextos rurais latino-americanos.

5.2 Perspectivas teóricas em análise: desafios e possibilidades

Daremos início à parte final desta tese. A partir de agora serão discutidos os dados relacionados às perspectivas teóricas encontradas. O interesse aqui foi identificar as teorias e conceitos utilizados pela Psicologia e analisar os desafios e as possibilidades na sua aproximação com os contextos rurais latino-americanos.

Para cumprir esse objetivo, tornou-se necessário categorizar os artigos por área, como se observa na Tabela 14:

Tabela 14

Áreas da Psicologia

Área	Nº de artigos
Psicologia Social e Comunitária	46
Psicologia do Desenvolvimento	11
Psicologia Escolar	11
Avaliação Psicológica	06
Psicologia Organizacional e do Trabalho	04
Psicologia da Saúde	03
Psicologia Ambiental	02
Psicologia Política	02
Saúde Mental	02
Interdisciplinar	01
Psicologia Jurídica	01
Total	89

Como se pode visualizar, existe um número expressivo de áreas da Psicologia que realiza pesquisas sobre os contextos rurais, estando presentes tanto os campos clássicos como os mais emergentes. Pode-se identificar ainda a presença das áreas interdisciplinar e da saúde mental. Além disso, verificou-se que o maior número de pesquisas está concentrado em três grandes áreas: Psicologia Social e Comunitária (que foram reunidas devido à identificação de apenas quatro artigos na área de PSC), Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Escolar.

Como se observa, a Psicologia Social e Comunitária concentram a maior parte dos artigos. Esse dado corresponde ao posicionamento adotado nesta tese, sobre a importância

dessas duas áreas na aproximação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina. Como antes referido, o enfoque latino-americano da Psicologia Social tem particularidades e finalidades temáticas e metodológicas voltadas para as especificidades de sua população (Cárdenas, 2018).

Partindo desses primeiros dados e considerando os objetivos e a extensão deste escrito, tornou-se necessário realizar uma escolha para seguir adiante. Nesse sentido, optou-se por aprofundar as análises e as discussões sobre os aspectos teóricos da Psicologia Social e Comunitária, que serão realizadas a seguir. Para as demais áreas, os resultados serão apresentados e espera-se que possam ser aprofundados em investigações futuras.

5.2.1 Psicologia Social e Comunitária

Foram identificados 46 artigos na área de “Psicologia Social e Comunitária”. Isso corresponde (52%) de toda a produção. Desses, quatro (9%) correspondem à Psicologia Social Comunitária. Desse modo, são as áreas que mais vêm contribuindo para a aproximação da Psicologia com a discussão sobre os contextos rurais na América Latina. Tal como defendido por Calegare (2010), Camurça et al. (2016), Landini, Long, Leeuwis e Murtagh (2014), Landini (2015a) e Moura, Cardoso, Rodrigues, Vasconcelos e Ximenes (2013), sustentamos que a PSC contribui para a qualificação da aproximação da Psicologia com os contextos rurais na América Latina.

A partir da leitura dos artigos completos, observou-se que eles versam sobre temas diversos e utilizam variadas teorias. Nesse sentido, tornou-se necessário organizar essas informações por meio de uma categorização que se deu a partir da leitura dos seus títulos e objetivos, chegando às seguintes categorias: juventude, extensão rural, comunidade, saúde, envelhecimento, universo feminino, saúde mental, atuação do/a Psicólogo/a, camponês/

pequeno produtor/ pequeno agricultor, seca, desenvolvimento rural e concepções de rural. A seguir, será discutido cada um desses conjuntos de artigos.

A respeito da “*juventude*” foi uma das que mais se destacaram no estudo sobre contextos rurais nessa área, sendo encontrada em 08 pesquisas (17%). Patricia et al. (2007) construíram entendimentos sobre a concepção de juventude, elaborados pelos diversos atores que intervêm na juventude e as relações que geram para ressignificar as narrativas que facilitam a construção do tecido social. Vera-Noriega, Rodríguez Carvajal, Valle Duarte, Calderón González e Pacheco Cárdenas (2016) analisaram as mudanças no ajuste psicossocial de jovens considerando o bem-estar subjetivo como uma variável dependente. Martins, Trindade e Almeida (2003) analisaram como adolescentes representam a adolescência e dão sentido ao período em que vivem. Whitaker e Onofre (2006) discutiram as representações sociais enfocando a juventude rural num cursinho preparatório para vestibular. Bustos, Coria e Valenzuela (2019) descreveram as práticas de consumo e endividamento informal, atitudes frente ao endividamento, materialismo e suscetibilidade à influência de pares e adolescentes rurais, segundo gênero e nível socioeconômico. Lever e Estrada (2018) identificaram preditores de comportamento pró-social em adolescentes mexicanos que vivem na pobreza. Os artigos de Pizzinato, Hamann, Maracci-Cardoso e Cezar (2016) e Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza e Ferreira Burton (2016) estudaram de maneira mais específica a realidade de jovens mulheres. O primeiro trabalho analisou interfaces de gênero e território como marcadores identitários presentes nas falas e produções de imagens sobre projetos de vida de jovens mulheres de zonas rurais e o segundo trabalho discutiu as percepções de um grupo de jovens mulheres do campo sobre a família, seus papéis e projeções de futuro.

Destacam-se os termos “Cultura” e “Diferença” como elementos fundamentais nas discussões realizadas, presentes por meio de diferentes palavras e expressões, respectivamente: a) Cultura: naturalização do cultural, diversidade cultural, contextos

culturais, elementos culturais, identidades culturais, inserção sociocultural, diferenças culturais, capital cultural, *background* cultural; b) Diferença: diferentes auto percepções, diferentes inserções culturais, diferentes configurações, diferentes costumes, diferentes perspectivas, diferenças econômicas, diferenças de gênero, diferenças geracionais, diferenças culturais, formas diferentes de vivenciar a adolescência, representações sociais diferentes e possibilidades diferentes de viver.

A respeito das principais questões levantadas destaca-se a importância de construir uma visão mais crítica em relação ao que é ser adolescente e jovem em contextos rurais, considerando a adolescência como historicamente construída e, por isso, múltipla, e as dinamicidades do cotidiano e das formas de viver. De tal forma, torna-se imprescindível o reconhecimento da diversidade, alteridade, vida cotidiana, conhecimento popular e do contexto histórico, social e cultural, para se estabelecer formas comunitárias de relacionamentos com esse público.

Além disso, foram trazidos outros aspectos teóricos que ampliam o olhar a respeito das particularidades de vivenciar a juventude em contextos rurais, como as articulações entre regional e global, os atravessamentos e conexões que ultrapassam a noção de rural como um território concreto, os obstáculos relacionados à classe social e etnia e as novas configurações sociais de gênero. Sobre esse último ponto, refletiu-se sobre a posição das jovens considerando a influência de papéis estereotipados, compostos de hierarquias e desigualdades de gênero, de tal forma que a atenção a respeito da interseção entre gênero e meio ambiente coloca-se como fundamental.

No que se refere às teorias e conceitos utilizados para dar conta desses objetos e questões de pesquisa, foram identificadas várias perspectivas tendo maior representatividade as teorias sobre Psicologia Social; Teoria das Representações Sociais; Teoria da

aprendizagem social; Bem-estar subjetivo; perspectiva ecológica; perspectiva sócio-histórica; perspectiva construcionista, e discussões sobre identidade, gênero e processos psicossociais.

Em uma análise das referências bibliográficas desses oito trabalhos, identificou-se que sete trouxeram referências sobre contextos rurais. A maioria se constitui de estudos empíricos que retratam intervenções em contextos rurais, mas também se verificou trabalhos teóricos que discutem a ruralidade, o conceito de rural e a juventude rural latino-americana. Esses dados demonstram que existe uma contribuição da Psicologia Social para pensar as especificidades dos jovens rurais latino-americanos.

Nesse sentido, de acordo com Kliksberg (2006) deve-se evitar superar dois erros persistentes na análise dos jovens latino-americanos: a perda de sua especificidade e a generalização. De tal modo, torna-se “imprescindível olhar, conjuntamente, as histórias coletivas com uma análise desagregada” (p. 910), considerando que nos últimos 25 anos a América Latina ao mesmo em que contou com “esperançosos processos de democratização” (p. 910), por outro lado conta com grandes setores da população abaixo da linha da pobreza e com acentuação das desigualdades históricas, o que repercute em “diferentes ‘circuitos de vida’ juvenis” (p. 910).

Identificou-se ainda que dos oito artigos, sete refletiram sobre especificidades dos contextos rurais e das diferentes formas de vivenciar a juventude nesses contextos. Foi colocada a importância de desnaturalizar a usual dicotomia entre rural e urbano (Patricia et al., 2007; Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza & Ferreira Burton, 2016), as transformações do mundo rural (Ruela & Moura, 2007) e dada ênfase para a falta de estudos e pesquisas de Psicologia sobre o rural (Lever & Estrada, 2018; Pizzinato, Hamann, Maraci-Cardoso & Cezar, 2016; Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza & Ferreira Burton, 2016) sendo considerada uma ciência que sempre ignorou a importância da ruralidade na construção

peçoal de muitos indivíduos (Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza & Ferreira Burton, 2016).

Além disso, chamou-se a atenção para as particularidades contemporâneas de se viver nesses contextos (Pizzinato, Hamann, Maraci-Cardoso & Cezar, 2016), existindo diferenças geoeconômicas em relação ao urbano, que são expressas nas diferentes formas de conceber o que é trabalho, comunidade, família, meio ambiente, entre outros (Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza & Ferreira Burton, 2016). Essas peculiaridades devem recair na forma de conceber a juventude rural, sendo necessária uma visão mais crítica em relação à inserção cultural e às dinamicidades do seu cotidiano e de suas formas de viver (Pizzinato, Hamann, Maraci-Cardoso & Cezar, 2016; Martins et al., 2003).

Em relação à “*extensão rural*”, também foi encontrada em 08 artigos. Ressalta-se que a maioria desses trabalhos dedicou-se a identificar as expectativas de extensionistas rurais sobre a Psicologia. Assim, Landini (2012, 2013) investigou as expectativas dos agentes argentinos de desenvolvimento rural sobre a Psicologia e sobre a inserção profissional de psicólogos no âmbito da extensão rural além de estudar a representação social que os extensionistas têm de pequenos produtores. Landini (2015b, 2016a, 2016b) investigou ainda as expectativas de extensionistas rurais sobre a Psicologia, almejou contribuir para moldar o papel de psicólogos/as comunitários/as no contexto da extensão rural e identificou as formas possíveis de integrar o conhecimento psicossocial no contexto da extensão rural. Landini, Bianqui e Crespi (2013) avaliaram as crenças fundamentais associadas aos modelos transferencista e dialógico nos agentes de extensão paraguaios, bem como o perfil dos/as técnicos/as a eles associados. Landini e Bianqui (2016) identificaram as expectativas dos extensionistas rurais sobre a Psicologia e esclareceram as contribuições desta área para a extensão rural. Por fim, Landini (2017) objetivou compreender o papel potencial dos psicólogos na extensão rural.

Entre os termos, palavras e expressões que trouxeram elementos fundamentais na discussão sobre a extensão rural, destacam-se: expectativas, gestão de processos grupais com produtores, gestão de processos participativos com produtores, capacitação a extensionistas, assessoramento a extensionistas, desenvolvimento rural, trabalho em conjunto, equipe interdisciplinar, especificidades, vínculo dialógico, fatores psicossociais, aprendizagem social e contextualização.

Dentre as questões realizadas a partir da literatura utilizada, foi possível organizar três eixos principais de discussões: 1) Escassez de contribuições da Psicologia para a Extensão Rural; 2) Contribuições da Psicologia Social e Comunitária; 3) Modelo dialógico. A respeito do primeiro eixo, foi refletido sobre a escassa contribuição da Psicologia para o campo da Extensão Rural do ponto de vista prático. Essa lacuna tem levado à conclusão de que é preciso uma posição mais ativa e prática por parte dos/as psicólogos/as no sentido de esclarecer seu papel, suas propostas e competências específicas nessa área. Para isso, sugeriu-se a construção de uma intervenção profissional comprometida, tendo por base as premissas e abordagens da Psicologia Social latino-americana.

Dessa forma, chega-se ao segundo eixo, que aglutina reflexões a respeito das contribuições da Psicologia Social e Comunitária. Acredita-se que a Psicologia pode fazer um trabalho relevante na extensão rural devido ao forte conteúdo psicossocial que está presente nesse contexto. Com isso, apesar das contribuições ainda serem escassas, reconhece-se que as capacidades, conhecimentos e ferramentas adquiridas por meio do estudo nas áreas de Psicologia Social, institucional ou comunitária podem gerar importantes colaborações específicas como, por exemplo, no gerenciamento de grupos e processos participativos e nos trabalhos com comunicação, apoio emocional, e mudança de atitudes e práticas, considerando a diversidade que existe na região latino-americana.

Por fim, chega-se ao terceiro eixo, que reflete acerca das relações dialógicas com os produtores. Nesse sentido, destaca-se a importância de construir conhecimento de forma conjunta com os produtores, no sentido de aumentar o compromisso e a participação desses. Para isso, é preciso avançar na construção e validação de um instrumento mais abrangente e de orientação transferencista e dialógica e, ao mesmo tempo, na reflexão a respeito de como os produtores são considerados, como objetos de intervenção ou como sujeitos de mudança.

A respeito das teorias e conceitos utilizados nos referidos artigos, sobressaíram-se as seguintes referências e citações: Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia Crítica, Psicologia da libertação, Psicologia Social latino-americana, Fatalismo Latino-Americano, processos psicossociais, pobreza, aprendizagem social e teoria da comunicação humana. Destacam-se as várias citações ao trabalho de Paulo Freire “¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural.” (1973) que problematizou a importância de buscar a produção de um conhecimento conjunto por meio de um vínculo horizontal e dialógico junto com os produtores.

Na análise das referências bibliográficas desses oito trabalhos, identificou-se que todos trazem referências sobre os contextos rurais. Trata-se em sua maioria de estudos de caso, pesquisas de campo, reflexões e diretrizes teóricas, focadas especialmente no desenvolvimento rural, Psicologia rural no contexto latino-americano e contribuições da Psicologia Comunitária. De maneira mais específica, destaca-se a apresentação de textos fundamentais que já possuem uma discussão consolidada sobre rural na América Latina, como por exemplo: “Psicologia no ambiente rural”, “Rumo a uma Psicologia rural latino-americana”, “Psicologia e contextos rurais” e “A noção de Psicologia rural e seus desafios no contexto latino-americano”.

Nesse sentido, esses trabalhos trouxeram referências fundamentais sobre rural, contribuindo para pensar sobre uma especificidade desse campo, que são os conhecimentos e

saberes dos produtores. Além disso, argumenta-se a respeito dos níveis de pobreza e extrema pobreza que são maiores nos contextos rurais, sobre as especificidades dos contextos territoriais e institucionais locais (e subnacionais) e sobre a realidade dos técnicos que trabalham em áreas rurais que nem sempre têm acesso fluido à Internet (Landini, 2012, 2016b).

A outra categoria que se destacou foi a da “*comunidade*”, sendo encontrada também em 08 artigos. Barrera, Espinosa, Cueto e Ferrándiz (2012) realizaram um diagnóstico dos aspectos psicológicos associados a problemas organizacionais que ocorrem em uma comunidade rural do Peru. Castillo, Carrillo, Echeverría e Fuentes (2012) estudaram a caracterização dos indicadores de coesão social (CS) de comunidades de um município rural mexicano. Bonomo e Souza (2013) investigaram as representações de rural e de cidade com o intuito de compreender como membros de uma comunidade rural posicionam-se frente à estrutura social e simbólica hegemonicamente urbana. Núñez, Solís e Soto (2014) analisaram os processos psicossociais que emergem no nível da comunidade local e escolar quando uma escola municipal rural é fechada. Espinosa, Freire e Ferrándiz (2016) estudaram as relações entre identificação coletiva com uma comunidade rural e expressões subjetivas, psicológicas e sociais de bem-estar. Ximenes et al. (2016) analisaram a pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rural e urbano em um Estado do Brasil. Santos e Ramos (2017) estudaram a articulação de bases teóricas e princípios metodológicos envolvidos nos estudos sobre a produção de sentidos intergeracional em comunidades rurais e quilombolas. Por fim, Ramos-Vidal, Villamil e Uribe (2019) discutiram sobre uma comunidade rural no norte da Colômbia que foi vítima de um massacre e examinaram os principais componentes que modelam a coesão social.

A análise desse conjunto de trabalhos permitiu identificar alguns termos e expressões centrais ou mais comentadas na discussão dos objetos de estudo, sendo eles: coesão social,

identidade social, bem-estar subjetivo, clima emocional, desenvolvimento da comunidade local, diferenças culturais e sociais, estereótipo, implicações psicossociais, integração, interação, relações interpessoais, suporte social, intervenção psicossocial, processos psicossociais, modo de vida, organização grupal e representação social.

No que se refere às principais questões levantadas foi discutida a relação entre coesão e identidade social. Foram citados estudos que abordam a influência das imagens e expectativas positivas relacionadas aos membros do grupo no processo de identidade social que por sua vez influencia na coesão do grupo. Ao mesmo tempo, quando não há coesão social, não há identidade coletiva suficiente (Castillo et al., 2012; Barrera, Espinosa Cueto & Ferrándiz, 2012). Além disso, foi demonstrado que existe uma influência da autoestima coletiva no grau de identificação com a comunidade de maneira que a identidade social produz um impacto positivo no bem-estar subjetivo (Espinosa et al., 2016).

De maneira mais específica, discutiu-se a importância de considerar nessa análise as diferenças no contexto comunitário. De tal forma, acentuam-se as necessidades diferentes de cada comunidade relacionadas ao seu desenvolvimento que se soma às diferenças culturais e sociais, o que sugere a importância de um trabalho particular que contemple as características de cada uma e as singularidades dos contextos rurais e urbanos. Devido a essa diversidade considera-se a identificação com a comunidade como uma questão complexa, que pode dificultar a coordenação entre os moradores (Barrera et al., 2012; Castillo et al., 2012; Ximenes et al., 2016).

Outro ponto importante levantado foi a necessidade de criar instrumentos e espaços de desmistificação em torno dos estereótipos com conotação negativa, que pode ser realizado por meio da produção e difusão de conhecimento. Relacionado a isso, discutiu-se a importância de investir na utilização de ferramentas etnográficas como a observação e as entrevistas individuais abertas, semiestruturadas e episódicas, nos estudos em comunidade rurais,

considerando que tradicionalmente o processo de construção e interpretação dos dados se concentra nos grandes centros urbanos (Bonomo & Souza, 2013; Santos & Ramos, 2017).

Ademais, foram abordadas as possibilidades de atuação dos/as psicólogos/as nesses contextos no sentido de desenvolver e fortalecer atitudes, promover valores, organizar grupos, desenvolver estratégias de sensibilização e conscientização voltadas para a participação social, além da intervenção psicossocial por meio da avaliação de projetos e programas e do incentivo para a participação da comunidade, para o desenvolvimento de lideranças no contexto local e para a participação em movimentos associativos como formas de promover o fortalecimento da comunidade (Castillo et al., 2012; Ramos-Vidal et al., 2019).

A partir do estudo das referências desses trabalhos, foi possível verificar teorias e conceitos que tiveram um papel central na discussão dos objetos de estudo. Nesse sentido, Psicologia social, identidade social, coesão social, trabalho com grupos, a partir da obra de Henri Tajfel, foram os mais citados. Identidade negra, identidade nacional, empoderamento, pobreza, estereótipos, felicidade e autoestima, aparecem em seguida. E com o menor número de citações, mas não menos importantes estão as menções à etnicidade, etnografia, raça, minorias raciais e étnicas, Psicologia das minorias ativas, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, comportamento pró-ambiental, meio ambiente, Psicologia ambiental, perspectiva histórico-cultural, história oral, histórias de vida, produção do sentido e Marxismo.

Nesse sentido, no que se refere aos contextos rurais, seis trabalhos apresentam esse tema em suas referências. São estudos majoritariamente realizados em comunidades que discutem a identidade social, clima emocional, identificação com o lugar, participação, competência comunicativa, bem-estar e memória coletiva. Isso demonstra a importância de produzir conhecimentos por meio das experiências já realizadas com as comunidades que vivem nesses contextos. Demonstra ainda a necessidade de avançar na produção e leitura de

estudos teóricos sobre a categoria rural, para ampliar as análises sobre as comunidades rurais, propiciando um enriquecimento dos próprios estudos em Psicologia Social.

Tem destaque a pesquisa de Ximenes et al. (2016) que discutem uma visão ampliada sobre a categoria rural, ao utilizarem a literatura para definir rural não apenas como um tipo de produção, mas como um modo de vida e um contexto onde também se visualiza a intensidade de problemas sociais. São discutidas as ideias de autores/as que já possuem uma discussão reconhecida sobre os contextos rurais como, por exemplo, as formas de vida rural no Brasil, pobreza de caráter estrutural no contexto rural, Psicologia social e a investigação em contextos rurais, e Psicologia comunitária e comunidades rurais do Ceará.

Dessa forma, verificou-se um movimento de refletir sobre as especificidades dos contextos rurais no contexto comunitário. Dessa forma, foi citado que os contextos rurais apresentam os maiores níveis de pobreza, indigência, insegurança alimentar e social, deterioração da saúde e degradação ambiental (Castillo et al., 2012; Núñez et al., 2014). Para Ximenes et al. (2016) a situação de pobreza multidimensional no contexto rural é diferente, sendo o mais privado multidimensionalmente. Chamou-se a atenção para a desigualdade de oportunidades que torna a educação em contextos rurais mais relevante, entendendo que a escola ocupa o importante lugar de fortalecimento da comunidade por meio da geração de vínculos (Núñez et al., 2014). Para Ramos-Vidal et al. (2019) esses contextos têm como marca, o isolamento geográfico, o estilo de vida e os laços sociais intracomunitários, com relações interpessoais altamente coesas. Bonomo e Souza (2013) e Santos e Ramos (2017), por sua vez, ajudam a pensar na criação de novas formas de aproximação na realização de estudos com essas populações e nos seus processos de resistência e demais vivências relacionadas à pressão à hegemonia urbana.

No caso brasileiro, tal entendimento se integra à necessidade de romper com os processos de estigmatização sócio-histórica de inferioridade social e política que existe em

relação aos setores subalternos no campo (Moreira, 2010). De acordo com Silva (2006), “muitas vezes, pensamos que essas populações são carentes de assistência, têm limitações, mas é preciso também vê-las como manancial, como fonte de patrimônio cultural, fonte de valores (...)” (p. 15).

Soma-se às categorias anteriores, a que denominamos “*Camponês/pequeno produtor/pequeno agricultor*”, sendo identificada em 04 artigos. Albuquerque, Vasconcelos e Coelho (2004) compararam as crenças e expectativas existentes entre pequenos produtores assentados e seus vizinhos moradores de pequenas parcelas obtidas por meio de herança ou compra. Albuquerque, Coelho, Nóbrega, Lacerda e Maribondo (2005) avaliaram o processo de integração entre pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. Naiff, Monteiro e Naiff (2009) identificaram e compararam as representações sociais que alunos de uma universidade federal rural possuem sobre as identidades de camponeses e agricultores. Por fim, Bonomo, Souza, Epifanio e Trindade (2017) investigaram as representações sociais de ruralidade entre camponeses do estado do Espírito Santo, Brasil.

Identificaram-se os seguintes termos e expressões centrais nas discussões realizadas: identidade social, coesão, liderança, conflitos intergrupais, grupo, crenças, representações sociais, comunidade, integração, aspectos psicossociais, modo de vida rural e sociabilidade rural. As principais questões levantadas dizem respeito às relações, conflitos e integração grupal. Questionou-se o afastamento da Psicologia do processo de transformação ocorrido no mundo rural e defenderam-se as possibilidades, especialmente da Psicologia Social, de contribuir na investigação dos aspectos que regem as variadas relações contribuindo para diversas outras intervenções e projetos. Nesse sentido, comentam que seria um trabalho voltado para a construção da identidade social e das relações intra e intergrupais bem como para a análise dos processos de resistência e para a defesa e proteção da vida rural e comunitária.

No que diz respeito aos conceitos e teorias, destacam-se a teoria das representações sociais, identidade social, grupos, dinâmica de grupos, liderança, coesão, aspectos psicossociais, crenças, atitudes, valores, território, violência, Psicologia das minorias ativas e Pedagogia da alternância, além de abordar o movimento social na América Latina, indicando um olhar para a especificidade da região.

A respeito dos contextos rurais, todos os artigos trazem em sua lista de referências, trabalhos sobre esse tema. São pesquisas empíricas que retratam aspectos do universo do camponês/ pequeno produtor/ pequeno agricultor, como: interação social, identidade social, profissionalização e questão agrária. Verificaram-se ainda importantes produções teóricas que discutem o mundo rural, as ruralidades, as representações de rural e as novas configurações do campo. Em menor quantidade observou-se os relatos de experiência e estudo de caso.

Verificou-se de maneira significativa na lista de referências a existência de produções que relacionam diretamente o objeto de estudo à Psicologia Social, como por exemplo, os seguintes trabalhos: “Abordagem metodológica da psicologia social à pesquisa em áreas rurais”, “Contribuições da psicologia social para o desenvolvimento rural: estudo sobre a formação e desenvolvimento de cooperativas agrícolas” e “Psicologia social e formas de vida rural no Brasil”. Além disso, a expressão “agricultura familiar” foi citada de maneira relevante nas produções.

Pode-se perceber que na discussão sobre essa categoria, a produção teórica da Psicologia latino-americana apresenta um avanço considerável na discussão sobre rural que se expressa na riqueza de suas análises e na colaboração para pensar singularidades dos contextos rurais. Dessa forma, defende-se o posicionamento de que a Psicologia Social apresenta um papel fundamental para a compreensão dos aspectos psicossociais envolvidos nesses contextos, apesar de ter se mantido afastada do processo de transformação ocorrido no mundo rural (Albuquerque, Coelho & Vasconcelos, 2004). São citadas ainda outras realidades

específicas, como os impactos demográficos e relacionais provocados pelos assentamentos, as distintas identidades rurais, as resistências ao aniquilamento identitário e, a socialização voltada para o trabalho agrícola e as relações comunitárias (Albuquerque et al., 2005; Bonomo et al., 2017; Naiff et al., 2009).

Quanto à categoria “saúde” foi identificada em 03 artigos, os quais apresentam objetos de estudo diferenciados. Vera-Noriega (1999) buscou conhecer a influência que algumas características de personalidade e estimações de risco de mães têm sobre a diversidade da dieta de seus filhos. Gazzinelli et al. (2008) apreenderam as representações sociais sobre saúde de crianças residentes em uma área endêmica em ancilostomíase, localizada em uma zona rural. Por fim, Oliveira et al. (2015) identificaram os determinantes sócio-históricos atribuídos pelos usuários às vivências de cuidado na Estratégia Saúde da Família (ESF) na área rural do município de Sacramento/MG.

As palavras e expressões que tiveram maior destaque nesses artigos foram saúde, cuidado, relação com a comunidade e condições de vida. As questões levantadas se direcionam para as características e necessidades dos sujeitos e contextos estudados. Assim, Vera-Noriega (1999) pontua a importância de conhecer as variáveis relacionadas com os problemas nutricionais no sentido de contribuir para o desenho de políticas de prevenção em comunidades rurais. Gazzinelli et al. (2008) refletem sobre a necessidade de utilizar técnicas e métodos diversos e criativos para identificar as representações sociais de crianças de zona rural. Por sua vez, Oliveira et al. (2015) discutem que é preciso entender a saúde na sua relação direta com o campo, que no caso do contexto estudado, é marcado pela precariedade das condições de vida e trabalho, pela falta e dificuldade no acesso aos serviços de saúde e à atenção especializada e pela falta de informação. Dessa forma, a proposição das ações em saúde passaria pelo conhecimento e compreensão da vida de cada comunidade de maneira particular, construindo juntamente com ela um cuidado em saúde integral por meio da

valorização do seu discurso e da sua história, agregando ao conhecimento biológico as dimensões sociais e culturais.

Dessa forma, verificou-se a presença de referências fundamentais no estudo sobre contextos rurais latino-americanos, como: “Rumo a uma Psicologia rural latino-americana”, “Psicologia e contextos rurais”, “Psicologia e pequenos produtores”, “Psicologia no ambiente rural” e “Sociologia rural: Questões metodológicas emergentes”. Além disso, as referências tratam prioritariamente de temas como aprendizagem, desenvolvimento rural e extensão rural, tendo destaque tanto os estudos empíricos como teóricos.

Com isso, todos os trabalhos trazem especificidades dos contextos rurais em suas análises sobre a saúde. Refletiu-se sobre a necessidade de considerar a apropriação da terra e que as comunidades rurais tendem a uma deterioração progressiva de suas condições de vida nos países de 3º mundo. Foi discutido o desafio histórico da precariedade das condições de vida e trabalho, a falta e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, atenção especializada e informação, as distâncias e condições de tráfego, que afetam a condição de vida/trabalho e a saúde das populações rurais. Outros pontos mencionados foram a desnutrição leve e moderada e a obesidade, que são padrões frequentes em crianças de comunidades rurais e a necessidade de utilizar técnicas e métodos criativos para identificar as representações sociais das crianças nesses contextos.

As contribuições sobre o “*envelhecimento*” foram encontradas em 03 artigos. Albuquerque et al. (1999) discutiram a questão da aposentadoria, por meio da análise do desempenho de papéis dos idosos rurais e as condições psicossociais que os diferenciam dos aposentados urbanos. Treviño-Siller et al. (2006) investigaram a experiência de envelhecimento de homens e mulheres com mais de 60 anos de idade, que vivem em contextos rurais de pobreza no México. Amorim, França e Valentini (2017) compararam

diferenças de grau de felicidade, apoio social, atividades realizadas e situação econômica e de saúde entre aposentados de áreas urbanas e rurais de Minas Gerais, Brasil.

Os termos e expressões centrais na discussão dos objetos de estudo foram: felicidade, bem-estar, saúde, gênero, aposentadoria, pobreza, solidão, condições psicossociais, redes sociais e apoio social. As questões levantadas acerca do envelhecimento e da aposentadoria sustentaram um discurso que defende a necessidade de considerar a especificidade dos contextos rurais. Albuquerque et al. (1999) critica o fato de que o fenômeno da aposentadoria é interpretado a partir de contextos socioculturais urbanos. Amorim et al. (2017) propõe uma compreensão do perfil e das necessidades dos aposentados urbanos e rurais. Por fim, Treviño-Siller et al. (2006) chamam atenção para a importância de sensibilizar os tomadores de decisão a considerarem as necessidades dessa faixa etária, de acordo com a condição de gênero e do contexto específico, urbano ou rural.

A respeito das teorias e conceitos utilizados, estão relacionados ao envelhecimento, diferenças de gênero, pobreza, família, políticas estatais de atenção ao idoso, saúde, rede social, personalidade, identidade, aposentadoria, benefícios previdenciários, seca, bem-estar, qualidade de vida, apoio social, felicidade e Psicologia Positiva. Nas referências bibliográficas constam trabalhos teóricos e empíricos, envolvendo temáticas como: pobreza, aposentadoria, desenvolvimento regional, cooperativismo agrário e, especialmente, a comparação entre idosos rurais e urbanos por meio de temas como qualidade de vida e preditores de felicidade. Dessa forma, não foram verificadas referências específicas sobre a categoria rural no estudo sobre envelhecimento em contextos rurais.

Apesar disso, verificou-se a existência de discussões que ajudam a pensar diferentes formas de interpretar essa realidade. Assim, foi destacada a carência de estudos sobre os contextos rurais e sobre os idosos aposentados; a interpretação do fenômeno da aposentadoria a partir de contextos socioculturais urbanos; a particularidade de viver e experimentar a

velhice no contexto específico rural, caracterizado pela pobreza, falta de serviços, infraestrutura, dentre outros; as identidades de gênero profundamente enraizadas; a vida comunitária mais íntima contribuindo para o envelhecimento nesses contextos, por meio do fortalecimento de vínculos.

O “*universo feminino*” teve destaque em 03 artigos. Guerrero, Darraz e Arcos (2019) analisaram a participação de mulheres rurais em um programa que promove processos de desenvolvimento pessoal e social e autonomia em unidades produtivas associativas. Pinto, Pontes e Silva (2013) investigaram a relação entre rede de apoio social e papéis desenvolvidos por mulheres que exercem a atividade da meliponicultura em comunidades rurais. Vasquez (2009) apresentou uma intervenção realizada junto a mulheres que vivem em assentamentos da reforma agrária.

Os termos e expressões centrais utilizadas para situar e problematizar seus objetos de estudo foram: questões de gênero, papéis tradicionais de gênero, empoderamento, participação, relações de poder, cotidiano, especificidades e rede de apoio social. Pode-se observar entre as principais questões levantadas o foco na melhoria de vida e no empoderamento das mulheres que vivem em contextos rurais considerando os desafios relacionados às estruturas que reproduzem a sua subordinação. Outro ponto destacado foi a crítica a respeito do distanciamento da Psicologia com esses contextos, quando a realidade tem demonstrado que o trabalho nesse campo envolve especificidades e se dá de forma diferenciada.

A respeito dos conceitos e teorias utilizadas, destacam-se os seguintes: gênero, consciência de gênero, papéis de gênero, redes familiares, desigualdade, empoderamento feminino, direitos das mulheres, grupo, pressupostos teóricos de Pichon-Rivière e de Bleger sobre o trabalho com grupos, abordagem ecológica de Bronfenbrenner, antropologia social e Psicologia sistêmica. A realidade latino-americana foi considerada por meio da discussão

sobre o desenvolvimento sustentável na América Latina e a igualdade de gênero na América Latina.

Identificou-se que todos os artigos trazem textos sobre os contextos rurais, que tratam majoritariamente do empoderamento e da realidade de mulheres rurais, por meio de assuntos como trabalho, família, associações produtivas e políticas públicas. Também aparecem trabalhos sobre gênero e agricultura, lutas no campo e assentamentos rurais. A maioria se constitui de estudos empíricos, porém observou-se um pequeno número de estudos teóricos que versam sobre as formas de vida rural, a discussão de gênero na nova ruralidade e o trabalho feminino nos contextos rurais. De tal forma, não se identificou referências mais específicas sobre a categoria rural nos trabalhos que versam sobre as mulheres rurais.

Além disso, verificou-se que todos os trabalhos trazem características e particularidades dos contextos rurais e das mulheres rurais. Assim, foi discutido o lugar secundário dado pela Psicologia aos contextos rurais e a necessidade de se voltar para o homem e a mulher do campo e para sua subjetividade, seus sonhos e desejos. Também foi citada a falta de recursos financeiros que é agravada pela ausência de equipamentos sociais e de lazer nesses contextos, que acabam gerando adoecimento psíquico. Ademais, abordaram-se as relações desiguais no campo, a subordinação das mulheres (Vasquez, 2009; Guerrero et al., 2019) e um aspecto positivo importante na realidade dessas mulheres, que é a proximidade com as famílias, grupos de parentes, vizinhos e amigos que se constitui como a principal fonte de apoio social (Pinto et al., 2013). Além disso, destacaram-se as especificidades do trabalho de psicólogos/as nos contextos rurais que se dá de forma diferenciada devido a fatores como a ausência de equipamentos públicos e à cultura machista desses contextos que repercute na necessidade de uma aproximação cuidadosa e diferenciada (Vasquez, 2009).

Outra categoria que se sobressaiu nos estudos da Psicologia Social e Comunitária em contextos rurais foi “*saúde mental*” sendo identificada em 03 artigos, que em sua maioria

discute o uso abusivo de álcool. Dimenstein et al. (2017) discutiram casos de comorbidade de transtornos mentais comuns e uso abusivo de álcool e suas determinações entre moradores de assentamentos de reforma agrária. Neto e Dimenstein (2017) discutiram o cuidado desenvolvido por equipes de saúde e assistência social referente às demandas de saúde mental de assentados no Brasil. Pérez e Constanzo (2019) investigaram as concepções, significados e práticas envolvidas no desenvolvimento do consumo problemático e da dependência do álcool em comunidades rurais no Chile.

A análise desses artigos permitiu identificar entre os termos e expressões centrais em suas discussões, os seguintes: transtornos mentais, uso abusivo de álcool, sofrimento, redes sociais, pobreza, cotidiano, vulnerabilidade psicossocial, perspectiva psicossocial, cuidado, contextualização, especificidades e cultura. Destaca-se que as discussões levantadas direcionam-se para pensar as lacunas existentes no cuidado em saúde mental nos contextos rurais e as especificidades da relação entre as condições de vida e a saúde mental dos indivíduos que vivem nesses contextos.

Nesse sentido, é abordada a insuficiência da literatura a respeito do cuidado em saúde mental em contextos rurais e a precariedade de políticas de saúde mental voltadas para as necessidades desses contextos. São trazidos alguns fatores que estão articulados na análise sobre a saúde mental nesse campo como, por exemplo, as características dos territórios e ambientes, relações interpessoais, isolamento físico e social, condições socioeconômicas, padrões culturais, histórias de vida, exploração de trabalho; fatores sociais, de raça, de gênero, econômicos, tecnológicos, organizacionais; bem como os fatores de risco de ordem física, biológica, química, mecânica e ergonômica.

É levantada a questão de que a produção do cuidado nesse campo geralmente é feita de forma verticalizada e descontextualizada que transpõe a lógica de cuidado que é oferecida para os contextos urbanos. Soma-se a isso, a precariedade na oferta de profissionais e de

serviços de saúde e assistência social, que repercute no aumento da vulnerabilidade e, por conseguinte, produz uma forte influência na saúde mental. Desse modo, discute-se a importância de ampliar o preparo teórico-metodológico para oferecer um cuidado em saúde mental em uma perspectiva psicossocial, territorializada e contextual, contribuindo para a melhoria das condições de vida.

Os conceitos e teorias centrais apresentados nos artigos foram: violência (intrafamiliar, estrutural, física por parceiro íntimo), determinação social da saúde, gênero, desigualdade social, pobreza, comunidades indígenas, povos indígenas, saúde mental indígena, saúde mental coletiva, epidemiologia sociocultural, identidade étnica, antropologia da saúde, interculturalidade, psicologia comunitária e territorialização do cuidado. Observou-se a análise acerca das implicações psicossociológicas da pobreza no povo latino-americano e da descolonização, indicando um olhar específico voltado para as especificidades da região.

Essa análise evidencia o quanto é necessário que as temáticas relativas às ruralidades latino-americanas incorporem diálogos com outras áreas, como é o caso da saúde mental que, como visto acima, convoca campos como o da Antropologia, Sociologia, Epidemiologia e Saúde Coletiva como interlocutores importantes. Esse entendimento é coerente com a visão da nova ruralidade sobre a noção de rural, como visto anteriormente, que comporta essa compreensão interdisciplinar do mundo rural, levando em conta as contribuições da sociologia rural, economia agrícola, antropologia, história, geografia, biologia e ciências ambientais (Pérez Correa, 2005a).

Todos os artigos apresentam textos sobre contextos rurais em suas listas de referência. A maioria desses trabalhos é empírica, porém identificaram-se estudos teóricos, diretrizes de intervenção e estudo de caso. Os temas que mais se sobressaíram relacionados à saúde mental nos contextos rurais foram: pobreza no campo, saúde no campo, gênero e cuidado em saúde mental, sendo a maioria dos trabalhos realizados em assentamentos rurais. Outros assuntos

verificados foram: apoio social, desenvolvimento rural, reabilitação psicossocial, violência contra mulheres rurais, dentre outros.

Todos os trabalhos, seguindo a mesma linha dos artigos das categorias anteriores, trazem aspectos importantes que demarcam singularidades presentes nos contextos rurais e na saúde mental nessas realidades. Assim, também se pontuou a escassez de estudos em populações rurais e a vulnerabilidade dos assentamentos e assentados/as rurais os/as quais necessitam de cuidados que possam garantir a efetivação de direitos e cidadania (Dimenstein et al., 2017; Neto & Dimenstein, 2017).

A categoria “*Atuação do/a Psicólogo/a*”, foi identificada em 02 artigos que possuem objetos de estudos similares. Reis e Cabreira (2013) identificaram as práticas destinadas aos moradores da zona rural que são desenvolvidas pelos psicólogos que atuam nos CRAS assim como buscaram compreender as dificuldades encontradas na execução dessas ações. Silva e Macedo (2017a) identificaram as formas de aproximação, inserção e atuação de psicólogos/as em contextos rurais.

As palavras-chave desses artigos que sustentam suas discussões são: políticas sociais, especificidades, modos de vida, desenvolvimento territorial e, problemáticas na atuação de psicólogos/as nas políticas sociais e nos contextos rurais. As questões levantadas focam na desconsideração das particularidades dos contextos rurais e na escassez da discussão teórica sobre a categoria rural na formação profissional em Psicologia. Nesse sentido, criticou-se o fato de as ações serem as mesmas desenvolvidas na cidade e expuseram-se as dificuldades relacionadas com a pouca discussão e formação teórica no que diz respeito às políticas públicas e à própria Psicologia social, frequentemente voltada para grupos e comunidades urbanas.

As teorias e conceitos utilizados nesses artigos relacionam-se ao campo das políticas sociais e Psicologia Social, com referências ao trabalho do/a psicólogo/a nas políticas

públicas, no CRAS, na Atenção Básica, na Saúde Mental, na Assistência Social e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Um dado relevante é que esses trabalhos fizeram um maior uso de referências teóricas sobre rural. Nesse sentido, foram citados trabalhos sobre: estudos rurais, ruralidade, emergência de uma nova ruralidade, novas dimensões do rural, “rural” como categoria de pensamento e, novos conceitos de urbano e rural. Os dois artigos também realizaram a reflexão sobre a formação em Psicologia voltada para a atuação em contextos rurais e o artigo de Silva e Macedo (2017a) trouxe de maneira mais específica uma referência a respeito da contribuição da Psicologia social para a pesquisa nesses contextos.

Entre as análises e discussões mais importantes realizadas a respeito da singularidade dos contextos rurais, podemos citar: a crítica à centralização das pesquisas e atuações da Psicologia na área urbana; a ampliação da noção de rural; a inseparabilidade entre rural e urbano; as dificuldades encontradas para identificar as características, demandas e potenciais das populações rurais por viverem em um extenso território o que também dificulta o seu acesso à saúde e à educação; a crítica às ações desenvolvidas nos contextos rurais que são as mesmas desenvolvidas na cidade e desconsideram as suas particularidades, e a interpelação para que sejam realizadas mais pesquisas nesses contextos e populações no sentido de compreender as suas necessidades e particularidades.

A “*Seca*” foi outra categoria que apresentou relevância, sendo identificada em 02 artigos que possuem objetos de estudos bem próximos. Camurça et al. (2016) discutiram as implicações psicossociais da seca na vida de moradores de uma comunidade rural do nordeste do Brasil. Por sua vez, Favero e Sarriera (2014) analisaram o grau de associação entre diferentes níveis de impacto da seca e a percepção de bem-estar psicológico em agricultores familiares do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A pobreza, desigualdade social, bem-estar psicológico, implicações psicossociais, impactos psicossociais, desastres e resiliência psicológica, são as palavras centrais dessas pesquisas. As suas principais questões direcionam-se para pensar a realidade das pesquisas nos contextos rurais e para os impactos psicossociais da seca na vida das comunidades rurais. Nesse sentido, consideram que é necessário desnaturalizar o fenômeno da seca, ter uma preocupação política e social com as suas consequências e superar os desafios relacionados à escassez e às dificuldades de viabilizar pesquisas nesses contextos que contempla uma população tão diversa.

A respeito das teorias e conceitos utilizados destacam-se: resiliência (social, ecológica, comunitária), saúde mental, autoeficácia, desastres, mudanças climáticas, impactos psicossociais, estresse, cultura, comunidade, bem-estar psicológico, apoio social, felicidade, seca, pobreza, pobreza rural, Psicologia comunitária, fatalismo, Psicologia da Libertação, Materialismo histórico dialético e Abordagem das Capacitações de Amartya Sen. Por meio da análise das referências bibliográficas desses trabalhos identificou-se a presença de estudos teóricos, empíricos e estudos de caso. Nesse sentido, as referências abordam as implicações psicossociais da seca e dos desastres, a pobreza no campo, o desenvolvimento rural e as condições de vida, gênero e saúde mental.

Por fim, os dois últimos artigos produzidos por psicólogos/as sobre contextos rurais a partir da Psicologia Social e comunitária versam, respectivamente, sobre o desenvolvimento rural e as concepções de rural. Albuquerque, Vasconcelos e Coelho (2004) investigaram as crenças e expectativas de assentados, bem como de técnicos do INCRA da Paraíba, sobre as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, em especial para os projetos de assentamento. Silva e Macedo (2019a) discutiram as concepções a respeito de rural, de psicólogos/as que atuam nas políticas sociais.

Ressalta-se que os dois artigos apresentam referências sobre contextos rurais, constituídas em maior número de estudos teóricos. Assim, ao abordar o desenvolvimento rural foram utilizados textos sobre reforma agrária, assentamentos rurais, agricultura familiar, benefícios rurais, dentre outros. Ao discutir as concepções de rural recorreu-se a diversos estudos de diferentes áreas sobre o conceito de rural percebido como categoria de pensamento e categoria analítica, construção sociológica do espaço rural, ruralidades, construção da ruralidade, estudos rurais, formação para atuar em contextos rurais, dentre outros. Deu-se especial atenção para a ampliação dos sentidos de rural, não mais reduzido ao agrícola e com críticas às representações conservadoras e homogeneizantes. Ademais, sobressaiu-se utilização de trabalhos que relacionam a Psicologia Social às formas de vida rural e a investigação em contextos rurais.

As discussões e referências utilizadas abordam a escassez de estudos de Psicologia sobre os contextos rurais e os fatores que podem estar contribuindo para isso, como as dificuldades de acesso e infraestrutura e o fato de a população ter pouca escolaridade e estar dispersa em uma ampla área geográfica. Porém, como bem defendido, todos esses fatores não justificam a falta de atenção científica para essas populações, constituindo-se como um desafio contemplá-las em sua diversidade e complexidade na produção de pesquisas.

As principais teorias e conceitos utilizados relacionaram-se a Psicologia social, crenças, atitudes, valores, políticas públicas, política de assistência social, política social, saúde pública, pobreza, território, multiterritorialidade, interiorização da psicologia, seguridade social, intersectorialidade, formação do psicólogo e questão social.

Para iniciar a finalização da análise a respeito das contribuições teóricas da Psicologia Social e Comunitária, procurou-se fazer uma síntese do embasamento teórico e dos assuntos mais utilizados para discutir os seus respectivos objetos de estudo. De tal forma, foi possível verificar, agrupar e organizar essas informações como também analisar os temas menos

citados, no sentido de obter uma visão geral do que vem sendo produzido e dos caminhos que vem sendo trilhados.

Assim, como se vê na Tabela 15, as teorias, palavras e conceitos que tiveram maior destaque na lista de referências bibliográficas dos artigos, foram:

Tabela 15

Principais teorias e conceitos

Teorias e conceitos
Psicologia Social: Psicologia Social, contemporânea, moderna, dos estereótipos.
Políticas: públicas, de saúde, de assistência social, de educação.
Pobreza
Cultura: comunitária, de paz, inter/intra/multiculturalidade.
Gênero: diferenças e igualdade de gênero, consciência de gênero, papéis de gênero.
Representações Sociais
Grupos: grupos, trabalhos com grupos, grupos humanos, processo grupal, dinâmica de grupo,
Violência: estrutural, feminina, intrafamiliar, conjugal física contra a mulher.
Processos psicossociais: aspectos, impactos, noções e conteúdos psicossociais.
Bem-estar subjetivo

De maneira relevante, mas menos citadas que as anteriores estão a desigualdade social, família, subjetividade, direitos, empoderamento, rede de apoio social e território. Logo após vem o temas das crenças, desenvolvimento sustentável, felicidade, personalidade, qualidade de vida, desenvolvimento humano, exclusão social e, indígenas. E entre as menos citadas: descolonização, etnia, minorias sociais e étnicas, questão social, saberes locais e populares e, sustentabilidade.

Nesse sentido, apesar de menos citados, o uso desses conceitos e teorias demonstra que já existe uma abertura da Psicologia latino-americana para pensar diferentes culturas latino-americanas. Não se pode esquecer a existência de importantes produções existentes nos últimos anos que não estão incluídas nesta pesquisa, como os trabalhos de Barreto, Dimenstein e Leite (2020), Dimenstein et al. (2020), Ferraz e Domingues (2016), Lima, Faro

e Santos (2016), Santamarina, Araújo e Sacramento (2019), dentre outros, sendo possível identificar importantes discussões, análises e uma leitura ampla dos diferentes fatores e questões envolvidas na produção de suas vidas, realidades e necessidades.

Por fim, entre os/as autores/as mais citados/as estão presentes respectivamente: Henri Tajfel, Serge Moscovici, John Charles Turner, David Myers, Muzafer Sherif, Maritza Montero, Denise Jodelet, Francisco José Batista de Albuquerque, J.C. Abric, Mary Jane Spink, Bader Sawaia, Silvia Lane e Rosa Cabecinhas. Observa-se a maior presença de psicólogos estrangeiros que estudam áreas clássicas da Psicologia que é a Teoria da Identidade Social e a Teoria das Representações Sociais. Em seguida, aparecem as mulheres latino-americanas dedicadas ao estudo da Psicologia Social, especialmente brasileiras.

Aqui podemos sintetizar três blocos teóricos predominantes na produção em Psicologia Social e Comunitária sobre os contextos rurais na América Latina (Ver figura 4):

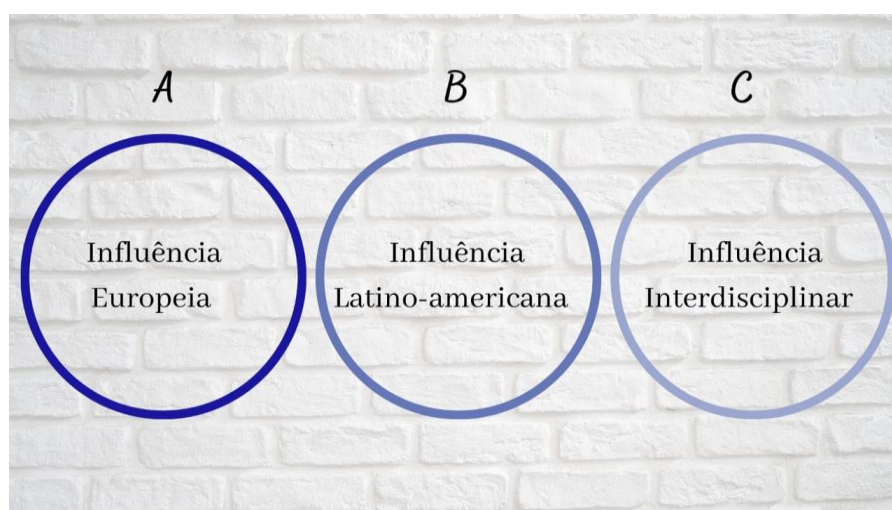


Figura 4: Blocos teóricos predominantes na produção em Psicologia Social e Comunitária

Sobre o primeiro bloco, destaca-se a influência da Psicologia Social Europeia, como se pode observar por meio da presença de autores como Serge Moscovici e Henri Tajfel. Em relação a Moscovici, é válido lembrar que a partir de 1970 teve um papel central na renovação

da Psicologia Social Europeia, tendo realizado três marcantes contribuições: a teoria das representações sociais, a teoria das minorias ativas e a teoria do consenso social. A primeira refere-se à criação de um paradigma teórico que permite “não só identificar o conteúdo do pensamento cotidiano dos leigos sobre objetos importantes para suas vidas, mas também compreender os processos de construção deste tipo de saber e seu papel sobre as atividades e situações que os envolvem” (Camargo, 2015, p. 241). A segunda refere-se a uma teoria psicossocial que inverteu o problema da influência da maioria sobre a minoria, trazendo elementos mais societários à Psicologia Social Experimental. Por fim, a teoria do consenso social trouxe uma compreensão das repercussões da polarização dos grupos nas decisões coletivas, permitindo o estudo de vários fenômenos sociais, a exemplo do racismo. Dessa forma, observa-se a criação de uma perspectiva crítica para a Psicologia Social, dando abertura para um olhar psicossocial e uma crítica aos reducionismos psicológico e sociológico (Camargo, 2015).

Representando a Psicologia Social Europeia juntamente com Moscovici, Henri Talfel também realizou a crítica sobre a ausência do social na Psicologia Norte-Americana (Del Prette, 1995). A Teoria da identidade social desenvolvida por ele em 1950 a partir de pesquisas com percepção visual, conceitua a identidade psicossocial como a percepção de pertença a determinado grupo e de não pertença a outro. “É, de fato, uma tendência da cognição, juntar em categorias ou grupos, objetos, eventos e pessoas de acordo com suas semelhanças físicas, psíquicas, comportamentais ou outras” (Paiva, 2007, p. 79). Apesar das críticas, essa perspectiva permanece relevante no estudo dos processos grupais, tendo feito contribuições importantes para a compreensão do comportamento social e dos fenômenos relacionado às relações intergrupais (Fernandes & Pereira, 2018).

Outra contribuição da Psicologia Social Europeia que teve destaque foi o embasamento teórico sobre grupos, como se pode identificar em considerável parte das

referências bibliográficas dos artigos analisados, destacando-se os trabalhos de Tajfel e Muzafer Sherif, sobre o funcionamento dos grupos e as relações grupais. Como demonstram os resultados, esse aporte teórico contribuiu para um maior entendimento do funcionamento grupal e até mesmo para identificar especificidades entre grupos dos contextos rurais e urbanos.

De tal modo, pode-se apontar a influência da Psicologia Social Europeia na produção científica da Psicologia latino-americana sobre os contextos rurais. De fato, não se pode anular suas contribuições, quando contextualizadas, para o estudo da realidade latino-americana. Foi o que observamos nesses trabalhos, pois o uso dessas teorias não impediu o olhar dos/as autores/as sobre as especificidades dos contextos rurais latino-americanos.

Por outro lado, ressalta-se a importância de constantemente realizar críticas bem fundamentadas a respeito dessa influência europeia, com um olhar atento para as intencionalidades das palavras e posicionamentos. Como já colocado anteriormente, não dá para desconsiderar que o mundo racional, afirmativo e excludente europeu, compôs o pensamento e o ser americano (Góis et al., 2016) de maneira que a Psicologia latino-americana teve sua origem marcada pela imposição de um modelo europeu de ser humano (Alves & Delmondez, 2015). Logo, precisa estar atenta a essa racionalidade europeia, pois ela continua impondo um projeto colonial que pode ser encontrado, como antes referido por Menezes et al. (2019), no próprio processo de produção de conhecimento realizado nos cursos de Psicologia, que geralmente envolve a discussão de teóricos tidos como clássicos e autoridades em certas temáticas.

No bloco B, encontra-se a influência latino-americana, com referenciais teóricos da Psicologia Social Comunitária, Psicologia da libertação, Psicologia crítica e Psicologia sócio-histórica. De forma específica, entendendo que a PSC é um campo desenvolvido a partir do próprio contexto e das particularidades da região latino-americana na busca por promover

dignidade, justiça e mudanças na vida real das pessoas (Quintal, 2016), um dado que nos chamou atenção foi a pouca quantidade de artigos incluídos nesse campo, como visto anteriormente.

Para Ronzani, Mendes, Pável e Leite (2019), que encontraram resultado semelhante em pesquisa sobre o mesmo tema, esse dado demonstra que “ainda há um processo de consolidação e definição como campo de ação específica, essencialmente na América Latina” (p. 64). Por isso defendemos a importância de manter atualizada a crítica que foi realizada à Psicologia Social psychologizante e a-histórica, de maneira a contribuir para uma aproximação com os contextos rurais e permitir o próprio desenvolvimento da PSC, que atua em uma diversidade de outros contextos.

Por fim, no bloco C encontram-se as teorias de outras disciplinas. Aqui, estão os trabalhos que possuem referenciais teóricos da saúde mental, estudos socioantropológicos, ambientais e econômicos. Assim, destacou-se a ausência de políticas de saúde mental no cotidiano das pessoas que vivem no campo, o que contribui para o seu isolamento e exclusão social. Por sua vez, os estudos socioantropológicos associam o vocábulo rural ao ser humano e a seu meio de uma maneira mais ampla do que apenas produtivista. No caso dos estudos ambientais encontram-se discussões sobre a perspectiva ecológica, comportamento pró-ambiental, sustentabilidade e mudanças climáticas que podem promover uma ampliação das possibilidades de leitura e relações com as pessoas que vivem em contextos rurais. Por fim, destacam-se as contribuições do economista indiano Amartya Sen, cujas pesquisas versam principalmente sobre a miséria, fome, pobreza e bem-estar social, aprofundando o estudo das economias dos países em desenvolvimento. De tal modo, ampliou a noção de desenvolvimento, agora atrelado à liberdade para todos os indivíduos, rompendo com o significado de crescimento apenas econômico (Troian, Klein & Silva, 2013).

A conexão de todos esses dados demonstra que a produção de conhecimento da Psicologia Social e Comunitária sobre os contextos rurais na América Latina ainda se dá principalmente por meio de autores e teorias estrangeiras, apesar de haver uma produção importante de autoras latino-americanas. Como se trata de um campo novo para a área, já se esperava que a Psicologia lançasse mão de ferramentas já conhecidas que a ajudassem nessa inserção. De fato, diante do desconforto de se deparar com algo pelo qual se manteve afastada por tanto tempo, nada mais confortável do que utilizar lentes familiares. Apesar de válido, o cuidado é para que isso não se constitua como um meio de colonização e falsa segurança que limite a construção de conhecimento e adaptação a partir da riqueza que já existe na produção psicológica da própria região.

Outro ponto que chamou muito a atenção foi a reflexão sobre os contextos rurais, apontando lacunas e produzindo questões importantes para pensar as singularidades desse campo, como a necessidade de considerar as diferenças entre contextos rurais e urbanos, as particularidades latino-americanas, as dinamicidades do cotidiano, as diferenças existentes no contexto comunitário, as relações grupais, a importância da rede de apoio social, as questões de gênero, as lacunas no cuidado em saúde mental, as dificuldades em atuar nas políticas sociais, a ausência de discussão teórica sobre a categoria rural na graduação e as diferenças no modo de fazer pesquisa e atuar nesses contextos.

São, portanto, inegáveis as contribuições da Psicologia Social e Comunitária para aproximar a Psicologia desse campo. Contudo, se reconhece o quanto ainda é necessário avançar na produção de conhecimento mais próximo dos diferentes atores e povos que vivenciam as mais diversas formas de relação rural/urbano nos mais distintos contextos rurais latino-americanos. De acordo com Calegare e Tamboril (2017), trata-se de produzir conhecimento científico a partir da realidade local e voltado para resolução efetiva de seus problemas.

É preciso ficar claro que não se trata de isolar a questão latino-americana do restante dos acontecimentos e problemáticas mundiais, mas de considerar suas características e as particularidades de suas diferentes regiões e ruralidades e integrar-se a elas. Nessa direção, Nepomuceno et al. (2008), colocam “o compromisso da Psicologia Comunitária com a construção de uma América Latina original, autônoma, bela, diversa e democrática” (p. 463).

Assim, afirmam que:

Colocarmos o compromisso com a questão latino-americana, de forma alguma pode ser motivo de fragmentação e separatismos xenofóbicos, mas sim, motivo para olharmos para esta como questão internacional e universal, com suas peculiaridades e generalidades próprias aos dilemas humanos, aos dilemas da vida (p. 463).

De fato, não se pode negar que a PSC tem uma viabilidade e aplicabilidade não apenas regional, mas universal, que podem ser evidenciadas por meio dos referenciais teóricos que a sustentam e do diálogo estabelecido com centros de produção de conhecimento localizados em diferentes continentes (Campos & Guareschi, 2014). A preocupação que se deve ter, nesse sentido, é produzir conhecimento contextualizado sem perder de vista os limites e as relações entre local, regional e global e, entre universal e singular.

A partir dos resultados, aponta-se ainda a necessidade de uma atualização da crítica da Psicologia Social realizada por volta de 1970 quando se revigorou e elaborou novas propostas para si e para a própria Psicologia, com a inserção de novos temas que faziam parte do cotidiano e da realidade das maiorias populares (Gonçalves & Portugal, 2016). Entende-se que esses questionamentos e problematizações continuam necessários e precisam ser atualizados, pois como apontado anteriormente: “as próprias discussões da Psicologia social delimitam-se frequentemente a grupos e a comunidades urbanos” (Reis & Cabreira, 2013, p. 63). Como colocado por Landini (2014a), a Psicologia Comunitária pouco refletiu sobre as especificidades dos processos psicossociais em contextos rurais.

Isso pode ser verificado no pouco destaque ao estudo das realidades das unidades de conservação, distintos povos indígenas, quilombolas, povos da floresta/mares/rios, pessoas ricas da cidade que passaram a morar ou trabalhar no campo e dos demais atores que vivenciam as relações rural/urbano em diferentes contextos rurais. As discussões ainda estão muito restritas aos fenômenos grupais de determinados atores, como os pequenos produtores, assentados e extensionistas. Como exposto no capítulo dois por Diegues (2000) e Godoi et al. (2009) são diversas as formas de existência incluídas nas categorias indígena, não indígena e camponesa, as quais precisam ser compreendidas em toda sua singularidade.

Nesse sentido, é preciso atualizar a crítica da Psicologia Social de acordo com o momento histórico atual, marcado pela nova ruralidade e pelas consequências da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) que de acordo com Floss et al. (2020) intensifica desafios e vulnerabilidades que já existiam nesses contextos. Certamente isso traz desafios para a relação local/global e para os conceitos de relação pessoal, grupo, território e comunidade, que recaem diretamente na compreensão e dinâmica dos contextos rurais.

Um caminho possível para essa atualização seria investir nas reformas curriculares, com uma formação em Psicologia Social e Comunitária voltada para os contextos rurais, não esquecendo que os referenciais em si não garantem a efetividade dos resultados, sendo imperativo avançar no compromisso ético-político (Gonçalves & Portugal, 2016).

Contudo, de acordo com Gonçalves e Portugal (2016) “a ideia não é formar profissionais especializados em intervenções comunitárias, mas sim ampliar o olhar dos psicólogos de maneira geral” (p. 567). Dessa maneira, a formação em Psicologia deve incluir discussões sobre os problemas sociais, políticos e econômicos para que todos/as os/as psicólogos/as tenham acesso a esse debate e pensem sobre as consequências de suas práticas e não apenas os especialistas em Psicologia Comunitária ou os que estão inseridos no campo das políticas públicas (Gonçalves & Portugal, 2016).

Nessa mesma linha, acreditamos que a Psicologia Social e Comunitária pode ajudar na aproximação da Psicologia com os contextos rurais, mas isso não significa desconsiderar as demais áreas da Psicologia. Não podemos cair no perigoso raciocínio de que apenas psicólogos/as sociais e comunitários/as “devem se implicar com questões políticas e sociais, só eles devem estar atentos às maiorias populares, só eles devem se deslocar até os espaços de exclusão, só eles devem pensar novas formas de fazer Psicologia” (Gonçalves & Portugal, 2016, p. 569), só eles podem refletir sobre a categoria rural, só eles podem atuar em contextos rurais.

Como afirmado por Landini (2014b) ao se referir à Psicologia em contextos rurais, não há necessidade de pensar este âmbito da Psicologia como uma subdisciplina, mas como um campo de problemas ou temas psicossociais que ajudem a considerar a sua articulação com as ruralidades. Por tudo isso, considera-se que não é apenas a Psicologia Social e Comunitária e a Psicologia Rural que está apta para pesquisar e atuar em contextos rurais, contudo essas áreas podem servir como meios de articular, ampliar e contextualizar as possibilidades nesse campo, que como afirmado, requer necessariamente um olhar interdisciplinar.

Nesse sentido, a seguir serão apresentados os resultados referentes às produções das demais áreas da Psicologia que, como explicado, não serão aprofundados devido aos objetivos deste escrito.

5.2.2 Psicologia do Desenvolvimento

Foram identificados 11 artigos na área de “Psicologia do Desenvolvimento”. Desses, 05 (45%) desenvolveram suas pesquisas sobre crenças e práticas de cuidado e estímulo de pais, mães ou cuidadores. Kobarg e Vieira (2008) investigaram a correlação entre as crenças e práticas de cuidado materno. Peña-Ramos et al. (2018) investigaram as características das

práticas e estilos parentais de mães com filhos de 1 a 6 anos de idade. Romero-Varela e Martínez-González (2019) analisam os satisfatores do desenvolvimento infantil presentes nas práticas de cuidado de pais e cuidadores. Ruela e Moura (2007) pesquisaram as ideias e práticas de um grupo de mães e o ambiente físico e social que as mesmas propiciam a seus filhos. Vera-Noriega et al. (2010) identificaram as características das práticas de estímulo e promoção do desenvolvimento.

Outros três artigos (27%) trabalharam diretamente com crianças e adolescentes. Alves e Siqueira (2013) investigaram a percepção de adolescentes dos contextos rural e urbano sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Flores-Mendoza e Nascimento (2007) analisaram a situação cognitiva de crianças da zona rural. Por sua vez, Tueros, Mendes e Arroyo (2019) analisaram o simbolismo social associado a atitude manipulativa em crianças. Outros dois artigos (18%) abordaram o tema da socialização a partir das mães. Borges e Salomão (2015) identificaram as concepções de mães sobre desenvolvimento infantil e as metas de socialização para seus filhos e Pérez e Ruiz-C (2013) analisaram as práticas e metas de socialização de mães. Por fim, um artigo estudou a relação entre os tipos e a diversidade de jogos entre pais e filhos com a estimulação realizada em casa e o desenvolvimento da criança.

Um primeiro resultado que chama atenção é a ausência da discussão sobre o termo rural em 09 artigos, ou seja, na maioria (82%). Apenas dois artigos trouxeram referências sobre o conceito de rural (Borges & Salomão, 2015; Kobarg & Vieira, 2008). O primeiro trás autores que discutem as diferenças que se sobressaem entre os contextos rural e urbano e, o trabalho “A aproximação semântica entre os conceitos de urbano, rural e cooperativa”, sendo este também citado pelo segundo artigo.

De tal forma, observou-se que apesar da maioria (73%) dos artigos citarem estudos que foram realizados em contextos rurais, foram escassas as referências e análises específicas que contemplem a categoria rural. Com isso, as referências bibliográficas concentraram-se

nos seguintes eixos, por grau de maior citação: a) Cultura: contextos culturais, influências da cultura, Psicologia cultural, Psicologia transcultural, pesquisas transculturais; b) Desenvolvimento: Psicologia do Desenvolvimento, desenvolvimento infantil, Ecologia do desenvolvimento humano, Teoria ecológica de Bronfenbrenner, Modelo de Nichos de Desenvolvimento; c) Família, parentalidade, e crenças parentais; d) Educação e teorias da aprendizagem; e) Pobreza; f) Violência, maus-tratos e abusos contra crianças e adolescentes; g) Saúde e saúde mental; h) Brincadeiras; entre outros temas como: concepções de infância, estresse, Estatuto da Criança e do Adolescente, inteligência, juventude, religiosidade, socialização, inteligência e trabalho infantil.

Por outro lado, todos os artigos descreveram especificidades nos contextos rurais ou citaram que existem especificidades apesar de não as descreverem. Sobre os artigos que versam sobre crenças e práticas de cuidado e estímulo de pais, mães ou cuidadores, Kobarg e Vieira (2008) abordaram que as crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil são diferentes nos contextos urbano e rural. Vera-Noriega et al. (2010) utilizaram referências que abordam particularidades do contexto indígena e observaram a necessidade de ajustar o programa educacional de acordo sua realidade. Ruela e Moura (2007) chamou a atenção para o fato de que maioria dos estudos em psicologia do desenvolvimento é realizada em contextos urbanos e isso desconsidera a complexidade e variedade de sujeitos que vivem em outros contextos, como o rural. Peña-Ramos et al. (2018), por meio de uma análise da cultura, citaram praticas de castigo que diferem nos dois contextos, ressaltando que nas famílias indígenas estudadas, a dificuldade da interação por meio da brincadeira entre pais e filhos é devido às suas condições de vida, ao contexto sociocultural e às horas de trabalho ou tipo de trabalho. Romero-Varela e Martínez-González (2019) destacam que o desenvolvimento é um processo heterogêneo que não pode ser generalizado e adquire nuances a partir das

especificidades do local e dos saberes, levando a necessidade de intervenções coerentes com a cultura e a realidades das comunidades.

Sobre os artigos que trabalharam diretamente com crianças e adolescentes, Alves e Siqueira (2013) sugeriram que os resultados do seu estudo podem ajudar a entender melhor como os adolescentes compreendem o reconhecimento dos seus direitos e deveres e ressaltaram a importância de considerar as singularidades dos contextos urbano e rural, apesar de não descrevem as mesmas. Flores-Mendoza e Nascimento (2007) abordaram que pelo fato de a condição social acompanhar a situação cognitiva, é necessário que se avalie e compare a distância cognitiva que separa os que vivem em contextos rurais, em especial os de idade escolar. Tueros et al. (2019) identificaram que a respeito das dificuldades de sensibilização sobre o conteúdo material da publicidade, é significativamente maior nas zonas urbanas do que nas rurais, confirmando que o simbolismo social é marcado por características histórico-culturais e modelos de interpretação, sendo configurado por determinantes sociais.

Os trabalhos que abordaram a socialização a partir das mães discutem que a maneira como os pais socializam os filhos está de acordo com os valores e as normas culturais do contexto onde vivem. Sobre isso, encontraram na literatura que as famílias de contextos rurais que possuem economia baseada na agricultura de subsistência priorizam a relação na educação dos filhos, em termos de responsabilidade social e a autonomia comportamental (Borges & Salomão, 2015). Por sua vez, Pérez e Ruiz-C (2013) abordaram a importância das diferenças culturais considerando múltiplas variáveis como a localização geográfica da moradia, modo de vida, tradições, crenças religiosas, status socioeconômico, nível de formação acadêmica das mães, dentre outros. Sobre o modo de vida predominantemente rural, consideram que está baseado em economias de subsistência e que possuem forte apego a hierarquias e valores religiosos.

Por fim, a pesquisa de Noriega e Ortega (2006) especifica que o contexto sociocultural em comunidades rurais geralmente é muito restrito já que ao adquirir os valores e atitudes em relação à educação, são promovidos estilos próprios de comportamento em relação à criança, à família e à comunidade. Logo, para que haja um programa de estímulo voltado para crianças que vivem em contextos rurais com extrema pobreza, é preciso ter uma visão geral do comportamento de pais e mães e a importância que atribuem ao desenvolvimento.

5.2.3 Psicologia Escolar

Foram identificados 11 artigos na área de “Psicologia Escolar/ Educacional”. Esses trabalhos versam sobre assuntos variados que vão desde o desempenho de estudantes a perfis de escolas rurais e são compostos por diferentes sujeitos pesquisa. De tal forma, a abordagem sobre contextos rurais nesta área foi realizada a partir de investigações com estudantes (crianças e adolescentes), escola rural, professores/professoras, pais e habitantes de uma comunidade.

Em relação aos trabalhos que versam sobre estudantes, três discutiram a realidade de crianças, dois a de adolescentes e um tratou tanto da infância como da adolescência. Sobre as pesquisas com crianças, Castillo e Greco (2014) descreveram as características das habilidades cognitivas que compõem a inteligência emocional em relação a uma emoção positiva (alegria) em crianças de uma escola rural. Boudon, Raín, Moreno, Gutiérrez e Silva (2017) descreveram as características do jogo no *playground* de crianças *mapuche* pertencentes a uma escola rural. Bazán-Ramírez, Ferrari-Belmont, Delgado-Sánchez, Castro-Melo e Hernández-Rodríguez (2016) analisaram a autobiografia como aprendizagem esperada e comportamento linguístico em crianças mexicanas rurais.

Em relação às pesquisas em contextos rurais com adolescentes, Pizzinato et al. (2017) promoveram reflexões a respeito da educação e das perspectivas de futuro de jovens mulheres de origem rural que cursam o ensino médio e Rodríguez, Hernandez e Santos (2013) buscaram fortalecer habilidades cognitivas e habilidades sociais em adolescentes de escolas secundárias rurais. Roldan e Aristizabal (2018), por sua vez, analisaram como estudantes do ensino fundamental e médio, em escolas rurais e urbanas, reconstruíram a história da independência colombiana.

As pesquisas que versam sobre a escola rural foram duas. O estudo de Paucar et al. (2018) analisou a estrutura dialógica da sala de aula em diferentes contextos socioculturais. Já Vera-Bachmann e Salvo (2016) identificou os perfis de escolas rurais com alto desempenho acadêmico e os caracterizaram de acordo com os resultados obtidos no teste SIMCE 2011.

Dando continuidade, em relação à pesquisa que se debruçou sobre a realidade de professores/professoras, o estudo de Vera-Noriega, Álvarez e Quintana (2006) estudou o exercício da autoridade em professores que trabalham em escolas rurais. No caso do estudo que teve os pais como participantes Mujica, Villalobos e Cabrera (2009) estudaram as causas do bom desempenho de estudantes em uma escola rural na perspectiva de seus pais. Por fim, o trabalho de Pick, García e Leenen (2011) teve como objetivo modificar comportamentos alimentares e de saúde nos habitantes de comunidades marginalizadas.

Como é possível observar, rural aparece nos temas da Psicologia Escolar e educacional majoritariamente por meio da discussão sobre a infância, adolescência e escola rural. Destaca-se que rural é compreendido em todos os casos como o local onde foi realizada a pesquisa, como por exemplo, uma comunidade, uma escola ou um município do interior.

Relacionado a esse resultado, identificou-se que dos 11 artigos, 08 (73%) trouxeram em suas referências bibliográficas a temática rural. A lista de referências desses trabalhos é composta majoritariamente de pesquisas de campo nas mais diferentes realidades rurais de

acordo com o objeto de pesquisa estudado, que foram utilizadas para situar e discutir o problema investigado. Contudo, também foi possível verificar pesquisas específicas, especialmente teóricas, sobre conteúdos relacionados a rural, como desenvolvimento rural, adolescência no contexto rural, a percepção e o debate sobre rural na formação em Psicologia, escola rural e educação rural.

Além disso, a partir de uma análise geral das referências bibliográficas, foi possível verificar que os assuntos mais citados, aqueles que apareceram mais de uma vez, foram: educação, família, saúde, bem-estar psicológico, pobreza, aprendizagem, adolescência, estresse, evasão escolar, interculturalidade e gênero. Os demais assuntos foram: autobiografia, auto-estima, autorregulação emocional, bioética, brincadeira, clima familiar, clima social escolar, coesão social, competência social, comportamentos do professor, comportamentos violentos, contexto cultural, contexto educacional, cultura escolar, cultura local, deontologia, desenvolvimento sustentável, diálogo, direitos, diversidade cultural, educação cognitiva, emoções positivas, empatia, empoderamento de comunidades, empoderamento de mulheres, grupo, habilidades cognitivas, habilidades sociais, história da criança, história, histórias de vida, histórias infantis, identidade, inteligência emocional, linguagem, linguística psicológica, narrativas, personalidade, promoção da saúde, psicoterapia, resiliência, saúde mental, socialização cognitiva, subjetividade, teoria cognitiva, teoria da modificabilidade cognitiva estrutural, Teoria Fundamentada, teoria social cognitiva, teoria sociocultural, trabalho e violência escolar.

Ainda sobre esse resultado, um aspecto que chamou atenção foi a presença de várias interfaces da Psicologia nas listas de referências: Psicologia da adolescência, Psicologia das relações interpessoais, Psicologia diferencial, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia do jogo, Psicologia educacional, Psicología Geral, Psicologia hedônica, Psicologia histórico-cultural, Psicologia Intercomportamental, Psicologia positiva e Psicologia social.

Pode-se observar ainda que 09 artigos (82%) apresentaram referências e análises que ressaltam especificidades dos contextos rurais. Nesse sentido, Pizzinato et al. (2017) enfatizaram, partindo de alguns autores, a importância de que a Psicologia se aproxime e se aproprie da ruralidade e que isso se constitua como uma ferramenta a favor da desmistificação das questões relativas a esse tema. Para isso deve-se considerar uma análise multifatorial que contemple não somente referenciais econômicos ou de escolaridade formal, mas elementos psicossociais.

Outro ponto levantado foi a existência de poucos estudos sobre processos psicoafetivos em áreas rurais (Castillo & Greco, 2014), sobre a educação rural (Vera-Bachmann & Salvo, 2016) e a respeito do brincar em crianças indígenas (Boudon et al., 2017). Essa lacuna expõe a necessidade de avançar no conhecimento das singularidades vivenciadas nas diferentes culturas, povos e populações que vivem em contextos rurais, pois como assinalado por Castillo e Greco (2014), Boudon et al. (2017) e Pizzinato et al. (2017) é preciso responder às características e necessidades próprias de cada contexto rural e de suas infâncias e juventudes, o que implica diretamente nas análises sobre o contexto educacional.

Nesse sentido, outro conjunto de artigos abordou a importância do contexto rural em favorecer o desenvolvimento de diferentes habilidades. Rodríguez, Hernandez e Santos (2013) enfatizaram o desenvolvimento das habilidades sociais entendendo que a menor quantidade de pessoas no contexto rural facilita a convivência social. Relacionado a isso, Castillo e Greco (2014) considera que por meio das tarefas domésticas, que marcam o cotidiano das crianças, essas desenvolvem uma notável “capacidad de observación, conocimiento de la naturaleza y cambios climáticos, dominio de la motricidad, independencia, responsabilidad y actitud solidaria” (Castillo & Greco, 2014, p. 119).

Além disso, são apresentadas as particularidades no estilo de vida entre os que vivem em contextos rurais e urbanos e a influência disso na área educacional, como as diferenças de

ordem econômica, cultural e social (Rodríguez, Hernandez & Santos, 2013), sendo o contexto rural marcado por um modo de vida ligado à pobreza (Castillo & Greco, 2014). Ademais, Pizzinato et al. (2017) citam uma literatura que discute as transformações pelas quais a família do campo tem passado considerando a perda de autonomia dos/as agricultoras/es e a criação de outras formas de empregabilidade. Por outro lado, são citados os mecanismos de resistência cultural que os contextos rurais possuem, onde valorizam mais o conhecimento local e preservam suas tradições e valores (Rodríguez, Hernandez & Santos, 2013).

Outro ponto citado foi a distância geográfica entre os locais de moradia dos estudantes e as escolas e as implicações disso no processo de aprendizagem (Castillo & Greco, 2014; Pizzinato et al., 2017). Referindo-se aos jovens, Pizzinato et al. (2017) entendem que, “pensar a construção dessa etapa da vida em áreas rurais significa contemplar as especificidades impostas pelo meio, a exemplo da distância de serviços de saúde e instituições de ensino que os jovens do meio rural enfrentam como desafios diários” (p. 42). Essa distância também influencia no absentismo escolar que se somada à baixa escolaridade e ao provável analfabetismo dos pais gera a pobreza no vocabulário e o baixo desenvolvimento da alfabetização. Com isso, o baixo desenvolvimento das funções cognitivas complexas está relacionado às dificuldades de alfabetização dos pais e ao baixo acesso a fontes tecnológicas e de comunicação que acaba não favorecendo um ambiente de estimulação adequado (Castillo & Greco, 2014).

Outra característica vivenciada pelos estudantes de contextos rurais é a vivência concomitante do estudo com as tarefas domésticas e o trabalho para auxiliar na produtividade da família (Castillo & Greco, 2014; Pizzinato et al., 2017). Castillo e Greco (2014), como já citado anteriormente, demonstraram como essas atividades promovem o desenvolvimento de algumas capacidades. Por outro lado, Pizzinato et al. (2017) coloca o fato dessas crianças e

adolescentes estarem dedicando menos tempo para estudar e conviver com grupo de iguais e deixando para ir à escola apenas nos momentos de folga.

Ainda em relação à análise sobre a educação nos contextos rurais, um conjunto de trabalhos discutiu outras especificidades que precisam ser contempladas, entre elas, a particularidade da escola rural. Em comparação com a sala de aula urbana, considera-se que na sala de aula rural existe maior possibilidade de adequação do ensino ao processo dos/as alunos/as, o que demonstra a existência de uma estrutura dialógica diferente nos dois contextos socioculturais (Paucar et al., 2018). Relacionado a isso, identificou-se que a escola rural caracteriza-se por partir das necessidades do/a aluno/a em seu contexto de maneira que o/a professora/professor deve respeitar o seu ritmo e os seus interesses (Roldan & Aristizabal, 2018).

Nesse sentido, ao discutir o fechamento da escola rural, Vera-Bachmann e Salvo (2016) pontuam que isso pode significar a perda de um espaço de interação tão importante no mundo camponês. Além disso, demonstra a importância da relação escola-comunidade nos contextos rurais, de maneira que tanto a comunidade rural contribui para a educação como a escola contribuir no fortalecimento e desenvolvimento da comunidade. De maneira ainda mais específica, demonstram evidências de que as escolas são mais eficazes quando os pais e a comunidade participam de forma conjunta do processo educacional. Para Mujica et al. (2009), o compromisso dos pais com a educação de seus filhos nesse contexto, supera as limitações socioeconômicas.

5.2.4 Avaliação Psicológica/ psicodiagnóstico

Foram identificados 06 artigos na área de avaliação psicológica/ psicodiagnóstico. Desses, a metade objetivou comparar e identificar diferenças entre sujeitos do contexto rural e

urbano. O trabalho de Veloso et al. (2016) comparou resultados de teste de inteligência de jovens de áreas rurais com a norma nacional. Já o estudo de Fuica et al. (2014) comparou o desempenho de jovens dos contextos rural e urbano em relação à Escala de Inteligência Wechsler para Adultos (WAIS). Por sua vez, Barreto, Pulido, Torres e Estupiñán (2018) identificaram diferenças entre os escolares dos dois contextos a respeito da Avaliação Neuropsicológica das Funções Executivas (ENFEN) por meio de uma análise de comparação.

A outra metade dos artigos buscou construir, validar ou comentar a experiência de avaliação psicológica. Bachmann e Clavero (2012) construíram e validaram de forma preliminar uma escala projetada para professoras/professores rurais, que tem por objetivo medir as crenças que elas/eles possuem a respeito do processo educacional. Jara (2017) buscou estabelecer respostas populares fornecidas ao psicodiagnóstico de Rorschach. Casari e Cabrini (2013) comentaram a experiência da avaliação psicológica realizada com crianças de uma pequena comunidade rural.

Outro dado que chama atenção é que a maioria dos artigos (04) não apresenta nenhuma teoria sobre rural para discutir os seus resultados. Contudo, não se pode deixar de explicar os estudos de Fuica et al. (2014) e Casari e Cabrini (2013), que trouxeram algumas discussões importantes nesse sentido. O primeiro apresentou reflexões sobre uma nova visão do rural, não limitado à definição do que é ou não urbano. O segundo, apesar de trazer uma visão físico-geográfica da categoria, reflete a respeito da diversidade de realidades, de processos e da complexidade das relações estabelecidas nesses contextos.

A respeito das demais referências teóricas encontradas nos referidos artigos, estão relacionadas aos seus temas de pesquisa, como teorias sobre inteligência, crenças, atenção, aprendizagem, Funções Executivas (FE) e abordagens que se referem às diferenças culturais. Em relação a esse último ponto, os estudos trazem elementos teóricos para pensar as diferenças culturais, destacando-se as contribuições de Veloso et al. (2016), Jara (2017) e

Fuica et al. (2014). O primeiro, por exemplo, trouxe o conceito de “distância cultural” (p. 417), que trás elementos da Psicologia ambiental e social, e afirma que toda subcultura opera de maneira singular em relação à cultura majoritária; e elementos da Psicologia transcultural, que estuda a relação entre cultura e variáveis psicológicas. O segundo artigo, discute a variação das respostas populares do Rorschach de acordo com cada cultura, o seu contexto e a mentalidade da população, além de trazer autores/as que refletem sobre os padrões, crenças, objetivos, atitudes e contextos distintos em cada realidade. O último artigo refere-se a pesquisas que demonstram o quanto o contexto cultural gera diferenças significativas nos resultados de testes padronizados de avaliação cognitiva.

Nesse sentido, o que chama atenção nesse conjunto de artigos escritos por psicólogos/as latino-americanos/as a respeito da avaliação psicológica/ psicodiagnóstico no contexto das ruralidades, é a sua abertura para pensar as especificidades relacionadas aos contextos rurais. Eles fazem um importante diálogo que ajuda a reconhecer e problematizar as singularidades presentes nos processos de avaliação psicológica nesses contextos.

Nesse sentido, Veloso et al. (2016) destacam características particulares de jovens que vivem em contextos rurais em comparação à população predominantemente urbana, em termos socioculturais, ambientais e educacionais. Sobre isso, demonstram que suas possibilidades educacionais podem ser menores de acordo com diferentes fatores ambientais e ecoculturais, como a condição de ruralidade e a distância e localização geográfica. Sobre esse último ponto, leva-se em consideração que grande parte desses jovens vive em fazendas isoladas, com difícil acesso à educação pré-escolar.

Bachmann e Clavero (2012) identificaram que os/as professores/professoras creem que existem fatores nos contextos rurais que afetam o ensino e a aprendizagem das crianças, mas que não são determinantes da conquista de seus objetivos do processo educacional. Além disso, existe um papel importante da influência da crença do professor sobre o desempenho de

seus alunos tendo em vista que nesses contextos há altos níveis de vulnerabilidade e aquelas/aqueles que possuem baixa qualificação podem de sentir excluídos/as por pensar que o sucesso na escola é um privilégio de alguns.

Ao buscar estabelecer as respostas populares fornecidas ao psicodiagnóstico de Rorschach, Jara (2017) chegou à conclusão de que essas respostas permitem saber como as crianças processam e incorporam as informações de seu ambiente e, além disso, a maneira diferente de fazê-las a partir do gênero, contexto cultural, momento evolutivo e outras variáveis que as acompanham nesse processo. Por isso é preciso ajustar-se ao seu contexto.

Fuica et al. (2014), por sua vez, observaram que viver no que chamam de uma área rural tem um impacto negativo relacionado às habilidades cognitivas dos/as jovens, com diferenças importantes em seu desempenho intelectual em comparação com jovens da mesma condição socioeconômica que moram em contextos urbanos. Nesse sentido, incentivam o desenvolvimento de abordagens específicas que possam proporcionar melhorias contextualizadas em cada cultura rural, a nível educacional e socioeconômico, no sentido de reduzir o impacto produzido pela diferença entre a população rural e urbana.

Casari e Carbinì (2013) chamam atenção de maneira clara para a necessidade de fazer adaptações psicométricas para essas populações para que não sejam excluídas da pesquisa aplicada, considerando a realidade de que muitos desses testes psicométricos são adaptados em grandes centros urbanos. O autor e a autora ainda destacam:

Vivir en contextos rurales, incluye realidades y procesos que no estamos acostumbrados a experimentar; esta es la razón fundamental por la que es necesario dedicarnos al estudio de poblaciones rurales. Si queremos intervenir en ellas, desde el punto de vista psico social, debemos conocer cómo funcionan primero (p. 156).

Por fim, Barreto et al. (2018), ao avaliarem as propriedades psicométricas e a avaliação do teste de Avaliação Neuropsicológica das Funções Executivas, destacaram a importância de reduzir os vieses interpretativos, associados às diferenças socioculturais e às

particularidades contextuais. A partir dos resultados consideram a necessidade de haver um critério diferenciador para obtenção das escalas nas variáveis idade e tipo de área, no caso dos participantes dos contextos rural e urbano.

Apesar dessas importantes contribuições que ajudam a refletir sobre as diferenças e especificidades no processo de avaliação psicológica em contextos rurais, por outro lado, não se pode deixar de referir a precária utilização de referências teóricas que abordam os contextos rurais, seja da própria Psicologia seja de outras disciplinas, para discutir os resultados de estudos. Isso se expressa na concepção de rural desse grupo de artigos que é majoritariamente entendido como um local onde são realizadas as suas pesquisas.

5.2.5 Psicologia Organizacional e do Trabalho

Foram identificados quatro artigos na área de “Psicologia Organizacional e do Trabalho”. São pesquisas que versam sobre diferentes atores: labirinteiras, agricultores, assentados da reforma agrária, e docentes que trabalham em contextos rurais. Cunha e Vieira (2009) verificaram a relação das condições e da organização do trabalho e a saúde de labirinteiras. Hashizume e Lopes (2006) analisaram a realidade laboral dos docentes do meio rural, buscando compreender as estratégias que utilizam para lidar com as adversidades e alegrias do cotidiano. Hernández e Uribe (2007) investigaram como agricultores estavam transformando suas práticas agrícolas no uso da produção orgânica. Por fim, Melo e Scopinho (2015) pesquisaram as forças psicossociais e os sentidos que assentados da reforma agrária organizados em cooperativas atribuem ao trabalho.

Assim como verificado em outras áreas, aqui também rural é utilizado para se referir ao local onde foi realizada a pesquisa. Porém, diferentemente da maioria das outras pesquisas antes referidas, observou-se uma maior atenção para a discussão teórica da categoria rural. De

fato, metade dos trabalhos trouxeram elementos que ajudam a situar e problematizar rural a partir de outras interpretações.

Nesse sentido, Hernández e Uribe (2007) apresentaram referências que discutem o conceito de rural, agricultura, meio ambiente e processos de transformação do campesinato latino-americano, abordando a reintegração entre rural e urbano. Um ponto importante é que esses autores relacionaram essas ideias às discussões sobre narrativa e, com isso, trouxeram questionamentos e elementos fundamentais sobre as singularidades do trabalho em contextos rurais. Para os autores: “este projeto nos confrontou com nossas próprias lógicas da cidade, do desenvolvimento moderno, da concepção de espaço e tempo” (p. 164), permitindo reconhecer formas organizacionais próprias que foi possível “através das histórias de vida de seus participantes, resgatando a voz do camponês, uma voz que foi mantida escondida ou à margem” (p. 165).

Nessa mesma linha, Melo e Scopinho (2015) enriqueceram o estudo das organizações por meio da combinação de conceitos da Psicologia Social e da psicossociologia com as discussões sobre assentamentos rurais, Psicologia em contextos rurais, Sociologia Rural, trabalho, reforma agrária, agricultura familiar, comunidade e cooperativismo. A abertura às reflexões sobre rural gerou importantes resultados que chamam atenção para a importância de contextualizar os conhecimentos produzidos no mundo urbano para os contextos rurais, considerando as suas especificidades, complexidades e a realidade dos sujeitos, que possuem um modo de ressignificar as suas experiências de trabalho e de vida. Com isso, os processos psicossociais relacionados ao trabalho no mundo rural devem ser elaborados de acordo com suas realidades e necessidades específicas.

Apesar de não trazerem referências sobre rural, a outra metade dos trabalhos também apresentou especificidades desse campo. Cunha e Vieira (2009) abordaram seu tema com discussões sobre artesanato, análise de dados, gênero, ergonomia, psicopatologia do trabalho,

psicodinâmica do trabalho e cooperativa. Refletiram que a atividade artesanal tem um papel importante como estratégia de sobrevivência para populações rurais. Por sua vez, Hashizume e Lopes (2006) abordaram seu tema com discussões sobre identidade, saúde, saúde do trabalhador, saúde mental, educação, trabalho docente e escola rural, tendo como áreas principais a Psicologia Social, Saúde do Trabalhador e Psicopatologia do Trabalho. Esse artigo destaca-se por apresentar várias especificidades dos contextos rurais e da escola rural destacando-se a baixa qualidade de vida; escolarização rural como um prolongamento da escolarização urbana; docentes com sérios problemas de transporte e moradia, baixo salário e acúmulo de funções; a condição do aluno como trabalhador rural; a distância entre moradia, trabalho e escola que dificulta a presença dos/as alunos/as; baixas condições financeiras da família, dentre outros citados.

5.2.6 Psicologia da Saúde

Foram identificados 03 artigos na área de “Psicologia da saúde” que discutem temas relacionados à adolescência. O primeiro explorou as expectativas em relação às mudanças paramenstruais de meninas que vivem em áreas rurais e urbanas do México (Marván, Vacio & Espinosa-Hernández, 2003). O segundo avaliou duas modalidades curtas de intervenção para prevenir e tratar o consumo excessivo de álcool em adolescentes de comunidades rurais (Garza, Ruiz, Martínez & Cabrera, 2011). O terceiro buscou determinar a prevalência e os fatores relacionados com haver tido relações sexuais em estudantes do ensino médio de escolas públicas de zonas rurais (Ospino, Arias & Hoyos, 2007).

O embasamento teórico dos estudos foi composto majoritariamente de citações relacionadas aos temas da menstruação, consumo de álcool e relações sexuais na adolescência, respectivamente: a) Experiências pré-menstruais, menstruação e crenças sobre

menstruação; b) Serviços de saúde mental, problemas relacionados ao álcool e técnicas de intervenção breve; c) Relações sexuais em estudantes adolescentes, sexualidade na adolescência, autonomia emocional e ajustamento na adolescência, e relações familiares e adolescência. Destaca-se que os dois últimos estudos trouxeram pesquisas relacionadas à temática de estudo em contextos rurais.

A partir desses resultados, ressalta-se que esses trabalhos trouxeram argumentos importantes que contribuem para pensar particularidades vivenciadas por adolescentes que vivem em contextos rurais. Esses resultados não devem ser interpretados de maneira generalista tendo em vista a diversidade da região e dos povos latino-americanos e, deste modo, dos modos de ser adolescentes nessa região.

Nesse sentido, Marván, Vacio e Espinosa-Hernández (2003) esclarece que alguns estudos têm revelado a importância das crenças nas mudanças relacionadas ao ciclo menstrual, às quais são culturalmente aprendidas ou adaptadas. Ou seja, essas crenças sofrem influência do ambiente familiar imediato e da cultura mais ampla em que uma menina é criada. Como mostraram os resultados da pesquisa, as meninas urbanas por estarem mais expostas à mídia vinculam a menstruação como algo que debilita a pessoa, já as meninas que vivem com contextos rurais a vinculam à saúde, estando associada à capacidade de ter filhos.

Garza, Ruiz, Martínez e Cabrera (2011), por sua vez, partem de uma crítica a respeito da ausência de intervenções específicas para adolescentes rurais que consomem álcool em excesso e que apresentam problemas correlatos e defendem a necessidade de programas de prevenção específicos para essa população. A adaptação das intervenções é colocada considerando a necessidade de determinar as características dos indivíduos, as principais drogas de consumo e as particularidades das comunidades. Considera-se ainda o baixo custo e o menor tempo para implementá-las, pois na maioria dos casos essas comunidades não

contam com recursos econômicos e humanos necessários para a aplicação de intervenções mais longas.

Por fim, Ospino et al. (2007) esclarecem que são poucos os estudos sobre relações sexuais realizados em membros de etnias indígenas locais e em alunos/as do ensino médio em contextos rurais. Os autores chamam atenção para o fato de que os vários fatores ligados ao início da atividade sexual são diferentes em cada grupo étnico. No caso de seu estudo, concluíram que um em cada três adolescentes escolares teve relações sexuais, sendo encontrada uma relação estatisticamente significativa com o fato de serem ameríndios, homens, com maior escolaridade, maior idade e tabagismo.

5.2.7 Psicologia Ambiental

Foram identificados dois artigos na área “Psicologia ambiental”. Nascimento et al. (2017) buscaram investigar as condições habitacionais de idosos ribeirinhos amazônicos e descrever o seu grau de satisfação quanto ao ambiente de moradia onde vivem. Durón-Ramos et al. (2019) tiveram como objetivo identificar a relação existente entre ambiente familiar positivo (AFP) e bem-estar pessoal em pessoas que vivem no que denominam de áreas urbanas e rurais.

Os estudos fazem análises que ajudam a visualizar possibilidades de atuações coerentes com os contextos rurais, tendo por base referências da própria Psicologia ambiental. No caso de Nascimento et al. (2017) realizam uma crítica sobre o fato das pesquisas sobre o tema concentrarem-se em questões dos contextos urbanos. Por meio de referências específicas da Psicologia ambiental refletem que cada cenário ambiental define de forma particular a experiência do envelhecimento, pois possui características socioculturais próprias. De tal forma, as condições de moradia determinam o bem-estar e a saúde dos/as idosos/as.

Nessa mesma linha, a pesquisa de Durón-Ramos et al. (2019) enfatiza para além das diferenças no ambiente físico, as diferenças entre as famílias que vivem nesses diferentes contextos, que decorre das diferentes mudanças culturais. Com isso, concluem que existem diferenças não apenas nos aspectos físicos, mas também sociais das moradias nos contextos rural e urbano. De maneira mais específica, citam que as relações entre os que vivem no meio rural são mais intensas, tanto em aspectos positivos (intimidade e estilo parental), como negativos (conflito).

Desse modo, apesar de não incluírem em seus textos referências de outras áreas e um aprofundamento teórico sobre o conceito de rural, as duas pesquisas enfatizam a necessidade de considerar que os aspectos sociais e físicos da habitação têm influência direta no bem-estar dos habitantes. Com isso defende-se de forma clara a necessidade de considerar as especificidades das realidades das pessoas que vivem nos contextos rural e urbano.

5.2.8 Psicologia Política

Foram identificados dois artigos na área de “Psicologia Política”. Ambos versam sobre a temática das mulheres no campo. Prado, Campici e Pimenta (2004) se debruçaram sobre a organização de trabalhadoras rurais de Minas Gerais, no Brasil, com interesse nas práticas e discursos grupais que colaboraram no processo de constituição de sua identidade política. Rosa e Silva (2015) exploraram a dinâmica da relação entre os diferentes papéis de uma mulher no seu processo de envolvimento em um movimento social de luta pela terra além de compreender os significados e sentidos que atribui a esse processo.

De maneira geral, os artigos não apresentam reflexões teóricas sobre a categoria rural nos seus resultados e discussões. As referências bibliográficas do primeiro estudo estão focalizadas nos temas: movimentos sociais, reflexões metodológicas e identidade. As do

segundo focam nos temas: discriminação de gênero, participação política, militância política, consciência política, MST; e nos seguintes autores: Gramsci e Vigotski.

No entanto, é importante descrever as referências utilizadas nos textos a respeito de rural. Prado et al. (2004) trazem três trabalhos: sobre a reforma agrária, movimento sindical de trabalhadoras/trabalhadores rurais e a mulher trabalhadora rural. Rosa e Silva (2015) trouxeram a pesquisa de Martins (2010) a respeito da psicologia e a sua percepção do meio rural, enfatizando o crescente número de pesquisas a respeito das questões ligadas aos povos do campo e a urgência dessa temática; e o de Whitaker (2002) para compor a seguinte explicação: “nas áreas rurais, pesquisadores revelam diferenças significativas nos processos de socialização de meninos e meninas: enquanto aos primeiros o tempo maior é reservado para brincadeira, às meninas ele é destinado à ajuda nos afazeres domésticos” (p. 55).

5.2.9 Saúde Mental

Foram identificados dois artigos na área de “Saúde Mental”. Silva, Dimenstein e Leite (2013) buscaram conhecer os modos de atenção em saúde mental operados por familiares de portadores de transtornos mentais severos que residem em uma zona rural do alto sertão da Paraíba, no Brasil. Ramírez et al. (2014) investigaram os efeitos psicológicos de crianças e adolescentes expostos ao conflito armado em um contexto rural na Colômbia.

Os trabalhos apresentam temáticas distintas e uma abertura diferenciada para as questões teóricas relacionadas ao termo rural. Nesse sentido, o primeiro estudo apresenta discussões em torno da diversidade cultural do que denominam de “zona rural”, entendida como um espaço que apresenta altas taxas de pobreza e um lugar com pouca atuação governamental nas áreas de promoção da saúde e assistência social. Apesar de o seu texto contar com expressões de rural no sentido físico-geográfico, trouxeram temas importantes

como: espaços rurais diversificados, paisagens rurais, populações rurais transformadas, *continuum* rural-urbano, e território e ruralidade; e isso indica um avanço na reflexão sobre a categoria rural a partir do campo da saúde mental.

Por outro lado, o segundo estudo não trouxe nenhum conceito ou discussão relacionada ao tema das ruralidades, tendo utilizado o termo rural para se referir ao local onde realizaram a pesquisa. Desse modo, constam nas referências bibliográficas temas como: saúde mental da criança e do adolescente, saúde mental de crianças afetadas por conflitos armados, violência, conflito armado, zonas de guerra, resiliência e estresse pós-traumático. Apesar de não trazerem especificidades sobre o contexto rural, seus resultados contribuem para pensar no grande impacto psicológico na saúde mental de crianças e adolescentes que são expostos à violência como resultado de um conflito armado. Além disso, refletiram sobre a urgência de atuar na prevenção de problemas de saúde mental dessa população e favorecer o seu ajustamento emocional e a qualidade de vida.

5.2.10 Interdisciplinar

Foi identificado um artigo na área “Interdisciplinar”. Diz respeito ao trabalho de Salazar-Jiménez e Torres-Tovar (2018) que teve como objetivo avaliar os hábitos alimentares e o nível de segurança alimentar, em relação à primeira infância, de 32 famílias do município de Boyacá, no departamento de Boyacá, Colômbia. Assim como verificado em outras áreas, aqui não foram encontradas discussões específicas a luz da categoria rural para refletir sobre o objeto de estudo. As referências tiveram como foco: segurança alimentar, insegurança alimentar, saúde, conceito de nutrição, qualidade de vida, desnutrição e infância.

Contudo, identificaram-se dois trabalhos na lista de referências bibliográficas voltados para o tema dos contextos rurais: o trabalho de Espinosa, Adarme e Chaparro (2013) sobre a

mulher rural e o trabalho de Pelcastre-Villafuerte et al. (2006) sobre dinâmicas domésticas e alimentação de crianças em uma área rural de extrema pobreza no México. Além disso, foi possível verificar a descrição de algumas especificidades dos contextos rurais, como a realidade das famílias rurais na Colômbia que possuem uma prevalência de insegurança alimentar mais alta do que as urbanas e, além disso, o fato da desnutrição na primeira infância, da desigualdade e da pobreza serem maiores nas áreas rurais. Assim, os/as autores/as acentuam a necessidade de realizar ações interinstitucionais e intersetoriais que ajudem no trabalho frente às condições e determinantes sociais que influenciam os problemas desses contextos, bem como de promover estratégias comunitárias que integrem as políticas públicas no sentido de melhorar o estado nutricional da população infantil rural.

De tal forma, reconhece-se a importância de avançar no desenvolvimento de pesquisas junto a outras áreas do conhecimento, disciplinas e áreas de atuação, para que se possa ampliar a qualidade das intervenções junto às populações, comunidades e povos rurais e a construção de saberes, promovendo um enriquecimento teórico da Psicologia, mas também divulgando as contribuições da nossa ciência e profissão para a análise de outras áreas que trabalham nesse campo.

5.2.11 Psicologia Jurídica

Foi identificado um artigo na área de Psicologia Jurídica. Trata-se do estudo de Gualdron (2015) que realizou uma análise vitimológica da violência sexual que ocorreu no conflito colombiano. As referências teóricas utilizadas dizem respeito ao tema do estudo, com reflexões sobre a violência, violência sexual, criminologia, vitimologia, Psicologia Jurídica, conflito armado, violência de gênero e abuso sexual infantil.

Apesar de não apresentar conceitos e elementos teóricos a respeito da categoria rural para pensar os sujeitos e o contexto de estudo, foi possível verificar reflexões que ajudam a pensar sobre as especificidades da violência sexual no conflito armado no que o autor chama de “*zonas rurales*” (p. 173). Assim, ele cita a distância física das vítimas das sedes municipais que inviabiliza o acesso a tratamentos médicos e psicológicos. Além disso, as vias de atendimento têm limitações na sua divulgação e no auxílio das instituições que atendem essa população. Por isso é necessário estabelecer uma “abordagem diferencial” (p. 180), a fim de superar as diferenças culturais dessa população e evitar uma vitimização secundária.

Os resultados a respeito dessas dez áreas mostram algumas características importantes:

1) A maior parte dessas áreas não discute o conceito de rural; 2) Na Psicologia do Desenvolvimento e na Avaliação Psicológica/ Psicodiagnóstico, essa discussão está ausente na maioria dos trabalhos; 3) Apenas a Psicologia Escolar/ Educacional, Psicologia Organizacional/ Do Trabalho e Saúde Mental têm aprofundado a discussão sobre a categoria rural; 4) Por outro lado, todas as áreas incluem especificidades dos contextos rurais nas análises dos seus objetos de estudo.

Integrando esses resultados às análises realizadas a respeito da Psicologia Social e Comunitária, pode-se concluir que a Psicologia latino-americana tem questionado o seu distanciamento com os contextos rurais, criticado a replicação acrítica de modelos teóricos utilizados em contextos urbanos e exposto as suas insuficiências teóricas nesse campo. Dessa forma, pode-se confirmar que a Psicologia latino-americana não está alheia às necessidades e características particulares dos contextos rurais, tendo gerado reflexões teóricas a partir de sua aproximação com esse campo.

Essa realidade pode ser observada por meio da presença de algumas teorias sobre rural em seus referenciais teóricos. Por outro lado, especialmente visualizada nas dez últimas áreas, ainda é escassa essa aproximação da Psicologia com a literatura e as teorias de outras

disciplinas. Isso demonstra a necessidade de que a Psicologia avance no reconhecimento do limite de suas teorias e na abertura às ruralidades, para que possa gerar reflexões mais ampliadas e categorias mais específicas de acordo com as diferentes regiões, realidades, contextos, etnias e culturas latino-americanas.

5.3 Contribuições dos pensamentos decolonial e pós-colonial para a discussão teórica da Psicologia latino-americana sobre os contextos rurais

Dos 89 artigos, 05 (6%) trouxeram aspectos teóricos relativos à colonialidade para discutir seus objetos de estudo. A maioria é da área de Psicologia Social e Comunitária e os outros dois das áreas de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Política. Sobre esses trabalhos, Prado et al. (2004) discutiram o processo de constituição da identidade política de trabalhadoras rurais e a partir de Santos (2008) buscaram “verificar a passagem de uma condição alienada, fragmentada e restrita ao doméstico, imprimida de forma naturalizada sobre as mulheres trabalhadoras rurais, para uma condição de subjetividades políticas conscientes e ativas” (p. 307). Camurça et al. (2016) ao estudarem as implicações psicossociais da seca na vida de moradores de uma comunidade rural do nordeste do Brasil destacaram que o fenômeno da seca se coloca desde o período colonial como um dos responsáveis pelos problemas sociais nessa região, que é marcada pela desigualdade, exclusão social e pobreza.

Alves e Siqueira (2013), ao buscarem conhecer a percepção de adolescentes dos contextos rural e urbano sobre os direitos das crianças e dos adolescentes especificaram, a partir de Faleiros e Faleiros (2007), que durante o período colonial, a infância da criança pobre teve como marcas a violência, trabalho, controle político, disciplina e obediência vigiada. Pizzinato, Uribe Calderon, Costa Souza e Ferreira Burton (2016), ao discutirem as

percepções de um grupo de jovens mulheres do campo sobre a família, seus papéis e projeções de futuro, realizaram o debate de que no Brasil, a história da instituição familiar possuía um modelo patriarcal, que foi reforçado por vários eventos como, por exemplo, a conquista dos portugueses.

Pérez e Constanzo (2019), ao investigarem as concepções, significados e práticas envolvidas no desenvolvimento do consumo problemático e da dependência do álcool em comunidades rurais Mapuche no sul do Chile, trouxeram elementos acerca das influências nos complexos processos de colonização vivenciados por essa população, considerada vulnerável devido aos seus graus de pobreza e acesso restrito à saúde, educação e outros serviços relacionados à prevenção e tratamento de problemas ligados ao consumo de álcool. De acordo com elas: “os processos de prevenção e abordagem do alcoolismo pressupõem, a partir dos resultados, ações de uma perspectiva de comunidade não colonial” voltadas para o fortalecimento e empoderamento da comunidade (p. 15).

Tal resultado demonstra que o tema da colonialidade nos estudos de Psicologia sobre os contextos rurais ainda é recente. Esse dado não pode ser separado da posição já adotada anteriormente neste escrito de que as discussões sobre esses estudos ainda são bastante recentes na Psicologia (Alves & Delmondez, 2015; Bermúdez, 2011; Loria et al., 2016; Lucena & Silva, 2018; Orellano & González 2015; Santos, 2017) não esquecendo que os mesmos também são campos relativamente novos.

Por isso, é preciso avançar no conhecimento, análise e difusão desses estudos que são fundamentais por questionarem uma visão importada de identidade e as relações de poder presentes na América Latina. Contribuem para problematizar investigações, atuações, teorias e métodos mais críticos, contextualizados e adequados às realidades latino-americanas. Isso porque de acordo com Castro e Mayorga (2019) são movimentos que interpelam o projeto de sujeito e de sociedade que é construído a partir das lógicas coloniais.

Por essa razão, se colocam, hoje, como possibilidades de enriquecer a análise e a compreensão da Psicologia a respeito da diversidade, diferenças, silenciamentos, singularidades e invisibilidades que constituem a América Latina, que como visto no capítulo dois, tem sua história marcada pela violência, exclusão, dominação, desigualdade e pobreza, principalmente em contextos rurais (CEPAL, 2018; Dirven, 2007; Echeverría, 2000; Kay, 2002). Por conseguinte, trazem uma importante contribuição para sua aproximação e análise dos contextos rurais.

Nesse sentido, já se observa a existência de um movimento da Psicologia em reconhecer as marcas da colonialidade em alguns desses estudos sobre a ruralidade na América Latina. Sobre isso, uma pesquisa recente realizada por Dimenstein, Silva, Dantas, Leite e Macedo (2021) que buscou investigar a emergência da crítica decolonial na Pós-Graduação em Psicologia no Brasil, por meio de uma revisão integrativa de dissertações de mestrado e teses de doutorado, demonstrou a recenticidade dessa discussão na pós-graduação nacional em psicologia ao mesmo tempo em que apontou as seguintes questões:

- 1) No campo epistemológico - apresentam críticas aos paradigmas tradicionais que orientam a psicologia e que se mostram descontextualizados à realidade local, bem como discutem a hierarquização dos saberes e a universalidade do modelo eurocêntrico; 2) Sobre aspectos metodológicos - indicam a necessidade de usar estratégias participativas de pesquisa para a descolonização da produção de conhecimento; falam da implicação do pesquisador; o corpo como instrumento de pesquisa; tomam a arte, a fotografia e o teatro como ferramentas poderosas para o questionamento dos saberes e práticas; 3) Em termos das relações de gênero, sexualidade e raça e os processos de subjetivação - abordam o modo como nos subjetivamos marcados pela colonialidade, os marcadores sociais da diferença e os desafios à desmontagem dessas engrenagens; 4) Sobre a formação em Psicologia - tratam dos problemas históricos do campo, dos currículos ultrapassados e com ênfase em teorias euro-americanas, dos projetos políticos pedagógicos dos cursos e as barreiras impostas por instituições públicas e privadas de ensino; 5) Acerca das práticas das/os psicólogas/os – problematizam o modo colonial de atuação das/os profissionais em distintos cenários e com diferentes populações; 6) Sobre as práticas docentes e estratégias pedagógicas – criticam o modo de operar e reproduzir a violência contra certos corpos e a invisibilidade de certos sujeitos através de processos pedagógicos tradicionais e não democráticos; 7) Políticas Públicas - problematizam como as políticas são pensadas e como operam no sentido de controle e manutenção do status quo; 8) Em relação à produção do conhecimento - discutem a valorização e

supremacia de determinados saberes, a universalidade do modelo eurocêntrico e tocam na questão da autoria e hierarquias na produção de conhecimento; e, por fim, 9) Estratégias de resistência e descolonização – trazem as estratégias teóricas, práticas e políticas de enfrentamento à colonialidade do ser, do poder e do saber, indicam a necessidade de desmonte da colonialidade das subjetividades, as rupturas e linhas de fuga dos coletivos, a fabricação de novos corpos, outras sexualidades, etc. (Dimenstein et al., 2021, p. 350).

Como se observa, é dada visibilidade para o caráter colonial da Psicologia e para os efeitos que isso tem provocado na produção de conhecimento e nas práticas profissionais. Partindo desse cenário, no sentido de aprofundar possíveis contribuições, serão apresentadas logo a seguir algumas orientações, possibilidades de leituras e análises a partir do pensamento pós-colonial/decolonial. O intuito é que essa discussão amplie interpretações e gere questionamentos e, quem sabe, contribua para auxiliar na aproximação da Psicologia com os contextos rurais.

Assim, um primeiro aspecto imprescindível é a necessidade do aprofundamento da Psicologia na história de formação da região latino-americana. De acordo com Gonçalves (2016) ela é marcada pela separação entre o mundo dos colonizadores e o dos colonizados que deram origem a um tensionsamento entre duas matrizes de pensamento, do colonizador (colonialidade do poder) e do colonizado (mestiçagem crítica). A expressão dessa dupla consciência se dá de diferentes formas, nas esferas social, simbólica, imaginária e no cotidiano, costumes e valores.

No caso da colonialidade do poder, hierarquiza a diferença por meio do racismo, controle do trabalho, dominação de gênero, colonização da natureza e pensamento eurocêntrico. Já a mestiçagem crítica articula as diferenças por meio da resistência com o objetivo de desconstruir a colonialidade. Nesse cenário, outra contribuição da Psicologia seria exatamente produzir uma “subversão, uma descolonização, nessa estrutura dinâmica. Ou seja,

a psicologia pode contribuir na subversão da lógica colonial presente de maneira central nos processos históricos da América Latina” (Gonçalves, 2019, p. 410).

Para isso, a Psicologia latino-americana possui como possibilidades de atuação o combate ao racismo e o reconhecimento das inúmeras populações etnicamente diferenciadas; a retomada de diferentes memórias históricas no que se refere ao gênero; o reconhecimento da memória histórica e dos saberes tradicionais dos seus povos; o reconhecimento da diversidade nos saberes e na memória das populações negras e índias, dentre outras contribuições que ajudem na “desconstrução histórica de padrões coloniais de dominação presentes nas diferentes dimensões da realidade social” (Gonçalves, 2019, p. 410).

Um caminho promissor que poderia ajudar nesse sentido seria ainda a compreensão da trajetória dos povos rurais latino-americanos a partir de sua própria fala com uma perspectiva ampla, histórica e política que ultrapasse as questões intrapsíquicas e individualistas. Esse olhar não é uma novidade para a Psicologia, entendendo que já conta com um arsenal teórico-metodológico destinado para a compreensão da gênese e da narrativa envolvidas na constituição dos processos psicológicos e psicossociais, como por exemplo, a anamnese, entrevista, conhecimento das influências do desenvolvimento na conceitualização de caso etc. Cabe agora criar formas de trazer esse olhar histórico para o campo das ruralidades.

Outro ponto importante é a necessidade de que a Psicologia discuta as origens ontológicas de suas posições epistemológicas (Lucena & Silva, 2018) e questione as suas bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas (Loria et al., 2016). De tal forma, poderia reconhecer um locus de enunciação como contraposição aos paradigmas eurocêtricos, *locus* marcado pela localização geopolítica e hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais, dentre outras, que incidem sobre o corpo (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016).

No entanto, como coloca Veiga (2019) “descolonizar não é apenas incluir na bibliografia as epistemologias até então silenciadas, mas colocar em questão o próprio lugar

do psicólogo, situar suas marcas, seu lugar de fala, porque é desse lugar que ele exerce a escuta” (p. 246) e, porque não, a escrita. Ou seja, o questionamento da permanência da colonização nas bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas da Psicologia passa, antes de tudo, pelo questionamento do lugar de fala, da posição e da intencionalidade dos/as psicólogos/as.

Acreditamos que por meio dessas ações, a Psicologia estaria ainda mais apta para reconhecer a colonialidade presente nos discursos e nas realidades dos contextos rurais latino-americanos. Como foi possível verificar, a Psicologia pouco reflete sobre as bases epistêmicas que tem dialogado em sua aproximação com os contextos rurais e, mais especificamente, sobre as disputas e os conflitos presentes nas teorias sobre rural que utiliza. Com excessão de poucos artigos, não existe um aprofundamento das teorias sobre rural nos artigos científicos, sendo utilizada na maior parte dos casos para situar o objeto ou local de estudo.

Por tudo isso, pode-se apontar a urgência de iniciar um movimento de resistência à colonialidade no cotidiano do trabalho científico da Psicologia. Alguns caminhos possíveis seriam: investir na formação acadêmica, com a inserção de perspectivas críticas no currículo, a exemplo do pensamento pós-colonial e decolonial e da PSC, considerando que a moderna ciência desenvolvida no ocidente e o paradigma epistêmico que se sobressai até hoje no meio acadêmico estão baseados na colonialidade (Bermúdez, 2011); ampliar as parcerias institucionais, com publicações entre autores/as de diferentes instituições e fortalecer parcerias entre diferentes países da região.

Além disso, torna-se necessária a participação em diferentes contextos rurais e comunitários, aproximando-se das pessoas que aí vivem considerando as suas próprias problemáticas, categorias, saberes e regras de sociabilidade por meio de uma postura de abertura e escuta capaz de acolher diferenças e gerar articulação de conhecimentos, ações e redes. Trata-se de estabelecer um diálogo com as crianças, jovens, adultos e idosos/as que

vivem nesses contextos considerando categorias, sentidos e modos de ser e de viver diferentes dessas categorias do ciclo de vida próprias do pensamento moderno.

Um exemplo disso é que se relaciona com a nossa discussão sobre a descolonização é a noção de bem viver, que tem sido utilizada para compreender os significados de felicidade, qualidade de vida e bem-estar de povos autóctones da América Latina. Ela “reflete os modos de ser e viver dos povos autóctones da América Latina, valorizando sua autodefinição e autodeterminação acerca das relações indivíduo, grupo, sociedade e ambiente” (Siqueira & Santos, 2018, p. 83). Essa compreensão contribui para refletir sobre a necessidade de desconstrução de ideias dominantes sobre o Estado, economia, educação e, especialmente, o Direito; na exigência de superar a colonialidade constitucional “para assentar as bases de uma comunidade política inclusiva e democrática, que permita nutrir-se de cosmovisões, saberes, epistemologias e práticas culturais diversas.” (Alcântara & Sampaio, 2017a, p. 8).

Nesse sentido, a Psicologia precisa amadurecer o debate sobre o bem viver e incluir questões como a harmonia com a natureza, simplicidade, reciprocidade, sabedoria dos anciãos, experiência cotidiana do sagrado, celebração da vida, consumo, política, ética e espiritualidade (Alcantara & Sampaio, 2017b; Teixeira, 2016). Dessa forma, promoverá a construção de conhecimento “a partir do lugar do Outro” (Alves & Delmondez, 2015, p. 649) latino-americano e de suas diferentes necessidades, desafios, preocupações, desejos e de suas diversas formas de viver a ruralidade em cada um de seus territórios e regiões, e não com base em outros sujeitos e contextos.

Por fim, não poderíamos deixar de enfatizar que a descolonização não se refere apenas às sociedades, mas às próprias mentes (Assis & Souza, 2019). Portanto, cabe à Psicologia desenvolver estratégias voltadas para mudanças sociais, coletivas, comunitárias e subjetivas nos contextos rurais por meio do reconhecimento das repercussões da violência geradas pelo silêncio do passado colonial.

Considerações finais

A ampliação dos espaços de atuação da Psicologia latino-americana nos últimos anos tem favorecido a sua inserção nos contextos rurais. Essa realidade interpela-a por uma produção científica em movimento e articulada com as novas demandas. Nesse cenário, procurou-se conhecer as características dessa produção e as suas contribuições para a compreensão desses contextos na América Latina, uma ampla região marcada pela diversidade, desigualdade, diferença e colonialidade.

Para tentar responder à questão de pesquisa, foi realizada a análise de artigos científicos. Essa análise se deu a partir de informações como título, autoria, origem institucional da autoria, país, idioma, objetivo, metodologia, sujeitos, palavras-chave, temas de pesquisa, áreas da Psicologia, definição de rural, bases teóricas e teorias sobre rural. Essa estratégia de investigação foi pertinente para compreensão do objeto de estudo tendo em vista a grande extensão da região latino-americana e a grande quantidade de dados alcançados.

Em linhas gerais, os principais resultados demonstram a importante inserção da Psicologia na discussão sobre contextos rurais, ao discutir múltiplos temas a partir de suas diferentes áreas de atuação e indicar as singularidades desses contextos em relação aos contextos urbanos. Por outro lado, os achados demonstram que o discurso específico sobre a categoria rural na Psicologia latino-americana ainda é recente e pulverizado. Tal cenário indica que a produção científica assume um caráter limitado no que diz respeito à definição e discussão da categoria rural e à consequente lacuna na revisão e produção de teorias e categorias analíticas.

Esse desafio se torna ainda maior quando se reconhece que a Psicologia está se inserindo em um novo campo que está passando por transformações. Como foi apresentado, a região latino-americana está em um processo de transição para uma nova ruralidade, de forma

que as fronteiras e as relações entre as pessoas da cidade e do campo estão cada vez mais móveis, tendo gerado novos tipos de identidade rurais que comportam diferentes modos de vida, subjetividade e objetivos, gerando novas relações sociais que repercutem diretamente no desenvolvimento de novas representações, sentidos e processos psicossociais.

Também foram indentificados três aspectos que podem sinalizar avanços: o primeiro, de que há um conjunto de pesquisadores/as que dedicam atenção prioritária ao tema, desenvolvendo estudos de forma sistemática; o segundo, a existência de um conjunto de artigos que desenvolvem concepções mais abrangentes de rural; o terceiro, a discussão de especificidades e características que marcam esses contextos e a vida de seus habitantes. Esses dados sugerem que a Psicologia latino-americana não está alheia a esse campo e vem produzindo conhecimentos relevantes para o avanço de um tema que por muito tempo ficou apartado de seus interesses.

Contudo, não se pode deixar de enfatizar os distintos limites na efetivação dessa colaboração devido à insuficiente articulação entre as diferentes áreas da Psicologia a respeito desse tema, às suas lacunas e insuficiências teóricas, à precária discussão da dimensão subjetiva da colonização e à fragilidade das relações institucionais entre os/as diferentes pesquisadores/as dos distintos países. É a partir daí que se reflete sobre a sua aproximação com esse novo campo e quais os avanços possíveis na superação desses desafios.

Um primeiro ponto que precisa ser colocado é a necessidade de reconhecer quais são as carências geradas pelo distanciamento da Psicologia com os sujeitos que vivem em contextos rurais, com outras disciplinas e com seu próprio repertório teórico-metodológico. Em segundo lugar, é preciso gerar questionamentos específicos e contextualizados que visem à transformação social dos contextos rurais latino-americanos, por meio da problematização de referenciais estrangeiros e da produção de novos conhecimentos e teorias.

Diante dessa realidade, a tese que aqui se propõe refere-se à necessidade de que a Psicologia latino-americana, materializada na sua produção científica, aproxime-se dos contextos rurais com o compromisso de entender rural como uma categoria de reflexão teórica e não apenas como um novo local de pesquisa e trabalho. Esse encontro pode ter como um dos eixos articuladores a Psicologia Social e Comunitária, que possuem um histórico de questionamentos éticos e críticos a referenciais estrangeiros. Além disso, podem contribuir no diálogo e na organização entre os/as diferentes pesquisadores/pesquisadoras, instituições, países e áreas da Psicologia, para que este tema de estudo seja contextualizado, sistematizado e consolidado na área e possa gerar contribuições significativas na vida das pessoas e das comunidades que habitam nesses contextos.

O outro eixo articulador seriam os estudos pós-coloniais e decoloniais. Entende-se que essas perspectivas podem ajudar na atualização dos questionamentos e críticas já realizadas pela Psicologia Social e Comunitária para que sejam formuladas tendo como base os efeitos da colonização nas mentes, subjetividades, corpos, teorias, saberes, ambientes e relações presentes nos contextos rurais. Para isso, é necessária uma constante postura crítica e analítica que questione a intencionalidade colonial que pode estar presente independentemente do contexto, da região e da teoria utilizada. Espera-se que, a partir daí, a Psicologia possa se reinventar e criar novas formas de acessar a singularidade dos processos de subjetivação e processos psicossociais não brancos e não urbanos.

Com isso, o presente estudo pretende contribuir para dar maior visibilidade à produção científica da Psicologia latino-americana, incentivando a leitura do conhecimento que tem sido produzido na região. E de maneira específica, auxiliar na identificação e entendimento dos discursos sobre o mundo rural na Psicologia, constituindo-se, quem sabe, em uma ferramenta importante para o acesso de palavras-chave, termos, referências e outros aspectos que ajudem na recuperação de artigos e outros documentos relacionados ao tema.

Outra possível colaboração é a visibilização e ampliação do conceito de rural. Espera-se que isso possa incentivar, em alguma medida, a problematização dos sentidos de rural e das perspectivas teóricas utilizadas para a sua compreensão, uma ação que se torna necessária em muitos sentidos, como por exemplo, para: qualificar a sua participação na discussão sobre rural; qualificar a escrita dos/as pesquisadores/pesquisadoras, considerando o caráter ético-político e a polissemia envolvida no termo e, conseqüentemente, os diferentes sentidos e intencionalidades; e aprimorar a sua relação com outras áreas que já possuem uma discussão consolidada nesse campo.

Além disso, tem-se a expectativa de promover um avanço na discussão sobre a descolonização da Psicologia. Sabe-se que os povos rurais, originários, intelectuais não brancos e demais atores não ligados diretamente à academia têm contribuído de forma significativa para trazer à tona questões relacionadas ao impacto do passado colonial sobre a subjetividade. Cabe à Psicologia, por meio da aproximação com esses atores, construir novos caminhos que conduzam a mudanças nos seus currículos, na sua formação, na sua relação com a história e nos seus saberes e práticas, que possam contribuir para a sua descolonização.

Por fim, é necessário citar algumas limitações desta pesquisa. Inicialmente, aponta-se que a análise do encontro da Psicologia com os contextos rurais não pode ser delimitada apenas ao conteúdo publicado em artigos científicos, já que os mesmos não dão conta, sozinhos, de abarcar todos os conteúdos, dinâmicas e movimentos em construção nesse campo. Ademais, existem outras importantes produções publicadas em livros, teses, dissertações, comunicações de eventos, dentre outros documentos.

Outra limitação diz respeito a um aspecto da coleta de dados utilizada na estratégia de investigação. Nesse sentido, apesar da relevância, a utilização do protocolo PRISMA restringiu a quantidade e variabilidade dos artigos científicos, já que as buscas foram realizadas com termos pré-definidos em vocabulários controlados, os quais não comportam a

polissemia envolvida na categoria rural. Associa-se a isso, a possível associação dos descritores utilizados e os resultados encontrados, tendo sido invisibilizados outros possíveis sentidos e análises. Dessa forma, reconhece-se que ficaram de fora deste estudo importantes produções na área por não se encaixarem nos critérios estabelecidos.

Destaca-se ainda a ausência das análises dos conteúdos metodológicos presentes nos artigos. A partir da análise dos dados, optou-se por não aprofundar esse aspecto, apesar de considerá-lo relevante para o entendimento da questão de pesquisa. Isso ocorreu devido ao grande volume de material o que acabaria ampliando o objeto de estudo, por isso se tornou inviável.

Por fim, entende-se que os resultados deste trabalho não podem ser considerados representativos de toda a produção científica em Psicologia a respeito dos contextos rurais na América Latina. Defende-se que os estudos sobre a produção de conhecimento em Psicologia sobre os contextos rurais apenas foram iniciados. Novos estudos podem incluir outras linhas de análise a respeito da produção sobre rural e sobre as marcas do colonialismo no debate sobre rural e nas categorias da PSC. Dessa forma, espera-se que novas pesquisas sejam realizadas para que se avance na qualificação do saber e do fazer psicológicos nos contextos rurais latino-americanos.

Referências

- Alarcón, R. (1999). La Psicología en América Latina en el siglo XX: un análisis de sus características. *Revista de Psicología de la PUCP*, 17(2), 131-146.
- Alarcón, R. (2004). Medio Siglo de Psicología Latinoamericana: Una Visión de Conjunto. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 38(2), 307-316.
- Albuquerque, F. J. B. (2001). Aproximación metodológica desde la psicología social a la investigación en zonas rurales. *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, (191), 225-233.
- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42.
- Albuquerque, F. J. B., Coelho, J. A. P. M., Nóbrega, A. F., Lacerda, C. S., & Maribondo, O. F. (2005). Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 499-506.
- Albuquerque, F. J. B., Lôbo, A. L., & Raymundo, J. S. (1999). Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 12(2), 503-519.
- Albuquerque, F. J. B., Vasconcelos, T. C., & Coelho, J. A. P. M. (2004). Análise Psicossocial do Assentamento e seu Entorno. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 233-242.
- Albuquerque, F.J.B., Coelho, J.A.P.M., & Vasconcelos, T.C. (2004). As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 81-88.
- Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2017a). Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas, *Rev. Rupturas*, 7(2), 1-31.
- Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2017b). Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 231-251.
- Alentejano, P. R. (2003). As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*, (21), 25-39.
- Almeida, M. W. (2007). Narrativas agrárias e morte do campesinato. *RURIS*, 1(2), 157-188.
- Alves, C. B., & Delmondez, P. (2015). Contribuições do Pensamento Decolonial à Psicologia Política. *Psicologia política*, 15(34), 647-661.
- Alves, C. F., & Siqueira, A. C. (2013). Os Direitos da Criança e do Adolescente na Percepção de Adolescentes dos Contextos Urbano e Rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 460-473.

- Amorim, S. M., França, L. H. F. P., & Valentini, F. (2017). Predictors of happiness among retired from urban and rural areas in Brazil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 30(2), 1-8.
- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas.
- Araujo, R., & Sarmiento, É. (2021). A América Latina, a COVID-19 e as migrações forçadas: perspectivas em movimentos, muros epidemiológicos e sombrias imagens. *Estudos Históricos*, 34(73), 239-261. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210202>
- Araújo, S. F. (2009). Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. *Scientiae Studia*, 7(2), 209-220.
- Arcila, M. T. M., & Silva, A. R. (2013). La construcción social de lo rural. *Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social*, 5(3), 24-41.
- Ardila, R. (1969). Desarrollo de la Psicología Latinoamericana. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 1(1), 63-71.
- Ardila, R. (2003). Psicología latinoamericana. ¿Cuáles son los principales logros y aportes de medio siglo de actividad científica y profesional? *Perspectivas Psicológicas*, 3(4), 7-16.
- Assis, W. L. S., & Souza, S. L. (2019). Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. *Simbiótica*, 6(1), 159-171.
- Astudillo, C.Z., & Muñoz, Á.C. (2016). Una Aproximación al Concepto Comunidad Rural en Psicología Comunitaria. *Psicología política*, 16(37), 367-377.
- Bachmann, D. V., & Clavero, P. M. (2012). Construcción de una escala para medir creencias acerca del proceso educativo en profesores rurales, cape-r. *LIBERABIT: Lima (Perú)*, 18(2), 183-193.
- Ballestrin, L. M. A. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Ballestrin, L. M. A. (2017). Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 60(2), 505-540.
- Barraza, J. R. (2014). Presentación. In J. M. F. Osorio (Org.), *Repensar la psicología y lo comunitario en América Latina* (pp. 06-10). Tijuana: Universidad de Tijuana CUT.
- Barrera, P., Espinosa, A., Cueto, R. & Ferrándiz, J. (2012). Aspectos psicológicos de los problemas de organización de base y su relación con dilemas sociales en una comunidad rural de la costa norte del Perú. *Psicoperspectivas*, 11(1), 82-107.
- Barreto, I. F., Dimenstein, M., & Leite, J. F. (2020). Processos de alcoolização entre povos indígenas da América Latina. *Revista Ciências em Saúde*, 10(1), 45-51.

- Barreto, L. C. R., Pulido, J. H. P., Torres, J. D. C., & Estupiñán, G. P. F. (2018). Propiedades psicométricas y baremación de la prueba ENFEN en zonas rurales y urbanas de Tunja (Colombia). *Diversitas: Perspectivas en Psicología*, 14(2), 339-350.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.
- Bazán-Ramírez, A., Ferrari-Belmont, A. M., Delgado-Sánchez, U., Castro-Melo, G., & Hernández-Rodríguez, C. (2016). La autobiografía como aprendizaje esperado y comportamiento lingüístico en niños rurales mexicanos. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, 8(3), 61-71.
- Bermúdez, L. F. S. (2011). *El giro decolonial en la psicología. Hacia la construcción de una psicología decolonial* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicología, Universidad Del Valle Santiago de Cali, Santiago de Cali. Recuperado de <https://bibliotecadigital.univalle.edu.co/handle/10893/3937>
- Bernardino-Costa, J., & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24.
- Berroeta, H., Wiensensfeld, E., & López, V. (2014). Psicología Comunitaria hoy: Del pensar al hacer en sociedades complejas. *Psicoperspectivas: individuo y sociedad*, 13(2), 1-5.
- Bethell, L. (2004). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Bethell, L. (2009). O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Est. Hist.*, 22(44), 289-321.
- Beyhaut, G. (1994). Dimensão cultural da integração na América Latina. *Estudos avançados*, 8(20), 183-198.
- Bonomo, M., & Souza, L. (2013). Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 31(2), 402-418.
- Bonomo, M., Souza, L., Epifanio, P. Z., & Trindade, Z. A. (2017). Social Representations and Rural Sociability Among Farmers of a Rural Community. *Psico-USF*, 22(2), 235-248.
- Borba, D. S., Laan, R. H. V., & Chini, B. R. (2012). Palavras-chave: convergências e diferenciações entre a linguagem natural e a terminologia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17(2), 26-36.
- Borges, L. C., & Salomão, N. M. R. (2015). Concepções de desenvolvimento infantil e metas de socialização maternas em contexto não urbano. *Estudos de Psicologia*, 20(2), 114-125.
- Boudon, P. A., Raín, M. L., Moreno, F. V., Gutiérrez, J., & Silva, L. P. (2017). Juegos escolares mapuche en el patio de recreo en una escuela rural. *Revista de Psicología*, 26(2), 1-15.

- Brandão, C. R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *RURIS*, 1(1), 37-64.
- Brech, C. (2018). O “Dilema Tostines” das mulheres na matemática. *Matemática Universitária*, (54), 1-5.
- Bruit, H. H. (2000). *A Invenção da América Latina*. Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, Belo Horizonte.
- Bustos, S. B., Coria, M. D., & Valenzuela, P. S. (2019). Consumo, actitudes hacia el endeudamiento, materialismo e influencia de pares en adolescentes rurales del sur de Chile. *Interdisciplinaria*, 36(1), 203-219.
- Calegare, M. G. A. (2010). *Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Calegare, M. G. A. (2015). Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In A. F. Lima, D. C. Antunes & M. G.A. Calegare (Orgs.), *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 437-457). Porto Alegre: ABRAPSO.
- Calegare, M. G. A., & Higuchi, M. I. G. (2016). Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais. Curitiba: CRV.
- Calegare, M. G. A., & Tamboril, M. I. B. (2017). Formação, atuação e produção do conhecimento em psicologia social na amazônia brasileira: retalhos da nossa história. *Textos e Debates*, (31), 11-31.
- Camargo, B. V. (2015). Serge Moscovici (14/06/1925 - 16/11/2014): um percussor inovador na Psicologia Social. *Memorandum*, 28, 240-245.
- Camargo, R. A. L., & Oliveira, J. T. A. (2012). Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. *Ciência Rural*, 42(9), 1707-1714.
- Campos, C. S. S. (2006). Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Lutas & Resistências*, 1, 146-162.
- Campos, R. H. F. (2014). Tendências no estudo da evolução da psicologia na América Latina: ensaio de historiografia quantitativa. In R. H. F. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp.106-113). Petrópolis: Vozes.
- Campos, R. H. F., & Guareschi, P. (2014). Apresentação. In R.H.F. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp. 7-10). Petrópolis: Vozes.
- Camurça, C. E., Alencar, A., Cidade, E., & Ximenes, V. (2016). Implicações psicossociais da seca na vida de moradores de um município da zona rural do nordeste do Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(1), 117-128.

- Cárdenas, N. P. B. (2018). *Tres perspectivas en psicología social: paradigmas latinoamericano, europeo y estadounidense*. Bogotá: Manual Moderno.
- Carmo, R. M. (2009). A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, 21, 252-280.
- Carneiro, M. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, (11), 53-75.
- Carneiro, M. J. (2005). Apresentação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 07-13). Rio de Janeiro: DP&A.
- Carneiro, M. J. (2008). “Rural” como categoria de pensamento. *Rurais*, 2(1), 9-38.
- Carvalho, L. B. (2004). Direito e barbárie na conquista da América indígena. *Revista Sequência*, (49), 53-70.
- Casari, L. M., & Cabrini, M. P. O. (2013). Una experiencia de evaluación psicológica en una zona rural. *Psiencia. Revista latinoamericana de ciencia psicológica*, 5(2) 150-158.
- Castillo, K., & Greco, C. (2014). Inteligencia emocional: un estudio exploratorio en escolares argentinos de contextos rurales. *Revista de Psicología*, 23(2), 116-132.
- Castillo, T., Carrillo, C., Echeverría, R., & Fuentes, J. (2012). Cohesión social y ordenamiento ecológico en un municipio rural del sureste mexicano. *Psicoperspectivas*, 11(1), 53-81.
- Castro, R. D., & Mayorga, C. (2019). Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(3), 02-18.
- Castro-Gomez, S. (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 80-87). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2013). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra* (1ª Ed.). Brasília, DF.
- CEPAL. (2018). Panorama Social da América Latina. Recuperado de <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44412-panorama-social-america-latina-2018-documento-informativo>
- CEPAL. (2021). O crescimento da América Latina e do Caribe em 2021 não conseguirá reverter os efeitos adversos da pandemia. Recuperado de <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/o-crescimento-america-latina-caribe-2021-nao-conseguira-reverter-os-efeitos-adversos>
- Cidade, E. C., Moura, J. F., Jr., & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicol. Argum.*, 30(68), 87-98,

- Conselho Federal de Psicologia. (2013). Quem são as psicólogas brasileiras? Uma profissão de muitas e diferentes mulheres resultado preliminar da pesquisa 2012.
- Conti, S., Landini, F., & Martins, M. L. (2013). Carta-convite do I Congresso Latinoamericano de Psicologia Rural.
- Cordeiro, M. P., Freitas, T. R., Conejo, S. P., & Luiz, G. M. (2014). Como pensamos ética em pesquisa. In M. J. P. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. Nascimento & M. P. Cordeiro (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 31-56). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Cordeiro, M. P., & Spink, M. J. P. A multiplicidade da Psicologia Social brasileira. *Athenea Digital*, 14(1), 289-300.
- Coronil, F. (2005). Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 55-68). Buenos Aires: CLACSO.
- Côrtes, C. P. (2008). Análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ (Dissertação de mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/13395/1/Dissertacao%20completa.pdf>
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, T. B., & Vieira, S. B. (2009). Entre o Bordado e a Renda: Condições de Trabalho e Saúde das Labirinteadas de Juarez Távora/Paraíba. *Psicologia Ciência E Profissão*, 29(2), 258-275.
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Macedo, J. P., & Belarmino, V. H. (2020). Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo. *Athenea Digital*, 20(1), 1-21.
- Del Prette, A. (1995). Teoria das Minorias Ativas: Pressupostos, Conceitos e Desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11(2), 145-153.
- Díaz, M. (2011). Racismo epistémico y monocultura: Notas sobre las diversidades ausentes en América Latina. *Revista de Epistemología y Ciencias Humanas*, 3, 14-28.
- Diegues, A. C. (2000). *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP.
- Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Martins, M. E., Dantas, C., Macedo, J. P., Leite, J. F., & Filho, A. A. (2020). Desigualdades, Racismos E Saúde Mental Em Uma Comunidade Quilombola Rural. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 12(1), 205-229.
- Dimenstein, M., Leite, J. F., Macedo, J. P., & Dantas, C. (2016). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeios.

- Dimenstein, M., Macedo, J. P. S., Leite, J., Dantas, C., & Silva, M. P. R. (2017). Iniquidades Sociais e Saúde Mental no Meio Rural. *Psico-USF*, 22(3), 541-553.
- Dimenstein, M., Silva, G. N., Dantas, C., Leite, J., & Macedo, J. P. (2021). A presença dos estudos decoloniais na pós-graduação em psicologia no Brasil. *PsicolArgum*, 39(104), 339-363.
- Dirven, M. (2004). El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. *Revista de la CEPAL*, 83, 49-69.
- Dirven, M. (2007). Pobreza rural y políticas de desarrollo: avances hacia los objetivos de desarrollo del Milenio y retrocesos de la agricultura de pequeña escala. Santiago de Chile: CEPAL. Recuperado de <https://www.cepal.org/es/publicaciones/4577-pobreza-rural-politicas-desarrollo-avances-objetivos-desarrollo-milenio>
- Dirven, M. (2011). Corta reseña sobre la necesidad de redefinir “rural”. In M. Dirven et al. (Org.), *Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina* (pp. 9-11). Santiago de Chile: CEPAL.
- Dobles, I. (2015) Psicología de la liberación y psicología comunitaria latinoamericana. Una perspectiva. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 122- 139.
- Drawin, C. R. (1985). Ética e psicologia: por uma demarcação filosófica. *Psicologia: ciência e profissão*, 5(2), 14-17.
- Durán, F. E. (1998). Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. *Estudios Sociedade e Agricultura*, 11, 76-98.
- Durón-Ramos, F., Tapia-Fonllem, C.O., Corral-Verdugo, V., & Fraijo-Sing, B. S. (2019). Ambiente familiar positivo y bienestar personal: comparación entre población urbana y rural. *Revista Costarricense de Psicología*, 38(2), 25-239.
- Echeverri, R., & Sotomayor, O. (2010). Estrategias de gestión territorial rural en las políticas públicas en Iberoamérica. Santiago de Chile: CEPAL. Recuperado de <https://www.cepal.org/es/publicaciones/3847-estrategias-gestion-territorial-rural-politicas-publicas-iberoamerica>
- Echeverría, R. G. (2000). Opciones para reducir la pobreza rural en América Latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL*, 70, 147-160.
- Elizalde, A. (2007). Identidad Latinoamericana hoy: tensiones y desafíos. *Polis Revista Latinoamericana*, 18, 1-5.
- Engelmann, S. I., & Gil, A. (2012). D. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. *Revista Eletrônica do CEMOP*, 2.
- Espinosa, A., Freire, S., & Ferrándiz, J. (2016). Identificación colectiva y bienestar en una comunidad rural de la costa norte del Perú. *Revista de Psicología*, 34(1), 201-219.

- Espinosa, N., Adarme, J., & Chaparro, C. (2013). La mujer rural boyacense en una experiencia organizativa: descripción y análisis desde el Trabajo Social. *Prospectiva. Revista de Trabajo Social e Intervención Social*, 17, 159-182.
- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. S. (2007). *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- Farr, R.M. (1998). *As raízes da Psicologia Social Moderna*. 7ª edição. Editora Vozes.
- Farret, R. L., & Pinto, S. R. (2011). América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi*, 12(23), 30-42.
- Favareto, A. S. (2006). *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Favero, E., & Sarriera, J. C. (2014). Impactos da Seca no Bem-Estar Psicológico de Agricultores Familiares do Sul do Brasil. *Temas em Psicologia*, 22(4), 809-822.
- Fernandes, B. M., Welch, C. A., & Gonçalves, E. C. (2013). Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. In B. M. Fernandes, (Org.), *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico* (pp. 67-151). Presidente Prudente, 2, [s/n].
- Fernandes, S. C. S., & Pereira, M. E. (2018). Endogrupo versus Exogrupo: o papel da identidade social nas relações intergrupais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(1), 30-49.
- Ferraz, I. T., & Domingues, E. (2016). A Psicologia Brasileira e os Povos Indígenas: Atualização do Estado da Arte. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 682-695.
- Ferreira, A. A. L., & Gutman, G. (2006). O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 121-140). Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (número especial), 51-64.
- Figueiredo, L.C. (2006). Prefácio. In A.M. Jacó-Vilela, A.A.L. Ferreira, & F.T. Portugal (Org.). *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 9-10). Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Figueirêdo, R. B., & Cruz, F. M. L. (2017). Psicologia: profissão feminina? A visão dos estudantes de Psicologia. *Estudos Feministas*, 25(2), 803-828.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Flores-Mendoza, C.E., & Nascimento, E. (2007). Condição cognitiva de crianças de zona rural. *Estudos de Psicologia*, 24(1), 13-22.

- Floriani, N., Ríos, F. T., & Floriani, D. (2013). Territorialidades alternativas e hibridismos meridionais no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile. *Polis*, 12(34), 1-18.
- Floss, M., Franco, C. M., Malvezzi, C., Silva, K. V., Costa, B. R., Silva, V. X. L., Werreria, N. S., & Duarte, D. R. (2020). A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde. *Cad. Saúde Pública*, 36(7), 1-5.
- Fonseca, R. M. G. S. (2013). Mulher, ciência e pesquisa. Mulher, ciência e pesquisa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 47(4), 773-780.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária: os paradigmas de Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 63-82.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(1), 175-189.
- Freitas, M. F. Q. (2001). Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 1(2), 54-68.
- Freitas, M. F. Q. (2005). (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. *Psico*, 36(1), 47-54.
- Froehlich, J. M. (2012). Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In M. J. Carneiro (Org.), *Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (pp. 201-226), Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ.
- Fuica, P., Lira, J., Alvarado, K., Araneda, C., Lillo, G., Miranda, R., Tenorio, M., & Pérez-Salas, C. P. (2014). Habilidades Cognitivas, Contexto Rural y Urbano: Comparación de Perfiles WAIS-IV en Jóvenes. *Terapia psicológica*, 32(2), 143-152.
- Gallegos, M. (2016). Historia de la psicología y formación en psicología en América Latina: convergencias temáticas. *Enseñanza e Investigación en Psicología*, 21(3), 319-335.
- Galvão, N. A. P. & Gonçalves, J. P. (2019). O lugar da mulher na ciência: algumas considerações. *Revista UNIABEU*, 12(31), 80-89.
- Galvão, T. F., Pansani, T. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 24(2), 335-342.
- Garcia, C. C., Martrucelli, C. R. N., Rossilho, M. M. F, Denardin, O. V. P. (2010). Autoria em artigos científicos: os novos desafios. *Rev Bras Cir Cardiovasc*, 25(4), 559-567.
- García, J. E. (2014). La relación entre investigación básica y profesión aplicada en la Psicología Latinoamericana. *Revista de Peruana de Psicología y Trabajo Social*, 3(2), 109-124.

- Gazzinelli, M. F. C., Silva, T. C., Rodrigues, R. Á., Araújo, E. G., Bethony, J. (2008). Representações de crianças de zona rural sobre a saúde e o pesquisador: a “grande saúde” e o “grande outro”. *remE – Revisita Mineira de Enfermagem*, 12(2), 153-161.
- Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Girardi, E. P., & Fernandes, B. M. (2013). Campesinato, agronegócio e latifúndio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira. In B. M. Fernandes (Org.), *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico* (pp. 33-51). Presidente Prudente, [s/n], v. 2.
- Godoi, E. P., Menezes, M. A., & Marin, R. A. (2009). Introdução. In E. P. Godoi, M. A. Menezes, & R. A. Marin (Orgs.), *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social* (pp. 23-35). São Paulo/Brasília: Editora UNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
- Goes, N. A., Ximenes, V. M., & Moura, J. F., Jr. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, 140-161.
- Góis, C. W. L., Oliveira, L. A., Góis, S. C., & Silva, A. M. S. (2016). O conceito de América profunda e suas implicações na Psicologia Comunitária de base latinoamericana. In V. M. Ximenes, J. C. Sarriera, Z. Á. C. Bonfim & J. I. Alfaro (Orgs.), *Psicologia comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres* (pp. 235-250). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Gomes, A. M. A. (1999). Psicologia comunitária: uma abordagem conceitual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 71-79.
- Gonçalves, B. S. (2016). A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. *Psicologia Política*, 16(37), 397-413.
- Gonçalves, B. S. (2016). A Dupla Consciência Latino-Americana: contribuições para uma psicologia descolonizada. *Psicologia política*, 16(37), 397-413.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2012). Alguns Apontamentos sobre a Trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (num. esp.), 138-153.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 562-571.
- González Rey, F. L. (2009). La psicología en América Latina: algunos momentos críticos de su desarrollo. *Revista Electrónica Internacional de la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología*, (17).
- Grammont, H. C. (2004). La nueva ruralidad en América Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, 66 (número especial), 279-300.

- Grosfoguel, R. (2007). Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e cultura*, 59(2), 32-35.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.
- Gualdron, F. S. O. (2015). Victimización y violencia sexual en el conflicto armado en colombia. *Subjetividad y Procesos cognitivos*, 19(2), 173-186.
- Guerrero, G. M. M., Darraz, M. C. F., & Arcos, J. T. (2019). Mujeres rurales y acción productiva para la autonomía. *Revista mexicana de sociología*, 81(4), 797-824.
- Guerriero, I. C. Z., & Minayo, M. C. S. (2013). O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 23(3), 763-782.
- Haas, J. M., & Hillig, C. H. (2009). A abordagem da pobreza rural no contexto das novas ruralidades. In Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural (Org.), *48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural. Anais* (pp. 1-14). Campo Grande: Autor.
- Hashizume, C. M., & Lopes, M. M. (2006). Trabalho docente rural: dores e prazeres do ofício. *Estudos e pesquisas em psicologia*, (1), 99-108.
- Hernández, O. L. H., & Uribe, C. A. V. (2007). La narrativa como posibilidad de comprensión de las organizaciones productivas rurales. *Univ. Psychol. Bogotá (Colombia)*, 6(1), 163-172.
- Hur, D. U., & Calegare, M. G. A. (2016). Psicologia Política e Ruralidade. *Psicologia política*, 16(37), 277-283.
- Ianni, O. (1992). *A ideia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense.
- Jacó-Vilela, A. M. (2007). La psicología aplicada en América Latina. *Revista de Historia de la Psicología*, 28(2/3), 151-157.
- Jameson, J. & Blank, M. (2007). The role of clinical psychology in rural mental health services: Defining problems and developing solutions. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 14(3), 283-298.
- Jara, L. (2017). Diversidad cultural en las respuestas populares al Rorschach en una muestra de niños asháninkas y niños del Cusco rural. *Persona* 20, 113-139.
- Jiménez-Domínguez, B. (2004). La Psicología Social Comunitaria en América Latina como Psicología Social Crítica. *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, 13(1), 133-142.

- Kay, C. (2002). Estructura agraria y violencia en la sociedad rural de América Latina. In Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Org.) *VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural* (pp. 2139-2147). Porto Alegre: Autor.
- Kay, C. (2007). Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina. *Íconos* 29, 31-50.
- Kay, C. (2009). Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad? *Revista Mexicana de Sociología*, 71(4), 607-645.
- Kelly, J. G., & Chang, J. (2008). Pluralistic inquiry for the history of community psychology. *Journal of Community Psychology*, 36(5), 675-691.
- Klappenbach, H. A., & Pavesi, P. (1994). Una historia de la psicología en Latinoamérica. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 26(3), 445-481.
- Kliksberg, B. (2006). O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *Revista de Administração Pública*, 40(5), 909-42.
- Kobarg, A. P. R., & Vieira, M. L. (2008). Crenças e Práticas de Mães sobre o Desenvolvimento Infantil nos Contextos Rural e Urbano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 401-408.
- Lakatos, E.M., & Marconi, M.A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Landini F. P. (2017). Rol esperado de los psicólogos en la extensión rural en el noreste argentino. *Corpoica Cienc Tecnol Agropecuaria*, 18(2), 233-245.
- Landini, F. P, Bianqui, V., & Crespi, M. (2013). Evaluación de las creencias sobre extensión rural de los extensionistas paraguayos. *Psiencia. Revista latinoamericana de ciencia psicológica*, 5(1) 3-14.
- Landini, F. P, Long, N. Leeuwis, C., & Murtagh, S. (2014). Theoretical Guidelines for a Psychology of Rural Development. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 11(74), 125-147.
- Landini, F. P. (2012). Expectativas de los agentes de desarrollo rural argentinos sobre la psicología y sobre la inserción profesional de los psicólogos en el ámbito de la extensión rural. *Interdisciplinaria*, 29(2), 359-377.
- Landini, F. P. (2013). Representación de los extensionistas rurales argentinos sobre los pequeños productores. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 298-310.
- Landini, F. P. (2014a). Psicología rural latinoamericana. Reflexiones y desafíos de la psicología comunitaria en el ámbito de la salud, la educación y el desarrollo en espacios rurales. In V. M. Ximenes et al. (Orgs.), *5ª Conferência Internacional de psicologia comunitária. Anais* (pp. 50-51). Fortaleza: UFC, UNIFOR.
- Landini, F. P. (2014b). Reunião de Psicologia Rural e Povos originários. In Veronica M. X. et al. (Orgs.). *5ª Conferência Internacional de psicologia comunitária. Anais* (p. 28). Fortaleza: UFC, UNIFOR.

- Landini, F. P. (2015a). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In F. Landini (Org.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Landini, F. P. (2015b). Contributions of Community Psychology to Rural Advisory Services: An Analysis of Latin American Rural Extensionists' Point of View. *Am J Community Psychol*, (55), 359–368.
- Landini, F. P. (2016a). Types of Rural Extensionists' Expectations of Psychology and Their Implications on Psychologists' Practice. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 1-20.
- Landini, F. P. (2016b). Diversidad de expectativas de los extensionistas rurales Latinoamericanos sobre la Psicología. *Estudios de Psicología*, 21(4), 392-402.
- Landini, F. P., & Bianqui, V. (2016). Expectativas de los extensionistas rurales latinoamericanos y contribuciones psicosociales. *Psicología & Sociedade*, 28(1), 125-134.
- Landini, F., Murtagh, S., & Lacanna, M. (2009). *Aportes y reflexiones desde la psicología al trabajo de extensión con pequeños productores* Buenos Aires: Ediciones INTA.
- Lane, S. T. M. (2014). A psicologia social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In R. H. F. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp. 56-66). Petrópolis: Vozes.
- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (2013). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN.
- Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-55). Natal: EDUFRN.
- Leite, J.F.; Dimenstein, M.. Dantas, C., & Macedo, J.P. (2021). *Psychology and Rural Contexts Psychosocial Dialogues from Latin America*. Springer.
- Lesta, E. (2001). Participación y desarrollo. La aportación de la Psicología Comunitaria. In Marco Marchioni (Org.), *Comunidad y cambio social: teoría e praxis de la acción comunitaria* (pp. 129-148). Madrid: Editorial Popular.
- Lever, J. P., & Estrada, A. V. (2018). Predictores y correlatos del comportamiento prosocial de adolescentes mexicano. *Interdisciplinaria*, 35(2), 495-509.
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gotzsche, P.C., Ioannidis, J. P. A., Clarke, M., Devereaux, P. J., Kleijnen, J., & Moher, D. (2009). The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology*, 62(10). 1-34.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C., & Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? A Proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane. *Psicologia política*, 9(18), 223-236.

- Lima, A. M. (2014). Ser mulher, ser pesquisadora e ser psicóloga: reflexões sobre o lugar social da mulher na ciência e na profissão. Recuperado de https://www.encontro2016.minas.abrapso.org.br/resources/anais/18/1483709617_ARQ_UIVO_Sermulher,serpesquisadoraeserpsicologa.pdf
- Lima, M. E. O., Faro, A., & Santos, M. R. (2016). A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 219-228
- Lima, T. C. S., & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál*, 10 (n. esp), 37-45.
- Lopes, E. M., Ferreira, C. R. C., & Friedrich, D. R. (2018). Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(1), 262-287.
- López, J. J. R. (2008). La agenda territorial del desarrollo rural en américa latina. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 96, 1-16.
- López-López, W., Silva, L.M., García-Cepero, M.C., Bustamante, M.C.A., & López, E. A. (2011). Retos para la colaboración nacional e internacional en la psicología latinoamericana: un análisis del sistema RedALyC, 2005-2007. *Estudios de Psicología*, 16(1), 17-22.
- Loria, M. L. P., Quintanilla, A. G., Morrill, E. R., & Puga, A. M. (2016). Psicología y decolonialidad: giro de-colonial para estudiar la identidad en escuelas y comunidades mayas. *Quaderns de Psicología*, 18(3), 83-94.
- Lucena, E. L., & Silva, I. L. (2018). O processo de colonização e os possíveis impactos na psicologia da atualidade. *Psicologia & Saberes*, 7(9), 107-117.
- Macedo, J.P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e Interiorização da Psicologia: Reorganização dos Saberes e Poderes na Atualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (2), 296-313.
- Maldonado-Torres, N. (2016). Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 75-97.
- Malone, J. (2012). Professional ethics in context. Practising rural Canadian psychologists. *Journal of Bioethical Inquiry*, 9(4), 463-477.
- Marconi, M. A, & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo, SP: Atlas.
- Martin-Baró, I. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para a América-Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 181-197). Campinas, SP: Alínea.
- Martins, A. M., Augusto, R. C., & Antunes-Rocha, M. I. (2011). Psicologia e educação rural na obra de Helena Antipoff: um olhar sobre o passado. *Memorandum*, 21, 88-104.

- Martins, J. S. (2001). O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos avançados*, 15(43), 31-36.
- Martins, P. O., Trindade, Z. A. & Almeida, Â. M. O. (2003). O Ter e o Ser: Representações Sociais da Adolescência entre Adolescentes de Inserção Urbana e Rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 555-568.
- Marván, M. L., Vacio, A., & Espinosa-Hernández, G. (2003). Menstrual-related changes expected by premenarcheal girls living in rural and urban areas of Mexico. *Social Science & Medicine*, (56), 863–868.
- Matos, E. A. C., & Medeiros, R. M. V (2011). A relação campo-cidade e as “novas” ruralidades. *ParaOnde!?*, 5(1), 1-15.
- Mattei, L. (2015). Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. *RESR*, 52, Supl. 1, 105-124.
- Meija, M. R., & Moreira, R. J. (2005). Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade de Taquari. In R. J. Moreira (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 89-108). Rio de Janeiro: DP&A.
- Melo, T. G., & Scopinho, R. A. (2015). Participação em cooperativas de assentamentos rurais: estudo sobre os sentidos do trabalho. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 529-541.
- Menezes, J. A., Lins, S. S., & Sampaio, J. V. (2019). Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & sociedade*, 31, 1-9.
- Miglievich-Ribeiro, A., & Prazeres, L. L. G. (2015). A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. *Temáticas*, 23(45/46), 25-52.
- Mignolo, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32.
- Minayo, M. C. S. (2006). *Os desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Montenegro, M., Rodríguez, A., & Pujol, J. (2014). La Psicología Social Comunitaria ante los cambios en la sociedad contemporánea: De la reificación de lo común a la articulación de las diferencias. *Psicoperspectivas*, 13(2), 32-43.
- Montero, M. (1989). La psicología social em America Latina: desarrollo y tendencias actuales. *Revista de psicología social*, 1, 47-54.
- Montero, M. (1994). Vidas Paralelas: Psicología Comunitária en Latinoamerica y en Estados Unidos. In M. Montero (Org.), *Psicología Social Comunitária - Teoria, método y experiencia* (pp. 19-46). México: Univ. Guadalajara.
- Montero, M. (2007). Fortalecimiento comunitario y formación ciudadana. In E. Saforcada et al. (Orgs.), *Aportes de la psicología comunitaria a problemáticas de la actualidad latino-americana* (pp. 293-316). Buenos Aires: JVE Ediciones.

- Montero, M. (2011). Nuevas perspectivas en psicología comunitaria y psicología social crítica. *Ciências Psicológicas*, 5(1), 61-68.
- Moraes, M. D. C. (2014). *Ruralidades no Brasil: qual o lugar das políticas de cultura?* Comunicação apresentada no VI Encontro da Rede de estudos rurais, Campinas, SP.
- Moreira, R. J. (2005). Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 15-40). Rio de Janeiro: DP&A.
- Moreira, R. J. (2010). A atualidade da política no rural. In R.J. Moreira, & R. Bruno (Orgs.), *Interpretações, estudos rurais e política* (pp. 07-13). Rio de Janeiro, RJ: Mauad X/Seropédia/Edur.
- Moura, J. F., Jr., Barbosa, V. N. M., Martins, C. M. S. S., & Bomfim, Z. Á. C. (2019). Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a psicologia comunitária. *Revista Interamericana de Psicologia*, 53(2), 140-154.
- Moura, J. F., Jr., Cardoso, A. A. V., Rodrigues, D. C., Vasconcelos, R. M., & Ximenes, V. M. (2013). Práxis em psicologia comunitária: festa de São João como atividade comunitária. *Revista Ciências em Extensão*, 9(1), 105-123.
- Mujica, A. D., Villalobos, M. V. P., & Cabrera, P. M. (2009). Expectativas Educativas hacia Hijos e Hijos en una Escuela Rural de Alto Desempeño. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 43(3), 442-448.
- Murtagh, S., & Landini, F. (2011). Producción científica de la psicología vinculada a pequeños productores agropecuarios con énfasis en el ámbito del desarrollo rural. *Revista Interamericana de Psicología*, 45(2), 293-304.
- Naiff, D. G. M., Monteiro, R. C., & Naiff, L. A. M. (2009). O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários. *Psico-USF*, 14(2), 221-227.
- Nascimento, R. G., Cardoso, R. O, Santos, Z. N. L., Pinto, D. S., & Magalhães, C. M. C. (2017). Housing conditions and the degree of home satisfaction of elderly riverside residents of the Amazon region. *Psico-USF*, 22(3), 389-399.
- Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O., & Soares, C. A. (2008). Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. *PsiCo*, 39(4), 456-464.
- Neto, M. C., & Dimenstein, M. (2017). Saúde mental em contextos rurais: o trabalho psicossocial em análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 461-474.
- Neves, S. M. & Bernardes, N. M. G. (1998). Psicologia social e comunidade. In M.N.S. et al. (Orgs.). *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (pp. 241-255). Petrópolis: Vozes.
- Nosella, P. (2008). Ética e pesquisa. *Educ. Soc.*, 29(102), 255-273.
- Novion, J., Costilla, L. O., & Ayala, M. (2014). Pensamento, teoria e estudos latinoamericanos. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*, 8(2), 5-14.

- Núñez, C. G., Solís, C. & Soto, R. (2014). ¿Qué sucede en las comunidades cuando se cierra la escuela rural? Un análisis psicosocial de la política de cierre de las escuelas rurales en Chile. *Universitas Psychologica*, 13(2), 615-625.
- Oliveira, E. M., Felipe, E. A., Santana, H. S., Rocha, I. H., Magnabosco, P., & Figueiredo, M. A. C. (2015). Determinantes sócio-históricos do cuidado na Estratégia Saúde da Família: a perspectiva de usuários da área rural. *Saúde Soc.*, 24(3), 901-913.
- Orellano, C. M., & González, S. G. (2015). Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. *Perspectivas en Psicología: Revista de Psicología y Ciencias Afines*, 12(2), 1-8.
- Ospino, G. A. C., Arias, A. C., & Hoyos, A. D. B. (2007). Relaciones sexuales en estudiantes de secundaria de las zonas rurales del Distrito de Santa Marta, Colombia. *Pensamiento Psicológico*, 3(9), 101-109.
- Padilha, M. I. C. S., Ramos, F. R. S., Borenstein, M. S., & Martins, C. R. (2005). A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto Contexto Enferm.*, 14(1), 96-105.
- Paiva, G. J. (2007). Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *PSICO*, 38(1), 77-84.
- Patricia, P. R. M., Enrique, C. O. O., & Mario, N. N. N. (2007). La intervención psicosocial en un contexto investigativo: “Lecturas psico-sociales sobre jóvenes agrópolis – sector rural – desde diversos actores que los intervienen”. *Aletheia*, (25), 191-201.
- Paucar, M. A. V., Budnik, C. A., & Reyes, A. B. (2018). Conversación y mediación del aprendizaje en aulas de diversos contextos socioculturales. *Perfiles educativos*, 40(160).
- Paulino, S. M. (2005). As cidades e as serras. Espaço e identidades sociais na construção da ruralidade. In R. J. Moreira (Org.), *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo* (pp. 255-276). Rio de Janeiro: DP&A.
- Pelcastre-Villafuerte, B., Riquer-Fernández, F., León-Reyes, V., Reyes-Morales, H., Gutiérrez-Trujillo, G., y Bronfman, M. (2006). ¿Qué se hace para no morir de hambre? Dinámicas domésticas y alimentación en la niñez en un área rural de extrema pobreza de México. *Salud pública de México*, 48(6), 490-497.
- Peña-Ramos, M. O., Vera-Noriega, J. A., & Santiz-López, J. E. (2018). Niñez y crianza en una zona rural tseltal en Altos de Chiapas. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 16(1), 149-162.
- Pérez Correa, E. (2005a). América Latina: nueva ruralidad y exclusion social. *Polígonos. Revista de Geografía*, (15), 171-199.
- Pérez Correa, E. (2005b). Hacia una nueva visión de lo rural. In N. Giarracca (Org.), *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* (pp. 17-29). Buenos Aires: CLACSO.

- Pérez, G. A. G., & Constanzo, A. X. Z. (2019). Significados en torno al desarrollo del consumo problemático y la dependencia alcohólica en comunidades mapuches rurales de la región de la Araucanía, Chile, 2016-2017. *Salud Colectiva*, 15, e1932.
- Pérez, G. O. G., & Constanzo, A. X. Z. (2019). Significados en torno al desarrollo del consumo problemático y dependencia alcohólica en comunidades mapuches rurales de la región de la Araucanía, Chile, 2016-2017. *Salud Colectiva*, 1-18.
- Pérez, J. M. J., & Ruiz-C, M. I. (2013). Metas y prácticas de socialización de madres del área rural cundiboyacense. *Psicología desde el Caribe*, 30(2), 276-308.
- Perico, R. E. (2011). Reflexiones sobre lo rural: economía rural, economía de territorios. In M. Dirven et al. (Org.), *Hacia una nueva definición de "rural" con fines estadísticos en América Latina* (pp. 13-20). Santiago de Chile: CEPAL.
- Petry, A. (2008). Os Movimentos Sociais na América Latina. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1-15.
- Pick, S., García, R. G. & Leenen, I. (2011). Modelo para la promoción de la salud en comunidades rurales a través del desarrollo de agencia personal y empoderamiento intrínseco. *Universitas Psychologica*, 10(2), 327-340.
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, (114), 179-195.
- Pinto, N. M. A., Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C. (2013). A Rede de Apoio Social e o Papel da Mulher na Geração de Ocupação e Renda no Meio Rural. *Temas em Psicologia*, 21(2), 297-315.
- Pizzinato, A., Hamann, C., Maracci-Cardoso, J. G., & Cezar, M. M. (2016). Jovens mulheres no âmbito rural: gênero, projetos de vida e território em fotocomposições. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 473-483.
- Pizzinato, A., Petracco, M. M., Hamann, C., Pedro Cé, J., & Rosa, E. N. (2017). Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(1), 41-51.
- Pizzinato, A., Uribe Calderón, M., Costa Souza, L.A., & Ferreira Burton, L. (2016). Proyecciones de futuro y vida familiar de jóvenes mujeres del campo. *Ciencias Psicológicas*, 10(2), 143-155.
- Prado, L. N. (1993). Introducción. Lo rural y la ruralidad: algunas reflexiones teóricometodológicas. *Relaciones*, (54), 5-20.
- Prado, M. A. M. (2002). A Psicologia Comunitária nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210.
- Prado, M. A. M., Campici, C. P. F., & Pimenta, S. D. (2004). Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 10(16), 298-317.

- Quezada, V. E., Gallegos, M., Lopes Miranda, R., & Laborda, M. A. (2018). La historia de la psicología en América Latina: editorial. *Revista de Psicología*, 27(1), 1-4.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Quintal, M. F. (2016). Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 6(1), 131-163.
- Ramos-Vidal, I., & Villamil, I., & Uribe, A. (2019). Underlying Dimensions of Social Cohesion in a Rural Community Affected by Wartime Violence in Colombia. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 16(195), 1-15.
- Rechtman, R. (2015). O futuro da psicologia brasileira: uma questão de projeto político. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 4(1), 69-77.
- Red Latinoamericana de Psicología Rural. (2019). *Acta de formalización de la Red Latinoamericana de Psicología Rural*. Documento presentado en el IV Encuentro Latinoamericano de Extensión y Desarrollo Rural y III Congreso Latinoamericano de Psicología Rural, Bogotá, Colombia.
- Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As Políticas Públicas e o Campo: e o Psicólogo com Isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(número especial), 54-65.
- Restrepo, N. C. S., & Acuña, I. T. (2008). Lo rural. Un campo inacabado. *Facultad Nacional de Agronomía*, 61(2), 4480-4495.
- Rivera, N. R., & Campos, J. D. (2008). Territorio y nuevas ruralidades: un recorrido teórico sobre las transformaciones de la relación campo-ciudad. *Revista Eure*, 34(102), 77-95.
- Rodríguez, M. M., Hernandez, M. B., & Santos, D. A. (2013). Habilidades para la vida (cognitivas y sociales) en adolescentes de una zona rural. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 15(3), 98-113.
- Rojas, C. A. A. (2004). *América Latina: História e presente*. Campinas: Papirus.
- Roldan, C. P. N., & Aristizabal, J. C. (2018). Desarrollo de narraciones históricas en estudiantes de colegios rurales y urbanos. *Revista Costarricense de Psicología*, 37(1), 41-75.
- Romero, J. (2012). Lo rural y la ruralidad en América Latina: Categorías conceptuales en Debate. *Psicoperspectivas*, 11(1), 8-31.
- Romero, R. R. (2013). La psicología latinoamericana y la construcción de múltiples objetos de estudio. *Psicología para América Latina*, (25), 1-4.
- Romero, R. R. (2014). La psicología latinoamericana y la apuesta por la contribución a la construcción de mejores sociedades. *Psicología para América Latina*, 26, 4-23.

- Romero-Varela, D. Y., & Martínez-González, M. B. (2019). Satisfactores del desarrollo infantil en contextos de interfase rural-urbana. *Perfiles latinoamericanos*, (54).
- Ronzani, T. M. et al. (2021). A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15.
- Rosa, L. A. & Silva, A. P. S. (2015). Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 47-57.
- Rosas, P., Rosas, A. & Xavier, I. B. (1988). Quantos e quem somos. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp.32-48). São Paulo: Edicon.
- Rozas, G. (2015). Hacia una Psicología Social Comunitaria del Sur. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 5(2), 278-306.
- Ruela, S. F., & Moura, M. L. S. (2007). Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupo de crianças em uma comunidade rural. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 315-324.
- Russell, C.L. (2005). An overview of the integrative research review. *Prog Transplant*, 15(1), 8-13.
- Sabalain, C. (2011). El concepto de “rural” en los países de la región. In M. Dirven et al. (Orgs.), *Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina* (pp. 21-29). Santiago de Chile: CEPAL.
- Salazar-Jiménez, J. G., & Torres-Tovar, C. P. (2018). Aspectos socioeconómicos presentes en la práctica alimentaria de niños entre 2 a 5 años en un municipio del departamento de Boyacá, Colombia. *Prospectiva. Revista de Trabajo Social e intervención social*, (26), 263-290.
- Salomón, Y. P., & Rodríguez, A. M. (2007). Producción científica. *Ciencias de la Información*, 38(3), 33-38.
- Santamarina, C., Araújo, M., & Sacramento, M. (2019). Apresentação: Dossiê Comunidades Quilombolas, Ciganas e Indígenas na América Latina: Racismo Institucional e Epistemológico. *Cadernos do Lepaarq*, 16(31), 53-55.
- Santos, B. S. (2008). Do pós moderno ao pós colonial. E para além de um e outro. *Travessias*, 6, 15-36.
- Santos, G. A. O. (2017). Psicologia fenomenológico-existencial e pensamento decolonial: um diálogo necessário. *Revista NUFEN*, 9(3), 93-109.
- Santos, J. C., & Ramos, P. C. (2017). Campos. Metodologia qualitativa de pesquisa sobre a produção de sentidos intergeracional em comunidades rurais e quilombolas: entrevistas narrativas e argumentações. *Linhas Críticas*, 23(51), 329-350.
- Scarparo, H. B. K., & Guareschi, N. M. F. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. *Psicologia & Sociedade*, (19), 100-108.

- Scherer-Warren, I. (2007). A política dos movimentos sociais para o mundo rural. *Estud. soc. agric.*, 15(1), 5-22.
- Schneider, S. (2000). As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, (44), 11-40.
- Scopelliti, J., Judd, F., Grigg, M., Hodgins, G., Fraser, C., Hulbert, C., Endacott, R. & Wood A. (2004). Dual relationships in mental health practice: issues for clinicians in rural settings. *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry*, 38(11-12), 953-959.
- Serra, R., Antonio, F., Ferreira, S. P. V., & Aníbal, M. (2014). O Título, Resumo E Palavras-Chave Dos Artigos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 13(4), 1-7.
- Serrano, J. A. S. (2007). La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva en la Unión Europea, mito en América Latina. *Ería*, (72), 89-99.
- Silva, F. P., Baltar, P., & Lourenço, B. (2018). Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 12(1), 68-87.
- Silva, J. G. (1980). *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.
- Silva, J. G. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Silva, J. G. (2001). Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Estudos avançados*, 15(43), 37-50.
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2019a). A concepção do psicólogo sobre o rural nas políticas sociais. *Advances in Latin American Psychology*, 37(2), 345-360.
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2019b). Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em psicologia. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(3), 97-120.
- Silva, K.B., & Macedo, J. P. (2017a). Inserção e trabalho de psicólogos/as em contextos rurais: interpelações à Psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(2), 146-154.
- Silva, K.B., & Macedo, J. P. (2017b). Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. *Psicologia Ciência e Profissão*, 37(3), 815-830.
- Silva, K.B., & Macedo, J. P. (2017c). Psicologia e a Questão Social e Agrária no Brasil. In S. M. Teixeira & J. P. S. Macedo (Orgs.), *Políticas sociais na contemporaneidade: programas, serviços e trabalho profissional* (pp. 21-40). Teresina: EDUFPI.
- Silva, L. R. C., Damaceno, A. D., Martins, M. C. R., Sobral, K. M., & Farias, I. M. S. (2009). Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Org.), *IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia* (pp. 4554- 4566). Curitiba, PR.
- Silva, M. B. D. (2018). Os olhares sobre a América Latina. *Rev. Augustus*, 23(45), 131-151.

- Silva, M. V. O. (2006). Mesa de abertura. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Seminário Nacional a questão da terra: desafios para a psicologia* (pp. 12-16). Brasília: CFP.
- Silva, V. H. F., Dimenstein, M., & Leite, J. F. (2013). O cuidado em saúde mental em zonas rurais. *Mental*, (19), 267-285.
- Siqueira, D., & Osório, R. (2005). O conceito de Rural. In N. Giarracca (Org.), *¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?* (pp. 67-79). Buenos Aires: CLACSO.
- Siqueira, G. C., & Santos, A. O. (2018). A felicidade segundo o povo Guarani Mbya: a noção de bem-viver. *Acta psicossomática*, (1), 80-88.
- Sosa, J. J. S., & Valderrama-Iturbe, P. (2001). Psychology in Latin America: Historical reflections and perspectives. *International Journal of Psychology*, 36, 384-394.
- Souza, A. (2011). América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, (4), 29-39.
- Spink, M. J. P., & Spink, P. K. (2006). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 565-589). Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Spink, P., Ribeiro, M. A. T., Conejo, S. P., & Souza, E. (2014). Documentos de domínio público e a produção de informações. In M. J. P. Spink, J. I. M. Brigagão, V.L.V. Nascimento, & M. P. Cordeiro (Orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 207-228). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Svartman, B. P., & Galeão-Silva, L. G. (2016). Comunidade e Resistência à Humilhação Social: Desafios para a Psicologia Social Comunitária. *Revista colombiana de psicología*, 25(2), 331-349.
- Tamagno, L. (2011). Pueblos indígenas. Racismo, genocidio y represión. *Corpus [En línea]*, 1(2), 1-9.
- Teixeira, L.C. (2016). A Psicologia na promoção do bem viver indígena. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. *Povos Indígenas e Psicologia - A procura do bem viver* (pp. 235-259). São Paulo: CRP-SP.
- Teixeira, T. S., Modanez, R. S., Sales, A. N. S., & Gomes, E. F. (2019). Ficção científica e super-heroínas: estratégias para debater sobre a mulher na ciência. *Revista do EDICC*, 6, 442-449.
- Treviño-Siller, S., Pelcastre-Villafuerte, B., & Márquez-Serrano, M. (2006). Experiencias de envejecimiento en el México rural. *Salud pública de México*, 48(1), 30-38.
- Troian, A., Klein, A. L., & Silva, L. X. (2013). A abordagem das capacitações e suas aplicações no desenvolvimento rural. *Revista de extensão e estudos rurais*, 2(1), 7-43.

- Tueros, L. F. A., Mendes, J. M. R., & Arroyo, L. A. (2019). Simbolismo Social Asociado Y Actitud Manipulativa En Niños Amazónicos Peruanos. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-15.
- Vasquez, G. C. F. (2009). A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(4), 856-867.
- Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(n. esp.), 244-248.
- Veloso, C., Cuadra, A. Storey, R., González, R., & Moraga, B. (2016). Aproximación comparativa inicial en resultados del WISC-III v.ch. entre una muestra de jóvenes escolarizados pertenecientes a zonas rurales de la XV Región de Arica y Parinacota y la norma nacional. *Estudios Pedagógicos XLII*, (3), 413-427.
- Vera-Bachman, D., & Salvo, S. (2016). Perfiles de escuelas rurales exitosas: Una propuesta de la psicología educacional ante el cierre de escuelas. *Universitas Psychologica*, 15(2), 25-38.
- Vera-Noriega, J. Á. (1999). Características de la madre, diversidad de la dieta y problemas de nutrición en niños de comunidades rurales de Sonora, México. *Bol. méd. Hosp. Infant. Méx*, 56(3), 149-156.
- Vera-Noriega, J. Á., & Ortega, L. E. M. (2006). Juego, estimulación en el hogar y desarrollo del niño en una zona rural empobrecida. *Enseñanza e investigación en psicología*, 11(1), 129-140.
- Vera-Noriega, J. Á., Álvarez, J. F. L., & Quintana, J.T. (2006). Ejercicio de la autoridad en maestros rurales de educación primaria. *Revista Intercontinental de Psicología y Educación*, 8(01), 47-62.
- Vera-Noriega, J. Á., Ávila, M. Á. T., Carvajal, C. K. R., & Aguilera, J. P. S. (2010). Prácticas de estimulación y promoción del desarrollo infantil en la etnia mayo. *Psico-USF*, 15(3), 365-377.
- Vera-Noriega, J. Á., Rodríguez Carvajal, C. K., Valle Duarte, C. M., Calderón González, N. G., & Pacheco Cárdenas, C. (2016). Evaluación de los cambios en el ajuste psicosocial en bachilleres rurales indígenas. *Psicología Iberoamericana*, 24(2), 53-62.
- Vitale, M. P. C. & Grubits, S. (2007). Reflexiones éticas em investigaciones com grupos indígenas. In E. Saforcada et al. (Orgs.), *Aportes de la psicologia comunitaria a problemáticas de la actualidad latino-americana* (pp. 105-122). Buenos Aires: JVE Ediciones.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-145.
- Wanderley, M. N. B. (2011). *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.

- Wanderley, M. N. B., & Favareto, A. (2013). A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e elaboração de políticas públicas. In C. Miranda & H. Silva (Orgs.), *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras* (pp. 413-472). Brasília: IICA.
- Whitaker, D. C. A. (2002). Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Cadernos Cedes*, 56, 7-22.
- Whitaker, D. C. A., & Onofre, S. A. (2006). Representações Sociais em Formação Sobre os Vestibulares dos Estudantes de um Cursinho Comunitário na Zona Rural. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(1), 45-55.
- Whittemore, R., & Knafl K. (2005). The integrative review: update methodology. *J Adv Nurs*, 52(5), 546-53.
- Wiesenfeld, E. (2014). La Psicología Social Comunitaria en América Latina: ¿Consolidación o crisis? *Psicoperspectivas individuo y sociedade*, 13(2), 6-18.
- Will, K. L. P. (2014). *Genocídio indígena no Brasil*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra).
- Williams, R. (2011). Campos e cidades. In R. Williams (Org.), *O campo e a cidade. Na história e na literatura* (pp. 471- 500). São Paulo: Companhia das Letras.
- Winkler, M. I., Alvear, K., Olivares, B., & Pasmanik, D. (2012). Querer no basta: deveres éticos en la práctica, formación e investigación en Psicología Comunitaria. *Psykhé*, 21(1), 115-129.
- Winkler, M. I., Alvear, K., Olivares, B., & Pasmanik, D. (2014). Psicología Comunitaria hoy: Orientaciones éticas para la acción. *Psicoperspectivas individuo y sociedad*, 13(2), 44-54.
- Ximenes, V. M. & Moura, J. F., Jr. (2013). Psicologia Comunitária e Comunidades Rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 453-476). Natal: EDUFRN.
- Ximenes, V. M., Moura, J. F., Jr., Cruz, J. M., Silva, L. B., Sarriera, J. C. (2016). Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. *Estudos de Psicologia*, 21(2), 146-156.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas Sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.
- Yamamoto, O. H. (2012). 50 Anos De Profissão: Responsabilidade Social Ou Projeto Ético Político? *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (num. esp.), 6-17.
- Zimmerman, A. (2016). Impactos das transações de terra e a violência contra camponeses na América Latina, 1-23.